



REVISTA
— DO —
INSTITUTO HISTORICO
— E —
GEOGRAFICO do RIO G. do NORTE

FUNDADO A 29 DE MARÇO DE 1902

ANOS 1951 - 1952

VOLS. XLVIII - XLIX

48-49

Edição especial consagrada ao 1.º cinquentenario
da fundação do Instituto, a 29 de março de 1952.

Comissão de Redação:

Nestor Lima (responsavel)

Des. Antonio Soares e

Dr. Câmara Cascudo

NATAL
Tip. GALHARDO
1952

NESTOR LIMA
ADVOGADO

28 MAI 1954

NATAL - R.N.



INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO

Diretoria e comissões permanentes no bienio de 29-3-1951 a 9-3-1953:

Presidente: Nestor dos Santos Lima.

1. e 2. Vice-Presidentes: Desembargadores Luis Tavares de Lira e Antonio Soares de Araujo.

1.º e 2.º Secretarios: Desembargadores: Silvino Bezerra Neto e Vicente de Lemos Filho,

Suplentes do 2.º secretario: Otacilio Cavalcanti e Dr. Matias Maciel Filho.

Orador: Dr. Luis da Câmara Cascudo.

Adjunto do Orador: Dr. Luis Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima.

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho.

Adjunto: Manoel Rodrigues de Melo,

Diretor da Biblioteca, Muséo e Arquivo, (vago com o falecimento do Desembargador Felipe Guerra, a 4-5-1951.)

Comissão de Fazenda e Orçamento: Desembargador Horacio Barreto, drs. Aldo Fernandes e Anfiloquio Câmara.

Comissão da Revista: Nestor Lima, des. Antonio Soares e Dr. Câmara Cascudo.



NESTOR LIMA
ADVOGADO

28 MAI 1954

NATAL - R. N.

O 1.º CINCOENTENARIO DO INSTITUTO

HISTORICO E GEOGRAFICO

HONROSO RETROSPETO

A fundação do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, a 29 de março de 1902, nesta Capital, representa um marco importantissimo na senda cultural da nossa terra.

Produto da vontade iluminada de um pugilo de homens de espirito, sob a guia e a animação do desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, que se iniciára, em Recife e no Rio, nas buscas historicas e documentaes, em prol dos direitos do Estado, na celebre contenda territorial com o Ceará, naquelas éras, apresentaram-se na liça para o grande evento os srs. drs. Alberto Maranhão, que a esse tempo governava o Estado (1900-1904), Olimpio Manoel dos Santos vital, juiz federal da Secção, Francisco de Sales Meira e Sá, presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Carlos Pinheiro da Camara, chefe de Policia, Francisco Pinto de Abreu, lente e diretor do Ateneu Norte-Riograndense, Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, juiz de direito da Capital, Manoel Dantas, diretor geral da Instrução Publica, Tomaz Landim, procurador da Fazenda Nacional, coroneis Pedro Soares de Araujo, inspetor do Tesouro do Estado e Joaquim Manoel Teixeira de Moura, Presidente da Intendencia de Natal e Verissimo de Toledo, (12) contador do Tesouro do Es-

tado, e, por meio de representação, os senadores Pedro Velho, Ferreira Chaves e José Bernardo de Medeiros, deputados federaes Augusto Tavares de Lira e Eloi Castriciano de Souza, desembargadores João Batista de Siqueira Cavalcanti, José Teotonio Freire e Manoel Moreira Dias, drs. Antonio José de Melo e Souza, procurador geral do Estado, Manoel Hemeterio Raposo de Melo, advogado e juiz aposentado, Sergio Barreto, industrial, capitão João Avelino Pereira de Vasconcelos, proprietario, Henrique Castriciano de Souza, secretario do Governo, e Pedro Avelino, jornalista e diretor da "Gazeta do Comercio", desta capital, (14), e deliberaram criar a associação de letras historicas, "tomando a si o encargo altamente patriotico de firmar com dados autenticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade historica da vida potiguar, em qualquer sentido e promovendo todos os meios conducentes á realização desse *desideratum*".

Assim sendo, aquela reunião inicial, que se efetuou no salão do norte do Ateneu Norte-riograndense, ao meio dia de 29 de março de 1902, onde se congregava a fina flôr da intelligencia da nossa terra, determinou a fundação do Instituto, que, através de vicissitudes várias e etapas modestas ou brilhantes, chega hoje ao implemento do seu primeiro cinquentenario, enaltecido pela consideração de todos os bons norte-rio-grandenses, que amam a cultura e se devotam ao estudo do passado historico de nossa gente.

A instituição tem tido sédes diferentes e varias direções.

Começou a funcionar no Ateneu; passou a trabalhar, em seguida, no salão da Intendencia Municipal; mudou-se para o prédio da antiga Justiça Federal, á Rua 13 de maio, hoje, Princesa Isabel (atual "Cruseiro"); no governo do dr. Augusto Tavares de Lira, (1904-1906), transferiu-se para o predio reconstruido, juntamente com o Superior Tribunal de Jus-

tiça (rua da Conceição); e daí, para a casa nº 577 da mesma Rua da Conceição, e, finalmente para o predio, que atualmente ocupa, á mesma Conceição 622, em definitivo, por força da doação que lhe foi feita, por titulo legitimo, o Interventor Federal, dr. Rafael Fernandes Gurjão, em 1938 (escritura publica de 6 de setembro de 1938, transcrita no Registro de Imoveis de Natal, sob nº de ordem 2.930, em 8 de setembro do mesmo, em virtude do decreto estadual, nº 503, de 7 de junho de 1938, completado pelo decreto estadual nº 548, de 22 de agosto do mesmo ano, que isentou de laudemio, taxas e impostos o referido prédio).

A direção do Instituto tambem variou nessa primeira fase de sua existencia: fundado sob a presidencia do dr. Olimpio Manoel dos Santos Vital, a 29 de março de 1902, o qual foi confirmado em assembleia geral de eleição, a 12 de junho desse ano, manteve-o na presidencia até á data do seu falecimento, a 19 de fevereiro de 1910, quando foi eleito 2º presidente o desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, que a exerceu até 3 de maio de 1916, sendo substituido pelo coronel Pedro Soares de Araujo, até junho de 1925, quando renunciou a direção, que se completou com o desembargador João Dionisio Filgueira, até 3 de maio de 1926, para empossar o desembargador Hemeterio Fernandes Raposo de Melo, eleito para o ano de 1926-1927, o qual, completando-o, a seguir, empossou o dr. Nestor dos Santos Lima, atual presidente, durante todos os cinco lustros contados de 29 de março de 1927.

O que foram as administrações anteriores dizem-n'ó, com palmar evidencia, todos os conterraneos, que se acostumaram a acompanhar e aplaudir as atividades do notavel Instituto, quer promovendo movimentos culturaes de alto valor, quer enriquecendo as nossas praças com símbolos e padrões de irrecusavel cunho tradicional, quer editando uma

REVISTA, que já conta cerca de cincoenta edições, cheias de estudos, notas, discursos e apontamentos historicos, do mais subido valimento, quer congregando em seu turno outras instituições culturaes de letras ou de ciencias, como acontece com a Academia de Letras, o Instituto Brasileiro de Folk-lore, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, a Universidade Popular e outros ajuntamentos regulares de pensamento e de ação, que ela abriga e ajuda para sua perfeita e completa expansão, no meio em que se desenvolvem.

O Instituto Historico é, no nosso ambiente cultural, a expressão do mais nobre acolhimento e estímulo a todos quantos querem comunicar-se com as gentes potiguares, tendo dado acolhida a notáveis oradores e conferencistas de varias procedencias do País e do Extranjeiro, no seu anseio de divulgação e de intercambio cultural.

Na modestia dos seus recursos financeiros, ele tem sabido conservar e desenvolver o seu patrimonio artistico e literario, dispondo de uma Biblioteca numerosa composta de mais de dez mil obras científicas, literarias e historicas de reconhecido mérito, um Museo de moédas e objetos historicos indigenas de muito interesse e de um Arquivo muito rico de documentos, sobre tudo referentes á historia territorial do Rio Grande do Norte.

E era essa principalmente a sua finalidade: pesquisar, decifrar, interpretar e divulgar documentos que possam firmar a historia do Estado, em momentos e oportunidades, como aquela, que se nos deparava, quando da sua fundação, em que o Ceará nos disputava o dominio e a posse do trecho do nosso territorio, entre a barra do Rio Mossoró e o Morro do Tibau, contenda notavel em que se agigantaram os confrades Vicente de Lemos, Augusto Tavares de Lira, Meira e Sá, e outros que forneceram ao nosso árbitro Conselheiro Antonio Coelho

Rodrigues e ao nosso excelso patrono, junto ao Supremo Tribunal Federal, RUI BARBOSA, as bases e os argumentos para a plena e eficiente defesa dos nossos direitos, finalmente proclamados em três acordãos sucessivos daquela Colendíssima Suprema Instância, a favor do nosso Estado.

Ao par dessas campanhas de ordem documental ou judiciaria, tem o Instituto derimido inumeras causas civis territoriaes, levadas no fôro do Estado, com referencia a assuntos de ordem dominial.

Assumiu tambem a ofensiva em torno da naturalidade potiguar de Antonio Felipe Camarão, chefe da nação dos potis, nascido no territorio, que é hoje do Rio Grande do Norte, e que pretensos argumentos de ténue resistencia desejam transferir, á fina força, para o territorio de Pernambuco, pelo fato de haver ali guerreado tenáz e brilhantemente, na campanha contra os batavos, durante a heroica resistencia de 1630 a 1647, quando ali faleceu na Várzea, vitima de doença da guerra, ainda em curso.

Celebrou, com grande pompa, as brilhantes efemérides de Frei Miguelinho, em 1906 e 1917, deixando de ambos um traço inapagavel e sempiterno.

Colaborou eficazmente com o Governo do Estado, (7 setembro 1922), para o maior realce das comemorações centenarias da Independencia Nacional, realisando a primeira SEMANA DA PATRIA, que despertou grande entusiasmo em todo o territorio do Estado.

É um animador consciente de tudo quanto diz respeito á cultura e ao alevantamento intelectual nas classes sociais, de qualquer hierarquia.

Mas, tudo isso está adstrito aos canones fundamentaes do Instituto tal como se declarava na sessão inicial, a 29 de março de 1902.

Hoje, em dia, passados, cincoenta anos dessa gloriosa efeméride, temos a satisfação de olhar para o caminho percorrido, descobrir as marcas indestrui-

tíveis da sua existencia, dos beneficios conseguidos, das obras realizadas e dos frutos produzidos, em tão longa jornada, em que se fiseram benemeritos os que o fundaram e dirigiram, por largo espaço e, ainda hoje, o servem com o melhor da sua dedicação e patriotismo.

No brilhante ról dos seus fundadores, destacaram-se notabilidades e autoridades que honram a cultura nacional, como o Ministro Tavares de Lira, felizmente sobrevivente e que frúe, na Capital Federal, a mais honrosa tradição de trabalho, cultura e probidade, ha pouco tempo, consagrados por solicitação de todo o Senado Federal, com a inscrição do seu nome no LIVRO DO MERITO do Brasil, por decreto do Exmo. Sr. Presidente da Republica; Meira e Sá, que deixou um rastro luminoso como legislador e como Juiz incomparavel, que nunca ninguém igualou; Vicente de Lemos, Olimpio Vital, Luiz Fernandes, Manoel Dantas, Henrique Castriciano, Pedro Soares e Pedro Avelino, figuras exponenciaes da nossa companhia, mal grado roubados á nossa convivencia; Antonio de Souza, estadista e escritor de renomados meritos, que ainda temos a fortuna de acolher e aplaudir, e tantos outros, que a fatalidade levou para o ceio das sombras eternas.

Restam sobreviventes e em atividade: Ministro Augusto Tavares de Lira e dr. Sergio Barreto, no Rio, Drs. Antonio José de Melo de Souza e Eloi Castriciano de Souza, presentemente nesta Capital, aos quaes tributâmos as mais sinceras homenagens, como representantes sobrevivivos daquela valorosa pleiade de homens de espirito que fundaram o Instituto Historico, ao completar este os seus dez primeiros lustros de vida e de atividades.

Aos que se foram, a saudade imorredoirá e as seguranças de que seus nomes, ação e inteligencia persistem dentro da casa, que fundaram, enalteceram e honraram com o brilho de seu espirito, com

a eloquencia da sua palavra e com a orientação bemfasêja e proficua, que dispenderam e transmitiram aos coetâneos e confrades, que nada mais fazem que cultuar-lhes o nome sempiterno e seguir-lhes os exemplos imortaes.

Aos fundadores vivos, o agradecimento profundo do Instituto!

Aos fundadores desaparecidos, uma lagrima eterna de saudade!

Aos que fazem o Instituto, as alegrias da comemoração deste 1º cincoentenario de fundação e o consolo deste retrospecto honroso, que a "REVISTA", órgão official do Instituto Historico e Geografico, apresenta, com insopitavel entusiasmo, na data aurifulgente das BODAS DE OURO da mais illustre e operosa das instituições culturais da nossa terra.

P R O G R A M A

das solenidades comemorativas do 1.º cincoentenario da sua fundação, a 29 do corrente.

Semana da Cultura Potiguar de 23 a 29 de março 1952

Dia 23, domingo, às 20 horas, conferencia do dr. Nestor Lima sobre «O Jubileu de Ouro do Instituto Historico».

Dia 24, segunda-feira, às 20 horas, conferencia do capitão de fragata Raul de Valença Camara, acerca dos «Aspetos Geopoliticos do Rio Grande do Norte».

Dia 25, terça-feira, às 20 horas, conferencia do

dr. Juvenal Lamartine sob o titulo «Evolução Economica do Rio G. do Norte».

Dia 26, quarta-feira, ás 20 horas, conferencia do Monsenhor Paulo Heroncio acerca de «Os Jesuitas nas primeiras horas da Capitania».

Dia 27, quinta-feira, ás 20 horas, conferencia do dr. Cristovam Dantas sobre importante assunto da nossa Economia.

Dia 28, sexta-feira, ás 20 horas, conferencia do deputado José Augusto, sobre tema de suggestivo valor atual».

Dia 29, ás 8 horas, na Cathedral Arquidiocesana, Missa de ação de graças pelo Exm.º Sr. Dom Marcolino Dantas, 1.º Arcebispo de Natal.

ás 18 horas, retrêta de uma Banda Militar, em frente á sede social.

ás 20 horas magna solene do Instituto Historico, sendo orador official o dr. Luis da Camara Cascudo, e falando outros oradores. Encerramento das solenidades.

Recordando dias ídos...

A. Tavares de Lira

(Socio fundador e benemerito)

Fr. Vicente do Salvador nos fala em sua «História do Brasil», escrita em 1627, das ricas e opulentas salinas do Rio Grande do Norte, «onde naturalmente se coalha o sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações»; e Adriano Verdouk, n uma «Memória», que data de 1634, acrescenta que a elas costumava o comandante do «Forte dos Reis» mandar navios para transportarem «sal mais forte do que o espanhol e alvo como a neve», sal que era produzido quasi sem trabalho do homem, «sem beneficio algum,» diz a referida memória. Outros autores confirmam estas informações. Fato é, entretanto, que, embora conhecidas desde a conquista da capitania, essas salinas só começaram a ter regular exploração no correr do século 18°, quando foram fundadas as primeiras xarqueadas de Mossoró e Assú, em logares que tomaram o nome de «Officinas,» E isso mesmo, por pouco tempo, porque, celebrado o contrato do «estanco do sal,» — odioso monopolio creado em favor do

produto da metrópole, — esta se apressou em sufocar os surtos promissores da nova industria, expedindo varios atos officiaes, d'entre os quaes é de destacar os alvarás de 10 de Outubro de 1755 e 7 de Dezembro de 1758, consignando disposições como estas: —

— que fosse feito o tombamento das salinas existentes no Brasil, mencionando-se onde estavam situadas nas capitancias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro (outras não deviam existir em efetiva exploração, pois, sí existissem, teriam sido necessariamente indicadas);

— que o tombamento fosse revisto de tres em tres anos; e

— que não fossem exploradas novas salinas.

Havia nos aludidos atos officiaes um imperativo legal digno de nota, a saber: que os moradores das capitancias citadas, — Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, -- podiam usar o sal produzido pela natureza ou pela industria nas salinas já exploradas, mas não podiam exportal-o para outras capitancias, sob pena de multa e perda das embarcações que o transportassem. Contra esta concessão se revoltaram os gananciosos beneficiarios do «contrato do estanco.» A principio, inutilmente, por haver uma ordem regia assegurando aos xarqueadores a livre «fatura e exportação de suas carnes»; depois, com pleno exito, graças ao apoio decisivo das autoridades portuguezas, inclusive o capitão-general de Pernambuco, de

acordo com cujas instruções a Junta da Fazenda do Recife se dirigiu á Camara de Natal, em 23 de Novembro de 1785, indagando da conveniencia ou inconveniencia de ser « mantido, reduzido ou extinto o commercio de carnes secas, que se fazia em grande numero de barcos da capitania para a Bahia e Rio de Janeiro. A Camara examinou o assunto em vereação de 4 de Março do ano seguinte e respondeu áquella Junta, opinando pelo terceiro alvitre, — «a extinção do referido commercio.» — Duas as principais rasões em que baseava o seu parecer: a possivel falta de gado destinado ao abastecimento de carne verde á população local e o prejuiso da Fazenda pela não arrecadação do «subsídio de sangue» (400 reis por boi e 320 por vaca), relativo a cerca de duas mil rezes abatidas que cada barco conduzia. Improcedentes essas rasões: a primeira, porque, verificada a falta de gado por qualquer circumstancia, facil seria recorrer ás capitancias visinhas, regiões francamente creadoras; a segunda, porque a propria Camara já providenciára sobre a cobrança do mesmo subsidio. Mas, de nada valiam argumentos. A extinção das xarqueadas norte-riograndenses era coisa definitivamente assentada e, em começo de 1787, o capitão-general D. Thomaz José de Mello dava-lhes o golpe de morte, mandando fechar os portos de Mossoró e Assú e determinando que as carnes secas só poderiam ser fabricadas do «Aracati para o norte», d'onde a denominação de

«carne do Ceará» que o xarque passou a ter d'ai em deante, no nordeste brasileiro.

Não obstante as vantagens que haviam obtido, os industriaes cearenses receberam com reservas o áto vexatório do capitão-general. Porque? Porque, na conformidade do «contrato do estanco,» continuavam obrigados a empregar em suas fabricas o sal importado do reino, uma vez que não estavam compreendidos na exceção prevista nos alvarás regios, isto é, não eram moradores de Pernambuco, Rio Grande do Norte ou Rio de Janeiro, unicos que podiam utilizar-se do sal produzido em suas respectivas capitánias. Para conseguirem ser incluídos nesta exceção apelaram para a Camara da vila do Aracati, que, n'uma representação tendenciosa, sugeriu ao governo de Lisboa, para resolver o caso, o deferimento de sua antiga pretensão de levar até á margem esquerda do rio Mossoró, onde abundavam as salinas, os limites do termo daquela vila por lhe parecer que «até lá iam suas divisas territoriaes.»

Dessa e de outras representações se originou a carta régia de 17 de Dezembro de 1793, que, comquanto não executada e sem o alcance que lhe quizeram emprestar mais tarde, veio a constituir uma das causas primordiaes da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, perturbando por mais de um seculo suas relações de boa vizinhança. Tudo isto consta desenvolvidamente de outros trabalhos meus.

A fase mais irritante do litígio, que era, no fundo, alimentado por interesses de ordem economica e se agravava sempre que a industria do sal oferecia melhores perspectivas de prosperidade, teve inicio já na República, quando, sendo governador Ferreira Chaves, os incidentes de fronteira tomaram carater alarmante, envolvendo os juizes federaes dos dois Estados, que acabaram suscitando um conflito positivo de jurisdição, convertido pelo Supremo Tribunal em ação de sua competencia privativa para conhecer, na forma da Constituição de 1891, dos limites das duas unidades federativas.

Nessa ocasião, foi comissionado para coligir documentos comprobatorios dos direitos do Rio Grande do Norte sobre a zona contestada o desembargador Vicente de Lemos, a quem secundou, com inexcedivel solicitude, uma pleiade de batalhadores illustres: Alberto Maranhão, Meira e Sá, Antonio de Souza, Luiz Fernandes, Dionisio Filgueira, Pedro Soares, Joaquim Correia, Oliveira Coriolano, João Pegado, tantos outros, incansaveis e esforçados em seu labor fecundo. Da obra que realisaram tambem me coube a honra de ser devotado colaborador: enquanto Lemos se entregava a pacientes pesquisas em Pernambuco e seus companheiros no Estado, eu me dedicava a identico trabalho nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro.

Em meio á tarefa que empreênderamos, surgiu e ganhou terreno a idéa de submeter a questão a arbitramento e, como consequência,

a necessidade imperiosa e urgente de reunir, coordenando cuidadosamente, o material que conseguíramos em diferentes setores e com o qual nosso árbitro, o eminente jurista conselheiro Coelho Rodrigues, teria de construir a estrutura de nossa defesa. Deste delicado encargo nos incumbimos Lemos e eu.

Em Julho de 1902, — malgrado a tentativa do recurso amigavel, em virtude da parcialidade do arbitro desempatador, cuja suspeição denunciáramos oportunamente. — os deputados cearenses entenderam de apelar para uma solução legislativa, mediante projeto de lei que nossa representação federal, notadamente Pedro Velho, Ferreira Chaves e Eloi de Souza, combateu com habilidade e vigor nos bastidores politicos, ao mesmo tempo que eu o fazia, oralmente e por escrito, perante a Comissão de Constituição e Justiça da Camara dos Deputados, que, em Outubro do ano seguinte, propunha a rejeição do referido projeto, em luminoso parecer, concluindo por afirmar que, na hipotese em apreço, competia exclusivamente ao poder judiciário derimir o pleito. Estava indicado o caminho a seguir. Por ele enveredámos; e, tendo por patrono Rui Barbosa, fomos bater ás portas do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a legitimidade de nossos direitos em tres decisões memoraveis, em 30 de Outubro de 1908, 2 de Outubro de 1915 e 17 de julho de 1920.

Na luta aspera e prolongada que tivemos

de sustentar e que ora relembro através destas ligeiras reminiscencias, tocou-me, por força dos acontecimentos, um dos postos mais difíceis; e, si nele pude prestar alguns serviços de valia á terra de meu berço perigosamente ameaçada em sua integridade territorial, devo-o, em parte, ao auxilio prestimoso de Vicente de Lemos. Nem outro foi o motivo porque associei o seu ao meu nome nos «Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte,» livro que escrevi em 1903.

Por esse tempo, ele esteve durante alguns meses nesta cidade, ajudando-me a pôr em ordem a farta documentação que possuíamos e de que se utilisaria depois nosso genial advogado em suas «Razões Finaes», sem favor um monumento de erudição e de saber juridico. Morávamos no mesmo hotel, sendo intermináveis nossas palestras sobre coisas do passado. No curso de uma dessas palestras, lamentei a ignorancia em que vivíamos de pontos essenciaes da nossa história, ponderando que ao Instituto Histórico do Estado, fundado um ano antes, devia caber a missão de colher em fontes seguras os elementos com que um historiador consciencioso e capaz pudesse fazer, de futuro, obra proveitosa e duradoura. Respondeu-me concordar em que fosse esta sua principal finalidade, mas que era de demorada realização. Não tanto quanto lhe parece, disse eu, si cada um de seus associados lhe der individualmente e

na medida de suas possibilidades o contingente de sua boa vontade. Mostrou-se descrente: «muitos prometerão e rarissimos cumprirão a promessa.» Não importa, repliquei. Demos nós dois o exemplo. Teremos imitadores. E demos realmente esse exemplo, conforme assinaei em 1912:

«Ha cerca de dez anos que dedicámos juntos o melhor de nossa atividade e de nosso esforço ao estudo de velhos documentos com que o Rio Grande do Norte teria de pleitear vitoriosamente perante os tribunaes os direitos que lhe assistem em sua secular questão de limites com o Ceará... A necessidade daquele momento fez o habito do resto da vida. Terminámos a nossa tarefa; mas ficou o amor ás velharias, que não nos abandonou jamais. E d'ali em deante guiou-nos uma nobre aspiração: dizer das virtudes e dos feitos das gerações que, em dias ídos, souberam engrandecer a patria nesse obscuro recanto do seu território...»

Estes periodos constam de uma carta-prefácio publicada em «Capitães-móres» e «governadores do Rio Grande do Norte,» a que o saudoso Sebastião Fernandes denominou, com aplausos, o «livro classico do Instituto.» Foi o unico dos trabalhos de Vicente de Lemos publicado em volume. Os demais, — todos va-

liosíssimos, — estão esparsos em jornaes e revistas. De minha parte — e sem embargo das responsabilidades que então pesavam sobre mim na política e no governo, — fiz o que pude, escrevendo:

— «Algumas notas sobre a história do Rio Grande do Norte;»

— O Rio Grande do Norte em 1911;

— O Domínio holandez no Brasil;

— A Colonisação do Rio Grande do Norte; e

— Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte.

Destas ultimas apenas publiquei o primeiro volume. E aqui vai, extraída de um livro ainda inedito, a passagem em que explico porque alterei o plano primitivo da obra, projetada em cinco volumes:

«Ao publicar o primeiro volume das “Notas Históricas”, não me animava o proposito de escrever uma história completa do Estado. Outros que a escrevessem. Meu objetivo era mais modesto: evitar que se perdesse o material que accumulara em penosas pesquisas. Modifiquei-o por motivos supervenientes. Pouco antes da publicação daquelas «Notas» me desligara do situacionismo local e a alguém, dominado pelo espirito partidário, pareceu que a mim, oposicionista,

não devia pertencer, ainda que cronologicamente, o titulo de primeiro historiadador do Estado (além de um pequeno trabalho de Manoel Ferreira Nobre, -- «Breve Noticia sobre a Provincia do Rio Grande do Norte», -- publicado em 1877, pode-se dizer que pouco ou nada existia a respeito de sua historia). O caso foi discutido em rodas officiaes e, como consequencia, convidado Rocha Pombo para preparar, ás pressas, uma história da ex-provincia. Dele informado, resolvi encarregar-me de trabalho de identica natureza que me fôra solicitado pelo Instituto Histórico Brasileiro. E puz mãos á obra, refundindo minhas produções anteriores e adicionando-lhes subsidios novos, adquiridos, aqui e ali, com paciencia de beneditino. Publicado, em 1921, o livro, — História do Rio Grande do Norte, — que tem mais de oitocentas páginas impressas, ofereci um exemplar a Rocha Pombo, meu amigo de muitos anos. Deu-me suas impressões de leitura, em longa e honrosissima carta, cujo fecho é este: «uma obra definitiva.» Exagêro de sua bondade, pois nela ha enganos e imperfeições que eu mesmo corrigiria, si pudesse publical-a em edição revista e aumentada...»

Publiquei ainda:

- «As secas do nordeste» (1919);
- «Corografia do Rio Grande do Norte» (1924);
- «Aspectos economicos do Rio Grande do Norte: estradas de ferro e portos» (1940);
- «Sinopse historica da capitania do Rio Grande do Norte de 1500 a 1800» (1950).

Isto no tocante á minha bibliografia historica de carater local. Quanto á de carater nacional consta da seguinte relação, aliás incompleta:

- «Organização administrativa da Republica» (1922);
- «Regimen eleitoral desde a Independencia» (1922);
- «Reunião dos Procuradores Geraes das Provincias do Brasil» (1922);
- «A presidencia e os presidentes do Conselho de Ministros» (1923);
- «Contribuição para a biografia do Imperador» (1925);
- «Centenário do Senado do Império» (1926);
- «Centenário dos cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda» (1927);
- «Centenário do Supremo Tribunal de Justiça» (1928);

- «O primeiro Conselho de Estado» (1931);
- «Caxias, presidente do Conselho» (1936);
- «O primeiro Senado da República» (1938);
- «Organização política e administrativa do Brasil, Colonia, Império e Republica» (1938);
- «O duque de Caxias e a unidade brasileira» (1941);
- «O imperialismo» (1942);
- «O monumento ao Barão do Rio Branco» (1943);
- «Minha administração no Ministério da Justiça» (1943);
- «Minha passagem pelo Senado» (1944);
- «Rio Branco e o Instituto Histórico» (1945);
- «Os ministros de Estado da Independencia á Republica», [1949].

Dentre dezenas de esboços biograficos que tenho escrito, destaco estes que, com correções e acrescimos, pretendo enfeixar, si possivel, n um livro. — Vultos do passado: —

- «Deodoro da Fonseca» [1927];
- «Marquês de Queluz» [1933];
- «Lafayette Rodrigues Pereira» [1934];
- «João Alfredo» [1935];
- «Quintino Bocaiuva» [1936];
- «Affonso Pena» [1939];

- «Francisco Belisario» [1939];
- «Francisco Glycerio» [1941];
- «Pedro Velho» [1942];
- «Barão do Rio Branco» [1943];
- «Rodrigues Alves» [1948]; e
- «Amaro Cavalcanti» 1949.

Sei bem que estes e outros trabalhos históricos, — escritos, em sua maioria, no decurso de minha intensa e acidentada carreira de politico, parlamentar, homem de governo e ministro da mais elevada Côrte de Contas do paiz, — são de valor muito discutivel; mas, têm o mérito de refletir um dos pendores naturaes do meu espirito, sempre propenso aos estudos que constituem preocupação habitual das doudas associações em que se investigam e cultuam os feitos, as tradições e as glórias de nosso passado. De algumas dessas associações faço parte, sendo que de uma delas, — «O Instituto Histórico do Rio Grande do Norte,» — desde sua fundação n uma assembleia de elite, que se realizou na cidade de Natal, a 29 de Março de 1902 e a que estiveram presentes, pessoalmente ou por procuradores:

Alberto Maranhão;

Antonio de Souza;

Eloi de Souza;

Ferreira Chaves;

Francisco Carlos Pinheiro da Camara;

Henrique Castriciano;
João Avelino Pereira de Vasconcelos;
João Batista de Siqueira Cavalcanti;
Joaquim Manoel Teixeira de Moura;
José Bernardo de Medeiros;
Luiz Fernandes;
Meira e Sá;
Manoel Dantas;
Manoel Hemetério Raposo de Mello;
Moreira Dias;
Olympio Vital;
Pedro Avelino;
Pedro Soares;
Pedro Velho;
Pinto de Abreu;
Sergio Barreto;
Tavares de Lyra;
Theotônio Freire;
Thomaz Landim;
Verissimo de Toledo; e
Vicente de Lemos.

Destes vinte e seis velhos e inesquecíveis companheiros da primeira hora restam somente quatro. Os demais já pagaram seu tributo á lei inexorável da contingência humana, vivendo de presente na memória agradecida e na carinhosa saudade de seus contemporâneos e das gerações que vão passando.

Vicente de Lemos foi a verdadeira alma da nova instituição, creada por iniciativa sua e com o concurso inestimavel do governador Alberto Maranhão, a quem os intellectuaes do tempo cognominaram com justiça o «Mecenas das letras potiguares». Foi Lemos que lhe traçou,— ás vezes discretamente para não ferir suscetibilidades de ninguem,— os rumos a seguir, redigindo seus estatutos, organisando sua biblioteca, angariando recursos para sua manutenção, promovendo a publicação regular da sua «Revista...» E, no tocante a esta, lembrarei um incidente que bem o define. Certo dia, quando eu presidia o Estado, pediu-me um artigo para ela. Recusei, alegando minhas occupações de governante. Não se conformou com a recusa. Insistiu: “tenha paciencia: faça-me este favor,...” Relutei. Teve então esta expansão: “avalie o prestigio que nos advirá do fato de ser o governador um de nossos colaboradores...” Sorri e comprometi-me a atendel-o. D’ai o meu estudo «Algumas notas sobre a história politica do Rio Grande do Norte,» a que o erudito historiador Camara Cascudo se referiu tão generosamente, n um dos capitulos de sua excelente “Historia da Cidade do Natal.”

Como eu, nenhum de nossos confrades podia resistir aos seus apelos, ás suas solicitações, ás suas rogativas. E, afinal, estimulados pela fortaleza de sua fé inquebrantavel, fomos todos artifices mais ou menos operosos do engrandecimento do querido sodalicio, que, -- guiado pelo

espírito superior e construtivo de seu atual presidente, o eminente dr. Nestor Lima, -- vai comemorar, dentro em breve, seu primeiro cinquentenario, por entre festas e manifestações de regosijo, a que me quero associar cordialmente, evocando, como acabo de fazer, com enternecida emoção, os grandes nomes daquele illustre compatricio, -- o trabalhador numero um de nossa companhia no período mais difficil de suas maiores provações, -- e dos bravos combatentes que, ao seu lado, se tornaram estudiosos benemeritos das letras históricas norte-riograndenses, n uma época em que bem poucos eram ainda os que as cultivavam.

E ai está, ditada pelo coração, a palida homenagem de um velho, que vive

recordando dias ídos...

O Rio Grande do Norte na

Cartografia do Século XVII

José Moreira Brandão Castello Branco
(Socio correspondente)

Já fizemos um bosqueijo da terra norte-riograndense, passando uma olhadela nas cartas geográficas do século XVI; vejamos, agora, o que mostram sobre essa região os mapas da centuria seguinte, mais enriquecidos de topônimos, visto que já se iniciara a colonização, com a fundação do forte dos Reis Magos e da Cidade do Natal, além de grande número de sítios ao longo do litoral e mesmo na direção do sertão, em cujo âmbito já penetravam os mais audaciosos exploradores, anciosos por desvendarem os segredos e riquezas, não só de suas ribeiras e lagunas, como de tabuleiros, chapadas e serranias.

Não há dúvida que os apontamentos verificados naqueles são mais interessantes, por lembrarem uma época em que, a bem dizer, não tínhamos documentação escrita, havendo, apenas, vagas referências ao tráfico de drogas da terra feito entre portugueses, franceses e indígenas, à criação da capitania e tentativas malogradas para sua conquista, não deixando, porém, os dados colhidos nos mapas do século XVII de terem sua importância, princi-

palmente, na indicação de novos acidentes do litoral e localização de pontos habitados.

No estudo anterior chegámos á conclusão de que poucos logares tinham apelidos conhecidos dos europeus, inclusive algumas tabas indígenas, aliás, somente fixadas por um cartógrafo francês.

Iniciado o povoamento em 1600, por meio de concessão de sesmarias, a breve trecho, a exploração de sítios, fazendas, engenhos, madeiras, pescarias, fazia-se sentir, na zona que ia da fronteira com a Paraíba até ás adjacencias do rio Ceará-Mirim, pela orla marítima, numa penetração de algumas leguas para oeste, nos vales do Camaratuba, Guaju, Curimataú, Jacu, Trairi, Pirangi, Jundiáí, Potengi, Ceará-Mirim, Maxaranguape, na enseada de “pequi-tinga” (1608), e mesmo no estuario do Açú, no qual se concedera, em 1605, “huas salinas”, cujo sal “por sy cria”.

O que é certo é que, cerca de 1630, Domingos da Veiga já arrolava uns trezentos moradores brancos, escravaria e pouco mais de trezentos índios flecheiros, trabalhando e garantindo a criação de gado, produção de açúcar, farinha, milho, sal que, segundo o brabantino Adriaen Verdonck, já eram exportados para Pernambuco, nessa época, afóra o commercio de peixe e de madeiras, inclusive o famoso pau brasil e o apreciado jacarandá.

De 1603 a 1608, Pedro Coelho de Sousa ficara conhecendo a costa marítima, deixando nomes como Guamoré, Amargoso e Carauratemar (região de salinas); em 1608, Jeronimo de Albuquerque avança quarentas leguas, do forte dos reis Magos ao alto sertão, dizendo haver descoberto minas de ferro; em 1612, Diogo de Campos Moreno, já fala nos portos de Corimatug, Buzios, Ponta Negra, Rio Grande e na terra deserta do rio Guarahug ao Ceará, aproveital somente para salinas.

Antes de 1630, já os holandeses incursionavam

pelo litoral riograndense, chegando o capitão Uzeel, em 1625, ao engenho Cunhaú; e, em 1628, Kilian de Resenlaer, ouvindo índios janduis, aponta varios logares da costa, inclusive Pekitinga e Guamare; tendo Adriaen Verdonck, em 1630, feito uma descrição da capitania; seguido pelo capitão Albert Smient que, um ano após, chegava á ponta e enseada de Ubranduba, onde desembarcou tropa e, encontrando nas proximidades o português João Pereira, assas-sinou-o, roubando-lhe papeis que encerravam informações minuciosas sobre o Ceará.

Ainda sobre o Rio Grande, ha varios informes nos "Anais" de J. de Laet (1632-1636), "Relatório" de Adriaen van Dussen (1639); no "Brasil Holandês" de J. Barleus (1638-1647); nas narrativas de exploração dos mineradores dos sertões, como J. Stetten (1645) e Pieter Persjin (1650) e do pastor Rovilox Baro (1647), que substituiu o famigerado Jacob Rabi, os quais se comunicaram com o cacique Inhandui, nas raias do alto Potengi.

Restaurado o domínio português, reiniciou-se a colonização, muito abalada com as destruições e massacres produzidos na administração flamenga, continuando os capitães-móres a conceder sesmarias não só no litoral, como pelo interior, de sorte que, ao findar a centuria, os exploradores, apesar da luta de decenios contra o gentio revoltado, já ultrapassavam o vale do Açu, nas cabeceiras do Piató até os confins do Ceará, alcançando terras dos rios Jaguaribe e Xoró para oéste e pelo sertão até as raias do rio Seridó.

Neste particular, deu-se o inverso da centuria anterior, os sesmeiros e cronistas vão na dianteira dos cartografos que, na sua maioria, se circunscreveram a riscar nomes na costa marítima, com exceção dos holandeses Marcgrave e Vingboons, únicos que fixaram pontos geográficos já na zona dos tabuleiros.

* * *

De três nacionalidades foram os cartógrafos que mais se interessaram pelo Brasil no século XVII, notadamente do nordeste, cuja região abarcava a capitania do Rio Grande.

Eram de Portugal, Holanda e França esses obreiros, sendo que as melhores cartas lusas pouco ultrapassaram o meiado da centúria, as dos flamengos abrangeram-na quase toda e a dos francos, somente após 1650, apresentaram algum trabalho digno de apreço.

A primeira, em geral, era manuscrita e pessoal, as segunda e terceira, ao contrário, eram impressas, mas, ao passo que a flamenga, com seu corpo de desenhadores, calígrafos e coloristas, dependia de organizações particulares, a francesa era amparada pelo seu governo.

Ambas sofreram inspiração ou influência lusitana, mas a holandesa, principalmente nos trabalhos de Marcgrave e Vingboons, afastou-se muito, e, se recebeu informes dos portugueses, muito ampliou os seus conhecimentos devido também a esclarecimentos de exploradores de sua nacionalidade, como os Ruydele, Uzeel, Smient e Morris, que examinaram a nossa costa, e os Resenlaer, Verdonck, Sussen, Houck, Rabi e Baro, observaram o seu interior ou ouviram o gentio por aí espalhado.

Contudo, as cartas de origem francesa, não tendo observadores próprios conhecidos, basearam-se também nas holandesas, estando as de Nicolas e Guillaume Sanson, principalmente, a do primeiro, referente ao ano de 1656, cheia de nomes escritos á moda flamenga.

Apenas deparámos dois mapas elaborados no primeiro decênio do século XVII, o de Willem Jansz Blaeu (1605), facsimile por Edward Luther Stevenson (New York, 1914) e o de Harmen e Marten

Janss (1610), que se cingem a toponimos já constantes das cartas quinhentistas, a não ser o primeiro que consigna, no mapa da America, o nome esquisito de "Tocoati" entre a "B. Apracelada" e "Orotaphica".

Não se pode atinar bem o que seja, por não ser registado pelos outros cartografos e por se acharem os poucos accidentes geograficos que enumera, mal dispostos, como sejam "C. de S. Roque" ao N. de "B. Apracelada" (enseada de Caissara) e "Parabiba" entre "Orotaphica" e "B de Treiçan", salvo se corresponde a "*Itacoatisara*" do mapa de Luiz Teixeira (1574), "*Itacoatigara*" do roteiro de Gabriel Soares (1587) e "*Itacoytiaca*" do mapa de João Teixeira Albernaz (1631) localizadas na mesma região e de cujos toponimos subraindo-se o — I — inicial e a desinencia — *sara*, *gara* e *aca*, sobeja a palavra *tacoati* ou *tacoyti*, muito aproximada de *tocoati* grafada pelo flamengo Blaeu, que, com os seus compatriotas, alterava constantemente a prosodia e ortografia adotada pelos lusitanos.

Em 1612, foi escrito o "Livro que da Rezão do Estado do Brasil", com dezesseis folhas de texto, attribuindo-se a sua autoria a Diogo de Campos Moreno, e no seu contexto vinte e duas cartas coloridas, em pergaminho, delineadas pelo cosmógrafo real João Teixeira, que pertencia a uma familia de cartógrafos.

Pero Fernandes "mestre de fazer cartas de navegar" era seu avô; Luiz Teixeira, tido como autor do "Atlas de 1574", era seu pai; João Teixeira Albernaz, realizador de varios atlas e mapas avulsos, era seu filho, alem de outros parentes seus que também contribuíram para aumentar a cartografia lusa.

É o que nos ensina o professor Jaime Cortezão, o qual adianta que é difficil, por vezes, distinguir entre a obra de João Teixeira e a de Albernaz devendo ser o atlas a que nos referimos de 1614

ou princípio de 1615, permitindo a carta de Pernambuco e a sua legenda avançar a data do códice junto ao “Livro Rezão do Estado do Brasil”, até 1626.

Conseguimos compulsar varios desses atlas, sendo quatro da autoria de João Teixeira: de 1614 ou 1626, junto ao livro “Rezão de Estado” citado e pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; de 1640 (“Descrição de todo o marítimo da Terra de S. Cruz chamado vulgarmente BRASIL” da Mapoteca do Ministerio das Relações Exteriores (Itamarati) e dois de 1642 (ambos da Biblioteca Nacional, (Rio de Janeiro), sendo um, cópia do atlas da Biblioteca do Palacio Real da Ajuda, denominado “Provincia de SANTA CRUZ, a que vulgarmente chamão Brasil” e outro “Terra de SANTA CRUZ”, a que vulgarmente chamão Brasil”, de cuja ficha consta ser uma cópia da do Instituto Historico referido; e três de João Teixeira Albernaz, pertencentes á Mapoteca do Palacio Itamarati; um de 1627, outro de 1631 e o terceiro de 1666, adquiridos os dois últimos em 1943 pelo ministro Oswaldo Aranha. O de 1631 intitula-se: “Estado do Brasil coligido das mais sertas noticias q pode ajuntar Dô Ieronimo de Ataíde”.

Temos, dest’arte, informações sobre o Brasil de 1612 a 1666, transpondo já o domínio holandês nas terras do nordeste, inclusive a capitania do Rio Grande.

É de notar-se que essas cartas não registam topônimos de um modo uniforme e inequívoco. Nomes consignados numas não o são noutras, havendo algumas vezes palavras inteiramente inadequadas, esquisitas e desconhecidas, e repetições de termos, tumultuando em certos logares o seguimento ou disposição dos accidentes geográficos colhidos e já firmados em alguns desses mapas ou outras fontes, deixando também de inserir nomes, como os cabos

de S. Roque, do Parcel e Oratapica, já firmados por cartógrafos da centuria anterior.

É estranhavel também não constar deles logares conhecidos na faixa litorânea a contar da fronteira com a Paraíba ás margens do Ceará-Mirim, já povoadas por esse tempo conforme se infere das múltiplas sesmarias concedidas pelos capitães-móres da capitania.

Comtudo, é apreciavel o número de topônimos enumerados, contribuindo bastante para se ter uma ideia da costa marítima, já bem diferente dos conhecimentos do século do descobrimento.

A partir das raias com a Paraíba, deparam-se: "Bahia da Treição" ou da "Traição", nas quatro mais antigas, desenhando o de 1642, apenas, uma grande enseada; "R. Camaratuba" ou "tiba" em todos eles, sendo que o de 1631, regista dois rios desse nome — um desembocando na baía da Traição e outro mais ao norte, "Camaratibe" desaguando no oceano; "Baía Formosa" em todos eles, menos na cópia do Instituto Histórico Brasileiro, existente na Biblioteca Nacional: rio "Táguahu" (1626) e "R. guasi jahua" (1627), entre a baía Formosa e o Curimataú, quando devia estar, se corresponde ao atual Guajú, entre o Camaratiba e a dita angra; "Rio Corimato hug" (1626), "Rio Curimato hug" (1627), "Rio corimata hug" (1631), "Rio cori marahug" (1640), "R. Curi matahug" (1642-Ajuda) e "Corimatoha" (1642, copia do I. H. G. B.); sendo que, no de 1626 o rio bifurca a uma legua da foz, sem denominação no galho; no de 1627, o braço da direita chama-se "R. Conhahug"; no de 1631, o "corimata hug" é pequeno e "R. Conhahug" é extenso e desemboca duas leguas ao norte do primeiro; no de 1640, o "Rio Cunhag" é distinto do "Cori marahug"; nos de 1642, ambos estão separados, escrevendo-se na cópia do I. H. G. B. — "R. Conhahu". Justamente esses mapas, por serem mais modernos, deviam registrar um rio só, embo-

ra com as duas denominações, porque se conhece a parte inferior e a superior da corrente, registam dois cursos diferentes, quando — os dois mais antigos (1626 e 1627) fixam somente um, como deve ser.

Seguem-se: “Rio Subahuna” (1626), R. Subauna” (1627), “R. Sobiuna” (1631), e “Subauna” (1642-cópia do I. H. G. B.), formado pelas aguas dos rios Catú e Gramació, registrado este desde 1579, por Vandeclye e aquele só mais tarde por Marcgrave e Vingboons; “Paranapuc” 1626, 1627, 1631 e 1642 — cópia do I. H. G. B.), ligando a lagôa “Guraira” ou “Guaraira” ao mar, ignorado este canal pelos de 1640 e 1642—Ajuda; “Rio Toraivo” na barra do “Rio Tabatinga” (1626), “Rio Tabatinga” e na foz “Tahuha” (1627) e “R. tabatingua” na boca “Larairahugua” (1642-cópia do I. H. G. B.), o qual deve corresponder ao atual Trairi e lembra o logar “Tabatu” de Vandeclye, “tabatinga” do mapa de 1574 (Capitanias) e o logar Tabatinga, situado ao norte do canal de Camoropim, desaguadouro da lagôa Papari e tido como a foz do Trairi, que o atravessa.

Nessa região, coloca o autor do mapa de 1631 o “R. Itacoytiaca”, recordando a “Itacoatiara” do “Mapa das Capitanias” (1574) e do Roteiro de Gabriel Soares. As cartas de 1640 e 1642.— Ajuda, registam “porto de João Lostao, onde se fazem grandes pescarias” (1640) ou “de grande pescaria” (1642), e “lagoa de agua doce meya legua do porto de João Lostas” (1640) ou com a inscrição “Lagoa mea legoa”, desaguando nela um rio sem nome, ao norte, (1642).

Depois vemos: «Porto dos Buzios», em todos, sendo que os de 1626 regista «Rio Pirangi» ao lado, o de 1631, põe 2 regatos em seguida; o de 1640, um riacho; o de 1642 — Ajuda, acrescenta — «Pera navios de 200 toneladas» e, o de 1642 — Cópia do I. H. G. B., «R. Pirange».

Há uma extravagancia nos atlas de 1631 e 1640,

— colocando o «Porto dos Touros» ou «Porto do Touro» entre o Porto dos Buzios e Ponta Negra e, o de 1642 — Ajuda, ao norte dos Buzios, numa enseada com pedras, esquecendo o de ponta Negra, completamente deslocado do seu verdadeiro posto, que é proximo ao cabo Calcanhar, cerca de cinquenta milhas ao norte. O de 1640 tambem desloca o «porto da pipa» para entre o tal «Porto do Touro» e «ponta negra», a qual vem registada nos mapas de 1626, 1627, 1631 e 1640, grafando o de 1642 — cópia do I. H. G. B., «Po neguam».

Em seguida, vê-se «Barra do Rio Grande», o «Forte», «Cidade dos Reis» e casas em varios pontos do rio, a 3 1/2 leguas da foz, no de 1626; «Barras do Rio Grande» e casas nas margens do «R. Puttigi», no de 1627; recifes até a barra do Rio Grande, suas duas entradas, outeiros de areia, casas de moradores entre o forte e a cidade, três riachos nesse espaço, a cidade e outro ribeiro além desta, que deverá ser o atual «Baldo», no de 1631; «forte do Rio Grande» e sinal deste, e, «Rio Grande» na margem direita de um rio bem amplo, vendo-se «Cidade do Rio Grande» e casas a margem direita desse rio, desaguando na esquerda — «Rio Doce» proximo a barra (Redinha de hoje) e «Braço de mar» em frente a uma casa a léste da cidade; morros a oeste desta, no de 1640; «Fortaleza dos Reis Magos», «Medaos de area», «Rio Doce» e Braço do mar», como no anterior, no de 1642 — Ajuda; «o forte», e «Barra do Rio Grande» na foz, sinal de cidade no interior e mais para oeste «Os Reis», á margem direita do rio, que tem um afluente á margem austral e dois na setentrional, no de 1642, copia do I. H. G. B.

Antes de prosseguirmos na descrição dos acidentes da costa, desde que chegamos á séde do governo da capitania, vejamos os poucos pontos que

foram assinalados a alguns quilómetros da orla marítima.

Os mapas de 1626 e 1627 consignam a «Aldea Antonia» e o de 1631, a «Aldea de S. Antonio», a SO, da lagôa «Guraira» ou «Guaraira», além das nascentes do Cunhahug e Sibiúna, e os de 1640 e 1642, não desenham o lago referido e sim uma «lagoa de agua doce meya legua do porto de João Lostao», que só pode ser a de Paparí, atravessada pelo rio Trairi, em cujas margens ficava o porto e feitoria desse importante industrial.

Na «Aldeia Antonia», vê-se assinalado dentro de um quadrado de cabanas indígenas, um grande cruzeiro, característicos estes também existentes na «Aldea de Camarão», á margem esquerda do Putigi e ao sul de uma lagôa inominada que, pela posição corresponde a Guagirú, mais tarde apelidada de Extremoz e tem um canal de cerca de uma legua de curso, que a comunica com o mar (1626 e 1642 — cópia I. H. G. B. ou com o rio «Seara» (1627).

Essas aldeias, segundo o padre Serafim Leite, já possuíam santuarios desde 1606 e 1612, respectivamente, vendo-se sinal de casas nas ribas dos rios Camaratuba, Cunhahú e Subauna, na carta de 1626.

No rio Cunha hug (1642 - Ajuda) havia uma legenda: «em que pode entrar caravelões», mostrando, assim, que já havia commercio, pelo menos até o engenho Cunhaú, que, em 1607, já se construía.

Na folha 18 do atlas de 1627, observam-se no interior os nomes «Guaratiba», «Andui» e «Cara», parecendo referir-se aos domínios dos régulos Ihanduí e Caracará, cujas tribus já estavam em contacto com os luzos, ou com selvicolas intermediários, e, na folha 37 do de 1626, vê-se, depois de umas serras e nascente do «R. Grande», a palavra «Curuaru ama», e nos manadeiros do «R. gararohug» encontram-se a direita «Anduraquara» e a esquerda «Taivaca», certamente, alusivas a outras tribos indígenas.

Seguem para o norte «R. ciara» (1626), «R. Seara» (1627), «R. Ceara» (1631), «R. Creapa» (1640), «R. Cenera» (1642)-Ajuda) que, no mapa de 1626, também tem o nome de «Comaputameri» e no de 1642 (cópia I. H. G. N.), passa a chamar-se «R. Pena Potumari», correspondendo ao Ceará Mirim atual; o «Jacuahug» (1626) ou «R. jacuahus» (1642 - cóp. I. H. G. B.), que poderia corresponder ao atual rio Jacu, da zona da Guaraira, apesar de muito deslocado, também pode ser o lugar Jacumã ao norte do Ceará-Mirim; e os «Motoqua» (1626), «Osmopata», «Iesma hug», «Mossagua» e «Goguaanga» de apelidos estranhos e difíceis de identificar, assim como o «Mamel» dos mapas de 1631 e 1640, se bem que neste se encontre depois do «Rio da aguada». Para Orville Derby esse rio «da aguada» seria o Potengi, devido a ter bom e seguro porto, mas, como João Teixeira coloca um deles ao norte do Ceará Mirim e outro além de «Macariuya» (que pode ser Maracajá) e «Barreiras Vermelhas» (1640 e 42-Ajuda), deve um ser identificado como sendo o rio Maxaranguape, antes do cabo de S. Roque e o outro, como sendo o de Touros, com bom porto e «logar apto para fazer-se aguada», no dizer do pratico Felipe Pereira e as barreiras avermelhadas existentes na região são as de Precabú, também ao norte de S. Roque.

Os atlas de 1626 e de 1642 - co. do I. H. G. B., inserem nessa costa «Rio Piquitinga» ou «Pequitingua», em correlação, sem dúvida, com a enseada de «Petitinga», em que ha na parte norte um riacho.

O autor do mapa de 1626, recolheu uns nomes exquisitos, como «R: canapututiri»; «R: de S. Spovão» e «p.^a de Caravatai», a direita do «R: ciara», tendo «Maragoape» ao sul desta última, que, no de 1627, chama-se «Mossaguape», tendo antes o estranho «R. de Sevilloso». «Maragoape» corresponde, devido a situação em que se acha, ao rio Maxaran-

guape de hoje, devendo, então, a ponta de Caravatai, por se achar logo adiante ser o atual cabo de S. Roque. O «R. de S. Xpovão» deve corresponder ao «R. de S. Christovão» constante do mapa resumido do Estado do Brasil, existente no começo do mesmo atlas, mas, sem um símile que perdurasse nessa costa. Quanto aos de 1631, 1640 e 1642 — Ajuda, vê-se na região a denominação «Ponta-Delgada», sendo que o de 1631 faz aí começar os «Baixos de S. Roque», seguido nos de 1640 e 1642, de «Surgidouro», justamente a angra de S. Roque, o que mais valor dá a aceitação deste promontório como se correlacionando com o cabo referido, apesar das cartas de 1626 e 1627 iniciarem esses parrachos na altura do estuário do Rio Grande ou Potengi, aliás incorretamente.

O toponimo «Ita-Coatiara» surge nos atlas de 1626, numa ponta entre «Barreiras Vermelhas» e o «Marco Antigo»; nos de 1631 e 1642 — Ajuda, ou «Itacoagara» (1627), entre as ditas barreiras e «Ponta de Caysa» ou «Ponta de Calsa» que o de 1626 chama «dos Cardos» e o de 1640 «ponta de Calha» ao lado de «Cahiara», e a de 1642 — Ajuda, «Ponta de Calsa», todos colocando esta ao sul do «R. Guamare», «Guamora» ou «Guamarê», mostrando, claramente, tratar-se de Caissara ou sua ponta e aquele «Ita-Coatiara» mais parecendo a «Itapitanga» de Gabriel Soares que, a despeito de significar pedra vermelha e aí proximo encontrarem-se umas falésias desse tom, não impede que nas mesmas houvessem inscrições, conforme o significado de «ita-coatiara», a não ser que os autores ou informantes quizessem se referir ao marco de pedra de lioz aí encontrado, no qual se encontram gravações, ou simplesmente, à ponta proxima ao marco. O de 1627, fixa antes das «Barreiras Vermelhas» — «Coeima bay», parecendo a enseada de Petitinga.

Surge, nesse meio «Oparanduba» (1631) ou Pa-

randuba (1640 e 1642 — Ajuda) fixando-a, o primeiro mapa, entre Ponta Delgada e algumas saliências inominadas, tendo «Ponta de Pedras» mais ao norte; o de 1640, entre «Vassus Monte» e «ponta de pedras», assim como o de 1642, situando-a, todas, numa enseada, e os dois últimos, além disso, junto a um promontório.

Este nome não é estranho aos documentos da época, já se referindo o piloto Manoel Gonçalves Regeifeiro, na viagem de Pernambuco ao Maranhão (1615), à «Uburana», nessa altura da costa riograndense; destacando-se mais por ter o comandante holandês Albert Smient, em outubro de 1631, desembarcado na ponta denominada «Ubranduba» uma pequena força, «com perigo e trabalho, por ser ahi o mar muito esparcelado» (Vicente de Lemos — Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Vol. I, pág. 17), episodio aliás confirmado pelos proprios holandeses, os quais afirmam ser o local muito esparcelado e adiantam mais que havia proximo um vale e que estavam a cerca de 21 leguas ao norte do Rio Grande e a umas 12 leguas ao sul dos baixios de Guamaré (Rev. do Inst.^o Hist. e Geogr. do Rio Grande do Norte, vol. IV, pg. 126-7).

Pelo cálculo indicado, a ponta seria a de Três Irmãos, justamente, a igual distancia da barra do Potengi e a dez leguas da foz do Guamaré, mas, sem «o muito esparcelado», de que falam os cronistas, aliás só assinalada como tal pelos praticos modernos a enseada de Caiçara, poucas milhas a oeste de Três Irmãos, e Santo Cristo umas 6 leguas ao sul, se bem que em quase todas essas pontas ou enseadas haja recifes e baixios.

Quanto a «ponta de pedras» colocada ao poente de «Ubranduba», o pratico Felipe Pereira (1877) sitúa logo a oeste de Caiçara — Ponta da Pedra», parecendo, assim, referir-se á dos mapas antigos.

No tocante ao vale apontado pelos holandeses

que ficava proximo a «Uberanduba», em que se via gado, tratando-se de uma zona árida, só podia ser alguma faixa de inundaçãõ, devido ao represamento pelas dunas ou algum riacho de tabuleiro que lhe passasse nas proximidades.

Math. Seutterum e Ionnes Blaeu (1629-30) e J. van Keulen (1680) registaram «Paranduba»; N. S. Abeville (1656) e M. Coronelli (1688) anotaram «Brandibe»; F. de Wir (1671) — «Brandive»; Herman Moll [sec. XVII] — «Rio Poranduba», e Guillaume de Lisle [1700] «P. de Brandihi», toponimo que permaneceu na cartografia dos seculos seguintes, como se poderá verificar, entre outras, nos mapas de J. van Keulen [1712], C. Price [1714]; Lapie [1814] e Poirson [1816].

O nome de cabo do Parcel do sec. XVI, ou cousa semelhante, correspondendo ao cabo Calcanhar, desapareceu nos que estamos comentando. Somente os atlas de 1640 e 1642 — Ajuda, registam ao sul de Peranduba — «Vassus Monte» ou «Vassuz Monte». No de 1640, terminam aí os baixos de S. Roque, tendo um rio em que se vêem, numa e noutra margem, morros, e, no de 1642, não riscaram o curso d'agua, havendo, entre as palavras «Vassuz» e «Monte», uma colina, só se sabendo que o acidente corresponde a atual ponta do Calcanhar, porque á página 27 da parte descritiva do «Atlas», se lê: «Desta ponta a que chamam Vassus, da volta a costa do Brasil para depoente de oeste».

Na verdade, é nessa ponta que se dá inflexão ou desvio do nosso litoral, confirmando ainda mais essa conclusãõ, verificar-se no mapa a terminaçãõ em frente a esse rio dos baixos de S. Roque. Realmente, finda nesse local a primeira parte desses parrachos, havendo aí uma grande depressãõ, deixando um canal de doze milhas de largo e profundidade superior a vinte metros. J. van Keulen [1680-1712] regista «Vassus off Wild», isto é, Vassus ou

Selvagem. Não encontramos a palavra «vassus» mas, *vastus*, em latim, segundo ensina Guilherme Freund [«Grand Dictionnaire de la Langue Latine», Paris, 1862] significa deserto e é também empregado ás regiões desertas e incultas, não longe do termo holandês *wild* que equivale á selvagem, no sentido de inulto, bravo.

O rio deve ser o de Touros, um pouco ao sul da ponta, havendo bôa agua potavel, não só em Touros, como em «Olhos d'Agua», logo em seguida a Calcanhar e os montes indicados nesses mapas correspondem às altas dunas mui comuns na região, podendo ser a de Garneleira, visível a 16 milhas, ou a das Areias Gordas, avistável a 18 milhas, entre as quais fica o rio e porto de Touros, as mais elevadas da zona, ou ainda dunas mais aproximadas de Calcanhar, que, devido á ação constante e intensa dos ventos regionais, se desfizeram ou rebaixaram para avultarem noutro local.

Depois de Cahiará, ou ponta de Caijsa, a atual Caiçara, como que indicando ter havido aí uma paliçada cercando uma aldeia indígena, vê-se «R: Guamare» [1626, 1627, 1631 e 1642 — Ajuda] ou «R. Guamara» [1640], sendo que, na primeira dessas cartas, o rio é bifurcado, na segunda é muito extenso, e na de 1631, encontra-se á margem esquerda a palavra «Salinas», antes do «R. das Salinas», que se segue. Estamos, como é claro, na zona do rio Guamaré ou Aguamaré, em que naquele tempo já se explorava o cloreto de sódio, indústria esta que tomara grande impulso mais para oeste, no delta do rio Açu.

Os atlas de 1627, 1640 e 1642, também consignam o R. das Salinas» que bem pôderia ser o antigo Amargoso, que desaguava no mar, seguindo-se os rios «Omaratibo» [1626, 1631, 1640 e 1642]; «Vaperug» [1626], «hug perohug» [1627, 1631, 1640 e 42]; «garorohug» [1626, 1627 e 1642], «Guarahug»

[1631] e «Gavarot» [1640], comunicando-se esses rios, neste ultimo mapa, em que ha sinal de salinas.

Essas três denominações situadas numa enseada, a antiga baía das Tartarugas dos portulanos, correspondem, justamente, ás barras dô estuario do atual Açú ou Firanhas, tendo sido descoberta toda a terra que vai ao Rio Grande até os confins do Maranhão pelo capitão-mór Pedro Coelho de Sousa, «desde o ano de 1603 a 1608», segundo uma legenda escrita na folha 37 da atlas de 1626 e pág. 18 do de 1627, pelo que, os toponimos constantes dos mapas dos Teixeiras, ao norte do Potengi, foram trazidos por esse capitão luso.

Depois disto, vê-se no atlas de 1626, a palavra «Iqueping» a leste da «p.^a do mel», que tem a oeste um rio proximo e inominado, sem mais nada que pareça riograndense, fixando o de 1627, um rio muito extenso, cortando as nascentes dos precedentes.

Os de 1631, 1640 e 1642 — Ajuda, registam «Ponta do Mel», vendo-se, no primeiro, mais a oeste — «Rio Opanama» e «Barreiras Vermelhas»; no segundo — «Rio panama» e «montes vermelhos» e, no terceiro — «R. opanema» e «Montes Vermelhos», sendo que o de 1640 põe a ponta do Mel numas barreiras avermelhadas e o de 1642 situa pequena ponta e enseada entre a do Mel e o rio Upanema. A ponta do Mel ainda hoje conserva o seu nome, variando, ás veses, para Melo, encontrando-se, de fato numas falésias avermelhadas. A ponta, a que se refere o mapa de 1642, deve ser a Redonda ou Redondinha, vendo-se na região mais de uma enseada formada por essas e outros pontais menores.

O rio «panama» tem tido a sua grafia alterada, passando pelas formas holandesas de Ywipanim, Ipanim, Ipinim, Iwypanema, e mesmo Upanema, que se fixou ao lado de Ipanema, a princípio, tinha a sua barra no mar, tanto que antes de desaguar no atual Mossoró ou Apodi, ali deixou a denominação ainda

hoje conservada, entre o pontal da Redinha e a barra do Mossoró.

Contudo, parece que, já no século XVII, o nome de Ipanim, Ipanema, Wapenin referia-se ao atual Mossoró, porque os descobridores da região e de suas salinas só se referiam a ele, sem alusão a outro de igual porte ou consideração.

Os «Montes Vermelhos», que se seguiam á citada caudal, correspondem ao morro do Tibau, em cuja região «a caba a capitania do Rio Grande e começa o governo do Maranhão que por esta paragem he terra desaproveitada em que não temos povoação». [Atlas de 1642 — Ajuda, pág. 39].

O de 1666 [Albernaz], apesar de ter mais de vinte anos de avanço sobre o mais novo dos enumerados, pouco adianta quanto á sua nomenclatura. Parece uma reprodução, mudada apenas a data, mostrando em certos pontos já assentados até omissões, como a ausência dos rios «Sobaúna», «Torai-vo», «Tabatinga» e «Pirangi»; do canal «Paranapuc»; das lagoas de «Guraira» e de «Papari», uma vez que, apenas, a uma legua ao norte do porto de João Lostao, sitúa uma pequena «Lagoa», quando a de Papari ficava a sudoeste desse porto e merecia mais destaque pelo seu tamanho; das aldeias de «Antonia» e «Camarão» e de «Ponta Negra». Conserva ainda separados os rios Curimatau e Cunhau, não reunindo os cursos d'agua formadores do delta do Açú, apesar do atlas de 1640 já os riscar ligados; havendo novidades entre «Ponta Delgada» e «Vazus Monte», trecho em que assinala: «Costa de Pitiguares», «Pitiguares» e «Costa baixa», não registrados nas outras cartas dos Teixeira, aparecendo, porém, essas denominações num dos mapas da coleção de Diogo Barbosa Machado, o qual encerra algumas cartas referentes ao Brasil, como a de 1676, sem conter novidades, a não ser «Guarura», com um canal largo para o mar, em vez de «Guraira» de ou-

tras, R. cearapihimiri», já se aproximando do nome atual; «R: guamareme», no lugar do Guamaré.

Noutro, que se vê em seguida, na mesma coleção, ainda incide no erro de separar o Cunhau do Curumataú, de registrar o «Porto de Touro» entre Buzios e Rio Grande, «R. de S. X pó», lembrando o «S. Xpovão» do mapa de João Teixeira, de 1626 e já excluído nos seguintes. Numa demonstração dos Baixos de S. Roque, também dela constante, ainda vem o «Rio de St.^o Xpô», fazendo-se confusão dos rios do delta do Açu, repetindo os rios «Guararohug» e «Hug perohug» depois do «Rio Opanama», o qual é registado novamente a oeste do «Guararohug».

O rio Ceará Mirim aparece com o nome de «Camaputumiry» do primeiro mapa de João Teixeira; ao norte de Ponta Delgada (S. Roque), encontra-se «Costa braua» e depois de uma ponta, a palavra «Surgidouro» numa enseada, outra ponta e a legenda «Costa de Pitiguares» numa angra, «Costa baixa» mais de uma vez e, após uma réta, um rio, tendo «Vassus Monte» no norte (Calcanhar), «Pitiguares», seguida de uma ponta e «Peranbuba».

Em algumas cartas de Barbosa Machado, vê-se bem a mudança de rumo da costa brasileira de este para oeste, sendo que, numa delas, esta alteração é mais acentuada na «Ponta das Pedras», entre «Paranduba» e «Barreiras Vermelhas», a leste de Guamaré.

* * *

Os holandeses abriram o século com as cartas de W. J. Blaeu (1605) e H. e M. Janss (1610), seguindo-se os lusos, como já vimos, somente surgindo os franceses de certa importância, já na segunda metade da centuria, entremeados de alguns cartógrafos de outros países, como veremos afinal.

Os mais completos mapas da costa brasileira

da serie flamenga, são os dos geógrafos Math. Seutter, ou Seutterum (forma alatinada) — «Recens elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae» (1629-1630) e Ioanne Blaeu «Nova et accurata Brasiliae totius Tabula», da mesma data.

Como os dos Teixeira, registam os mesmos topónimos com pequena diferença, no sul da capitania e algumas novidades ao norte ou oeste, como veremos a seguir, partindo das raias da capitania de Pero Lopes de Sousa: «B. da Treição», «Mongoguabe», «R. Curemataí», «Porto Angaro», «R. Conhao», «Pinhora», «Pt.^a dos Buzios», «R. S. Juan Lostao», «R. Piranhi», «Rio Grande», «Natal», à riba austral e, no curso médio «Rio Potengi ó Rio Grande», bem extenso no sentido do sul; «B. de Ginepabou oft Marte Tyssen», «R. dos Corutas», «R. Zinaminin»; «R. da Aguata», «Cabo S. Roque», «R. Siara», «P. Siara», tendo em frente os «Bassos de S. Roque», «Paranduba», «Punta das Pedras», «Porto Caissa» e «Ponta de Calta», findando entre esses dois lugares a capitania do Rio Grande e começando a de «Siara»; «Guamara» (rio), «Rio Omara» (no interior) e no estuario — «De Klene Salines» á direita, «Tuba de Salinas» e «De Groot Salines» á esquerda do referido curso d'agua, pois, os «Rio Hiperugh» e «Rio Guapetuba», que se seguiam e que devem corresponder ás barras dos rios dos Cavalos e das Conchas, não se ligavam.

Defronte da boca do Omara, lia-se «Baxos de Salina».

Em seguida, vinha «Punto Daniel», «Rio Ipe nin», «Montes Vermelhos oft Rooden Berg» e mais adiante «Punto Aurabana», já no Ceará atual.

Como vemos, ha as novidades de «Porto Angaro», ao norte do Curimataú, já com a desinencia «hug» transformada em «tai», se bem que o «R. Conhao» permanecesse separado daquele, como na maioria dos mapas dos Teixeira.

Pela primeira vez, se vê o toponimo «Conhao», á margem esquerda da corrente fluvial deste nome, como que indicando o celebre engenho «Cunhao», o mais antigo da Capitania, já em construção, em 1607, ao mesmo tempo que o de Camaratuba, no vale deste apelido, como esclarece a «Noticia sobre a Capitania do Rio Grande» de 1607, inserida no vol. I da «Historia da Companhia de Jesus no Brasil», do padre Serafim Leite.

O esdrúxulo toponimo «Pinhora» somente pode recordar o segundo elemento do não menos exquisto «Ora pinhom» de Reinel (1516) e J. van Doet (1585), que desaparecera das cartas portuguesas, o qual demorava nessa região.

O «R. S. Juan Lostao», colocado entre a «Pt.^a dos Buzios» e o «R. Piranhi», deve ser um engano.

A não ser a estranha extensão do «Rio Potengi e R. Grande», no rumo do sul, interessando as capitánias de Paraíba, Itamaracá e, talvez, Pernambuco, «Natal» está bem localizada nesse rio, bem como sua barra.

Seguem-se «B. de Ginepabou oft Marte Tyssen», «R. dos Corutas», «R. Zinaminin», «R. da Aguata» e «Cabo de S. Roque».

Pela primeira vez, vemos a palavra «Ginepabou», conservada até hoje, e, omitida pelos Teixeiras que, da barra do «Rio Grande», saltavam para o rio «Seara» ou «Comaputamerí». «Marte Tyssen» é corruptela do nome do almirante flamengo Marte Thyjsson que substituiu o do lusitano Domingos Martins, no domínio holandês, que ali tivera pescarias, desde o princípio do século.

O cartografo flamengo F. de Wit (1671) confirma o aludido, ao registrar «B. de Papu» e «B. de D. Martin», juntos. Este «D. Martin» mostra que o portugês ali esteve.

«R. dos Corutas» deve ser um lapso ou se relacionar com algum monte visinho a um riacho da

visinhança. «R. Zinaminin» é o Ceará Mirim, cujo apelido já vem sendo alterado pelos portugueses e escrito em duplicata, embora com palavras diferentes. O «R. da Aguata» já se encontra em cartas da centuria anterior, e, pela colocação, proximo a S. Roque, deve ser o rio Maxaranguape.

O «Cabo de S. Roque», apontado desde os primeiros portulanos, desapareceu nas cartas dos Teixeira, ressurgindo, agora, nas de Blaeu e Seuter e reavivado nas de J. van Keulen (1680, 1712) e Guillaume de Lisle (1700), sendo conservado por quase todos os do seculo XVIII.

Continuando para o norte, avistam-se «R. Siara» e «P. Siara», tendo em frente «Bassos de S. Roque». Este rio e esta ponta com essas denominações, entre o cabo de S. Roque e «Paranduba», já nas proximidades, esta de Caissara, se não fôr um lapso, o rio corresponderia ao de Touros ou Punaú e a ponta a alguma das de Santa Cruz, Mata Caboclo, da Gameleira, Calcanhar e Santo Cristo.

«Paranduba», «Punta das Pedras», «Porto Caissa», «Ponta de Calta» e «Guamara» já são nossos conhecidos, como se poderá ver na parte referente aos atlas dos Teixeira, de 1631 em diante.

Vemos em seguida «Rio Omara», no interior, «De Klene Salines» á margem direita desse rio e á esquerda: «Tuba de Salinas» e «De Groote Salines», tendo a oeste «Rio Hiperugh» e «Rio Guapetuba», sem se ligarem, talvez, por desconhecerem o regimen das aguas formadoras do delta do Açú.

Como vimos, as cartas lusas cingem-se a fixar os rios, acrescentando as de 1640 e 1642, mais um «R. das Salinas» e o de 1631, além disso, põe entre o Guamaré e das Salinas, a palavra «Salinas», talvez, referindo-se às de Guamaré, ou o rio das Salinas, que o autor separa do Omara (Açu) e dos que lhe ficam proximos.

Os cartografos holandeses fixaram bem nas duas

margens do Omara as salinas respectivas — a pequena, á direita, e a grande, á esquerda, registando ainda a legenda «Tuba de Salinas» neste lado, como indicando aí uma aldeia, onde residiam os exploradores da nova indústria, significação esta não longe da taba (aldeia de índios) ou da reunião de muitas salinas, como também exprime a palavra *tuba* ou *tiba*.

O comandante Albert Smient residiu, posteriormente, a três ou quatro leguas a leste do rio «Aguamara», denominando a sua situação de *Huys der Woestyne* (Casa do deserto) «Revista do I. H. G. B., vol. 58, nota á pág. 294), e mostra no seu relatório de 4 de Janeiro de 1642, que havia «grande salina e a pequena — *Aguamara* e *Carwaratama* (pág. 288) ficando o rio *Marituba* ou *Maritomba*, a cinco ou seis leguas, a oeste do *Carwaratama* ou salina grande (pags. 288 e 295, nota), e que, a cinco ou seis leguas da «Casa do Deserto», ficava a dita «salina grande chamada *Carwaratama* (pg. 295, nota).

Dest'arte, as salinas não estão bem colocadas nessas cartas de Blaeu e de Seuter, que as situam no estuario do atual Açú, desde que se tenha por tal o rio Omara, cuja grafia muito ha variado, não só entre os lusos, como no meio dos cartografos e de outras nacionalidades, podendo-se citar de pronto os toponimos: Omaratiba, Vmaratibu, Marituba, Maritomba, Meiritupe, além de Amargos, Amargoso, Anaçu, Wewassu, Uguassu, Açú, sendo que J. van Keulen, em 1680 e 1712, fixa «De Groote Salinas», a oeste do rio *Hiperugh*, por sua vez também ao poente do *Omara* e o francês N. Sanson d'Abbeville, in «Le Brésil» (1656) é mais minucioso sobre o assunto.

Pela distancia da residencia de Smient, a sua casa deveria ficar na enseada da Conceição, Jacaré ou Casa Forte, a leste de Guamaré e a oeste de Caiçara e como a salina grande (*Carwaratama*) dis-

tava 5 a 6 do rio Maritomba e a 5 ou 6 da «casa do deserto», a referida salina estaria situada á esquerda do rio Aguamaré e não mui longe dele.

O geografo francês Sanson, já citado, alem de fixar varias salinas no delta do Açú, as põe também numa enseada que parece a de Aguamaré, a «Cleyne Salinas», certamente, o do capitão Smient, e uma outra ainda mais a léste, proxima de Brandibe ou Paranduba. O pratico Felipe Pereira fala no logar denominado «Salinas», a leste de Caiçara, mostrando que o francês tinha razão.

No «O Brasil Holandês» de G. Barleus, edição de 1940, tradução de C. Brandão, consta que as salinas descobertas em Upanema por Gedeon Morritz, foram entregues á direção de Albert Smient, porém, apesar da tregua com os portugueses, a variola dissimou a população, e como a despesa fosse maior do que a renda, tiveram que ser abandonadas. (pág. 251).

Smient em 1642 estava no seu desterro de Guamaré e Morris andou pelo vale do Upanema, em fevereiro de 1641.

Defronte da barra do Omara «Baxos de Salino» devem ser os bancos ou coroaes movediças existentes em frente ao estuario.

Passado o delta do Açú, surgem: «Punto Daniel», «Rio Ipenin» e «Montes Vermelhos ofte Rooden Berg», vendo-se depois a «Punto Aurabana», já no Ceará, correspondendo a ponta do Mel, ao rio Upanema e ao morro do Tibau, respectivamente, sendo que o primeiro tão alterado, que de «domel» ou «do mel», sempre registado pelos Teixeira, os flamengos fizeram «Daniel» e do rio «Panama» ou «Opanama» dos lusos, eles grafarem «Ipenin», de acordo com as informações de Gedeon Morris, que andou a procura de sal pela redondesa.

As palavras holandesas na legenda luso-flamen- ga «*Montes Vermelhos ofte Rooden Berg*», apenas si-

gnificam — «ou montes vermelhos», correspondendo às dunas do Tibau, realmente desta côr. Guiljemus Blaeuw publicou um atlas em 1631, baseado em A. Orotelli e G. Mercator, em que se vê, na «America Nova Tabula» — «R. de lande», no lugar de Rio Grande, tendo ao sul — «R. Primeiro», «Orothaphica» e ao norte — «S. Maria R», «R. del Placel», «C. Blanco», «C. Pracel», «R. dacuiz» e «R. dos Fumos», exumando nomes quinhentistas, já esquecidos pelos cartografos seiscentistas.

O mesmo autor, em edições de 1635 e 1642, publica o «Novus Brasiliae Typus», e inclui na «Capitania da Paraíba» — «Potengi e R. Grande» com sinal de cidade e igreja, e somente a embocadura do rio; e mais para o norte: «R. Siara», «Baxos de S. Roque», «R. Senapatumeri» fazendo junção na foz com «R. Iacuahug» (bem extenso); «R. Pequitinga», «Groenbay», «B. Tortugo», «Wittebay», «Salinas Caruaratama», «Roobay», «Dolbebay», «Morggeron», «R. Upanama», «C. Cors» e «R. Laguaribe»; grafando no litoral entre Paraíba e Rio Grande a palavra «Petiguar».

A reunião dos rios Senapatumeri e Iacuahug mostra a confusão dos cartografos criando diversos rios nesse trecho, quando seria mais acertado que juntassem o Siará ao Senapatumeri.

O mapa de Nicolas Ianfz Visscher «Eyghentlijcke Af beeldinghe der Stadr Parayba» (1635) fixa num quadro á direita, sob o título «Capitania de Parayba» ao N, da «de Tamaraca» — B. da Treicaon» (numa enseada), «Pt.^a da Pipa» (noutra angra), «Ins.^a Tambaiti», um rio, «P. dos Touros», «Potengi ó Rio Grãde», sinal de cidade á direita; «R. Siara», «R. Senapatumiri», «R. Iacuahug», «R. Jacuãhug», maior este que os dois precedentes e todos desaguando numa enseada; e «R. Piquitinga», findando o mapa logo ao norte deste toponimo.

Entre a baía da “Treicaon” e “P.º de Touros” estava escrito — “PETIGUAR”.

Tambaiti deve ser Tabatinga, e Jacuãhug, talvez, Jacumã, como já sugerimos ao comentar algumas cartas dos Teixeiras (1626 e 1642). P.º dos Touros, uma excrescencia ou muito deslocado. Senapatumiri deve ser o verdadeiro Ceará-Mirim, que vem em duplicata, uma vez que ao sul se encontra o rio Siara, assim como Jacuãhug é uma repetição do Iacuahug que o precede.

Joannes Jansson, do seu “O Teatro de todo o Mundo” (1653), diz, no volume II, letra R — “Discripcion del Brasil”, que os Portugueses occupam, dividindo-o em quatorze capitánias, e regista na do Rio Grande: “R. Goromataú”, “Ens.^a Tambati”, um rio inominado, “P.º dos Touros”, “Potengi, ó R. grande”, sinal de cidade á direita, “R. Siara”. Aí começavam os “Baxos de S. Roque” e findavam na altura do “R. Jacuahug”, sendo este bem extenso. Antes deste rio, via-se o “R. Senapatumeri” e depois “R. Pequitinga”, “Groenbay (numa enseada), “B. Tortugo”, “Witebay”, “Salinas Caruartama”, “Roobay” (numa angra), “Dobbabay”, “Morggeron” (num rio), “R. Upanema”, “C. Cors” e R. Laguaribe”, já no Ceará.

Fixa bem o Curumataú, sem a duplicata do Cunhaú; repete Tambaiti, de Visscher, sem o primeiro i, e o “P.º dos Touros”, fóra do lugar; os dois rios que se relacionam com o Ceará Mirim, um dos Iacuahug, escrevendo Upanema em vez de Ipenin; repetindo, porém, os toponimos dos mapas de G. Blaeuw, de 1635 e 1642 de “Groenbay”, “Witebay”, “Roobay”, “Dobbabay” e “Morggeron”. Pela disposição, a primeira enseada deveria corresponder á de Caiçara, mas, como é visinha á “B. Tortugo” que, por sua vez, equivale á das Tartarugas dos portulanos e á de Macau ou do delta Açu, modernos, pode admitir-se como sendo a Grã Baía do século

XVI justamente a de Agumará atual. As outras três entre o estuário do Açú e o do Upanema, devem corresponder a pequenas angras ao poente das pontas do Mel, Redonda e Redondinha. "Groenbay" significa *baía verde*; "Witebay" — *baía branca*; *Roobay* *baía vermelha*; e "Dobbebay" *baía dupla*. Sendo a zona de Caiçara a Macau composta de praias e dunas, em geral, escalvadas, não podemos saber a que enseada quiz referir-se o autor, a não ser que, naquele século, a vegetação circundante a alguma das angras de Caiçara, Conceição ou Agumará, fosse mais abundante, ou ele desejasse aludir à serra Verde, bem vivível na região.

As Branca, Vermelha e Dupla podem adaptar-se ás que ficam ao norte das pontas do Mel, cuja areia é branca; da Redonda, que tem malhas de areia vermelha; e da Redondinha, ao poente da qual ha mais de uma angra, antes de atingir a barra do Mossoró. "Morggeron", num rio, seria o futuro "Monxoró ou Moxoró", que acabou em Mossoró?

A sua localização, á direita do Upanema, pode corresponder ao Monxoró, ou Mata-Fresca, que corria a oeste do Apodi e cuja barra junto ao morro do Tibau foi soterrada.

O "C. Cors" recorda o cabo Corso, de que fala Gabriel Soares, o qual ficava num ilheu á foz do rio S. Miguel, tido este como sendo o Mossoró. (Ver "O Rio Grande do Norte o o Roteiro de Gabriel Soares", de nossa lavra, in Revista do I. H. G. B., vol. 202, pág. 135).

Johannis van Keulen organizou varios mapas "Pas-Kaart, van de Zee-Kusten, van Brazilia" ("Carta da costa Marítima do Brasil"), como os de 1680 e 1712, em que se vêem ainda separados os rios "Curymatahug" e "Gongohayon", o esquesito "Pinhora", de Seuter e Blaeu, a "Bahia Iambanty", no lugar da Tabatinga dos lusos, ou Tambati dos holandeses; "Rio S. Juan de S'tau", o Toraivo ou Trairi

de João Lostao; “Porto dos Buzios”, “Rio Pirangi”, Punto Negro, já muito conhecidos; “Porto das Turez”, sempre deslocado; “Natal”, sinal do forte e Rio Grande, como em outros mapas; “B. Ginepabou”, “R. Zinaminin” e “Cabo de S. Roque”, como em Seuter e Blaeu, tendo entre os dois primeiros — “Rio dos Corlutos”, apenas, um l a mais do que no de Blaeu; “Rio da Aguada”, talvez o Maxaranguape, embora deslocado, tanto que ha um “Rio Siara” ao norte, como acontece no de Seuterum, desordenando a sequencia dos logares, já mais ou menos conhecidas. A “de Siemens Bay” (Baía de Siemens), que se vê depois do “Rio da Aguada”, se não fôr a enseada de Petitinga, aumenta a confusão, mas, segue-se “Ugasinho” que, talvez seja o “Uguasu” de Kilian de Resenlaer, cujo significado seria — rio grande — mas, este escritor explica tratar-se de um pequeno ribeiro de agua doce a seis leguas da praia de “Petitinga”.

“Barreiras Vermelhas”, “Rio Vermelhas”, “Punto del Grãde”, “Surgidouro”, “Bahia Brandihi”, “Rio Doce” e “Vassus off Wild”, tudo isto, ao que parece entre Petitinga e Calcanhar, numa grande confusão e sem se poder reconhecer, a não serem os extremos, uma vez que a enseada seja a de Petitinga e “Vassus” seja o cabo Calcanhar, como vimos ao estudar as cartas lusitanas.

“Voldt Lundt”, talvez “Voldt Land” (terra que faz curva ou volta, podendo indicar a zona do cabo Calcanhar), “Paranduba”, “Punto das Pedras”, “Barreiras Vermelhas”, “Porto Caissa”, “Punto del Calta” e “Rio Guamara”, não passando de uma repetição dos mapas de Seuter e Blaeu, retiradas “Volft-Lundt” e as “Barreiras Vermelhas” que, nesse trecho, são demais, a não ser que se incluam aí as barreiras de “Lagôa do Sal”, a léste das pontas de Santo Cristo e Três Irmãos, que são vermelhas.

“De Klene Salinas”, á margem esquerda do

Guamara; "Rio Omara", tendo em ambas as margens "Tuba de Salinas"; "Rio Hiperug", "De Grootte Salinas", outra boca de rio; "Rio Guapetuba", "Punto Daniel", "Rio Ipenin" e "Montes Vermelhos den Rooden Bergh", tudo como nos atlas de Blaeu e Seuter, menos a legenda "De Grootte Salinas", que, em lugar de permanecer entre o Omara e o Hiperug, foi trasladada para a banda ocidental deste último rio.

F. de Wit, em sua "Novissima et Acuratillina Totius America" (1671), apesar do título, só registou a começar da "Paraíba" — "Juaon Lostao", "Potengi ó R. Grande", em que se vê "Natal ó los Reyes", "B. de Papu", "B. de D. Martin", "Brandive", "Cleyne Saline", um rio sem nome, "Soutpan" e "Murggeron", vindo depois "Pt.^a de Albaroen", já no Ceará.

Como se vê, poucos nomes, mas, todos bem conhecidos, e o menos apontado "Murggeron" já havia sido revelado por G. Blaeuw, nas suas edições de 1635 e 1642, e repetido por Jansson, em 1653, apenas com mudança de uma vogal.

No "Brazilia", de Christoph ab Artischav Arciszewesky, executado por J. Blaeu, vê-se na "Capitania do Rio Grande" — "Goyjena", "P. da Pipa", "P. dos Touros", "Potengi ó Rio Grande", "R. Cenapohimiri", "E. de Paquetinas", "Pt.^a de Caissa", "R. Guamara", "Soutpan Caruaramety", "Rooboec", "R. Guapahiba", "R. Guararassa", "Pt.^a de Miel", "R. Uquaiguara" e "R. Hupanama".

Arciszewesky perlustrou a região do sul da capitania em 1634, devendo os seus dados se referirem a essa data, porém, o mapa é posterior, aliás, o primeiro a consignar "Goyjena", se, o de Marcgrave (1647), com a sua "Guiana", não lhe for anterior, se bem que o primeiro a situar na costa atlantica e o segundo ao ocidente do lago Guaraira.

"E. de Paquetinas", deve ser uma corruptela da "Paquetinga", de outros autores. "Roobocc", en-

tre a salina "Caruaramety" (Carauratemar) e "R. Guapahiba", corresponde a algum lugar de aparência vermelha, sendo exquisitos os rios "Guararassa" e "Uçuaiguara", que devem estar no lugar de outros já apontados por autores diversos.

Alguns desses mapas, apesar de ultrapassarem o domínio holandês no Brasil, não correspondem ao conhecimento que os seus patrícios tinham do nordeste brasileiro. Varias informações de escritores flamengos, não só sobre a orla marítima, como acerca do interior da região, não foram aproveitadas pelos cartógrafos.

Resenlaer (1628), Smient (1631), Laet (1636), Barleus (1640), Baro (1647), Houck (1650) e outros falam em nomes de países, rios e montanhas indígenas, não constantes dos mapas apontados, como o reino de "Tararion" ou "Tarayou", abrangendo cinco rios, entre os quais o "Ociunon" ou "Wararugi", a cinco dias de marcha do Rio Grande; os "Quoaough", "Ocioro" e "Wroiguh", a oeste dos últimos e as elevadas serras de "Cowoyry" e "PePETama", parecendo a primeira ser a do Cabugi atual e a segunda a de Sant'Ana do Matos, segundo a posição dos rios, em cujas adjacências ficam, além de domínios de outras nações amigas e inimigas dos lusos.

Laet menciona as aldeias de "Parawasu", "Igapera", "Pirari", e "Itaipi", do vale do Rio Grande para o sul; Resenlaer ressalta que, na aldeia de "Guøgana", já havia europeus e africanos, no rio "Tareych", ao sul do Potengi; "Piracatuba" e "Ugussu", pequenos rios, um á direita e outro á esquerda da praia de "Pecutinga; "Raasay", praia; "Aritauwa", meia legua adiante de Caissara; "Ugequageguarin" e "Jandupatuba", ribeiros entre o "Guararug" e o "Wupanem", todos desabitados, a começar do "Barytuba", a meia legua a oeste do rio "Carwaretame" até o "Wapanem" (Upanema); Baro diz que o rio "Congaycu" (Cunhau) é chamado pelos selvagens de

“Quartapicaba”, lembrando o toponimo quinhentista “Aratipicaba”, de Gabriel Soares, ou “Arapita” de Vaudeclaye, e “Pratapia” e “Oracapica”, de cartografos mais antigos.

Este viajor, deixando a zona austral, diz residir em “Incaremingi” (talvez Iacarémiri), á margem esquerda do Potengi, a cinco leguas da casa do coronel Garsman, sita na ribeira do “Cammarasibi”, hoje Camaragibe, distante daquele meio dia de viagem; refere-se aos vales dos Mupeo (Mipibu), do “Syrag” (Ceará Mirim), do “Mapreucauch”, ao norte do anterior (Maxaranguape), “Vguasu” (já referido por Resenlaer), a 17 leguas do Rio Grande, pelo que pode ser o rio de Touros ou outro que desague mais a oeste; ás grandes salinas de “Vnapabuba” e no grande rio mais ao poente, “Otschunogh”, e os “Opponé”, “Iauarug”, “Beryvvere”, “Vatepug” e “Ciará”, a mais de sessenta leguas, ocupados pelos tapuias, não esquecendo os domínios do rei “Iandhuy”, e citando nomes de rios desconhecidos e de regiões também pertencentes ao gentio partidario dos portugueses.

O bailio Houck, acompanhado do engenheiro Struck e do comandante dos Tapuias Pieter Persijn, subiu o rio Potengi, durante seis dias, alcançando suas cabeceiras, entre serranias, tendo estado na taba do cacique João Açu, proxima aos montes “Ibetibeca-Utezara” e “Tabuquaba”, cerca de 27 leguas do forte de Keulen, zona em que o guia Persijn, já estivera e extraira amostras de minerais levados ás autoridades de Pernambuco e Holanda, em 1645 e, talvez, em 1638. Na descrição da jornada, Houck fala que passaram nos lugares Jacaré-mirim, foz do Camaragibe (cerca de 9 leguas do forte), Coité, rochedo Itabita (a Itabaiana de outros), Carycatinga, monte Apitanga, Tingujada e riacho Tortuoso, também conhecido por “Capibari-retuba”.

Não obstante esses informes sobre accidentes geograficos da faixa marítima, além do rio Ceará-

Mirim, não só anteriormente, como durante o domínio holandês, os mapas de Marcgrave (1647) e de Wingboons (1654) não ultrapassaram as raias do referido vale, ao passo que daí para o sul estão cheios de novos toponimos no litoral e interior, mostrando o povoamento da terra.

Marcgrave iniciou os seus trabalhos para os mapas referentes ao nordeste, em 1643, sendo o da «*Prefecturae de Paraíba, et Rio Grande*» datado de 1647, devendo os originais de Joahanes Vingboons datarem de 1640 a 1654, porém a planta que encontramos em F. C. Wieder, vol. II (1927) «*Monumenta Cartografica*», referente à «*Capitania do Rio Grande*», e extraída do original manuscrito, não precisa o ano.

O primeiro, intercalado no «*Rerum Per Octenium in Brasilia Historia*», de Gasparis Barlaei (Amsterdam, 1647), insere na orla marítima a começar do rio «*Guajei*» (Guajú), limite com a Paraíba: «*Uçayi*», «*Urubunguaba*», «*Guaratapeiuba*» ou «*Baya Ferosa*», «*Curematai*», «*Cobauna*», «*Tapuya paraçoitapa* ou *Pt.^a da Pipa*», «*Ens. Itacoatiara*», «*Pt.^a d Paranambuco*», «*Cururuguaçú*», «*Tareiri*»; «*Ens. de Tagoatinga*», «*Pt.^o dos buzios Piranhi*», «*Pt.^o dos touros*», «*Furna Holle*», «*Ens. Ibiapé*», «*Pt.^a de Lacha* ou *Pt.^a negra*», «*N. S. de monte*», «*Casteel Keulen*», «*Potiji* ou *Rio Grande*» e «*P. de Pabu*».

Muitos desses toponimos já são conhecidos, outros estão estropiados. Uçayi, Urubunguaba, Furna Holle (*) e enseada de Ibiapé, são novos, e a não ser o último que deve corresponder a uma bela praia ou enseada entre Pirangi e ponta Negra, não podemos determina-los.

Em Cobauna reconhece-se facilmente a Saba-

(*) **Hol** em holandês significa antro, caverna, cova, de maneira que poderia ser alguma barreira ou penedia em que houvesse gruta ou concavidade semelhante a uma furna como indica a palavra portuguesa que precede **holle**.

una de outros cartógrafos ou a Sibaúma da atualidade. Cururuguaçu é o ancestral do simples Cururú e Tareiri a barra do Trairi, cujo leito atravessa no mapa uma vasta lagôa, como realmente acontece.

Na banda esquerda do Guajei, põe dois braços, o Arataóyi e o Potiguaçu e, no alto, do mesmo lado «os marcos» com o sinal respectivo, bifurcando-o mais acima com os formadores — Ieriuna e Guani, á esquerda, e além das nascentes, repete «os marcos».

No vale do «Curematai», notam-se os afluentes seguintes, á margem austral: «Guaratiba», «R. S. Luz grande», «R. S. Luzpot», «Ibetadiba» e neste o «Miepei» e um outro braço ao norte que se prolonga atravessando umas lagoas; recebendo na margem setentrional, os «Aircere» e «Piquiri», cujo nome ficou até hoje e está bem situado acima de «N. S. de Candas», igreja do engenho Cunhau, ao lado esquerdo do «Curematai». Além disso, vê-se ao sul deste rio «Lago Salgada» e varios sinais de casas e campinas, quer no rio principal, quer nos seus contribuintes e proximidades, bem como caminhos ligando os principais pontos a outros da capitania.

Segue-se o rio «Cobauna» com os riachos «Ipi-tinga» e «Aguapetiba ou R. dos mortos», á esquerda e o «Icatu», á direita, tendo moradores no baixo.

A lagoa «Guiraraira» ligava-se á «Papeba» e esta a uma outra, maior do que a intermediaria, que tinha ao lado «Mopebi» e no canal que a levava ao mar, a mesma palavra, seguida de «Tarciri»; sendo que este nome se depara também no desaguardouro no mar e na parte superior do rio. Indubitavelmente, trata-se da lagôa de Papari. Na parte sudoeste da «Guaraira» desemboca o ribeiro «Agoa d Brandão» e a oeste os «Iacui» e «Urumoa», com varios currais e campinas.

Entre o Iacui e um outro rio que despejava na «Papeba» estavam localizadas «Guiana» e «Araunu», com a marca de aldeias tapuias.

Na lagôa «Mopebi» ou Papari, desembocavam os rios «Paragoaçu», «Tareiri», já citado, a oeste; e do lado do norte, varios riachos, tendo no vale do Tareiri, os currais denominados «Vuiçagui», «Iaguacobra» e «Itapuama», e ao norte da lagôa, as aldeias de «Urubuguaba» e de «Mopebi», além do curral de «Agoapetiba» e as lagoas de «Ipoxi», depois «Puxi», Bomfim hoje, e a «Piaçica» (Boacica), que se comunicava com o canal de «Tareiri», em cujo angulo esquerdo formado com o mar, estava a feitoria de Iuaó Lostao.

É de notar-se o toponimo «Mopebi», futuro Mipibú, encontrar-se á margem setentrional da lagoa «Papari» e no canal que a leva ao mar, quando devia estar a oeste da mesma e mais distante.

Segue-se o rio «Piranhi» (Pirangi), em que desaguam ao sul o «Piauí» e, ao norte, os «Acajupiranga» e «Apetimbu», tendo casa a umas quatro milhas da costa e na foz, á direita.

O vale do «Potiji-Nhundiá» era o mais povoado, vendo-se ali a cidade de Natal, os rios «Tiuru» (Baldo), «Cunhacima» e o sítio «Quintas», na sua nascente; «Keysers croon», com o sinal de vila, apparecendo depois uns montes em que se lia — «Roodberg» (Morros Vermelhos), os Guarapes atuais; «Igoaragure» e «Arapapuçi», formadores de um ribeiro; mais para o alto, um povoado com o rotulo de «Cidade noua» entre dois riachos: o «Cotingiba» e o «Itaguacuoba», á margem direita do «Nhundiá» a contar dos Montes Vermelhos e, daí para o oceano, o «Potiji» que na banda esquerda recebia o «Iaguari», quase em frente a Natal, o «Guajai» despejando defronte da boca do Cunhacima; seguindo-se o proprio «Potigi» e entre este e o «Nhundiá», via-se o «Uruguaguacu», que é o «Uruaçu» atual, atravessando varias lagoas. Além disso, viam-se aldeias indígenas em «Apuá» e «Iaragoa», á margem esquerda do «Potigi», e currais de gado em «Go-

andi» do mesmo lado, perto da lagoa de «Jacaremirim», e em «Acaiuari», «Cerdo» e «Uruguaguaçu» e «Itinga», onde havia igreja, engenho de bois e uma lagôa, afora outros currais sem denominações, de um e outro lado do Potengi.

A vila devia ser algum povoado na região do rio das Quintas e a «cidade noua», já na zona do engenho Ferreiro Torto, certamente seria a cidade nova, de que falam os relatorios do principe Mauricio de Nassau (1638) e de Adriaen van der Dussen (1639), e na qual chegou a funcionar a «Camara desta Capitania».

Ao norte do Potengi, só foram fixados o rio «Guajai» que liga a lagôa «Itijuru» ao estuario do Potengi, tendo o nome «Guaiai» na junção com este, «Apuaei», a oeste da laguna, uma outra corrente fluvial desaguando ao sul da lagôa intitulada «Caraguata» e uns currais já proximos ao rio «Ciaramiri», do qual somente consta um pequeno trecho ao norte do referido lago «Itijuru».

Além da planta constante do Barleus, baseamos também numa fotocopia fornecida pela «Mapoteca do Itamarati», extraída do mapa da «Praefecture de Paraiba, et Rio Grande», executado, em 1664, por Clement de Jonjho».

Em Barleus ainda se via uma planta referente ao «Castrum Ceulianum» (nº 29), registando o «Fl. Grandis», o «Castellum», as dunas, selva e «Montes Excelsi», ao sul do forte. A de nº 30, intitulada «Fluvius Grandis», fixava o rio o «castelo de Ceulen», bem como os recifes que a maré modificava ou encobria na preamar.

Inserto aos Anais de J. de Laet (ANAIIS da Bibliot. Nacional, vol. 38, pg. 340), ha um «Afbeeldinghe van Tfort op Rio Grande ende Belegeringhe», Quadro do assédio do forte do Rio Grande em que se vê «het Dorp vand Portuguesen» (aldeia de portugueses), na ribeira, entre o rio e uns morros; o

quartel e alojamento dos holandeses, bem como a bateria de morteiros nas proximidades do «Fort Ceulen» ou «Fort Tres Reyes».

O atlas de Johannes Wingboons refere-se ao período da ocupação flamenga e regista na costa atlântica: «R. Saguhh», «Orabu vguaiui». «B. formoso» (numa enseada). «R. Conhao», «R. Subauna», «Pt^a do Pippa», «Pt^a do Phernambog», «Phernamboq» (numa enseada fronteira á lagôa de Guaraira); «R. de juaon Stau», «P. dos Buzios», «R. Pirangy», «Pt^o Negro», «Pt^o Iusjo», «Fort Ceulen», «Rio Grande», uma ponta muito saliente, «R. Guasjas» «R. Ziaramirim», uma enseada e um cabo inominado iniciando-se em frente um banco, que devem ser o cabo e parcel de S. Roque.

É de estranhar-se, apenas, a legenda «Orabú vguaiui», sem correlação conhecida na região, e não obstante o modo exquisito de escrever Agsao, Sagugh, Pt^o Iusjo e Guasjas, sabe-se que, em vista de suas posições, correspondem aos rios Guajú e Sagi, ponta do Morcêgo e rio da Ridinha, que Marcgrave escreveu «Guaiaí» e talvez se relacione com o Guagirú, um dos nomes tidos pela lagôa de Extremoz e ainda um dos formadores do dito lago.

No rio «Agsao», Wingboons somente anotou a palavra «Merchstten», equivalente ao marco, cujo sinal se vê na parte superior do rio, delimitativo da nossa fronteira com a Paraíba.

Na bacia do «Conhao» (Cunhao), vêm-se os confluente «Miapengh», á direita, desagoando a jusante do «Engenho Conhao» e o «Picary» (Piqueri), a montante desse engenho e á margem esquerda do rio principal que vem de longe, mas, sem mudar de nome. É de notar-se que Marcgrave e Wingboons colheram os seus dados mais ou menos na mesma época, e um regista — rio «Curemataí» e o outro «R. Conhao», quando outros acharam tratar-se de dois cursos d'agua diferentes, e, na verdade

é um só com o rótulo de Cunhaú até receber o rio Pequeri e Curimataú daí ás nascentes, na Paraíba.

O cartógrafo regista uns vinte pontos habitados (currais), á margem direita, na sua quase totalidade no seu braço Miapengh e entre este, o alto Guajú e Camaratuba. Do lado esquerdo, menos de dez sítios, entre os quais o «Garstman», abaixo do engenho Cunhaú, do qual este holandês se tornou proprietario, logo após a conquista da capitania pelos flamengos.

O Sibaúna, ao lado esquerdo do Cunhaú, nasce além do engenho deste nome, já com o apelido de «R. Icatou», tendo na foz o sitio de «Juze Pinhero». Realmente, o Catú atual, depois de receber o Gramacio, desagua na barra impraticavel chamada Sibaúma.

Na «Alagoa Goroyra» desaguam os «R. dos Mortos» e «Agos d'Brandao», ao sul, e o «R. Gojana» e «R. Juan», a oeste, sendo a parte mais habitada a que fica das cercanias do «Agoa d'Brandao», ao «R. Juan», o qual foram uma ilha com o «Gojana» e a face ocidental da lagôa. Ai se encontram sete moradores de apelidos portuguezes, havendo mais cinco nas varzeas do «Gojana», lago acima; três na banda sul da lagôa, mais para perto do mar; três do lado do norte, em que tambem fica a aldeia indigena «Ortaranu».

O rio Gojana cedeu o nome ao Jacú, mas, o «Agoa Brandao» ainda hoje perdura e conflui com o da Ponte no logar São Miguel, de onde seguem reunidos até a Guarairas.

A lagôa que fica ao norte da precedente não tem nome, mas, pela sua posição é a Papari, de hoje, que, em 1607, já era conhecida pelo epiteto de «Upapari», como a Guarairas, era «Guirarira», e a de Pabeba era «Upapeva», e o Trairi era «Taraini». (S. Leite, cit., pag. 557).

A dita lagôa tambem tinha habitantes nas suas

margens, sendo três ao sul, cinco ao norte, e igual quantidade, entre a faixa de terra, a leste de Guairaira canal, que a comunica com a Papari e desta. O Camarapim, que leva suas aguas ao Atlantico, tem na barra o nome de «R. de Juan de Stau», vendose tambem «Stau» no angulo esquerdo formado pelo rio e o mar. O lago «Piaçica» de Marcgrave achase em Wingboons inominado, porém, o canal que o une ao de Camaropim, chama-se «R. Imboasique».

O trecho, porém, mais povoado da região é o do «R. Tirery» (Trairi), a montante da lagôa de Papari, em cujo curso desagua á direita o «R. Aruyra» e á esquerda o «R. Mopabu», além de um outro sem nome. Ha quatro sítios á margem austral do «Aruyra» e um á esquerda, quatro nas varzeas do «Mopabu», inclusive um apelidado «vigairo», e seis no «Tirery», afóra uma aldeia indígena denominada «Mopabu».

Na beira sul da lagôa Papari, havia um sítio denominado «Ribero». Seria este Ribeiro o fundador da familia desse apelido, tão antiga na região, da qual muitos rebentos tem contribuído para o seu progresso moral e material?

O rio Pirangy recebe o «R. Pion» á direita e o «Putunbú» á esquerda. Esqueceu o Cajupiranga, riscado por Marcgrave. O «Pion» ou «Piui», constante do mapa deste último cartógrafo, deve relacionarse com a lagôa do Pium, visinha á ribeira do Pirangi.

Na barra do Rio Grande, sitúa o forte já conhecido, «S. Antony» ao sul deste e Natal para o poente, dando o apelido de «R. do Marees» ao Jundiá e «Potoxy» ao «Potengi», recebendo primeiro três pequenos afluentes á margem direita, só pondo nome no que fica mais proximo do oceano, ao qual chama «Vrapapao», desaguando um pouco acima da boca do «Potoxy», e neste somente se vê o «R. Camarigiuy» (Camaragibe), a montante dos últimos moradores e sítios ou currais.

No “R: do Marees” (Jundiai), talvez — “rio das marés”, devido a ser influenciado por estas, permitindo a navegação de embarcações de reduzido porte até além do engenho Ferreiro Torto, zona a que chegava o povoamento da época, viam-se os lugares “yseutdo”, proximo ao “P ferrero” (Ferreiro Torto) “nieu Stadt” (nova cidade) com o sinal de cidade, á banda direita de um riacho e bem a jusante da povoação “cack”, correspondente a um curral de gado.

Notava-se maior aglomeração de habitantes nas varzeas do Potengi, com dose sítios ou currais na margem direita e igual número na oposta, ficando naquela o “Engenho Outinga”, e nesta um “Olero” e logo abaixo “capt. Barton” e duas lagoas sem nome. Entre o Potengi e um vasto lago (Extremoz), via-se o sinal de aldeia, igreja, e o dístico “Tapeupe”, nome tambem incluído nos Anais de J. de Laet e apelidada de “Itaiipi” por Arcewsky, de “Tapiog” (onde morava Jan Alders), por A. van der Dussen. A lagôa inominada que devia ser a atual Extremoz, recebia a oeste o “R. Caraetaos”, com um morador ao lado esquerdo, e desaguava por um canal no mar, aonde tinha o nome de “R. Guasjito”.

Resta o “R. Siera Mirin” que, na bôca, chamava-se “R. Zieramirim”, com quatro sítios ou currais junto a fós, e no alto, a montante da lagôa Extremoz, um curral e mais acima a aldeia com igreja “Tappewape”, igualmente registada por J. de Laet, ou “Tapuape” de Dussen, em que morava Dirckmulder.

Como se vê, a carta está mais enriquecida de toponimos do que a de Marcgrave, porém, em alguns pontos não combina com esta e poderia, ante o conhecimento que tinham da região os flamengos, haver sido organizado um trabalho mais perfeito e estendido ao norte da colonia e mesmo para oeste,

devido ás viagens de Rabbi e Baro aos domínios dos Ihanduis.

Comtudo, muito se afastam os dois cartografos holandeses das cartas lusitanas, no tocante ao interior, onde riscam até caminhos ligando as principais ribeiras da capitania.

* * *

A nomenclatura dos mapas franceses pouco se afasta da flamenga, podendo resumir-se assim: “R. Camaratiba” (N. Sanson de Abbeville — “Le Brésil”, 1656); “B. Formosa” (Guillaume Delisle, 1703); “povoação ou aldea de Juaon Lostao”, havendo duas lagoas entre o Camaratiba e Juan Lostao (N. Sanson); “Poteingi R. ó Rio Grande” muito extenso (N. Sanson, G. Sanson, 1679 e 1691); e G. Delisle apenas “Rio Grande”; “Natal” (N. Sanson), “Natal ó los Reyes” (G. Sanson — 1679 e 1691); “B de Babu, ost Marten Essen” e “B. de Martin” (N. Sanson); “Baxos de S. Roque” (N. Sanson). “Basses, ou B. de S. Roch” (Delisle 1700 e 1703); “Cap. de S. Roch” (Delisle, 1700); “Ance de Surgidouro” (Delisle, 1700), deve corresponder á enseada (*anse*) do dito cabo ou do Cajueiro, que fica logo adiante do mesmo; “Piquetinge”, “Alagoa” e “Soapary”, sendo os dois últimos pela primeira vez enumerados, devendo “Alagoa” corresponder a alguma laguna temporaria formada pelas dunas e enxurradas da época chuvosa; “Brandibe”, numa baía (N. Sanson); “Paranduba”, nuns morros (Delisle, 1703); e “P. de Brandibe” (Delisle, 1700); mostrando, dest’arte, o pouco apuro das cartas, mas, não fóra de proposito, uma vez que é muito comum reunirem-se sob o mesmo título — ponta, praia ou angra, e montes adjacentes, acidentés, aliás, peculiares á região.

Depois disto, vemos, sómente, Delisle (1700) registrar “P.º das Pedras”, vindo em seguida “Gua-

mara R.", cingindo-se Guillaume Sanson ("Amerique Meridionale", 1679 e 1691) a pôr no local varias bocas de rio, tendo dobrado assim a ponta de Caissara, sem falar nela.

Estamos na região salifera, fixando aí Nicolas Sanson: "Baxos de Salinas", "Cleyne Salinas", "Soutpan", na borda direita de um rio; repetido este nome na esquerda e bem assim "Cleyne Salinas", "Salina Grande", "Soutpan"(novamente), e "R. Warin", pondo varios sinais de aldeias nessas varzeas, além da "Aldea Vewassen" no dito rio, apenas, riscado, um pouco afastado do mar, sendo mais exagerado do que os flamengos no tocante á nomenclatura salinifera, pois que todas essas denominações com exceção do rio Warin se referem a sal; aliás este nome Warin é uma esquesitice, que só encontramos apoiada, na cartografia do século, pelo mapa de Coronelli.

Em seguida, vem "Wittebay ó Melo"; "Roobay", "Dobbebay", "Morgeron", "Punta de Mel", "R. Sira Salina" e "Upanema"; tudo mal disposto, uma vez que "Wittebay ó Melo" está mui distante da "Punta de Mel", quando deviam estar juntas. "Morggeron", que parece referir-se ao rio Mossoró, devia estar logo após o Upanema e "R. Sira Salina", que pode relacionar-se com alguma salina no "Siará", tambem devia ser colocado a oeste de Upanema.

Vê-se tambem uma repetição da carta do flamengo Jansson (1635) quanto ás angras "Wittebay", "Roobay" e "Dobbebay", só faltando a "Groenbay".

Guillaume Sanson (1691) grafou "Salina Grande" em um estuario, em que se vê mais de uma barra, tendo á esquerda "Soutpan", pt^a de Albaroen", "R. Scergoripe", "Mucuripe", já no Ceará os três ultimos, desde que Albaroen corresponde à ponta de Jabarana.

Delisle (1700) risca nesse trecho um rio, a quem a edição de 1703 apelida de "R. Omaratibo" com

sinal de salinas, pondo logo adiante “R. Guarohorug” e “Salinas” no interior, seguindo-se “Punto Daniel” (1700) ou “Pt^a do Mel” e morro (1703); “R. Ipenin” “R Padama ou R. Ipenin” (1703), que tem á direita “P. das Onças” (Ceará).

No interior do país, os cartografos francezes se limitaram a fixar algumas tribos indígenas como “Pativares” na Paraíba; “Tiguares” ao sul do rio Potengi, “Guayi”, “Cicui” e “Cumphoe”, no alto Rio Grande, sendo aquelas na margem direita e a terceira na esquerda; e “Tapuiaé”, no rio das salinas (N. Sanson, 1656); “Tiguares” e “Tapouyes” (G. Sanson, 1691), e Delisle (1700); “Guatapuqui” no rio correspondente ao Omara (Delisle, 1700); e “Iapuati”, no rio Ypenin.

Pierre Duval, nas suas edições de 1655, 1664, 1665 e 1670, regista somente “Rio Grande o Potengi”, tendo a capitania da Paraíba ao sul, “C. Cors” ao norte, e, no meio — um rio desaguando numa vasta baía, inominadas ambas.

Entre os cartógrafos de outras nacionalidades destacam-se, apenas, dois: um veneziano e outro sevilhano.

O primeiro é o padre M. Coronelli que, em 1688, grafou, a partir dos lindes paraibanos: “Tatupeba”, “Agoa de Brandao”, “P^o dos Buzios”, “Rio Potengi, ó Rio Grande” (bem extenso), “Forte Keulhe”, “B de Pabu”, “B. de D. Martin”, “Picquatinge”, “Baxos de S. Rocco” (ao largo da costa), “Brandibe”, “Baxos Salina” (em frente a uma enseada), um rio grande com varias barras desembocando numa ampla baía, em que se lê “Salina Grande”; “R. Warrin”, “Ponta de Melo”, foz de um rio com parceis em frente, “Dobbel B”, “Itiaboua” e “C. Cors”.

A não ser as novidades de “Tatupeba”, ao sul, que, talvez, se refira á lagôa “Papeba” (carta de Marcgrave), e “Itiaboua”, nas raias do Ceará, os outros toponimos constam de mapas já estudados.

O segundo é o cosmografo Sebastian de Ru-esta (1660), mais deficiente do que o anterior, consignando apenas "B. da Latriçon", duas barras de rio, "C. de S. Roque", "R. de la Placel" (numa enseada), "Gran Baya" (numa angra ampla com varias bocas de rio), "B. d'las Tortugas" (noutra enseada) e "Sierra de S. Miguel".

O autor não progrediu, cingindo-se a fixar toponimos quinhentistas, a despeito de haver decorrido mais de meio século.

Rio, outubro 1951.

1º centenario do nascimento do Des.

Vicente Simões Pereira de Lemos

A sessão magna do Instituto Histórico

A data de 28 outubro 1950 assinalou a passagem do 1.º centenario do nascimento do ilustre e saudoso magistrado desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, que foi o fundador e o 2º presidente do Instituto Historico.

Comemorando a data veneranda, houve, na Catedral, ás 8 horas, missa celebrada por Mons. João da Matha, Vigario Geral da Diocese, e á noite, ás 20 horas, na séde do Instituto, a sessão magna em homenagem ao grande consocio desaparecido, tendo ocupado a tribuna o dr. Nestor Lima, orador oficial, e o desembargador Antonio Soares, em nome da familia.

Estiveram presentes a familia do Des. Vicente de Lemos, composta de seus filhos Des. Vicente de Lemos Filho e sua Exma. Familia, Dr. Belarmino de Lemos e sua Exma. Familia, DD. Carlota Lemos, Bernardina Lemos, além de netos e bisnetos e outras pessoas gradas da nossa sociedade.

Ocupou a presidencia dos trabalhos o Governador do Estado, Dr. José Augusto Varela, que se achava ladeado de chefes de serviços e presidentes de associações culturaes.

Foram pronunciados os seguintes discursos:

PREITO DE LEAL VENERAÇÃO

NESTOR LIMA
(Presidente do Instituto)

Exmo. Sr. Governador do Estado.

Exmos. Srs. Presidentes e Membros do Egregio
Tribunal de Justiça.

Exmos. Srs. Presidente e Membros da Assem-
bléa Legislativa.

Exmo. Sr. Bispo Diocesano.

Exmos. Srs. General Comandante da Guarnição
Federal, Comandante da Base Naval e da
Base aérea.

Ilmo. Sr. Prefeito da Capital.

Preclaro Presidente do Instituto e mais compa-
nheiros do Instituto e da Academia.

Ilustrados intelectuais e representantes da Im-
prensa e do Radio.

Exmos. Srs. Representantes da Família Vicente
de Lemos.

Minhas senhoras e meus senhores.

I — Na data de hoje, ha cem anos, nascia em Recife, Provincia, hoje Estado de Pernambuco, Vicente Simões Pereira de Lemos. A 3 de dezembro de 1918, nesta capital, cerrava os olhos para sempre o Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos.

Sessenta e oito anos, um mês e cinco dias de existencia fecunda e laboriosa ficaram assinalados na memoria dos contemporaneos e nos fastos da vida publica deste Estado, por aquele Varão Benemerito, que a fortuna trouxe á nossa gléba, aqui se fixou, constituiu a sua prole ilustre e serviu abnegadamente, para deixar um rastro luminoso de bondade, honradês e tenacidade exemplares.

No ensejo, que hoje se nos oferece, de prestar-lhe, mais uma vês, os tributos da nossa grati-

ção e da nossa saude, é necessario que lhe exaltemos os serviços e a competencia, invariavelmente demonstrados no exercicio dos cargos ou munus sociaes, de que foi investido na vida publica.

Porque, na vida privada, ele era um modelo de patriarca, á moda ancestral, sacrificado pelos rebentos do seu amor, imbuido das nobres ideias em beneficio da familia, que ele estremecia com os mais castos e sublimes sentimentos, como outrora, na fase biblica, ocorria com os genios tutelares da humanidade.

Abençoado seja, para sempre, esse nome venerando e venerado, que o Estado inteiro consagra e admira, mas, que, nesta casa, que ele fundou e a que tanto se devotou, emquanto sentia, em si mesmo, palpitem as energias criadoras, uma inteligencia fecunda e uma operosidade benéfica, avulta e domina, pela sua projeção, pelo seu amor e pela grande relevancia dos seus atos, como «Deus-lar», um Espirito protetor: a propria *alma parens* da nossa Instituição.

Venho trazer-lhe, em nome do Instituto Historico, no dia que lembra o seu nascimento, ha cem anos, a homenagem comovida e respeitosa, que, de coração, lhe tributamos nós os que com ele aprendemos a amar as letras historicas, a lutar pela sua elevação e a cultivar o Passado, como a fonte perene do apreço á Patria, á gente e ás instituições que nos regem.

II — Filho de Vicente Herculano de Lemos Duarte e D. Bernardina de Sena Lemos, e nascido na Rua Estreita do Rosario, Bairro de Santo Antonio, da capital pernambucana, o nosso homenageado de hoje foi criado no convivio da familia e do seu padrinho, Dr. Manoel José Pereira de Melo, fês os cursos preparatorio e juridico naquela Cidade, e, após a graduação em direito, a 13 de novembro de

1873, na fase áurea da Faculdade de Recife, em que figuravam Tobias, Castro Alves, Silvio Roméro, Augusto Vaz e outros, contraiu nupcias com D. Maria Olindina Bulcão de Lemos, de quem houve prole illustre, e não obstante solicitado a iniciar vida publica em São Paulo e Pará, nem aceitando cargo, em 1874, em Ipú e em Maria Pereira, na Provincia do Ceará, preferiu, por necessidades da assistencia á veneranda genitora, aceitar a nomeação, que lhe fêz o dr. João Capistrano Bandeira de Melo, presidente desta então Provincia, para a promotoria publica de Macau, que exerceu de 1874 a 1878, passando a juiz municipal e de orfãos do termo de Principe, hoje Caicó, durante o quatrienio de 1878 a 82 e, com o fim deste, passou a exercitar a advocacia, tendo tornado á promotoria do Assú e Mosoró, ainda na Monarquia.

Na Republica, foi reintegrado na promotoria do Assú, pelo Governador Pedro Velho, e, em 1890, nomeado Juiz dos Casamentos em Natal, por decreto do Marechal Deodoro, e, por causa da extinção das varas privativas, entrou para a magistratura estadual, no juizado de direito de Canguaretama, onde se encontrou de 2 de julho de 1892 a 16 de Setembro 1895.

Desembargador do Egregio Tribunal de Justiça, desde 23 de Agosto de 1898 até 15 de julho de 1918, ali desenvolveu notavel atividade na curul de juiz, honrando as tradições da casa e deixando rastro luminoso nos arquivos da Justiça, como um grande e nobre discípulo de Temis.

Já estava cansado e exausto da faina publica, quando obteve os beneficios do monte-pio em vida, que a lei do Estado liberalisava aos seus servidores.

Nesse mesmo ano, a 3 de dezembro, desaparecia do numero dos vivos: morrera o des. Lemos.

Essa vida publica sem manchas, que se encer-

rara, quase ignoradamente, na sua casa da Avenida Rio Branco, deixara também um traço valioso e inexecuvel das suas atividades como pesquisador, como historiografo e como bemfeitor das obras de cunho social.

Fosse como membro proeminente das comissões de socorros publicos, durante o trienio terrivel de 1877 a 1879, em Assú e Mossoró, ou, como inspetor fiscal dos exames de preparatorios, junto ao Ateneu Norte-Rio-Grandense, ou ainda, incumbido da pesquisa e aquisição de documentos para a defesa dos direitos deste Estado, na celebre «questão de Grossos», com o visinho Estado do Ceará, ou, especialmente, como propulsionador da fundação deste Instituto Historico, nos idos de março de 1902, é incomparavel a sua dedicação, o seu constante trabalho e o seu entusiasmo por essas obras, que lhe absorviam todas as energias, todos os seus pensamentos, todos os seus desvêlos.

Acompanhei-lhe a trajetoria no ultimo decenio de sua frutuosa existencia, e dou testemunho pessoal de quanto ele se interessava pelos estudos e pesquisas historicas, pela consolidação do prestigio do Instituto, pelo brilho da sua Revista, que, durante muitos anos, obedecia á sua inspiração e aos seus estimulos.

Muitas vêses, contribuí para o exito das suas investigações documentárias, quando, ele, cercado de papeis e documentos dispersos e desagregados, buscava entrosar paginas e paginas, ou decifrar escritas, que pareciam indecifraveis, dada a sua vetustês, ou estrago do proprio papel, e, após redobrado esforço conseguíamos identificar o documento, fixar-lhe as partes desajustadas e recompô-lo totalmente, para publica-lo com a galhardia de quem vencêra uma batalha em campo raso.

Essa comparticipação, de que tanto me envaideço, era nem mais nem menos, a prova da minha

gratidão por tudo o que ele me fornecêra para que eu compusésse a «Matriz de Natal», o meu modesto titulo de ingresso no Instituto, em fevereiro de 1910.

III — A apologia do Desembargador Lemos, no 1º centenario do seu nascimento, não estaria completa, nem mesmo projetada, sem que lançássemos uma rapida observação sobre a sua obra principal: «Os Capitães-móres e Governadores do Rio Grande do Norte», 1º vol., Rio, 1912.

Trata-se de um volume brochado de 118 paginas *in quarto*, editado na Tip. do «Jornal do Comercio», com uma carta-prefacio do eminente conterraneo e notavel historiador Ministro Augusto Tavares de Lira.

Constitúe o mais completo e documentado catalogo dos governantes desta então Capitania do Rio Grande, desde a fundação até 1700, fins do seculo XVII.

A taréfa que empreendeu, em vista do trabalho de Gonçalves Dias, publicado na «Revista» do Instituto Historico Brasileiro, e que para isso recebera incumbencia do governo imperial, destinava-se a retificar varios enganos e aclarar certas imprecisões, em face dos documentos que se tinham podido salvar da destruição, nos arquivos abandonados da Secretaria do Governo.

Animado dessa louvavel idéia e manuseando quotidianamente aqueles alfarrábios officiais, poude o desembargador Lemos restaurar a verdade acêrca de inumeros pontos indecisos da nossa historia administrativa e legar-nos uma obra de fôlego, tão bem apreciada pelo seu illustre prefaciador e julgada, no seio da propria instituição, como «uma obra classica».

Incontestavelmente, o livro dos «Capitães-Mores», como se tornou conhecido entre nós, é uma exata excursão pelo passado official da coisa publica,

entre nós, e retrata, com fidelidade e exatidão, toda a gama de acontecimentos mais notáveis, ou dignos de recordação, nos governos das Capitánias. Pena é que o 2º volume dessa obra preciosa, talvez não completo, ficasse oculto no limbo do esquecimento, eis que não houve nem recursos bastantes para a publicidade, nem a generosidade dos que podiam beneficia-lo com a sua complementação e divulgação.

Guarda-o a familia com aquele zêlo, como si fôra uma obra de alto custo, que os olhares estranhos pudessem macular ou prejudicar, porque, nem na «Revista», que o Instituto publica, toda a vês que é possível, se pode inserir um só dos capítulos, que compõem o segundo volume.

Mas, é bem o complemento da primeira parte; unem-se no mesmo pensamento e no mesmo método claro, específico e exato, de que se serviu o egregio autor, na confeção daquele outro tomo.

Ninguem ha quem prelústre as nossas letras historicas, ou procure sondar os fastos do nosso passado, que possa prescindir dos ensinamentos do livro dos «Capitães-Móres», como fonte fidedigna e autorisada dos assuntos que versa.

É, portanto, um monumento *aere perenius*, que o seu abnegado autor lançou aos asáres da critica, sem a certêsa de que tanto iría ajudar aos estudiosos do passado desta terra.

IV — As varias facêtas da personalidade do nosso Egregio Fundador não caberiam nas malhas de um discurso academico; só um volume poderia desdobra-las, diante da documentação que deixou em seu arquivo. Fê-los a “Revista” do Instituto, em seu numero de 1919, sob variados aspétos.

Hoje, rememorâmos, em rapidos traços, esse perfil sereno e heroico de um trabalhador cuidado-

so e percuciante, que soube imprimir aos seus trabalhos a nota e o cunho da verdade e da exatidão.

Ha, nesta casa, os mais eloquentes testemunhos do seu zêlo e da sua dedicação; o arquivo, que ele remodelou e reorganizou; a biblioteca, que ele fundou, opulentou e enriqueceu; a "Revista", que ele fazia pacientemente, coadjuvado por essa outra figura de trabalhador indefêso, que era o desembargador Luis Fernandes, malogradamente privado da luz dos olhos para as labutas do saber; em tudo e por tudo, transparece o dêdo magico do "Fundador", a sua preciencia, a sua organização, o seu tino diretivo.

Quando ele desapareceu, grande e sensível foi o vácuo deixado nas nossas fileiras, imensa a magua causada por tão triste acontecimento.

Procurámos reagrupar as fileiras associativas; sob a guía do coronel Pedro Soares, seu grande amigo e seu continuador, na presidencia da casa (1916-1925); conseguimos não deixar fenecer a semente lançada á terra dadivosa e temos mantido a Instituição Historica, máu grádo todos os óbices e dificuldades supervenientes.

Aqui, estamos, pois, agrupados em torno da sua excelsa memoria, no dia centenario do seu nascimento, lembrando-lhe a trajetoria terrêna e dedicando-lhe o mais sincero tributo de gratidão, pelo muito que fêz e conseguiu que outros realisassem em pról do Instituto, o seu mais amado filho e interprete.

Na pessoa dos seus dignos filhos e continuadores, o desembargador Vicente de Lemos Filho e do dr. Belarmino de Lemos, e das exmas. Sras. D. Carlota de Lemos Medeiros, Maria Amelia de Lemos Soares de Araujo e Senhorita Bernardina de Lemos, que lhe sobrevivem, de seus diletos netos, já em quarta geração do desembargador Lemos, aqui

presentes, devemos reverenciar o “Fundador do Instituto”, por todos os títulos, digno da gratidão dos seus atuais componentes e dos que vierem a suceder-nos, de futuro.

É que seu nome, nesta Casa da Memória, é um símbolo de trabalho e de organização social; sua lembrança encoraja e anima os que desejam continuar na pesquisa dos fatos do nosso passado; suas obras são um padrão da verdade e da opulência, que se não podem igualar ou superar.

Por todos esses motivos e razões, minhas sras. e meus senhores, é que o Instituto Histórico e Geográfico, pela vós do mais desautorizado dos seus associados, mas, na plena ciência de um elementar dever social, vem, hoje, render, ao ensejo do 1º centenário do nascimento, em Recife, do seu Egregio Fundador, todas as homenagens a que Ele fêz jus, sob o influxo e o animo de comprovar, por fatos que não admitam dúvidas, que Ele continua vivo e sempiterno, dentro destas paredes, ao lado destas Estantes, que ele tantas vêses perlustrou, dominando estas salas, onde Ele pontificava, no alto daquela GALERIA DE HONRA, ao par dos seus ilustres consócios, que presidiram o Instituto, como um verdadeiro DEUS-LAR, porque assim é que o consideram aqueles, que, ao seu convívio e sob sua confiança, tiveram a fortuna de orientar-se na vida pública e nos embates pela História Local, porque Ele foi, incontestavelmente, um mestre e um Amigo, no bom e justo sentido deste termo.

Honra e glória lhe sejam tributadas!

Natal, 28 outubro 1950.

Em nome da familia Des. Vicente de Lemos,
falou o nosso companheiro, Des. Antonio Soares,
com esta oração :

“Exmo. Sr. Des. Presidente,
Exmo. Mons. representante do Sr. Bispo Diocesa-
sano,
Exmo. Sr. representante do Governo do Estado,
Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça
Exmo. Sr. General Sub-comandante da 7ª Re-
gião Militar,
Exmo. Sr. Prefeito da Capital,
Ilmo. Sr. representante do Comando da Base
Naval de Natal,
Demais dignissimas Autoridades,
Eminente consócio Nestor Lima,
Exmas. Senhoras,
Meus Senhores,

Exerço, desta tribuna, um honroso mandato,
provindo de fraternal confiança.

Reunido o “conselho da familia”, ficou delibe-
rado que caberia a mim o encargo de dizer, nesta
significativa comemoração, palavras de saudade e
de agradecimento. Irrecusavel a comovedora confi-
ança, inaceitavel qualquer ponderação preliminar,
até porque, completando a unanimidade dos votan-
tes, estava aquela que é, ha mais de quarenta anos
e por mercê de Deus, a querida companheira dos
meus dias.

Minhas senhoras e meus senhores :

Felizes aqueles que deixaram na terra uma
imaculavel recordação e puderam legar aos seus
pósteros alguma coisa de útil e imperecível. Será,
sempre, um indício de que menos viveram para si;
antes, de que mais se preocuparam com o bem-es-
tar dos contemporaneos e das gerações futuras.

Esta, a conduta humana que devéras alegre e dignifica, ajustando-se, na sua essencia, ao mandamento básico dos Evangelhos.

O homenageado de hoje — não me sinto suspeito para dizê-lo — esforçou-se, quanto pôde, para mostrar-se digno da acolhida que a nossa terra lhe deu. Na sua atividade incessante e proficua, menos pensou nos interesses pessoais, preferindo entregar-se a uma constante vigilância, de quasi meio século, colaborando patrioticamente na defesa e manutenção do equilibrio social, confiados, principalmente, á proteção da Justiça.

Pernambucano, nascido em Recife a 28 de Outubro de 1850 e formado em Direito pela Academia de sua cidade natal, faltou-lhe, ao término do curso, o bafejo dos influentes na politica local, para obter, ali mesmo, ingressar na profissão a que, cheio de esperanças, se destinára. Nem uma Promotoria Pública, nem um Juizado Municipal! E sabe-se que não seria facil a um recém-formado, embora inteligente e hábil, competir, na advocacia, com os veteranos das lides forenses.

Assim, estavam decorridos quasi dois anos, quando veio ocupar o governo do Rio Grande do Norte um seu illustre comprovinciano, o Presidente Bandeira, e êste, por solicitação de parente amigo, nomeou o jovem bacharel, em 1875, para a Promotoria Pública da comarca de Macáu.

Aceito o convite, o dr. Vicente de Lemos, após realizar seu casamento, ha tempos contratado, veio empossar-se do seu primeiro cargo, acompanhado da dignissima esposa, fixando-se, desde então, definitivamente, na terra potiguar, onde vivida uma existência toda consagrada á familia, á sociedade e ao serviço público, dorme, ao lado da consorte, o último sono, na paz da sepultura, aguardando a justiça de Deus e o pronunciamento da coletividade riograndense, acolhedora e generosa.

A nós — os da família — consanguíneos uns, outros ligados pelos laços da afinidade, compete, antes de tudo, venerar-lhe a memória sagrada, recordando, ainda nesta hora, a figura do exemplar chefe de família, procurando seguir-lhe o modelo de homem modesto, probo e operoso, lutador, no ambiente em que viveu, pela continuidade da paz social, através a sua função de juiz íntegro, e cooperador, por outro lado, na vida cultural da terra que adotou e á qual deu, abnegadamente, tudo de que foram capazes a sua esclarecida inteligência e o seu bondoso coração.

A vós outros, sim, companheiros ilustres, do Instituto Histórico, é que toca a tarefa de pesar, medir e contar o que êle deixou, como lembrança, a gleba norte-riograndense. É, realmente, a vós que competirá julgar do valor dêsse legado, o qual se constituiu de todo o produto do seu ininterrupto mourejar. A nós, parentes, ficou, tão só, de herança o valioso patrimônio moral, que ele tanto presava e que seria, como o tem sido até hoje, um natural motivo de orgulho para os sobreviventes da estremosa família.

Os filhos o idolatravam, pelo seu amor á vida do lar, invariavelmente orientada no cultivo, sobretudo, das peregrinas virtudes cristãs, despreocupado, que sempre se mostrou, das êfemerás grandezas que a fortuna costuma proporcionar. Os amigos o admiravam, pela mansidão do seu trato e pela sua irrepreensível lealdade.

Não era, repetimos, um ambicioso das riquezas materiais. E o melhor comprovante desta assertiva poderíamos encontrar no fato de ter êle ingressado e permanecido a vida inteira nessa outra "ORDEM", em que tambem se faz voto de pobreza — a dos magistrados brasileiros. Dizemos que nela se ficou até ao fim da laboriosa existencia, porque, em verdade, foi curtissimo o espaço de tempo que me-

diou entre a invalidez e a sua morte, ocorrida a 3 de Dezembro de 1918.

O Rio Grande do Norte o sabe — e ainda hoje o proclamou, duas vêzes, pela palavra autorizada do preclaro Presidente efetivo desta douta corporação — do ingente trabalho do desembargador Vicente de Lemos na defesa dos legitimos direitos do Estado, ao tempo da velha pendencia de limites com o Ceará, trabalho em que despendeu, durante anos, intensa atividade, revolvendo antigos arquivos de Natal, Mossoró, Recife e Rio de Janeiro, buscando e colecionando um vultoso documentário. O referente á chamada "Questão de Grossos" foi publicado em dois grandes volumes, de colaboração com Tavares de Lira, o seu mais operoso companheiro na penosa obra da coordenação. Outra parte do material reunido passou a figurar numa secção mantida no jornal "A REPUBLICA", sob o titulo de "PAPÉIS VELHOS". A documentação, no que tocava á pendência de limites, serviu como foi dito alhures, de base principal ás Razões de Ruy Barbosa, advogado do Rio Grande do Norte, assegurando, na apreciação e julgamento do Supremo Tribunal Federal, o definitivo triunfo em prol da nossa causa.

Aquela época, homem de idade avançada, com as energias físicas diminuidas pelas canseras de um longo tirocinio judiciário, a nova incumbência que o desembargador Lemos tomára aos ombros, sem horários e sem honorários, carecida de tréguas que favorecessem a restauração de energias abaladas, teria de chegar ao final, como aconteceu, agravando profundamente o estado de saúde do diligente pesquisador.

Para tornar possível a leitura e cópia de antiquíssimos papéis, entranhados na poeira de mal-ze-lados arquivos, via-se obrigado, muitas vêzes, a recorrer ao auxilio de lentes e ao emprego de reati-

vos químicos. Em consequência disso, começou a sofrer sérios distúrbios visuais e de locomoção, ao mesmo tempo que a artério-esclerose se generalizava no depauperado organismo, encaminhando-o, em marcha célere, para o desfecho irremediável.

Ainda assim, ao cabo da árdua missão, invalidado para o serviço público, paupérrimo, com uma pensão mensal de Cr\$ 600,00, advinda do seu próprio monte-pio, e sem um tecto para deixar á família, o batalhador mostrava a mesma tranquila attitude de quem apenas cumprira o seu dever, declarando-se compensado de todos os sacrifícios só pela vitória que coubera ao Rio Grande do Norte, rincão a que servira com desvelado carinho, terra que ficou sendo a sua, berço dos seus filhos diletos e á qual confiava a guarda dos seus restos mortais.

De sua última visita á cidade do Recife, trouxera ademais outra rica dádiva para o torrão riograndense: a idéia da fundação, aqui, de uma utilíssima associação, congénere das existentes em outros Estados, destinada, não só a guardar e zelar a documentação adquirida durante o prélio de limites, como a reunir, estudar e coordenar todos os elementos esparsos relativos á história e geografia indígenas.

Comunicando o seu propósito a amigos dos mais íntimos, deles recebeu os primeiros estímulos, e a idéia alcançou, desde logo, o apôio e solidariedade dos poderes públicos e dos homens de maior representação nas diversas classes sociais.

Dest'arte, dentro de poucos dias — 29 de Março de 1902 — em um dos salões do Ateneu Norte-Riograndense, instalava-se, em memorável assembléia, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Transcorridos quasi cincoenta anos, aquí está, em prédio próprio, doado pelo Governo, o venerando sodalício, como árvore gigantesca da nossa

floresta cultural, ostentando fronde majestosa, firmada em raízes profundas, que lhe garantem vida longa e produtiva, pelos séculos em fóra. Frutos abundantes e preciosos dos seus ramos têm sido colhidos, conservados á vista, nas estantes da nossa Bibliotéca, nos depósitos do nosso Arquivo e nos mostruários do nosso modesto Museu.

O fundador, êle próprio, maior entusiasta da sua obra predileta, traçou-lhe o rumo e deu "o sinal de partida", escrevendo e publicando o primeiro volume de "CAPITÃES-MORES E GOVERNADORES DO RIO GRANDE DO NORTE", história do nosso período colonial, ensaio que o saudoso consócio Sebastião Fernandes, com aplausos de Tavares de Lyra, afirmou que seria "o livro classico do Instituto".

Infelizmente, a precária condição de saúde do saudoso historiador não lhe permitiu completar o segundo volume do seu livro. Mas, para honra e proveito da terra potiguar, contemporaneos e sucessores do timoneiro seguiram a rota indicada, de sorte que, hoje, quasi todo o passado do Rio Grande do Norte, nos seus vários aspectos, está estudado e compendiado, sendo muitos, cada qual mais valioso, as trabalhos divulgados sôbre história, geografia, etnografia e estatística do nosso pequeno, mas, glorioso Estado.

Tavares de Lyra, Câmara Cascudo, Meira e Sá, Antonio de Souza, Nestor Lima, Luiz Fernandes, Pedro Soares, Felipe Guerra, Manuel Dantas e tantos outros, que se dedicaram á pesquisa e estudo desses assuntos, encontraram no convívio do Instituto Histórico as primeiras ou novas forças propuloras para as suas especializadas atividades. De estranhos á corporação, outros tantos valores despertaram, tocados do mesmo nobre sentimento — o de laborar, patrioticamente, no progressivo enriqueci-

mento do nosso patrimônio histórico, para maior glória da terra comum.

Minhas senhoras e meus senhores:

As solenidades de hoje, comemorativas da passagem do centenario natalício do principal fundador desta instituição, honram, de certo, á sua memória; mas, honram, igualmente, á compreensão cívica daqueles que as promoveram e daqueles que com elas se solidarizam, proporcionando a nós, da familia, o conforto que nos vem do reconhecimento de méritos do saudoso extinto e a segurança, para os compatriotas, de que não serão esquecidos os que amaram e se esforçaram pela prandeza da Pátria estremeçada.

Ao benemérito Instituto Historico, na pessoa do seu culto intérprete, que, na imprensa local e na tribuna desta casa, tão alto fez realçar o nome do homenageado; ás dignissimas autoridades civis, militares e eclesiásticas; ás exmas. senhoras e distintos cavalheiros, que deram ás cerimônias religiosa e cívica o brilho de suas presenças, hipotecamos, desvanecidos, a nossa mais profunda gratidão."

TRIBUTO AO FUNDADOR

NESTOR LIMA

(Do Instituto Historico)

A cidade do Natal tributa, neste dia, uma grande homenagem de gratidão e de respeito á memoria do verdadeiro fundador do Instituto Historico, ao ensejo do primeiro centenário do seu nascimento ocorrido a 28 do corrente.

Vicente de Lemos, ou o desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, o austéro magistrado que honrou a justiça de primeira instancia e a curul do nosso Egregio Tribunal de Justiça, nasceu

em Recife, Estado de Pernambuco, ali fêz seus estudos, cursou a Faculdade de Direito, colou grau de bacharel e veio para esta Província, hoje Estado, onde lhe decorreu toda a vida publica, sempre cercada do maior respeito dos seus coetâneos.

Promotor, juiz municipal, juiz de direito, desembargador e vice-presidente da Côrte Augusta, era de ver-se-lhe o desembaraço com que emitia suas decisões singulares, ou em collegio, a eloquencia, de sua palavra, a argúcia de seus votos, a clarividencia de seus argumentos.

Mas, o seu grande valor, para nós, não residia só nos seus aréstos ou na sua intrepidês, nem na sua eloquencia, ou na sua dialética.

Foi a grande tarefa que lhe confiou o Governo Alberto Maranhão (1900-1904) de pesquisar documentos e provas a respeito do direito que o Rio Grande do Norte invocava sobre o territorio contestado de Grossos, em litigio com o Ceará. Nessa incumbencia, consumiu a maior parte de suas forças, esgotadas quase, mas, conseguiu grande copia de boas provas, que, juntamente com o dr. Augusto Tavares de Lira, publicou em mais de um volume e que tanto valeram ao excelso advogado Rui Barbosa para fazer triunfar na Colendíssima Suprema Côrte os nossos direitos imemoriaes.

A vitoria de Grossos era-lhe devida, em grande parte, mas, não ficou aí a sua dedicação á causa do passado. De volta do Recife, aonde fôra em comissão e convivera com Pereira da Costa, Domingues Codeceira, Regueira Costa, Alfredo de Carvalho e outros, dentro do Instituto Archeologico e no Arquivo Público de Pernambuco, e por influencia destes illustres cultores da Historia, promoveu aqui um movimento no sentido de ser fundada uma associação, que cuidasse de salvar da poeira dos arquivos aqueles documentos que interessassem ás figuras e ás coisas do nosso passado.

Encontrou logo da parte do governo de então a mais franca aprovação e dos intelectuais do meio o incondicional apoio, que se converteram na efeméride, quase cincoentenaria, de 29 de março de 1902, quando, em um dos salões do velho Ateneu, hoje Colegio Estadual, foi fundado o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, sob a presidencia do dr. Olimpio Manoel dos Santos Vital, juiz federal na Seção deste Estado.

Toda a cultura e infeligencia do meio solidarisaram-se com a nobre iniciativa do desembargador Lemos, que, com proficiencia e entusiasmo, se tornára o aráuto dessa criação, justificando-a, defendendo-a, exaltando-a.

O desaparecimento do dr. Vital, a 19 de fevereiro de 1910, deu-lhe o encargo da Presidencia, que exerceu de 1910 a 1916, quando, sentindo-se doente e cansado, declinou da reeleição, para entregar a direção ao coronel Pedro Soares de Araújo, um grande abnegado e uma serena vocação de estudioso do nosso passado.

Foi, nos interregnos das pugnas pelos direitos territoriais do Estado, e nos lasêres de sua nobre função judicial, que o desembargador Lemos elaborou, coligiu e publicou o livro dos "Capitães Móres e Governadores do Rio Grande do Norte", obra rica de informes seguros, documentada e isenta de qualquer erro, que tanto orgulha e enobrece a nossa literatura historica.

Apenas o 1.^o volume foi editado; deixou incompleto o 2.^o, que não viu a luz, com imenso pesar dos seus consocios, que lhe presavam e veneram a personalidade, o ardor e a tenacidade da sua operosidade exemplar.

Fui um dos que mais se aproximaram do desembargador Lemos, no último decenio de sua iluminado existencia. Mal saído da Academia do Recife, acerquei-me dêle, ouvi-lhe as lições, pedia-lhe con-

selhos, gosava-lhe a confiança e a amizade. Por sua causa, entrei para o Instituto, com a "Matriz de Natal", elaborado com os excelentes subsidios documentais, que me fornecera.

Servi-lhe de Secretario, durante toda a sua presidencia, ajudava-o em tudo quanto podia, acompanhava-lhe os passos e os esforços, muitas vezes, tradusindo documentos quase desfeitos pela traça, para chegar a uma conclusão valiosa.

E, quando numa tarde tristonha para mim, porque perdêra uma querida irmã, em Nova Cruz, vitima da influenza hespanhola, em 1918, tive a trágica certêsa do termo de sua vida, a 3 de dezembro daquele ano, confrangeu-se-me ainda mais o coração dolorido, com a perda do amigo e do Mestre inolvidavel, que cessara de existir e de propugnar pelo bem da terra de seus filhos.

(D'A Republica, de 28-10-50)

POTI e o EXERCITO NACIONAL

NA DATA DE TUIUTI, EM NATAL

Os boletins lidos na cerimonia
7.^a REGIÃO MILITAR
GUARNIÇÃO DE NATAL
Boletim especial n. 3
24 DE MAIO

A EFEMERIDE. Na singela classificação do ritual militar, o DIA de hoje não passa de uma "data festiva" (R-2: art. 217 letra c). E no entanto, á luz serena da historia — TUIUTI foi a desafronta justa, cruenta e inolvidavel que o BRASIL, ultrajado nos seus direitos e violado em seu territorio — perseguiu e conseguiu nas proprias raias longinquas do inimigo; com inauditos sacrificios é verdade, mas decisão inabalavel.

OS ANTECEDENTES. Acalentava Dom Francisco Solano Lopez, Ditador do Paraguai, um vasto e ambicioso plano, querendo e tentando estabelecer o seu predomínio na America do Sul.

Quando julgou azada a partida (Dezembro de 1864) — aprisionou no porto de Assunção, capital daquele Pais, — um navio Brasileiro; encarcerando seus passageiros e tripulantes e confiscando a nave

e os haveres nela existentes. E a declaração de guerra foi enviada ao nosso Governo, a bem dizer nas pontas dos sabres das hostes guaranis, que invadiram e talaram o Sul de Mato Grosso e a zona fronteira do Rio Grande do Sul.

A GUERRA. Nossos avós foram testemunhas e quiçá participantes — da que durante cinco longos anos sustentámos, com ajuda de Argentinos e Uruguaios, — contra a sanha e formidável poder militar do despota paraguaio. Vencemos essa penosa Campanha. Mas os caminhos da Vitoria — de Uruguiana e Forte Coimbra até Cerro Corá, onde foi abatido o tirano a 1º de Março de 1870, nos confins de seu país, — estavam balizados por cem mil mortos brasileiros e o erario imperial havia dispendido a importancia, então colossal, de seiscentos milhões de cruzeiros. Eis o preço da guerra — cuja enorme responsabilidade o Brasil assumiu pelo maior apreço em que sempre teve e manteve a Honra nacional.

A BATALHA. Até abril de 1866 — as Forças Aliadas se organizavam para a campanha imposta pelo inimigo e o expulsavam de seus territorios, — invadidos no inicio da pugna. A 16 desse mês — atravessaram o Rio Paraná (“Passo da Patria”) e invadiram, por sua vez, o territorio paraguaio, — “Cabendo ao General Comandante do Exercito Brasileiro, Barão do Herval, a gloria de ser o Primeiro a soltar no solo inimigo”.

Os aliados passam e avançam. E no romper da manhã de 24 de Maio de 1866 — “massas enormes e sucessivas de paraguaios arrojaram-se contra o Exercito Brasileiro-Argentino-Oriental”.

Eis a Batalha de TUIUTI, ainda hoje — “a maior pugna campal ferida no Continente Sul-Americano, — não só pelo numero de combatentes, de lado a

lado, como pela horrível mortandade que custou”.

Atacantes e atacados lutaram com ardor igual e por toda a parte... mas o Exército Brasileiro rechaçava impávido o inimigo. E no fim de asperri-mas horas de enraizado combate, alcançava a Vi-tória memorável.

O HEROI. O General Manuel Luiz Osorio, já quase sexagenário e Comandante em Chefe do Ex-ercito Brasileiro — “foi o Heroi da jornada”. Segun-do depoimentos de testemunhas oculares e auricula-res do magno feito guerreiro — “Osorio rutilava onde mais terrível a peleja se travava e onde aparecia, o entusiasmo tornava em audácia a bravura dos sol-dados”.

A REVERENCIA. A gratidão nacional ergueu-lhe uma estatua equestre na Praça 15 de Novem-bro, da Metropole Brasileira — em cujo pedestal se lê um dos disticos mais simples e expressivos do reconhecimento publico: — “A Osorio, o Povo”.

Anualmente as Forças Armadas, no Rio de Janeiro e nesta data, — reverenciam a memoria do insigne Soldado — como um dos Numes tutelares da Nacionalidade.

Concidadãos e Comandados: numa época em que o Brasil carece ou nele fenecem valores de toda a ordem — é já um consolo, senão uma obrigação civica, — este tributo ao Ten. Gen. de cuja perso-nalidade afirmou a pena insuspeita e autorizada do Barão do Rio Branco: “Osorio foi grande e ilustre pela bravura, pela lealdade e pelo patriotismo”.

Comandados: em Continencia ao legendario Marquez do Herval — “o centauro dos Pampas”, “o Bravo dos bravos” — Apresentar armas.

(a) **Fernando do Nascimento Fernandes Tavora.**

Gen. Bda. Sub-Com. da 7.^a D. I. e Cmt. Guarn.

**BOLETIM ESPECIAL n. 4 - Compromisso
dos Recrutas**

Camaradas: a obrigação do Serviço Militar é um mandamento da Constituição da Republica (art. 181). E cada um de nós, ao verificar praça, ao ser incluído no Exército Nacional, é já de direito e de fato um Soldado do Brasil.

De conformidade com o Estatuto dos Militares — “a cerimonia do Compromisso dos Recrutas é a confirmação formal de que estão sujeitos as obrigações militares”.

Jovens Comandados: não ereis menos Soldados antes desse cerimonial, nem sereis melhores, depois dele. Sem embargo, diante de quantos nos veem e ouvem, fizestes o prometimento de vossa integral dedicação ao serviço do Brasil, em cuja defesa pugnareis até a morte, se tanto for indispensavel. E como não foram perjuros nossos Antepassados — mesmo “em perigos e guerras esforçadas, mais do que permitia a força humana”, — estimamos e esperamos que ainda naquelas circunstancias, nenhum de vós traia a Pátria.

Soldados de 1951! Turma Poti!

Preferistes e proferistes o unico compromisso compativel com a hora incerta e aziaga que atormenta o mundo e agita a Sociedade Brasileira.

Numa época tão cheia de mistificações — andam acertados os que se acolhem sob a Bandeira do Brasil, — evangelho purissimo e perene do nosso civismo.

Jovens Camaradas: nós vos saudamos, com efusão, em nome das forças Armadas Nacionais, cujo Efetivo acaba de ser acrescido com o saber e en-

tusiasmo profissionais, de mais 595 Soldados Mobilizáveis, aqui formados, e confirmados.

(a) Fernando do Nascimento Fernandes Tavora
Gen. Bda. Sub-Cmt. da 7ª D. I. e Cmt/Guarn.

Palavras proferidas pelo Sub-Comandante da 7ª D. I., logo depois da prestação do Compromisso dos Recrutados, no dia 24 de maio de 1951:

Concidadãos e Camaradas:

Nossos agradecimentos e reconhecimentos ao Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado e Presidente da Assembléia Estadual, às demais autoridades aqui presentes ou representadas, aos Comandantes e Comissões dos outros ramos das Fôrças Armadas, nacionais e auxiliar, à imprensa e ao rádio potiguares; e, finalmente, a quantos aqui vieram por devoção cívica ou deferência ao Exército.

E pela 4ª vez, nosso muito obrigado à Federação Norte Riograndense de Desportos, pela cessão dêste campo, para a celebração em curso.

Companheiros e Compatriotas:

Da Praça ao Generalato, nós, militares de terra, mar e ar, prestamos ante o altar da Pátria, que é a Bandeira Nacional — quatro Compromissos sucessivos — de responsabilidades cada vez maiores;

Primeiro:— o do “noviciado” dos Recrutados, quando nos incorporamos na Fôrça Armada e declaramos sujeição e conformidade à servidão militar temporária;

Segundo:— o das “ordens menores” da inves-

tidura de Aspirante a Oficial, ou Guarda-Marinha, no fim do currículo das Academias de Aeronáutica, Militar e Naval;

Terceiro — o das “ordens maiores” do Oficialato, quando Aspirantes a Oficial e Guardas-Marinhas são promovidos ao 1º posto (2º tenente) da Carreira e fazem voto definitivo de acatamento senão devotamento aos seus cânones;

Quarto — finalmente o do ingresso do Militar no Quadro de Oficiais-generais, que é o primado da Classe e a plenitude do munus profissional dos homens de farda.

Hoje e aqui, acabamos de assistir o 1º destes juramentos.

Senhores:

Estabelecemos, em igual solenidade de 1949, que nesta Guarnição as Turmas de Compromitentes de cada ano — quer de Conscritos prontos no ensino, quer de Aspirantes a Oficial promovidos ao 1º posto, — tomariam o nome dum feito sublimado, ou dum herói assinalado, pertencente, em qualquer caso, às tradições potiguares.

E convencionado ficou igualmente que, neste assunto, o prof. dr. Luis da Câmara Cascudo, Marinheiro honorário e Comendador de terra e ar, seria o assessor do Comando e o paraninfo civil dos Compromissários, a título perene.

As Turmas de 1949 e 1950 ficaram sob a invocação dos Heróis e Mártires de Uruassú e Cunhaú, respectivamente.

As deste ano, a 1ª das quais acaba de juramentar-se, terão por patrono D. Antônio Felipe Camarão — POTI, — o Grande, que durante sete lustros — “com braço às armas feito”, — defendeu porfiada e denodadamente estas Terras Nordestinas;

de S. Luis do Maranhão a Salvador, na Bahia, de Recife em Pernambuco ao sertão comum e indiviso.

O inclito Presidente da Sociedade Brasileira de Folclore, fará o panegírico do Herói norte-riograndense, ressaltando a coincidência de ficar o Compromisso também sob a égide do Tenente General Manoel Luis Osório, o mais destacado soldado dos muitos e magníficos, que tem dado o outro Rio Grande, o do Sul.

(Do «Diario do Natal», de 25-5-1951).

POTI, «O GRANDE»

(Esboço Histórico-biográfico)

General FERNANDO TÁVORA

1. D. ANTONIO Felipe Camarão foi, sem sombra de duvida, a mais alta expressão do valor da Raça aborigene do Brasil.

2. Ele é um autentico nordestino, ainda que se discuta o lugar de seu nascimento, possivelmente no ultimo quartel do século do descobrimento (XVI); consideremo-lo, por melhores razões, filho do Rio Grande do Norte (Igapó).

3. Em sua juventude de chefe inato, vimo-lo primeiro atuar na pacificação dos Potiguares com os Portuguezes, em meados de 1598, sob JERONIMO de Albuquerque, 1.º comandante do Forte dos Reis Magos. Daqui seguiu para a Paraíba, com a Expedição de GONÇALO Coelho, seu Capitão-Mor, que viera ajudar a fazer e firmar a conquista destas glebas levantinas.

4. Em 1614, chefiando os seus, se foi a pé, aqui para o Maranhão, para ajudar o mesmo famoso Capitão-Mor JERONIMO de Albuquerque, na reconquista daquela Capitania.

5. Casou-se com uma india. D.^a CLARA Camarão, por sinal da mesma fibra do marido, pois o acompanhou e ajudou em suas façanhas militares, como autêntica heroína.

6. Em 1630 defendeu Olinda, atacada pelos Holandeses. E desse ano ao de 1635, bateu-se sem cessar com o invasor alienígena, que admirava quase assombrado, tanta bravura e prestígio pessoal num aborígene.

7. Em 1636, perto de Porto Calvo, após a perda da batalha de Mata Redonda, por D. LUIS de Rojas y Borja, — Poti, ao lado do Capitão Rebelo, — salvou o Exército pernambucano de completa destruição. Sob as ordens do Conde de Bagnuolo e comandando 300 índios e alguns negros chefiados por HENRIQUE Dias, tomou o reduto de Goiana, matando muitos holandeses e confiscando vultosa presa.

8. Alarmado com a intrepidez e astúcia do Chefe indígena, mandou o governo do Recife contra ele o Gen. ARTISHOFSKI, travando-se renhida peleja, que durou muitas horas retirando, afinal, os báta vos, cujo chefe chegou a ficar prisioneiro e escapou-se por um ardil.

9. A 18-II-1637, ainda nas vizinhanças de Porto Calvo, 5000 holandeses, comandados pelo próprio Príncipe de Nassau, atacaram os nossos, cuja inferioridade numérica e de armas, escapavam a qualquer sortilégio. Ai, acompanhado e estimulado pela esposa, Felipe Camarão bateu-se heroicamente, como Henrique Dias e sua pequena e valorosa legião negra. Tiveram de recuar desta feita, abandonando o campo da luta as tropas flamengas.

10. Em 1638, em Torre de Garcia d'Avila, na Baía, Camarão comanda uma guerrilha, dispersa os holandeses e toma parte na defesa da cidade do Sal-

vador, sitiada e atacada pelos soldados de Nassau. Daí ao armistício de 1640, que se seguiu á restauração de Portugal, ainda passou pelejando este índio sem par, na defensão da nacionalidade.

11. Em 1645 incorporou-se com a sua gente, aguerrida e devotada á Insurreição Pernambucana. E, em 1648, cobriu-se de glória imarcessível, na 1.^a Batalha dos Guararapes, ao lado de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros. Chefiou e conduziu a Ala direita do dispositivo do Exército dos Independentes, derrotando completamente os Holandeses do General Van Schoppe.

12. Neste mesmo ano, veio a falecer, vitima duma febre maligna, no Arraial do Bom Jesus, em cuja Capela teve sepultura. O rei FELIPE IV de Hespanha e III de Portugal, após uma de suas ações neróicas e benfazejas, o havia agraciado com o Hábito de Cristo e o título de Dom. Aliás, quando em visita a Ouro Preto, a cidade-monumento de Minas Gerais, em começo de 1948, fomos informados de que o Museu da Inconfidência ali instalado, adquiriu dum judeu e guarda carinhosamente a venera que pertenceu ao expoente do valor e amor indígenas, á Pátria comum, dele e nossa.

Da «Folha da Manhã», de Recife, ed. de 3-6-1951.

SÓBRE POTÍ - O GRANDE

MÁRIO MELO

Publicou FOLHA DA MANHÃ, em seu suplemento de domingo último, com o título de POTÍ, O GRANDE, um esbôco histórico-biográfico de autoria do sr. general Fernando Távora.

Infelizmente, o autor firmou-se em documentos precários, para dar-nos um Camarão absolutamente irreal.

Vejamos alguns anacronismos:

“Em sua juventude de chefe inato vi-mo-lo primeiro atuar na pacificação dos Potiguares com os portugueses, em meados de 1958 (há evidente engano de revisão, devendo ser 1598) sob Jerônimo de Albuquerque I, comandante do forte dos Reis Magos. Daqui (do Rio Grande do Norte) seguiu para a Paraíba com a expedição de Gonçalo Coelho, seu capitão mor, que viera ajudar a fazer e firmar a conquista destas glebas le-vantinas”.

“Em 1614, chefiando os seus, se foi a pé daqui para o Maranhão, para ajudar o mesmo famoso capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, na reconquista daquela Capitania”.

Realmente a pacificação dos indígenas, onde os portugueses ergueram o forte dos Reis Magos, foi entre 1598 e 1599. O tratado de aliança, posterior á pacificação, foi ultimado, na Paraíba, a 11 de junho de 1599.

Fixemos, portanto, “Poti, o Grande” em 1598 na pacificação dos Potiguares (eu escrevo, conscientemente potiguares).

Vamos, agora, à realidade histórica:

A Inquisição colheu, num processo, o jesuita Padre Manuel de Moraes, que foi aqui em Pernambuco catequista de aborígenes de várias aldeias; que combateu a favor dos portugueses no início da ocupação holandesa; que depois se bandeou para os in-

vasores, abjurou a religião católica, abraçou o protestantismo, casou-se na Holanda, e mais tarde voltou a Pernambuco, e na batalha das Tabocas, incitou os brasileiros à vitória, empunhando um símbolo sagrado do romanismo.

Antonio Felipe Camarão, antigo catecúmeno do Padre Moraes, foi chamado a depor, o que fez, na Várzea, a 3 de maio de 1647, na residência do Vigário, perante o comissário do Santo Officio, o licenciado Mateus de Sousa Uchoa, vigário de Santo Antonio do Cabo, e o escrivão Padre Manuel Rodrigues.

Eis como se qualificou:

“Testemunha Dom Antonio Phelipe Camarão, Cappitam mor e governador de todos os Indios do Brasil e Cavaleiro do Habito de Cristo, de idade, que disse ser de **quarenta e seis anos**, testemunha jurada aos santos evangelhos, em que pos sua mão direita sob carguo do qual prometeo dizer verdade e guardar segredo”.

Ora, se em 1647 contava quarenta e seis anos de idade, é que teria nascido em 1601.

Como, tendo nascido em 1601, poderia em 1598 ou 1599 ter tomado parte na pacificação dos indios?

Como, com apenas treze anos de idade, ter ido a pé para o Maranhão, chefiando os guerreiros de sua tribo?

Evidentemente, o sr. general Fernando Távora confundiu o Poti, o petiguar que se batisou com o nome de Antonio, o Camarão que se celebrizou na guerra holandesa, com qualquer outro índio de nome Poti, porque era impossivel a alguém nascido em 1601 participar de qualquer acontecimento notável, occorrido dois ou três anos antes.

Nem a Jesus Cristo se pode atribuir semelhante milagre...

Da «Folha da Manhã, de Recife, de 10-6-1951.

POTI É DAQUI!

por F. TÁVORA

(Em sentido lato e figurado)

1. Em meado de agosto de 1950, quando propusemos ao Governo da República uma homenagem perene ao maior de nossos índios, ignorávamos francamente a existência e resistência dum “paralelo 38” — entre historiadores e cronistas de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, — a respeito da “naturalidade” e “unidade” de D. Antônio Felipe Camarão (Poti).

2. O esbôco histórico-biográfico, que fundamentava aquêlo expediente, foi publicado na imprensa desta capital e de Recife, com ligeiro retoque, quando da última solenidade de Compromisso dos Recrutados, sob a epígrafe “Potí, o Grande”, tomada de empréstimo a um artigo do ínclito Presidente do I. H. G. do R. G. N.

3. A respeito de tal escrito afirmou o dr. Mário Melo, na «Folha da Manhã» (Recife) do dia 10, que nos havíamos estribado em “documentação precária”, na sua redação.

4. Embora tenhamos calcado aquêlo documento em livros e autores do Sul, estranhos á pendenga entre pernambucanos e norte-riograndenses (“Galeria Nacional” vol. I pgs. 83/84 e vol. V pg. 429 — edição do «Jornal do Brasil» e «Formação dos Estados Brasileiros»: pgs. 121/24 — edição de «A Noi-

de «A República» de 22-II-40, de 18 e 19-V-45; e na Revista do I. H. G. do R. G. N.: pgs. 37 a 48 dos vols. XXIX a XXXI — 1932-34), de autoria do inclito Presidente da Sociedade Brasileira de Folclore (E vox populi, vox Dei”).

E como “cruz” ou “flores”, a marcar a sepultura duma questão morta e inhumada — os artigos do ilustre Diretor da Faculdade de Direito de Natal, — publicados na Revista «Bando», de junho de 1949 e abril de 1950 e no suplemento literário do «Diário de Natal» de 7 de agosto de 1950, tudo referente à unidade e naturalidade de A. F. Camarão.

7. Não terminaremos esta explicação, devida ao público e ao zeloso Secretário perpétuo do Instituto Arqueológico de Pernambuco, sem as considerações seguintes:

“primo” — tendo a Capitania Geral de Pernambuco exercido jurisdição territorial — da margem esquerda do S. Francisco às faldas orientais da Ibiapava, — da Ponta de Pedras (praias paraibanas) ao sertão das Minas Gerais e operando-se, já nos fins do século XVIII, as separações do Ceará e da Paraíba e no principio do século XIX, as do Rio Grande do Norte e de Alagoas — Potí, mesmo natural das margens do Potengi, — terá nascido sob a égide do “Leão do Norte”, como não resta dúvida que honrando e honradamente repousa seu último sono na terra pernambucana;

“secundo” — um Potiguar, e Potí o era visceralmente, — podia nascer no Rio Grande do Norte, no Ceará ou na Paraíba, — mas nunca entre os Catés, gentios de muita bravura e poucos amigos;

“tertio” — em bôa lógica, quando a “idade” declarada ou suposta dum paciente não se harmoniza com “fatos”, de que êle foi partícipe, — é na-

quela e não nestes que se deve buscar a correção (reportamo-nos ao “depoimento” de Camarão, num processo seiscentista e a que se apegamos o ultimo dos abencerragens da tese pernambucana, neste assunto).

8. Mesmo porque, se fossem tabus os Autos (que contem vários “depoimentos”) daquêles omni-nosos tempos — Tiradentes não teria trocado o patibulo por uma estátua e Frei Miguelinho, em lugar de fanal destas glebas levantinas, — teria continuado na forca, para escarmento de seus epígonos...

9. Tambem vale a pena ponderar que a tese norte-riograndense não aceita “divisão” do nosso Caxias de Bronze; ao passo que a tese pernambucana — não só o desintégra, — como reivindica para o seu Estado a maior figuração do herói que lhe defendeu o patrimônio e deu lustre à história. Então, segundo a sentença de Salomão — a Terra portuguesa é que é a “mãe legítima” do filho disputado.

10. Enfim, como brasileiro, soldado e amigo de todos os Estados — nos permitimos lembrar a Pernambuco (cujo escorço histórico bosquejamos na “Folha da Manhã”, de Recife, de 25-V-50) que — “por empreitar brigas”, o Reino e o Império encurtaram-lhe o “quintal” e estreitaram-lhe o “terreiro”, ainda que sem deslustre para a sua glória...

Natal — R. N., em 21 de junho de 1951.

(«Diario de Natal», 30-6-51).

Dia da Pátria

ORAÇÃO CIVICA na concentração
escolar de 7 de Setembro de 1950:

Exmo. Sr. Governador.

Exmo. Sr. General.

Digníssimas autoridades.

Devotados professores.

Concidadãos:

— Aqui, estamos para celebrar, mais uma vez, o sagrado ritual da Pátria, na comemoração do 128.^o aniversário da Independencia;

Aqui, estamos para exaltar os pro-homens que contribuíram para esse magno acontecimento da nossa História Política; e

Aqui, estamos para, ainda e sempre, afirmar a nossa Fé intrépida nos destinos imortaes da nossa Nacionalidade!

Nesta data aurifulgente, a Nação inteira comemora com vivas expansões de jubilo o transcurso do facto mais empolgante da sua trajetoria, no continente e no universo, recorda os heróis e os martires dessa augusta campanha, revive a chama da Fé eternamente latente ao ânimo de cada compatriota.

II — Foi a 7 de Setembro de 1822, ás margens de um regato, nas cercanías de São Paulo,

pelas 4 horas da tarde, um moço Príncipe Regente, ao tomar conhecimento dos despachos que lhe vinham da Corte e das mensagens de sua Consorte e do seu Ministro, num assomo de orgulho e de vaidade, resolveu, de um só golpe e com um só gesto, espatifar todos os grilhões que o prendiam a Portugal e afirmar ao mundo inteiro e a todos os habitantes do territorio, sob sua jurisdição, que estavamos livres para sempre da dependencia politica com a Corôa Diamanttna.

E, sacando da espada e esguendo-a no ar, em tom de desafio, proclamou "Independencia ou morte".

Desde esse radioso instante, o Brasil sacudiu dos seus ombros a tenás da subserviencia, atirou fóra o jugo da escravidão, que o submetiam ao Reino de Portugal, tornando-se NAÇÃO LIVRE, entre as livres nações do Mundo.

Todos os brasileiros confraternisaram na alegria do momento, por toda a terra brasileira ergueram-se hínos de louvor ao Grande Príncipe, logo a seguir, aclamado IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL, no dia 12 de outubro do mesmo ano.

Estava assim realizado o sonho dos martires de 1710, 1720, 1789 e 1817! Ficavam destarte redimidos e glorificados Bernardo Vieira, Felipe dos Santos, Tiradentes, Miguelinho e tantos outros que haviam morrido por amor do seu ideal.

Gloria aos heróis e aos martires de tão sacrosanta crusada!

III — Ha mais de quarenta anos que, nestedia glorioso, a mocidade das escolas celébra, sob a orientação carinhosa de seus dedicados preceptores, a grande data da Independencia Nacional, entre os mais vibrantes sinais e transportes de emoção cívica.

De fato, a FESTA NACIONAL deve ser a gran-

de efeméride dos nossos corações; constitue o dever mais premente do nosso espirito civico; é a nota sublime e dignificante do nosso entusiasmo por quantos souberam sonhar e criar a nossa querida Pátria.

Honremos, neste dia, as tradições gloriosas dos nossos maiores! Veneremos os sagrados vinculos que nos prendem ao concerto da Civilização! Cultuemos, com todas as nossas energias, esse facho sublime de idealismo, que sintetisa todas as conquistas do espirito nacional!

Ao Principe D. Pedro, depois, o Imperador Pedro I, o genial politico, a José Bonifacio, o Patriarca da Independencia, á Princesa, depois Imperatriz, D. Leopoldina da Austria, a Gonçalves Lêdo, a José Clemente Pereira, a Januario da Cunha Barbosa, e tantos outros que influiram para a realização da Independencia Nacional, tributemos, no dia do 128.º anniversario do faustoso acontecimento, todos os louvores, os agradecimentos, as homilias mais cordeais, porque nos legaram uma grande Pátria, unida e soberana, na pujança dos seus direitos jamais conspurcados no exercicio da sua independencia e na regencia dos seus destinos imarcessiveis.

IV — Agora, podeis desfilar, radiosa mocidade das nossas escolas. Vós que sois “as promessas divinas da Esperança”: desfilai, sob a guia do

“Auriverde pendão,
Que a brisa do Brasil beija e balança!”

Desfilai, embalada ao sopro das auras nordes-
tinas, desfilai ao ritmo das marchas triunfantes e
cantai as estrofes imortais dos hinos patrioticos, que
são como que a alma da nacionalidade, orgulho dos
nossos antepassados, dadiva régia aos nossos por-
vindoiros, para que as saíam honrar, aplaudir e
enobrecer e que nós desta geração lhes transmiti-

mos, para sua garantia e sua integridade, no Futuro!

Ide, escolares conterraneos, cumprí vosso mais elementar dever civico, elevae as vossas vóses, num côro unísono e magnifico, como homenagem sincera e sublimada da pureza e da lealdade dos vossos sentimentos, da perenidade dos vossos anhêlos, por um Brasil, sempre livre, pacifico, soberano, eternamente amante da Verdade, do Bem, e da Justiça ante a assembléia das Nações Unidas e de todo o Orbe Universal.

7 de Setembro de 1950

NESTOR LIMA

«Diario», 17-9-50

CUNHAÚ

FERNANDO TAVORA

FORTIM, ENGENHO E CAPELA

1. As várzeas de Cunhaú fôram sesmaria e doação do Capitão-Mór Jeronimo de Albuquerque, a dois de seus filhos, lá pelo começo do século XVII e bem cedo se tornaram o primeiro e principal núcleo industrial das glebas potiguares, fornecendo à Capitania açúcar para o consumo e exportação.

2. Assim as alcançou e confiscou a conquista flamenga, em 1634, arrazando o Fortim, que apenas 27 homens e 10 bôcas de fogo defendiam, conduzidos com a munição e o Comandante para Natal, capturada em fins de 1633.

3 O confisco mudou de mão duas vezes entre os holandeses, embora continuasse a vizinhança do estabelecimento povoada de pacíficos labrêgos, em número superior a uma centena.

4. Por ali passou, em fevereiro de 1640
— o Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra,
— desiludido e desembarcado da infausta Ar-

mada do Conde da Torre, lá pelas práias do Touro e cuja contra-marcha famosa, dali ao Recôncavo, nunca será assaz gabada; não só pela extensão como pelas dificuldades superadas — “em perigos e guerras esforçados, mais do que permitia a fôrça humana”.

5. Ao passo que em julho de 1645 os bátavos e seus comparsas do Interior já se haviam inteirado das ordens de prisão do Conselho Político de Recife, — contra os que êle chamava «conspiradores da várzea» — os campônios, mesmo do agreste norte-riograndense, já em outubro desse ano, ainda, ignoravam a Insurreição Pernambucana e não se aperceberam da «temorização sangrenta» que os espreitava.

6. Em 15 de julho de 1645 o judeu alemão, Jacó Rabí, aqui intrometido pelos filhos da Holanda, chegou a Cunhaú em companhia duma récua de Janduis, chefiados por Jererera, autêntico filho do Tucháua dessa sanguinária tribo dos Cariris. Era sabado e os moradores luso-brasileiros foram convocados para uma reunião informativa, logo depois da missa do dia seguinte, 16, domingo.

7. Pois bem. Na hora da elevação e á senha do judeu maldito, a indiada precipitou-se na Capela, matando todos os fiéis ainda de joelhos, a golpes de tacape, ponta de espada, flexa e punhal. O próprio Jererera apunhalou

o celebrante, padre André do Soveral, Capelão do lugar, que cambaleando veio morrer apoiado no portal da Igrejinha, deixando nêle a impressão de sua dextra ensanguentada, marca que resistiu, por mais dum século, as injúrias do tempo e ao descaso dos homens. Igual destino tiveram também os que se haviam deixado ficar no Engenho, dos quais apenas três se escaparam, em esconderijos e fuga diligentíssimos.

8. O padre Soveral era paulista, de São Vicente e morreu septuagenário. Jesuita secularizado, está registrado nos anais da Companhia de Jesus como missionário e tupinólogo. Estabeleceram-se no Rio Grande do Norte, na primeira década do século 17.º, sendo posseiro e pároco em Cunhau. Seu martírio foi legitimamente — “in edium fidei” como refere o historiador dr. Luis da Camara Cascudo, — perpetrado pelo herege europeu e seus desalmados sequazes do Novo Mundo.

9. De 1645 a 1652 foi Cunhaú teatro de lutas, vinganças e represálias ferozes, entre os Insurretos Pernambucanos, — errantes pelo Interior e os Holandeses, — acuados em suas conquistas litorâneas.

10. Nêsse período por ali passaram e agiram o cap. João Barbosa Pinto, d. Antonio Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros e o Mestre de Campo Antonio Dias Cardoso.

11. Expulsos os flamêngos em 1654, foi a Capela de Cunhaú reconstruída pela Família Albuquerque Maranhão, progênie do primeiro donatário daquelas terras, chegando a ter esplendor as celebrações religiosas ali oficiadas, a que acorriam fiéis num raio de 20 léguas.

12. A padroeira da Capela era Nossa Senhora das Candeias. Restam, hoje, da vetusta e veneranda construção seiscentista apenas as paredes semi-derruidas.

13. Sem embargo, há mais de 300 anos, as Almas de Cunhaú atraem e atendem a devoção persistente das gentes do agreste potiguar, que ali vão, em romaria, acendendo velas e rezando de joelhos, por sobre ruínas, que o tempo enegreceu.

14. No tricentenário do martirologio, em 16 de julho de 1945, mons. Paulo Heroncio de Melo, um dos seus fiéis e autorizados evocadores, celebrou missa solene e votiva fazendo o panegírico da fidelidade cristã e da exaltação da fé, que imortalizaram o pároco de Cunhaú e aquele pugilo de campônios norte-riograndenses.

Do «Diario de Natal», de 30 agosto 1950

A República no Rio Grande do Norte

José M. D. Castelo Branco
(Socio correspondente)

Depois dos dois surtos malogrados de 1817 e 1824, em que se destacaram os padres Antonio de Albuquerque Montenegro e João Damasceno Xavier Carneiro, os coroneis de milicias André de Albuquerque Maranhão e Joaquim José do Rego Barros; capitães Antonio Germano Cavalcanti de Albuquerque e Antonio da Rocha Bezerra e o vigário Feliciano José Dornelas, sendo que os cinco últimos como componentes da Junta Provisoria, em 1817; e José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro, Francisco da Costa Seixas e José Joaquim Fernandes de Barros, como emissarios enviados a Pernambuco, em 1824, as ideias republicanas no Rio Grande do Norte, parece que foram ventiladas pelo «JAGUARARI», órgão do partido sulista, em 1851, segundo denunciava o senador Limpo de Abreu, na sessão do Senado de 19 do maio de 1851, ao expressar-se que dito periodico derramava «idéas e principios contrarios ás instituições do paiz». (*Jornal do Comercio*. (1) (Rio), de 22 de maio, 1851, pg. 1,

(1) Esta referencia do senador Limpo de Abreu feita no seu discurso de 19 de maio de 1851, ao jornal JAGUARARI, como pertencente ao "partido do sul, ou a pessoas deste partido", publicado em Pernambuco, choca-se com a informação do des. Luiz Fernandes, constantes da «A Imprensa Periodica no Rio Grande do Norte» (Rev. do Inst. Hist. Geogr. do R. Grande do Norte, VI, 31-32), de que o dito

col. 3); começando a serem agitadas novamente, em fins de 1870, pelo advogado dr. Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque, **nobre corifeu da imprensa liberal do norte desta terra**, (Jornal do Comercio, de 9 de outubro e de 10 de novembro de 1870, pgs. 1 vol. 5 e 1. col. 6; *Cartas de Natal*, de 24 de setembro e de 29 de outubro de 1870), respectivamente); o qual esforçou-se tanto quanto possível para organizar na provincia, um *partido republicano*, sem encontrar prosélitos, mesmo entre os liberais mais exaltados, que regeitavam *in limine* as propostas e convites do referido democrata. (Jornal do Comercio, de 8 de janeiro de 1871, pg. 2, col. 5; *Carta de Natal*, de 25 de dezembro de 1870.

Como se vê, este movimento antecedeu à publicação do manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870, assinado por Saldanha Marinho, Ottoni, Lafayette, Aristides Lobo, Bocayuva e outros.

O LIBERAL DO NORTE (Natal), referindo-se ao jornal A REPUBLICA, órgão do partido republicano na côrte, assim, se manifestava: "Aspira ao governo da democracia pura; é escrito com clareza

periodico circulou, após o ARGOS NATALENSE, este de 1851 a 52 e aquele em 1852, se bem que ambos dedicados «ao partido liberal, composto de elementos do velho partido do sul, que desaparecia», e dirigidos ambos pelo dr. Moreira Brandão, em tipografia propria.

Mas, o JORNAL DO COMERCIO (Rio), na edição de 7 de outubro de 1851, noticia, segundo correspondencia de Pernambuco, de 25 de setembro anterior, ter aparecido o ARGOS NATALENSE, em substituição ao JAGUARARY (pg. 1, c. 3); do que se subentende que aquele foi quem substituiu este, enganando-se, nesse ponto, o ilustrado escritor portiguar.

Além disso, ajustam-se á data do aparecimento do ARGOS — 7 de setembro — a da correspondencia de Pernambuco e o registro no JORNAL DO COMERCIO, ambos em seguimento ao marco inicial; sendo comum no meio natalense da época a impressão de periodicos nas capitais das provincias visinhas.

inexcedível e expõe verdades incontestáveis”. (A REPUBLICA” (Rio de Janeiro, de 16 de fevereiro de 1871, pg. 2, col. 2; transcrição da notícia com que o LIBERAL DO NORTE, folha do Rio Grande do Norte, recebeu a referida «A REPÚBLICA»).

Numa carta da mesma procedencia, de 14 de fevereiro, inserta no velho órgão de 27 do referido mês, afirmava-se que o LIBERAL DO NORTE estava publicando o manifesto do partido republicano, sendo indigitado o político conservador, dr. Gomes da Silva “para ser o rei da república, que pretende crear o partido liberal”, attribuindo-se ao dr. Hermogenes Tinôco a autoria dos artigos do LIBERAL DO NORTE, combatida, porém, a perigosa teoria pelo CONSERVADOR; acrescentando o autor da carta que “até o presente têm sido recebida com frieza e indiferença as doutrinas apregoadas pelos que se chamão apóstolos da liberdade, sendo formalmente repelidas pelos liberaes sinceros que não podem aceitar idéas contrárias às que professão, e que estão bem longe de satisfazerem as suas vistas e aspirações”. (pg. 1, col. 2).

Achava o CONSERVADOR que “Club republicano”, antes de realizar os seus desejos, teria sorte igual á do “club radical”, que se dissolveu espontaneamente, adiantando que, para muitos liberaes, o partido republicano seria um expediente de opposição, passando o governo ao mais sábio e justo, “logo que chamar aos conselhos da Coroa os governadores do ultimo dominio liberal-progressista, por serem os mais próximos parentes dos republicanos”.

Noutra missiva, datada de 26 de fevereiro citado (JORNAL DO COMERCIO, de 11 de março de 1871, pg. 1, col. 8), dizia o correspondente que o LIBERAL DO NORTE continuava a publicação do referido manifesto, clamando, porém, no deserto, pois, ninguem desejava alistar-se na bandeira repu-

blicana, por não acreditarem nas promessas dos falsos apóstolos de liberdade.

Finalmente, no mês seguinte o periodico natalense concluía a divulgação do aludido manifesto, sem ter conseguido fazer prosélito algum. (JORNAL DO COMERCIO, de 24 de março de 1871, pg. 2, col. 1; CARTA de Natal, de 11 do referido mês).

Apezar disto, o dr. Cisneiros não esmoreceu e tanto se esforçou, que, antes de findar o ano, ele remetia á direção do partido, no Rio de Janeiro, uma saudação e adesão assinada por mais de trinta pessoas pertencentes a profissões liberais, conservadoras e outras classes, como se poderá verificar na edição de 15 de dezembro de 1871, da A REPUBLICA, da capital do país, que a recebeu assim:

“Pernambuco, terra enobrecida de tradições cruentas pela causa da liberdade, e o Rio Grande do Norte, não menos altivo, viril e cheio de hombridade, acabam de se manifestar de um modo esplendido em favor dos principios republicanos”.

A primeira acaba de constituir um club, em sua capital, e a segunda dessas provincias “nos envia saudações, que nos honram e nos animam”. Com o coração a não conter júbilos, saudamos por nossa vez os nossos irmãos de sentimentos e de idéas das provincias de Pernambuco e do Rio Grande do Norte”. (A REPUBLICA, pag. 3 col. 4; «A REPUBLICA» e o subtítulo — «ADHESÕES»).

Eis a saudação: “Cidadãos republicanos.

— “Os abaixo-assinados, residentes nesta provincia, felicitam cordialmente os distinctos membros do Club Republicano do Rio de Janeiro, pela nobre cruzada em que estão empenhados em favor da causa sagrada da patria, doutrinando, com inexcedivel abnegação e talento, o povo brasileiro nos princi-

pios e vantagens do systema republicano, unico consentâneo com a sua dignidade e aspirações”.

“De feito, fundado no grande e immortal principio da soberania popular, sem as subtilêzas e mistificações da monarchia, a republica é incontestavelmente a forma do governo a mais adaptada para resolver, em bases amplas e seguras, o grave problema de nossa emancipação politica e social, fundando, entre nós, uma nova sociedade sobre as ruinas desta monarchia envelhecida, cujos frutos, durante sua existencia, têm para nós o absolutismo e a corrupção, obra systematica de um homem divino, que se reputa sagrado, pela eternidade dos tempos, para fechar em suas mãos os destinos de um povo inteiro, patrimonio seu e de sua familia”.

“Convencidos dessas verdades, cuja evidencia dispensa qualquer demonstração, os abaixo assinados sentem indizivel satisfação em poder assegurar ao «Club Republicano do Rio de Janeiro» a mais plena adhesão ás idéas republicanas, as quaes os abaixo assinados, como sinceros republicanos, protestam apoiar por todos os meios ao seu alcance, indo até o sacrificio, si tanto fôr necessario, para que elas vinguem um dia, neste sólo americano, onde as instituições politicas e sociais devem ser tão livres e gigantescas como sua propria naturêza, e como só a republica póde dal-as.”

“Rio Grande do Norte, 30 de novembro de 1871.

“Bacharel Joaquim T. Cisneiros de Albuquerque, advogado.

Manoel José de Siqueira Pitanga, agricultor.

Coronel reformado Antonio Bazilio Ribeiro Dantas, proprietario.

José Ribeiro Dantas, professor jubilado.

Manoel Joaquim Barbosa Bidot, negociante.

Francisco Bazilio Ribeiro Dantas, proprietario
Triburtino de Azevedo Mangabeira, alferes
da guarda nacional.

Antonio Felipe Cabral de Melo, negociante.
Antonio Manoel Xavier Bittencourt, capitão,
advogado provisionado.

Bacharel Manoel Januario Bezerra Monte-
negro, advogado.

Manoel Francisco Ferreira da Costa, nego-
ciante.

Filinto Rolindo Braulio de Vasconcelos, agri-
cultor.

Antonio Raphael Seabra de Melo, negociante.

Custodio Rodrigues Ferreira Maia, negociante.

Pedro Antonio da Silva Lins, negociante.

Candido Martins de Castro, negociante.

Coronel Joaquim Carneiro Machado Rios,
fazendeiro.

Joaquim Manoel de Meroz Grillo, negociante.

Manoel Joaquim de Carvalho e Silva, pro-
prietario.

João Duarte da Silva, proprietario.

Manoel Duarte da Silva, proprietario.

José Lucas Alvares, proprietario.

Manoel Timotheo Ferreira Lustoza, agricul-
tor.

José Bonifacio Cabral de Mello.

Joaquim Ribeiro Dantas, proprietario.

João de Albuquerque Moreira Cunhaú, pro-
prietario. (2)

José Francisco de Sá Bezerra, proprietario.

(2) Deve ser João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, proprietario de ESTRELA, uma das mais importantes propriedades agrícolas do Estado e que outrora fazia parte da sesmaria denominada «Cunhaú» e que João Cunhaú herdára, com suas cunhadas, por haver casado com D. Luzia Antonia, filha do brigadeiro André de Albuquerque Maranhão, conhecido por "Dendé Arcoverde".

Julião Carlos Wanderley, agricultor.
Joaquim Manoel da Fonseca e Silva.
Manoel Ignacio Pereira Leite, agricultor.
Carlos M. de Jesus Nogueira Costa, proprietário.

Coronel reformado Estevam José Barbosa de Moura, proprietário.

Capitão Vicente de Andrade Lima, criador.

(A REPUBLICA, cit. pg. 3, col. 5).

O fundador e diretor do JAGUARARY era o dr. Moreira Brandão que, começando a traçar o seu programa liberal, jovem ainda de 22 anos, certamente, difundiu ideias assás democraticas que alarmaram o velho senador mineiro, antigo partidario do liberalismo, que chegou a ser ministro do Estado, doze vezes.

Relativamente á propaganda do dr. Cisneiros, a despeito das informações do correspondente do JORNAL DO COMERCIO em Natal, êle sempre ia conseguindo algo, como vimos da transcrição supra, devendo ressaltar-se entre os signatarios do documento trasladado, os nomes dos coroneis Antonio Bazilio Ribeiro Dantas e Estevam José Barbosa de Moura e do dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro, vice-presidentes da provincia, que a governaram por diversas vezes.

Parece que a maior aceitação das novas ideias se deu no vale do Capió e adjacencias, onde residiam o velho Antonio Bazilio, José, Francisco Bazilio e Joaquim Ribeiro Dantas, Joaquim Manoel de Meroz Grillo, Manoel Joaquim de Carvalho e Silva, Antonio Felipe Cabral de Melo, João e Manoel Duarte da Silva, João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, José Bonifacio Cabral de Melló, alem de outros tanto que A REPUBLICA de 7 de janeiro de 1872, inseria na secção "NOTICIAS" a nota seguin-

te: "Sentindo não poder, por falta de espaço, publicar em sua integra a interessante carta do nosso correspondente, dela extractamos as seguintes noticias:

"O partido republicano, graças aos perseverantes esforços de um de seus mais denodados campeões, o muito distincto dr. Cysneiros de Albuquerque, ia organizar um club director, na villa de S. José de Mipibú, um dos maiores e mais populosos e importantes municipios do "norte" (pag. 2 col. 2; "Provincia do Rio Grande do Norte").

Seguiam-se outras informações sobre assuntos diferentes.

Até dezembro de 1871, só havia agencias do organo official do partido republicano, nas provincias de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais "que graças à espontanea e eficaz bõa vontade de prestimosos correligionarios, têm prestado e continuam a prestar importantes serviços". (A REPUBLICA, de 5 de dezembro de 1871, pg. 3, col. 2).

A 17 de junho de 1872, "A REPUBLICA" dizia que a existencia do partido republicano no Brasil era um facto consumado. Na capital do Imperio, nas provincias mais importantes como S. Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará, Bahia e Minas, e nas de segunda ordem, como Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí e outras, o partido manifesta-se pelos seus organs de publicidade e pelos seus clubs". (pg. 3, col. 3; "O Partido Republicano Brasileiro"); e, na sua edição de 3 de julho seguinte, mostrando o seu desenvolvimento, adiantava que já havia no Imperio, 22 jornais de character republicano, sendo 6 em São Paulo, 3 em Pernambuco, 2 em Minas e no Rio Grande do Sul, e um em cada uma das provincias de Amazonas, Pará, Piauí, Paraíba, Alagoas, Bahia, Côrte, Rio de Janeiro e Paraná. (Pg. 3, col. 4; "A Imprensa Republicana no Brasil").

O jornal RIO GRANDE DO NORTE, na sua edição de 7 de outubro de 1895, afirma que, ha talvez mais de vinte anos, fundou o dr. Cisneiros com a colaboração do dr. Paulo Antunes a "VOZ DO POVO", folha repulicana, e ao tentar o mesmo advogado efetuar um *meeting* em S. José, fôra preso pelo chefe de policia Melo Barreto (pg. 1. col. 5).

Já tendo sido suspensa a publicação da A REPUBLICA, valí-me de outras gazetas e na A REFORMA, folha liberal do Rio de Janeiro, de 16 de janeiro de 1875, deparei uma "Correspondencia", de Natal, datada de primeiro do referido mês, da qual constava que a Camara Municipal de S. José de Mipibú dirigira "ao Presidente Bandeira de Melo um officio, comunicando-lhe que três republicanos pretendíam falar ao povo e excita-lo a acompanhar os movimentos da Paraíba e Pernambuco". (pg. 2, col. 2).

E acrescentava o correspondente que "A comunicação nada tinha de verdadeira, pois, além de outros motivos, bem sabem os republicanos que ainda não são chegados os tempos."

Mas, apesar disso, o presidente da provincia, querendo apresentar-se ao governo "como debelador de uma revolução, deu-se pressa em fazer seguir para aquella cidade o seu chefe de policia Melo Barreto, acompanhado de oitenta e tantas praças de linha, com ordens para requisitar a guarda nacional que quizesse". (pag. e col., cits.).

O chefe de policia mandou chamar ou intimar o dr. Cisneiros, por três vêzes, ora por um official do exercito, ora, por dois e, depois, por um escrivão judicial com o respectivo mandado, e, como ainda não fosse atendido, por alegar o intimado não ser criminoso, nem ser apontado no mandado o motivo da ordem e a citação de alguma lei em que se fundasse, resolveu o dr. Luiz Inacio de Melo Barreto reunir a força pública no quartel e, com o juiz de direito interino, o promotor público, officiais de

justiça e militares, dirigiu-se, no dia 12 de dezembro de 1874, á casa de José Bonifacio Cabral de Melo, correligionario do dr. Cisneiros, deu vóz de prisão a este, que, cercado de numerosos amigos de todos os credos políticos, cedeu à violencia e encaminhou-se “para a aposentadoria do chefe de polícia, sempre acompanhado por ele e sua famosa comitiva”, na qual pretendeu sujeita-lo a um interrogatorio, em que indagava se estava “agitando o povo para acompanhar os movimentos da Paraíba e Pernambuco” e como não o atendesse, declarando que, somente em juizo, faria as declarações que entendesse necessarias e, devido á attitude energica de seus amigos (dele Cisneiros), o chefe de polícia deu por encerrado o incidente, fazendo antes um discurso, cujas theorias foram contestadas pelo advogado. (A REFORMA, nº pg. e col., cits., e de 17, também de janeiro, pg. 2, col. 5 e pg. 3, col. 1).

Nesta última edição, este advogado faz uma publicação datada da “Cidade do Natal, 23 de dezembro de 1874”, intitulada “AO PAIZ” e assinada: “Joaquim T. Cisneros de Albuquerque”, explicando o occorrido, transcrevendo a «Contra Fé» do mandado de intimação, certidão do escrivão, que o intimou, datadas estas de 12 de dezembro aludido.

Essas agitações no nordeste, segundo o Relatório do ministro da Justiça Duarte de Azevedo, eram uma sedição maçõnico-decimal, e deu como causa do movimento na Paraíba as prédicas do padre Ibiapina, ao regimento de custas e aos impostos; do de Pernambuco aos jesuitas e maçons, do do Rio Grande do Norte ao sistema métrico e ao censo, e do de Alagoas ao desejo de arrombar cadeias. (“A REFORMA”, de 5 de junho de 1875, pg. 1, col. 2”; “Chronica Política.”); porém, o correspondente de Natal achava que o que havia no Brasil e especialmente entre as populações do Norte, eram “profundos motivos de descontentamento, longas

queixas acumuladas, imensos odios concentrados, durante o fatal domínio da actual situação, criadas, alimentadas e aumentadas pela opressão exercida pelos governos provinciais e seus agentes, pela enorme massa de impostos geraes, provinciaes e municipaes, cobrados pelo fisco e seus empregados, com um vexame e iniquidades incriveis, tornando quase impossivel a vida para as classes desvalidas constituintes da maioria da sociedade" (A REFORMA, de 16 de janeiro, cit. pg. 3, col. 1), chegando o Presidente Bandeira a requisitar 100 praças de linha do Ceará (pg. 3, col. 2) e o 5º de fusileiros do Maranhão (A REFORMA, cit. de 5, 6, 1875, pg. 1 e 2); continuando o estado de guerra, revolução, sedição ou como melhor nome haja "mas, tudo nas regiões officiais, porque nas populares, á excepção do quebramento das medidas em algumas localidades, e de certa opposição passiva ao pagamento de impostos, reina a paz de Varsovia". (A REFORMA, de 28 de janeiro de 1875, pg. 2, col. 4", "Correspondencia" — "Rio Grande do Norte, Natal, 12 de janeiro de 1875.") (3).

(3) A proposito do rompimento do dr. Melo Barreto com o presidente Bandeira de Mello, o senhor Tiburcio de Azevedo Mangabeira publica um artigo datado da "cidade de S. José de Mipibú, 6 de janeiro de 1875", no JORNAL DO COMERCIO (Côrte), de 24 do referido mês, tratando, entre outros assuntos, da "Questão Cysneiros" (pg. 1, cols. 1 e 2).

Neste particular, alude á ida do chefe de policia á dita cidade "com o fim de impedir que o dr. Cysneiros fizesse meetings, na feira, excitando o povo ao movimento sedicioso, como tinha a municipalidade representado á presidencia e pedido providencias, pôde arrefecer com a sua presença o plano desse republicano e de outros".

Mas, como, na feira seguinte, o dr. Cysneiros, falando aos grupos, os animasse á sedição, o dr. Melo Barreto resolveu tomar as providencias expostas pelo correspondente da A REFORMA, como já vimos, acrescentando que o dr. Cys-

Na publicação "Ao Paiz", já referida, o dr. Cisneros diz "sob o pretexto de — *ordem pública* — mas, por motivos que ainda não pude conhecer, (pg. 2, col. 5), talvez, por amor de minhas crenças livres, fui eu a primeira vitima escolhida". A REFORMA, de 17 de janeiro cit. pg. 3, col. 1).

No tocante ao jornal republicano, realmente, A REFORMA de 28 de janeiro de 1875, transcrevendo uma correspondencia de Natal (Rio Grande do Norte), datada de 12 do mesmo mês, anuncia haver aparecido o "periodico a VOZ DO POVO", com o fim de defender a causa liberal tão perseguida nestes últimos tempos". (pg 2, col. 5.); e o DIARIO DO RIO DE JANEIRO, de 24 do referido mês, confirma a noticia (pg. 1, col. 3).

O desembargador Luiz Fernandes, no seu notavel trabalho "A Imprensa Periodica no Rio Grande do Norte", já citado, registou a publicação: "48— "A VOZ DO POVO" (1875) — "Orgam de crenças livres", impresso na Typ. "Independente" e redigido pelo bacharel Joaquim Theodoro Cisneiros de Albuquerque, semanario que aceitava publicações de interesse geral e particular, sem distincão de côr po-

neiros, ao receber a intimação para ir debaixo de vara, "curvou-se o nosso republicano", porém, pretextando mandar buscar uma roupa, num engenho proximo, mandou convocar os senhores de engenho liberais da vizinhança "e o resto dos partidarios da cidade", e, assim, com um sequito respeitavel pelo número, no qual figurava Antonio José de Souza, irmão do deputado Tarquinio de Souza, resolveu não ir á presença da autoridade; deliberando, então, o dr. chefe de policia realizar a prisão pessoalmente, pondo-o, em seguida, em liberdade, por ser caso do reu livrar-se solto, dando do ocorrido parte circunstanciada ao juiz municipal, para instaurar o devido processo (pg. 1. col. 2).

Como, ao ser solto, o dr. Cysneiros procurasse ainda insurgir o povo, o dr. Barreto rebateu eloquentemente as palavras "do exaltado republicano", sendo freneticamente aplaudido. (col. 2. cit.)

lítica, tendo no alto da primeira página, como lema as palavras — LIBERTAS — de um lado, e do outro — PATRIA. — E acrescentava o des. Fernandes: “Como político, consoante as idéas republicanas do seu director não filiava-se a nenhum (pg. 82) dos partidos militantes, mas, batia-se pela reforma da Constituição, como um passo para a realização de seu ideal”. (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Norte, vol. VI, pg. 83.)

E não foi somente este. o periodico a agitar as ideias republicanas, por essa época, no Rio Grande do Norte.

Pouco antes, talvez, de agosto a novembro de 1874, “O ÉCHO MIGUELINHO”, tendo á sua frente Joaquim Fagundes e José Teofilo (pg. 71), era um jornal de ideias adiantadas sem ligação a um só dos partidos políticos existentes, cabendo-lhe “incontestavelmente a gloria de ter sido o primeiro que na província levantou com intrepidez o pendão da liberdade, guerreando abertamente o throno e a monarchia”. (“A Imprensa Periodica no Rio Grande do Norte”; Rev. e vol. cits., pg. 77).

Antonio Marinho, referindo-se aos dois intellectuais, salientava as “idéas muito liberaes” de ambos, porém, o historiador Rocha Pombo adianta que o “orgão de crenças livres” do dr. Cisneiros disfarçava as suas “tendencias republicanas” (“História do Estado do Rio Grande do Norte”, pg. 393); e José Teofilo Barbosa “Era republicano convicto” (pg. 414, nota 13).

De maneira que, pelo menos, nesse quinquenio trabalhou-se a fio pela causa da república nessa provincia. O dr. Cisneiros foi o paladino dessa propaganda e, segundo o RIO GRANDE DO NORTE citado, o referido “Cisneiros, sempre que passava pelo Estado, pregava a excelencia do regimen democratico” (pg. 1, col. 5).

O que parece é que esse propagador das no-

vas ideias democraticas retirou-se do Rio Grande do Norte, depois de 1875, pois, não encontramos mais rastros de sua estadia na provincia, mas, quando por ai transitava, não esquecia de propagar as novas ideias democraticas que preconizára anteriormente com tanto ardor e pertinácia, num meio assás hostil e, isto, antes de 1885, visto que o aludido periodico esclarece que essas occurrencias se davam em fase anterior á profissão de fé republicana do doutor João de Albuquerque Maranhão, em 1885.

Dessa maneira, a pregaçãõ desse precursor estirou-se por cerca de um decenio ou mais, uma vez que, no segundo semestre de 1870, já se esforçava pela fundaçãõ de um núcleo republicano na provincia.

Seguem-se algumas declarações esporadicãs de convicção republicana, como as do capitão João Avelino Pereira de Vasconcelos, antes do advento do partido liberal, em 1882, cuja publicação foi feita no O PAIZ («Rio Grande do Norte», de 27 de outubro de 1895, pg. 1, col. 5); (4) do doutor Francisco Pينهeiro de Almeida Castro, sobrinho neto do padre Miguelinho, num discurso em 1883, então deputado

(4) Ha equívoco nessa informação. O partido liberal, depois de um ostracismo de 10 anos (1868-1878), subiu com o Gabinete Sinimbu, em Janeiro de 1878, caindo, com o de Saraiva, em 1885 (20 de Agosto). Mais tarde, a 7 de junho de 1889, o Visconde de Ouro Preto organizou o último gabinete liberal, que sucumbiu com a proclamação da República.

Ou João Avelino fez sua adesão, antes do advento de 1878, ou numa das mudanças de chefes de gabinete desse periodo. Realmente, em 1882, época indicada pelo RIO GRANDE DO NORTE, o gabinete mudou duas vezes a 21 de janeiro e a 3 de julho, com Martinho Campos e Paranaçuá, respectivamente, mas, o jornal carioca — O PAIZ ainda não fôra fundado, só começando a circular a 1º de outubro de 1884, e na sua coleção até 1885, nada encontramos sobre o assunto.

provincial pelo partido liberal, mas, sem desligar-se do seu agrupamento político (L. da C. Cascudo — “A República no Rio Grande do Norte”, in *Diário de Notícias* (Rio), de 12 de junho de 1937, pg. 19, col. 1); do bacharel em direito e senhor de engenho João de Albuquerque Maranhão, em 1885, numa publicação feita no LIBERDADE (*Rio Grande do Norte*, n.º . . . , pg. e col., cits.); do coronel José de Borja, doutor Olinto Meira e Carlos de Jesus Nogueira Costa (no Ceará-Mirim) e do bacharel Januncio Nóbrega (no Caicó), todos anteriormente à decisão do dr. Pedro Velho, de aceitar a chefia do partido republicano. (*Rio Grande do Norte*, n.º, pg. e col. cits.).

Em 1886, o professor João Tiburcio da Cunha Pinheiro convidou José Ricardo Lustoza da Câmara para fundar um jornal republicano (L. da Câmara Cascudo — “Acta Diurna” in A REPUBLICA (Natal), de 8 de agosto de 1940, pág. 8; dizendo este escritor que o primeiro núcleo republicano na província fôra fundado, em 1886, pelo academico Januncio Nobrega e presidido pelo octogenario Manoel Sabino da Costa que, quando jovem, tomára parte no movimento pernambucano de 1824; núcleo reorganizado por Januncio, a 7 de abril de 1889, mantendo o referido Nobrega, no jornal “O POVO”, de Caicó, “uma coluna republicana, a primeira que se divulgou na província”; denominando-se o gremio de “Centro Republicano Seridóense” (L. da Câmara Cascudo. “A República no Rio Grande do Norte, in *Diário de Notícias*”, n.º, pg. e col., cits.).

Este é o panorama provincial, anterior á ação de Pedro Velho. Foi o que conseguimos apurar, sendo provavel que haja alguma cousa que não nos foi dado examinar, por não dispormos de tempo e de outras fontes de informações.

Fôra da província, explica o “RIO GRANDE DO NORTE”, José Leão, Tobias Monteiro, padre João Manoel e Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro, e o

dr. Braz de Melo, no Recife, já batalhavam pelo estabelecimento do novo regimen (n^o, pg. e col. cits).

Aquiescendo o dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão em declarar-se republicano, a instâncias de Tobias Monteiro, José Leão e Amaro Cavalcanti ("*Rio Grande do Norte*", de 18 de março de 1895, pg. 2), — recebeu no mesmo sentido conselho de muitos liberais (Jorn., cit., de 7 de outubro de 1895, pg. 1. col. 5), mas, somente no fim de 1888, decidiu-se a chefiar o partido (carta de João Avelino, de 31 de dezembro de 1888, dirigida a José Leão, na qual se dizia muito esperançoso, porque o novo chefe "tem muita intelligencia, energia e força de vontade precisas". (L. da Camara Cascudo — *A República no Rio Grande do Norte*" in "*Diario de Noticias*", pg. cits. cols. 1 e 2); partido, porém, que só seria fundado a 27 de janeiro seguinte, presidindo a sessão o veterano dr. João de Albuquerque Maranhão, realizada na residencia do aludido João Avelino e, cuja acta foi assinada por 114 pessoas, estando presentes, porém, apenas um terço (L. da Camara Cascudo, cit. col. 2; A. Tavares de Lyra, "*Estado do Rio Grande do Norte*", in *Dicc. Hist. Geog. e Ethnogr. do Brasil*", *Introdução Geral*, vol. II (1927), pags. 616-7).

Entre os que assinaram a acta supra, encontram-se, pelo menos, três signatarios da adesão de 30 de novembro de 1871; o coronel Estevam José Barbosa de Moura, o proprietario Carlos Manoel de Jesus Nogueira e Costa e o negociante Antonio Felipe Cabral de Melo, residentes nos vales de Jundiá, do Ceará Mirim e do Capió, respectivamente; sendo que o dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, eleito presidente do directorio do Centro Republicano da Capital e membro da Comissão Executiva Provisoria do partido, na Provincia, em 1889, se bem que não houvesse firmado o documento de 1871, era tido como autor de artigos publicados, por

esta época, no LIBERAL DO NORTE, de vulgarização da nova doutrina, esclarecendo Tavares de Lyra (obr. cit. pg. 644) que Hermogenes, “nos ultimos anos do Imperio, vivia retraido, dedicando-se exclusivamente á advocacia e ao magisterio no Ateneu Norte-Rio Grandense.”

Outros como João Avelino Pereira de Vasconcelos, João de Albuquerque Maranhão, José de Borba C. Raposo da Camara vinham do último decennio da monarquia, quando, em anos diferentes fizeram suas declarações.

Fóra da provincia, o engenheiro arquiteto, Daniel Pedro Ferro Cardoso declarava-se republicano desde 1870 e, lutando sempre pelos seus ideais, foi candidato a vereador pela Côrte, em 1872, em quatro chapas diferentes, sendo que, em uma delas, figurava ao lado de Saldanha Marinho, Silveira Lobo e outros vultos notaveis da sua agremiação politica (“A República”), de 30 de agosto, 1º e 8 de setembro de 1872, pg. 3, cols. 1, 4 e 3, respectivamente: José Leão Ferreira Souto, que se retirára da provincia ainda jovem, já publicava poesias na “A REPUBLICA (Côrte, em 1873, pg. 1. col. 3), dirigiu a POTIGUARANIA, revista de propaganda republicana, além de ter sido um dos fundadores do “Club Norte-Rio Grandense”, ambos na capital do Imperio, em 1888, de cuja primeira diretoria foi primeiro secretário (*Jornal do Comercio*, de 16 de abril de 1888, pg. 1. col. 3); Braz de Andrade Melo que, ainda academico, em Recife, escrevia nas gazetas republicanas e fazia conferencias no “Club Republicano Academico”, numa activa propaganda dos principios democraticos, no ano seguinte vitoriosos no pais (T. de Lyra, cit. pg. 641); e o padre João Manoel de Carvalho, deputado pelo grupo conservador da provincia, em vibrante discurso, na sessão da Camara dos Deputados, de 11 de junho de 1889, atacou o governo imperial, rematando-o com um

“morra a monarchia e viva a república”. (ANAIIS do Congresso Nacional, de 1889, vol. I, pgs. 146-9).

Em 1885, o partido republicano já elegia no país, três deputados: Prudente de Moraes, Campos Sales e Alvaro Botelho; só apresentando o grupo do Rio Grande do Norte dois candidatos, em 1889, que obtiveram votação insignificante.

Pedro Velho, ainda em 1888, colaborava no orgão do partido liberal da província, sem manifestar tendências republicanas (O ESTADO. (Natal) de 23 de outubro de 1894, pg. 1), e somente, como já vimos, ao findar o ano, decidiu-se a chefiar o futuro partido republicano que, realmente era fundado no mês seguinte, já no ano em que ruíram as instituições monarquicas e se ergueria o novo regimen, não se podendo negar que foi incansavel na sua propaganda, fundando para tanto, até um jornal, em 1889, a que denominou de «A REPUBLICA». Do que acabamos de narrar, deduz-se que os republicanos, na província, serviram-se de cinco jornais para fazer a propaganda do novo credo: “Liberal do Norte”, (1870-71); “Echo Miguelinho” (1874); “A Voz do Povo” (1875); “O Povo” e “A República” (1889), afóra a correspondencia que remetiam para os jornais da côrte.

Na tarde de 15 de novembro deste ano, chegou a Natal a noticia da proclamação da república no Rio de Janeiro, recebendo o governo provisorio na capital do país o telegrama seguinte: «Natal, 15 — noticia recebida com aplausos: nem uma voz dissonante. Felicitamos os heróes salvadores da patria» — Dr. Pedro Velho. (*Jornal do Comercio*, de 19 de novembro de 1889, pg. 1, col. 6, “Gazetilha”).

Nesta mesma coluna, via-se um telegrama tambem dirigido ao governo provisorio, por Ferro Cardoso, de Paris, 17, saudando a república brasileira.

Mais tarde, chegavam ao Rio telegramas de Natal, participando a proclamação da república no

Rio Grande do Norte, no dia 17, ás três horas da tarde, com o governador e comissão executiva, já muito conhecidas (*J. do Comercio*, de 24 e 26 de novembro de 1889; "Gazetilha", *Diário de Notícias*, de 17 e 19, de 1889).

Este último periódico publica varios telegramas de Pedro Velho endereçados a Amaro Cavalcanti, José Leão, Tobias Monteiro, Antonio Rafael, Hermes Cavalcanti, congratulando-se pela implantação do novo regimen, tendo o de José Leão a data de 15, e os demais, 17 e 18, todos retardados, por acúmulo de serviço. (*D. de N.*, de 19, 21, 22 e 23 de novembro referido, respectivamente).

.. Inserimos, aqui, uma notícia sobre o que se passou em Natal, mostrando as primeiras impressões ali obtidas de acordo com os informes recebidos e factos posteriores, contida no JORNAL DO COMERCIO, de 4 de dezembro de 1889:

"REPUBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE"

— Diz uma carta da cidade do Natal, com a data de 24: "Desde o dia 15 que, recebidas as primeiras notícias, ficarão os espiritos inquietos pela solução dos graves sucessos, que, desde então, se anunciarão como devendo ser — a proclamação da república no paiz".

"As noticias diversas que continuárão a circular ainda a 16, erão a preocupação de todos, o assunto forçado das reuniões, até que a 17, não havia mais dúvida de estar proclamada a nova instituição governamental em diversas provincias, ficando constituído o governo provisório dos Estados e organizado o primeiro ministerio republicano".

"Então, reunidos exercito e armada e consideravel numero de cidadãos de todas as classes no palacio da presidencia, ficou proclamada a república, no meio de geral entusiasmo e contentamento, sendo unanimemente aclamado presidente o dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, lavrando-se

de tudo uma acta em livro proprio, que foi assina-
da por todas as pessoas presentes e por outras, que
depois chegarão.”

“Constituido assim o governo, nomeou este uma
comissão executiva, que ficou composta dos seguin-
tes cidadãos: drs. Francisco Amintas da Costa Bar-
ros e José Moreira Brandão Castelo Branco, capi-
tão João Avelino Pereira de Vasconcelos, capitão
tenente Leoncio Rosa, capitão comandante da guar-
nição Felipe Bezerra Maracajá e capitão Luiz Emi-
dio Pinheiro da Camara”.

“Na noite do mesmo dia, percorria as ruas des-
ta cidade uma passeiata cívica, acompanhada de uma
banda de música e número extraordinario de pes-
soas, que forão cumprimentar, em primeiro lugar, o
presidente e outros cidadãos que fiserão parte do
club republicano, creado nesta capital por iniciativa
do dr. Pedro Velho. Em todas estas manifestações
reinou sempre bôa ordem, não se dando o menor
acontecimento desagradavel que perturbasse a tran-
quilidade publica.”

“Em todos os municípios da provincia tem sido
proclamado o novo governo, dirigindo-se as câma-
ras municipais ao chefe do poder executivo, fazen-
do suas adesões.”

“A republica é um facto hoje no paiz e, como
brasileiro que acima de tudo só deve desejar o bem
de sua patria, só nos cumpre concorrer cada um
na esphera de suas forças, para que tudo se passe
do melhor modo e se possa constituir o novo Esta-
do de maneira a oferecer segura garantia de pro-
gresso e prosperidade da patria.”

“O chefe do poder executivo desta provincia,
dr. Pedro Velho, é um moço que não somente dis-
põe de vastos conhecimentos, como principalmente
animado das mais puras intenções: pois, a aclama-

ção de sua pessoa não podia ser mais feliz e acertada. “Inteligencia lucida, espírito esclarecido e bem dirigido, teremos certamente um governo justo e honesto, sem contudo lhe faltar a necessaria energia; por isso, a confiança é geral.”

“Para o cargo de commissario de policia foi nomeado o juiz de direito de S. José de Mipibú, Dr. Jeronymo Americo Raposo da Camara e para encarregado dos negocios da instrução pública o dr. Manoel do Nascimento Castro e Silva. Foi também nomeado secretario do governo o dr. Manoel de Carvalho Souza.”

“Hontem realizou-se uma passeiata civica das mais entusiasticas e a mais concorrida que temos visto.” (*Jornal do Comercio*, de 4 de dezembro de 1889, pg. 2 col. 3 — “NOTICIAS” — *Norte do Brasil*.) —

O «JORNAL DO RECIFE» (Pernambuco), de 7 de Dezembro de 1889, pg. 1, col. 4, sob a epigrafe “Estado do Rio Grande do Norte”, transcreve a acta da proclamação da República Brasileira no Estado do Rio Grande do Norte, a qual é *ipsis verbis* igual á que consta do vol. XLI-XLIV, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, menos no tocante ao fecho, pois, nesta se diz: “que vai por todos os cidadãos presentes assinados” e naquela “que vai por todos assinada.”

Pouco durou esse governo. Três dias após á sua investidura, o Governo Provisorio do Rio de Janeiro nomeava o dr. Adolfo Antonio da Silva Gor do governador do Estado do Rio Grande do Norte, designação esta que o JORNAL DO COMERCIO, O PAIZ e o DIARIO DE NOTICIAS, de 22 de novembro referido, já divulgavam (pg. 1, em todos e cols. 7 nos dois primeiros e 5 no ultimo.)

É possível que a noticia houvesse chegado a

Natal, no mesmo dia ou no seguinte, tanto que, um telegrama de 23, desta procedencia, annunciava: “Grande manifestação com cerca de três mil pessoas aclamou o governo da Republica e do Estado do Rio Grande do Norte. Foram pronunciados varios discursos”. (O PAIS, de 25, novembro, 1889, pag. 1, col. 3).

O DIARIO DE NOTICIAS recebia noticia mais pormenorizada, tambem de 23: “Realizou-se a marcha cívica projectada. Cerca de 3.000 pessoas formavam o prestito, que, em todo o trajecto, aclamava a Republica, o governo central e o Estado do Rio Grande do Norte, vitoriando sobretudo e freneticamente o honrado e estimadissimo chefe do governo executivo, dr. Pedro Velho. “Toda a população está animada e cheia de esperanças com o novo regimen, depositando inteira confiança no governo deste Estado. “Foram pronunciados muitos discursos” (25, novembro, cit. pg. 2, col. 3).

Da leitura desses telegramas, principalmente do segundo, já se pode inferir um indício da resistencia, dias depois mais desenvolvida por alguns membros da Junta Executiva governamental. Apesar do governo central ser aclamado, frisa-se que foi vitoriado “sobretudo e freneticamente o honrado e estimadissimo chefe do governo executivo, dr. Pedro Velho” e que toda população depositava “inteira confiança no governo deste Estado.”

E tanto assim era que um telegrama de 28 (Natal) dizia: “Tem havido reuniões populares para reclamar contra a nomeação do governador deste Estado”. (*Diario de Noticias*, de 29, novembro, 1889, pg. 2, col. 3).

E mais: “Natal, 1 (retardado): “Realizou-se hoje pela manhã uma conferencia política, sendo o orador muito aplaudido. Á tarde, houve um *meeting*, com grande massa de povo, tendo á sua frente a numerosa e importante “Sociedade Coração Livre

Popular”, que se dirigiu ao palacio, sendo freneticamente vitoriado o dr. Pedro Velho. Este explicou que era plano uniforme do governo central nomear governadores para os Estados federados, aceitando o povo seus conselhos. Entretanto, pelo órgão dos seus oradores, lavrou o povo um protesto contra a violação dos princípios que se derivão do novo sistema, o qual estabelece o respeito á autonomia de cada Estado. Será independente da questão do principio, respeitada a pessoa do dr. Adolfo Gordo. Deram-se muitos vivas ao dr. Pedro Velho, havendo imensas adesões e reinando completa paz.” (DIARIO DE NOTICIAS, de 3 de dezembro de 1889, pg. 2, col. 2).

“Natal, 1 (Retardado). Grande *meeting* protestando contra a nomeação do governador pelo Governo Central”, etc. (O PAIZ, de igual data, pg. 1, col. 3).

Esse protesto contra a nomeação do delegado do Governo Central não foi ensaiado somente no meio popular, mas, tambem no seio do governo estadual, tanto que os senhores Moreira Brandão, Felipe Bezerra e Luiz Emidio, membros da “Comissão Executiva” ou do “Ministerio”, abandonaram-no numa de suas sessões, por discordarem de um telegrama, que se propôz fosse transmitido ao marechal Deodoro da Fonseca dizendo achar-se o Estado revoltado contra a nomeação aludida e que o mandatario do Governo Central não seria recebido por forma alguma. (“Norte Rio-Grandense de 18 de fevereiro de 1890, pg. 1, col. 2 e pg. 2, col. 3 e 4).

Além disso, acrescenta este jornal, os demais secretarios ou ministros se mostravam interessados na resistencia, chegando o senhor João Avelino, ministro da agricultura, a bradar que tinha «400 homens armados para a resistencia, e para não consentir no desembarque do governador estranho» (pg. 2, col. 3), fato este a que já nos referimos em

artigo publicado no DIARIO DE NATAL, de 17 de novembro de 1949, reproduzindo aí uma declaração do referido capitão Felipe Bezerra, na qual este confirma o que acabámos de narrar.

Esta declaração, que nos foi fornecida pelo senhor Uldarico Cavalcanti, filho do citado capitão Felipe Bezerra, pertencia ao arquivo deste em manuscrito e é semelhante à que foi publicada pelo NORTE RIO-GRANDENSE, de 18 de fevereiro de 1890, pg. 1, cols. 2 e 3, divergindo, apenas, no início. Ali, vê-se: “Depois de 28 anos de . . . — Aqui, lê-se: “Durante 28 anos de . . . —

Este último periodico informa também que a Câmara Municipal de Natal, “inspirada pelo truculento *ministro da justiça*, expedio, por sua vez, um telegrama ao governo central, no sentido dos telegramas do gabinete do ex-governador, o qual teve em resposta o seguinte do ministro de verdade Aristides Lobo — “Não se exaltem. Entendam-se com Pedro Velho a quem telegrafo. Acalmem população”.

Acrescenta o dito jornal que este telegrama deu lugar a um outro do presidente Manoel Joaquim de Amorim Garcia, tio do dr. Aminthas, ministro da justiça estadual, sem audiência da Câmara, nos seguintes termos: “Conversei Pedro Velho. Questão do povo. Único meio acalmar população é evitar vinda governador estranho, municipalidade, povo, comercio, artistas, pensam de uma só maneira”. (pag. 2, col. 4).

Comtudo, no dia 5, o DIARIO DE NOTICIAS publicava esse despacho, datado de 4, de Natal: “Espera-se o novo governador e prepara-se pomposa recepção”. (pg. 2, col. 3); e O PAIS do mesmo dia, este outro de igual procedencia e data: “Prepara-se pomposa recepção ao novo governador” (pg. 1, col. 3). E a 7, telegrafava-se de Natal: — “Chegou hoje o governador, tendo esplendida recepção,

como ainda não foi vista nesta cidade. Foi o governador recebido pelo dr. Pedro Velho, acompanhando-o toda a população. Regosijo geral e intenso." (O PAIZ, de 8 de dezembro de 1889, pg. 1, col. 4).

Rocha Pombo esclarece que o dr. Gordo chegou a 6 e assumiu no dia seguinte ("Historia do Estado do Rio Grande do Norte," pg. 463), e Câmara Cascudo registou haver êle tomado posse a seis ("Governo do Rio Grande do Norte", pg. 36), porém, como o primeiro desses historiadores adianta que, imediatamente á posse do cargo, fez publicar o governador um decreto declarando que o Estado "adhere á Republica Federativa Brasileira", sob número 1, e como este acto tem a data de 7 de dezembro de 1889 ("Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte", 1889 a 1895), editados pela "Typ. da Empreza Graphica de Renaud & Cia." (1896, pag. 1), o exercício do cargo, realmente, efetuou-se a sete referido.

O monumento da Cidade

(Cont. do vol. XLV-XLVII de 1948-1950, pag. 141
e seguintes)

PELA GUARNIÇÃO MILITAR

I

Versão mnemônica da ALOCUÇÃO proferida pelo Comandante da Guarnição Militar, à guisa de introito, para a «Continência ao TERRENO» pelas Forças Armadas, nacionais e auxiliar:

Armas cintilantes do BRASIL,
Alpendre hospitaleiro do NORDESTE,
Querida Gente POTIGUAR!

1

Em meados de 1499, ainda por descobrir o Brasil, o delta do Rio ASSU foi visto e descrito pelo navegador espanhol ALONSO Hojeda, em companhia dos célebres pilotos JUAN de La Cosa, também hispânico e AMÉRICO Vesputio, o florentino, que deu seu nome ao Nôvo Mundo.

2

Quando da divisão do Brasil em Capitancias He-

reditárias, as terras do Rio Grande do Norte fôram doadas a João de Barro e Aires da Cunha.

3

O infortúnio desses Donatários relegou, por um século, o AMANHO desta seára ao hibridismo infecundo de Corsários gauleses e Ameríndios ferozes.

4

CARTAS Régias de 9-XI-1596 e 10-III-1597, respectivamente aos Capitães-Mores de Pernambuco e da Paraíba, recomendaram que, sem poupança de gastos, se procedesse a limpeza e posse desta Capitania.

5

Por mar, os pernambucanos na Esquadra de Manoel Mascarenhas (6 navios e 5 caravelas), da qual era piloto-mor Francisco Domingues Santiago; e, por terra, a Expedição paraibana de Feliciano Coêlho, uma de cujas Companhias, a que não des-caminhou, era a de Jerônimo de Albuquerque — fronde magnífica que tantos frutos opimos deu à mésse potiguar e em cuja sombra, prestigiosa e multiseccular, — ainda se penduram algumas tamboreiras comunistas...

6

Em princípio de 1598, a frota chegou à barra do Potengi e na tarde de 6 de Janeiro (dia dos Santos Reis Magos) desembarcou alguma gente, à sua margem direita, num recife, onde se entrincheirou e foi atacada, dias depois, numa madrugada, pelos medonhos ocupantes destas glebas, malta de indígenas e alienígenas. E só não perderam os lusos a partida, porque lhes chegou, providencialmente,

da metrópole, reforço de Artilharia, munições e provisões (numa urca).

7

As forças terrestres só em Abril se apresentaram nestas paragens, sendo confiado o Comando do entrincheiramento, já então convertido no FORTE dos Reis Magos, a Jerônimo de Albuquerque, que nêle se empossou a 24-VI-1598. Ali o grande chefe incorporou à civilização portuguesa o famoso Camarão, e, ainda, os principais Ilha Grande, Zorobabé e Pau Seco, seus medianeiros na paz com os Potiguares. Entretanto, Poti se foi para a Paraíba, no retorno de sua Expedição.

8

Dada a insuficiência da área do recife, onde se chantou a fortificação, diligenciou seu Comandante a fundação dum povoado, em terra firme, à margem direita do Rio e meia légua acima de sua barra; ao qual chamou NATAL, por ter sido começado na festa da Natividade (25-XII-1599).

9

Na placa de bronze que a Comissão Jubilar mandou afixar no PELOURINHO da Cidade, aqui reconstituído e reconstruído, para solene inauguração, depois de amanhã, constam as seguintes palavras, ditadas pelo douto Presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Dr. Nestor dos Santos Lima:

“Aqui, há 350 anos, o Capitão-Mor Jeronimo de Albuquerque, cumprindo Ordem Régia, lançou as bases e demarcou o sítio da Cidade do NATAL”.

10

Aviadores, Marinheiros e Soldados:

a êste CHÃO — há três e meio séculos fecundado pelo trabalho da nossa gente e defendido com o nosso sangue, — é que ides SAÚDAR com as vossas armas!”

II

MINISTÉRIO DA GUERRA

ZONA MILITAR DO NORTE

7.^a Região Militar — 7.^a Divisão de Infantaria

GUARNIÇÃO DE NATAL

(23. XII. 49)

INSTRUÇÕES para o cerimonial com que as FÓRÇAS Armadas, nacionais e auxiliar, participarão das comemorações jubilares do 350^o aniversário da Cidade.

1. De cada Corporação formará uma Companhia, com Bandeira e Bandas de Corneteiros (Clarins) e Tambores. A do Exército, também com Música, por servir inicialmente de Guarda de Honra para o Exmo. Sr. Governador do Rio Grande do Norte.

2. As Formações se disporão nas quatro faces da Praça André de Albuquerque, frentes para o interior e na disposição relativa, figurada no Esquema n. 1.

3. Os acessos ao local da formatura se farão pela Praça João Tibúrcio para a Polícia Militar (a pé) e a Marinha, cujos Transportes quedarão nesse logradouro; e pela Rua Ulisses Caldas para o Exército e a Aeronáutica, cujos veículos serão deixados previamente na Praça Dom Vital.

4. Os carros das Autoridades e Representa-

ções ficarão na Praça 7 de Setembro, cujo acesso, depois de certa hora, se fará pela Rua da Conceição, regulado, em minúcia, pela Inspetoria de Trânsito.

5. Às 8 h 30 m começará o cerimonial militar e será procedido pela chegada do Exmo. Sr. Governador do Estado (pelo ângulo NE da Praça), que receberá a continência de estilo (Gen. Div.), passando, em seguida, ao interior da Praça, junto às demais autoridades presentes.

6. Alocução à Tropa e aos Circunstantes, pelo Comandante da Guarnição Militar, como ambientação histórica para a apresentação da reverência das Classes Armadas à Cidade primaz e metrópolita do Rio Grande do Norte.

7. "Continência ao Terreno" feita simultaneamente pelas 4 Companhias, mediante toque ou ordem; fazendo os militares isolados a individual, enquanto durar a coletiva.

8. Volta do Governador ao Palácio (sacada lateral Oeste), com os Cmts. das Corporações Armadas e principais Autoridades; a fim de assistirem ao encerramento da cerimônia militar. Para as Representações, em geral, ficarão reservadas as escadarias e calçadas do Palácio do Governo, previamente isolados.

9. Desfile das 4 Cias. que volverão à direita, formando á testa a do I/16º R I, cuja Banda, convenientemente postada no interior da Praça, tocará durante a passagem de toda a Fôrça.

10. Escoamento das Sub-Unidades e volta a seus Quartéis, de acordo com o Esquema n. 2.

11. Fica a cargo da Governação Municipal a expedição de convites e a disposição dos convida-

dos, assim como quaisquer providências materiais, indispensáveis à execução planejada (cordões de isolamento, palanques, microfone, etc).

12. As Representações Militares serão determinadas pelos Comandos gerais das respectivas Corporações; cabendo ainda ao Exército a coordenação do ritual militar e os entendimentos com a Inspeção do Trânsito, visando o desembarço temporário dos lugares de passagem e estada das Forças que vão formar e desfilar.

(a) FERNANDO DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA
Gen. Bda. Comt. Guarnição

III

N A T A L

(25. XII. 49)

FERNANDO TÁVORA

1. Dom João III de Portugal, quando da divisão do Brasil em Capitanias hereditárias, doou as terras do Rio Grande do Norte a João de Barro e Aires da Cunha, pelo Foral de 19. XI. 1535.

2. A princípio, formando Comarca da Capitania da Paraíba, por Alvará de 18. III. 1818, fôram estas glebas constituídas em Capitania e Comarca do Rio Grande do Norte, tendo por cabeça a Cidade do Natal.

3. Natal foi o primeiro burgo erguido no continente Norte Riograndense e completa hoje seu 7º jubileu (350º aniversário). Fundou-a Jerônimo de Albuquerque, o famoso 1º Comandante do Forte dos Reis Magos, de fato, a fundação lusa inicial (6. 1. 1598), dentro de cujos muros se incorporam à civilização

portuguesa os maiores potiguares, inclusive Camarão, a mais alta expressão dos aborígenes brasileiros.

4. Um século depois o povoado foi elevado á Vila (25. XII. 1699) e grangeou foros de Cidade pela Carta Imperial de 24. II. 1823.

5. Embora atrasada dum século na colonização, a Terra Potiguar madrugou nos holocaustos de Cunhaú e Uruassú, nas vigílias cívicas de Frei Miguelinho e André de Albuquerque e na conquista do ar com o pioneiro Augusto Severo. E ainda neste século guarda a primazia da fundação e manutenção da 1.^a Escola de Aviação Civil do País.

IV

PELOURINHO NÃO É TRONCO

(24. XII. 1949)

FERNANDO TÁVORA

1. E sim, a árvore da Autoridade, ao tempo do absolutismo, em que a Lei e a vontade d'El Rei se confundiam e afirmavam nesses monolitos, que apontavam o Céu, origem dos poderes terrenos; como hoje se definem e limitam, nas Constituições, os direitos e deveres dos Povos soberanos.

2. Esta é a significação lata da palavra, que só translatamente pode ser estendida e entendida como lugar de suplício. E nêle sofreram opróbio, tanto os rebeldes vencidos, como os regalistas perdidos, nas convulsões sociais.

3. Depois de sôbre este assunto falar o maior mestre, — Câmara Cascudo e de apoiá-lo seu melhor discípulo, — Veríssimo de Melo; devem os demais calar ou falar à surdina...

O assassinio do Presidente Ribeiro

José M. C. Castelo Branco

(Socio correspondente)

Na primeira metade do século XIX, a politica partidaria com ideais definitivos ainda não existia na provincia do Rio Grande do Norte.

Todos procuravam, se bem que já houvesse os *luzias* ou *sulistas* de um lado e *squaremas* ou *nortistas* do outro, aproveitar a situação dominante e fruir os beneficios e vantagens dela decorrente.

E esta a impressão que se tem lendo os documentos da época, a qual repercutiu fóra das raias provinciais, a ponto de estadistas da envergadura de Honorio Hermeto e Limpo de Abreu, futuros marquês de Paraná e visconde de Abaeté, logo ao iniciar-se a segunda metade da centúria, manifestarem-se em discursos, na sessão do senado de 19 de maio de 1851, assim: o primeiro concluindo por não haver partidos políticos no Rio Grande do Norte, procurando, apenas, os políticos dali manter o pessoal no sentido favoravel ao desenvolvimento dos seus interesses individuais e acomodar a sua clientela nos empregos públicos. (*Jornal do Comercio* (Corte), de 21, 5, 1851, p. 2. col. 4); e o segundo, apesar de afirmar que existiam dois -- o do *Sul* e o do *Norte*, fortes e capazes de dirigirem a provincia, nenhum deles "tem politica", contentando-se o do *Sul* em conservar todas as posições officiais, aspirando o do *Norte* ás mesmas, favoraveis ambos ao Ministerio que dirige os negocios públicos, quais-

quer que seja a política que este represente. E acrescentava que o partido do *Sul* tem tido sempre um chefe de longa pratica dos negocios provinciais, conservando em torno de si pessoas que o sustentam e auxiliam, ao passo que o do *Norte* não tem tido um chefe tão prestigioso. (*Jornal do Comercio*, de 22 de maio de 1851, p. 2 col. 3).

Esses homens, que se enfeitavam e apegavam dessa maneira ao poder distribuidor de todas as graças, eram poderosos e habituados a um regimen ainda semi feudal, tendo, porém, ideias de independencia e de certo modo liberaes, tanto que já haviam, por não encontrarem justiça, eliminando um capitão-mór e tentado contra a vida de um outro no século XVIII, pelo que não podiam submeter-se aos caprichos de um governante intolerante e atrabiliario. Quanto a não ter ainda os seus dirigentes um ideal politico, a culpa não era somente destes. Província pequena e atrasada devido ao jugo a que lhe submeteram constantemente, ora à Bahia, ora à Pernambuco, opressão esta que continuava mesmo durante o Imperio, enviando-lhe o centro sempre os seus governantes, sem ouvir os seus representantes e tão somente algum *vice-rei* do Norte ou o ministerio dominante, nunca tendo o prazer de ver um filho seu na curul governamental efetiva, era natural que os pró-homens norte-riograndenses procurassem acercar-se dos presidentes da província, apoiando e tirando daí o maior proveito dessa aproximação, afim de mostrarem prestigio junto aos conterraneos e grupos politicos, sem o que não podiam subsistir no meio social em que viviam.

Isto, porém, não indicava a falta de um ideal politico, aliás, muito instavel por essa época, mesmo entre os corifeus das corporações partidarias sediadas na côrte.

A pequenina província, se lhe oferecessem en-

sejo, mostraria suas aspirações, como já demonstrara em 1817, 1822, 1824 e 1832.

Além disso, é sabido que os administradores do país tinham por sustentaculo os grandes fazendeiros e latifundiarios, muitas vezes portadores de títulos e postos officiais, que se attribuiam poderes de intervir na policia, justiça, fisco, ecclesiastico, exercendo a governança das zonas em que residiam; hospedando as autoridades da capitania ou da provincia, dispensando-lhes gentilezas, nas suas correições, inspeções, desobrigas e vilegiaturas, de sorte que daí decorriam certas manifestações de apreço e amizade mútuas, dando logar a uma espécie de pacto de apoio recíproco.

Ademais, o Senado da Câmara, composto de homens mais influentes do logar, procurara desde os primeiros tempos enfrentar os capitães-móres, moderando ou refreando os seus desregramentos e violencias.

Foi num ambiente assim ainda não desligado desses habitos do século anterior que surgiu no Rio Grande do Norte, já erigido em provincia, o dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, seu oitavo presidente efetivo, temperamento arrebatado, prepotente e sensual, embora tivesse larga visão administrativa.

Achou o meio atrasado e a capital deploravel, parecendo um decepcionado. Julgava-se um predestinado a maior e mais rico cenario. Lembrou varias reformas e praticou certos actos no sentido de melhorar as rodovias públicas, mas, tendo suspendido o presidente da Câmara da capital, melindrou os politicos locais, a ponto do vice-presidente da corporação excusar-se de substitui-lo, em março de 1838.

Nessa época, por este motivo, ou por outras razões, o coronel Estevão José Barbosa de Moura, como delegado da maçonaria, teve um entendimento com o presidente, aconselhando-o sobre objeto administrativo ou politico, no palacio do governo,

resultando desse encontro uma agressão ao coronel Estevão Moura, o qual não podendo medir-se fisicamente com o presidente mais robusto, esgremista e bom atirador, desenhencilhou-se de suas mãos e fugiu em procura do rio Potengi, e, na margem deste, aonde costumava deixar sua canoa quando vinha do seu engenho «Ferreiro Torto», tomou-a e mandou encaminhá-la para este estabelecimento agrícola, onde residia, mas, ao aproximar-se do logar «Periquito» notou que estava sendo perseguido por outra embarcação mais bem tripulada e, como a velocidade desta era bem maior do que a em que viajava e dentro de pouco tempo seria alcançado e aprisionado, aproveitou um dos meandros ou canais do rio naquelas paragens, iludiu os perseguidores, e foi desembarcar a margem esquerda, sendo acolhido na residencia do coronel Luiz da Fonseca e Silva, seu cunhado, morador em Aldeia Velha. Aí ao vê-lo entrar, dona Joana, sua irmã, notou logo que Estevão estava com a camisa rasgada e indagando o motivo, este explicou-lhe a discussão e pugilato que tivera com o presidente da província, e que, para escapar á sua fúria, teve que sefar-se daquela forma. Dona Joana fez ver, então, que era preciso vingá-lo e depois de se entender com dona Maria Rosa, esposa de Estevão, resolveu esta dirigir cartas a pessoas amigas, acordando-se, então, desafrontar a dignidade e prestígio da familia e, para maior segurança de Estevão, foi este refugiar-se numa fazenda de parentes (ramo Fonseca e Silva), no vale do rio Açú.

Ha outras versões, mas, tanto o coronel Estevão não alcançou á sua residencia em «Ferreiro Torto», que é conhecido o bilhete que dona Maria Rosa fez ao seu marido, nesse transe, o qual, o jornalista Eloy de Sousa divulgou assim: “O cel. Estevam, ao receber (pág. 153) este, deverá retirar-se imediatamente para o Ceará, de onde só voltará de-

pois de vingado. Antes disto sua mulher não deseja vel-o. Maria Rosa". (REV. DO INST. HIST. e GEOGR. do Rio Grande do Norte, vols. 35-37, pág. 154).

A retirada para o Ceará não se realizou. O coronel Luiz da Fonseca e Silva, que acolheu Estevão Moura, contava que este se transportou para uma das fazendas da família no vale do Açu, como dissemos acima e, a única filha do coronel Estevam, ainda sobrevivente em 1948, dona Isabel Candida, afirmava não haver o seu pai saído da província durante aquela contingencia.

Quanto ao escaler presidencial, depois de uma longa investigação nas cercanias, tornou á cidade, com o chefe do governo ainda mais irritado, por lhe haver escapado o atrevido contendor. Foram feitas outras diligencias no proprio engenho deste, sem resultar, porém, a sua captura.

Emquanto isso ocorria, os amigos de Estevão Moura agiam e concertavam o plano, cujo acto final foi o assassinato do presidente, no dia 11 de abril do referido ano.

Esta é a narração mais consentanea com os informes colhidos por mim entre alguns membros das famílias Moura e Fonseca e Silva, conclusão, aliás, adotada pelo historiador conterraneo Tavares de Lyra ("Estado do Rio Grande do Norte", in Dicionario Hist, Geogr. e Ethnogr. do Brasil, introd. Geral, II vol., pág. 607), que afasta qualquer motivo político como ocasionador do assassinio.

Não pensa, porém, dessa maneira o escritor potiguar Camara Cascudo, o qual, na sua "Historia da Cidade do Natal" (1947), acha que tal variante é uma cortina de fumaça para esconder a conspiração de 1838, anulada pela energia imediata do Presidente", e "para que o processo não seguisse os tramites legais", tanto que este desapareceu inteiramente. (pág. 239).

É aduz que a *conspiração* abortou antes da eclosão, mas, ficaram alguns vestígios encontrados por ele Cascudo no Instituto Arqueológico Pernambucano (págs. 239-240), transcrevendo no referido livro a *portaria* do presidente Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, dirigida ao promotor público de Natal, dr. João Paulo Ribeiro Diniz, datada de 23 de março de 1838, incluindo os nomes dos sediciosos e conspiradores, num total de 24 pessoas, em cujo número se encontravam o presidente, e vice-presidente da Câmara de Natal, Luiz Pereira do Lago e Manoel Gabriel de Carvalho, respectivamente. Além disto, traslada a *denúncia* oferecida contra os acusados constantes da lista do Presidente, ao juiz de paz Manoel José de Santana e Araujo, datada de 28 de março referido, e uma *carta* assinada por Luiz Florentino Pereira do Lago, de Natal, ao seu irmão tenente Manoel Joaquim Pereira do Lago, então, em S. José de Mipibú, que fôra enviada ao juiz de paz pelo dito Presidente, a 8 de abril seguinte, e na qual ha referencia ao assunto.

Esta conjuntura de alarma e anarquia ainda perdurou após o falecimento do presidente Ribeiro, tanto que o sexto vice-presidente da província, doutor Joaquim Aires de Almeida Freitas, assumindo o governo no mesmo dia 11, já dois dias após, endereçava ao presidente em exercício na Paraíba o officio seguinte: "Palacio do Governo do Rio Grande do Norte, 13 de abril de 1838. "Ilmo e Exm. Sr. Entre tribulações e ameaçado de um infalivel tumulto e anarchia, pego da penna, não para preambulos e longas explicações, mas, para representar a V. Exc. que é tempo de fazer esforços propios de um presidente energico que sabe de suas obrigações. Esta provincia, a Capital e varios homens de bem, sustentaculos da Legalidade, estão em perigo imminente: os acelerados que assassinarão o Exmo. Presidente o Dr. Ribeiro, cada vez se mostram mais atre-

vidos, ajuntão outros do seu bando e pretendem ensanguentar esta Cidade; e de certo o farão, se V. Ex. como Presidente da Provincia mais perto, me não acudir: portanto eu lhe rogo, em Nome do Governo Central e de S. Magestade o Imperador, que, como amigo, da Ordem e da Legalidade, me socorra sem hesitar nem haver demora de hum dia, e imploro que me mande a todo correr um auxilio ao menos de 50 homens de primeira linha, gente boa, com bons officiais para me ajudarem a manter a ordem e segurar a Provincia do Imperio e livrar a estes habitantes dos terrores em que vivemos. Fico pois esperando pelo socorro dentro de quatro dias depois do recebimento desta: ao menos eu não terei responsabilidade por não empregar os meios de manter o cargo que occupo e fazer o que posso a bem do publico socego". "Deus guarde a V. Exc. por muitos anos. "Palacio do Governo do Rio Grande do Norte, 13 de abril de 1838. "Ilmo. Exm. Sr. Manoel Lobo de Miranda Henrique, vice Presidente da Provincia da Parahyba do Norte — "Joaquim Ayres de Almeida Freitas". (JORNAL DO COMERCIO, de 6 de junho de 1838, pág. 2, cols. 2 e 3; CORREIO OFICIAL, de 7; SETE D'ABRIL de 8; O CHRONISTA de 9, do referido mês, pags. 507, 2 e 759, cols. 3, 1 e 2, respectivamente).

Em seguida, transcrevem esses jornais a seguinte "PROCLAMAÇÃO": Camaradas! O vosso Presidente não podendo ser indifferente á bravura e entusiasmo com que voluntariamente vos apresentastes em campo à sua ordem, vem louvar o vosso procedimento verdadeiramente militar, e dar-vos uma prova de consideração, assistindo ao vosso embarque. A vossa gloriosa missão se dirige ao reclamo dos nossos irmãos do Rio Grande do Norte, amigos da Patria e da ordem Publica, que se achão ameaçadas do horrivel flagelo da guerra civil e da anarchia. O valioso auxilio que ides prestar (eu o

confesso) será um forte antemural, para que se não rompa ali o dique da revolução, que parece ter principio com o nefando atentado do assassinio da primeira autoridade da Provincia, cujo atentado como que abalou o edificio social d'aquella Provincia, assustou os animos dos bons Rio-Grandenses. O Vice Presidente da mesma Provincia, implorando em nome de Sua Magestade Imperial o vosso socorro, confia que o vosso patriotismo e coragem muito lhe ha de ser proficuo na sustentação da tranquillidade publica e União do Imperio.

O vosso Presidente espera que este destacamento, fiel guarda da Constituição e da Lei, não deixará de corresponder ao justo conceito que delle forma; e certo na sua subordinação, disciplina e lealdade, está persuadido que o seu comportamento será proprio de militares bravos, e honrados Parahybanos. Marchai pois e confiai que breve voltareis aos vossos lares, cobertos de gloria por haverdes cooperado para a manutenção da tranquillidade publica d'aquella Provincia, nossa co-irmã e vizinha.

Viva S. M. o I. e a Constituição! Viva a União do Imperio Brasileiro! Viva o brioso Corpo destacado em Expedição! — Joaquim Teixeira "Peixoto de Albuquerque". (pags. e cols. cit., sendo que no CORREIO OFFICIAL finda na página 508, col. 1).

O primeiro desses periodicos intitulava as transcrições com o rótulo — "INTERIOR" — "PARAHYBA", o terceiro as trasladava do "DIARIO DE PERNAMBUCO" e o 4º "PARAHIBA", tambem.

O primeiro jornal da Corte a noticiar o atentado foi o DESPERTADOR de 23 de maio de 1938, cujo exemplar não encontramos, mas, ao qual o SETE D'ABRIL de 25 seguinte se reporta, transcrevendo de suas colunas a noticia que se segue: "Por uma carta de pessoa de credito, consta-nos que no dia 11 de Abril proximo passado foi assassinado o Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, o

Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, em um sitio onde ia recrear-se, fora da cidade.

“Achando-se deitado em uma rêde e só acompanhado por uma ordenança e alguns domesticos, foi acometido por três homens, dois dos quais trazião lenços sobre o rosto, e barbaramente por elles assassinado com dois tiros de bacamarte e doze puchaladas”.

“Os assassinos, segundo declararão a ordenança e os domesticos, forão três officiaes demitidos de Repartição de Fazenda, por suspeitas de cumplicidade em uma conspiração descoberta e frustada por medidas do Presidente. “Commetido o atentado, retiraram-se a cavallo, muito socegradamente, em direção á Villa de S. José. “Este crime ficará provavelmente impune, como tantos outros, e será uma nova prova da falta de segurança individual e publica e da necessidade de leis criminaes apropriadas ao nosso estado”. (pag. 3).

Os documentos transcritos aludem ao estado de insegurança em que ficou a Provincia após a morte do presidente, sem se referir ao movimento sedicioso anterior, porém, a carta por ultimo reproduzida, descrevendo o homicidio, relata que, os assassinos eram officiaes de fazenda demitidos “por suspeitos de cumplicidade em uma conspiração descoberta e frustada por medidas do Presidente”.

Mas, o CHRONISTA de 26 de maio citado sintetizava a nota assim: “Rio Grande do Norte — “No dia 11 de abril foi assassinado o presidente do Rio Grande do Norte. “Motivos particulares, de que estamos informados, deram logar a este assassinato.” (pag. 735, col. 1).

Suprimiam o nome do morto, afastando qualquer fundamento político que pudesse influir no atentado, e deram tanta importancia ao caso que o incluíram entre outras noticias, sem nenhum destaque.

É de notar que, tanto o DESPERTADOR quan-

to O CHRONISTA eram governistas, e o SETE D'ABRIL defendia o ministerio.

O PARLAMENTAR, JORNAL DOS DEBATES, ambos da opposição e outros como a AURORA FLUMINENSE e O CIDADÃO não aludem ao facto, nas coleções que compulsámos, referindo-se todos preferentemente á revolução no Rio Grande do Sul e vez por outra á da Bahia e ás perturbações no Pará, Sergipe, Minas, sem aludirem á nossa provincia, a não ser o SETE DE ABRIL de 24 de setembro de 1838, muitos meses depois, que diz, tratando da situação politica do Brasil — “O Rio Grande do Norte se acha tambem quase perturbado”. pag. 1, cols. 1 e 2).

Falando sobre os factos transcorridos em 1838, “O CIDADÃO”, de 10 de janeiro de 1839, refere-se ao estado das provincias do Pará, Maranhão e Ceará (pag. 1); e “No Rio Grande do Norte hum assassino tira a vida ao seu presidente”.

“A opinião pública o denuncia, e esse denunciado senta-se na cadeira ensanguentada e conserva-se no posto por muito tempo, sem que os ministros dêem ao menos aos homens hum signal de reprovação de hum semelhante atentado”. (pag. 2, col. 1).

E “O MAIORISTA” de 14 de setembro de 1841, tratando das autoridades que deviam substituir os administradores nomeados pelo governo geral nos seus impedimentos ou faltas, recorda que era uma regalia ou direito concedido aos eleitores desde a Independencia e que, arrancada essa prerrogativa, em 1834, não foi só para “empolgar a presidencia que outro assassino tirou a vida ao presidente da provincia do Rio Grande do Norte o dr. Ribeiro”, devendo-se attribuir tambem a outras causas” quando tantas concorrem para lhe dar nascimento”. (pag. 1, col. 3).

O CHRONISTA de 5 de Janeiro de 1839, fa-

zendo o retrospecto do ano anterior, fala sobre a revolução no Rio Grande do Sul, a república na capital da Bahia, a situação de equilíbrio e ordem em Minas, a luta entre o Presidente da província e a Assembléia Legislativa do Ceará, a intranquilidade no Pará, Maranhão, insubordinação de estudantes em Olinda e desordens numa vila de S. Paulo, sem tocar no caso do Rio Grande do Norte (pag. 1.097).

Nos ANAIS da Camara e do Senado, nenhuma referencia encontrámos sobre o acontecimento. A província estava representada na primeira, pelo deputado Basilio Quaresma Torreão e no segundo, pelo padre Francisco de Brito Guerra.

As falas do Regente e Relatorio do Ministerio da Justiça de maio e outubro de 1838 tampouco aludem ao caso.

Não se pode negar a occorrença de factores políticos como geradores do atentado.

Era desde alguns anos a pessoa de maior influencia local o senador Brito Guerra, cujo partido começou a sofrer as primeiras hostilidades no governo do presidente Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, o qual receioso da apreciação dos seus actos de prepotencia e sensualidade, forçou os partidarios do illustre congressista a interromperem a publicação d'O NATALENSE, em 1837, o primeiro jornal apparecido na província ha cinco anos e o único ali existente. (Luiz Fernandes, "A Imprensa Periodica no Rio Grande do Norte").

Em março de 1839, suspendeu de suas funções o presidente da Câmara de Natal, desgostando os correligionarios deste, enviando a 23 do referido mês uma lista de varias pessoas acusadas de sedição e conspiração, como já vimos, ao promotor público que os denunciou.

Antes disso, é o proprio presidente Ribeiro que, no seu DISCURSO de 7 de setembro de 1837, lido

perante á Assembleia Legislativa Provincial, na sua abertura ordinaria, narra que “continua imperturbavel a tranquillidade em toda a Provincia: louvores seião dados a seos habitantes, que, dominados do espirito de paz domestica, se empenhão em manter o socego publico e hão constantemente fechado ouvidos as doutrinas subversivas e desprezado insinuações sediciosas de alguns vertiginosos, que infelizmente se têm feito escutar em varios pontos do Brasil”. (“O SETE D’ABRIL”, de 21 de fevereiro de 1838, pag. 1, col. 2).

Dest’arte, o Presidente ou, porque praticasse actos arbitrarios, ou porque contrariasse políticos influentes, ou ainda porque procurasse tomar providencias contrarias aos habitos e costumes de alguns homens poderosos, assanhou a camarilha influente, a ponto desta procurar dominá-lo e, como não o pudesse, desencadeou-se a luta, cujo epilogo foi o incidente com o coronel Estevão Moura e consequente morte.

A 5 de abril, o dr. João Valentino Dantas Pinangé, juiz e 2º vice-presidente, foi despedir-se do presidente Ribeiro, por ter de seguir para Macau, e conta haver o presidente mandado recolher á fortaleza o ajudante Moreira, que fugira “para S. José e Goianinha, onde se dizia reunia muita gente para atacar o presidente”, e acrescenta não saber “quem assassinou nem quem mandou assassina-lo.” (O NOR-TISTA, de 25 de outubro de 1849, pag. 3, col. 2; CARTA do referido Dr. Pinangé, datada da cidade de Imperatriz (Martins), 24, setº, 1849).

Ninguém melhor do que o Dr. Pinagé para dizer claramente a verdade sobre o lamentavel atentado, devido a ter estado em Natal, pelo menos até 5 de abril, vésperas do crime e haver assumido o governo da província a 3 de julho seguinte, poucos meses depois, aí conservando-se até novembro, mas, nada quiz adiantar francamente, ao que parece, por

ser, naquêlé tempo, amigo ou correligionario dos situacionistas, tanto que foi director do O NATALENSE, de 1836 a 1837 e era o 1º vice-presidente da provincia.

Comtudo, refere que João Carlos Wanderley “inventou que êle Pinagé organizou um plano de conspiração” e adianta que, poderia ter consultado para conspirar “ao ajudante Moreira, tenente Moura, Rafael, José Loureiro e outros, mas ao sr. Wanderley, completa nulidade não he verosimel, he mentira descarada e revoltante calunia”. E mais: “Inculcais que o Bonifacio concorreu para a morte do Presidente. Afirmo-vos e não podereis negar, que ele era sulista em 1838”; e o acusando desse homicidio, concomitantemente acusais “o vosso partido, contra quem pezam exclusi (*Jornal*, pág. e col. cits). vamente todas as probabilidades e todas as imputações desse assassino”; tanto que na reunião da Assembleia Provincial que se seguiu á morte do dito Presidente, “disse-me um deputado *sulista*, meu amigo do sertão, que se havia tratado no conclave sulista de uma quotização para pagar aos assassinos do presidente”. (*Carta e jornal cits.*, pag. 4, col. 1).

Na edição de 30 de novembro de 1849, deste jornal, num artigo subscrito por “O ASSUENSE”, os *sulistas* são acusados de terem assassinado o presidente aludido (pag. 1, col. 2), tendo entrado nessa conjuração o senhor João Carlos Wanderley, o qual ficou com o relógio de ouro do presidente referido, que lhe foi entregue por um dos assassinos, no Açú, para onde se retirara licenciado Wanderley, secretario vitalício da presidencia (pags. 2, e 3 e 5, cols. 2 e 1, respectivamente). O NORTISTA de 9 de julho de 1850 confirma haver ficado com João Carlos Wanderley o relógio do dr. Ribeiro e os anelões deste com o tenente Joaquim Francisco de Paula Moreira (pag. 4, col. 2).

Quanto ao motivo do atentado afirma O NOR-

TISTA, de 17 de julho de 1849: "Porque fez demissões no partido do Sul, infeliz, foi dispensado de existir a 11 de abril de 1838! (pág. 1, col. 1); e o de 2 de julho, assevera ter sido assassinado numa sexta-feira da Paixão de 1838, por mandado que emanou de um conciliabulo de varias influencias desse partido, como he publico". (pag. 3, nota f).

Numa representação dirigida ao Imperador pelos vereadores da Camara Municipal da cidade do Natal, datada de 20 de março de 1850, assinada pelos dr. Octaviano Cabral Raposo da Camara, Joaquim Romão Siabra de Mello, Francisco Paulino de Castro Barroca, Francisco Machado do Rego Barros e Joaquim Jozé de Sousa, com as firmas devidamente reconhecidas por tabelião, tratando da morte do presidente José Pereira de Araujo Neves, asseveram que os Sulistas "sendo perseguidos por seus crimes em (pag. 1) 1838 pelo Presidente, o infeliz Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, e confiados nos Vice-Presidentes d'então, que todos erão, como atualmente, de sua parcialidade, não recuarão ante o honroso (1) projecto de o assassina-rem, como de feito o fizerão no dia 4^a feira de trevas de 1838 pelas cinco horas da tarde". (Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos. Indicação — II-32, 2 n^o 3).

Sob n^o 10, na mesma gaveta, ha uma outra representação endereçada ao referido soberano e sobre o mesmo assunto e data aludida, em que se acusa tambem o partido sulista como autor da morte do dr. Ribeiro, assinada por mais de noventa pessoas, com as firmas tambem reconhecidas entre as quais se notam as assinaturas dos tres irmãos Cabrais, do coronel Estevão José Barbosa de Moura, de Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara (contador da tezouraria geral), Fernando Cerqueira Carvalho, Canuto Ildefonso Emerenciano, Aleixo Bar-

(1) Deve ser horroroso.

bosa da Fonseca Tinoco, Manoel Ferreira Nobre Sobrinho, José Lucas Soares Raposo da Camara (maior do exercito), Pedro de Alcantara Pinheiro (inspector da tezouraria da fazenda), tenente-coronel Gonçalo Francisco da Rocha Bezerra de Melo, Felipe Bezerra Cavalcante (fazendeiro), José Francisco de Moura Pegado (proprietario), José Varela de Sousa Barca, José Teixeira da Costa Barbosa (proprietario), Urbano Egide da Silva Costa Gondim de Albuquerque, Lourenço José de Moraes Navarro, Manoel Varela do Nascimento, Francisco de Paula Soares da Camara (professor) e Manoel Leopoldo Raposo da Camara (sr. de engenho), Padre Candido José Coelho (vigario colado).

O JORNAL DO COMERCIO de 17 de julho de 1850, numa publicação a pedido, intitulada "No Rio Grande do Norte não ha politica", diz atribuir-se ao partido *sulista*, "com todo o fundamento o assassinato do presidente Ribeiro", o qual "se elevou e adquiriu influencia por esse crime atroz!" (pág. 3, col. 2).

Na edição desse mesmo jornal de 17 de junho de 1868, o dr. Amaro Bezerra atribui essa morte ao senhor João Carlos Wanderley (pag. 1, col. 6); e numa carta de Natal datada de 23 de janeiro de 1869, comunicam achar-se no comando superior da Guarda Nacional da capital o "coronel Bonifacio Pinheiro, co-autor do assassino do infeliz presidente Ribeiro". (*Jornal do Comercio*, de 7 de fevereiro de 1869, pág. 1, col. 7); porém, numa transcrição feita no exemplar deste jornal, de 17 de outubro de 1879, extraída do CORREIO DO NATAL (orgam do partido conservador do R. Grande do Norte), falla-se no assassinato do presidente Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, afirmando-se que foi realizado "por motivos completamente estranhos a questões politicas, como é geralmente sabido". (pag. 3, col. 1-2), sendo que "O LIBERAL" de 25 de outubro de 1879,

diz ser um dos acusados desse assassinato João Carlos Wanderley (pag. 4, col. 2); e num "Colloquio de um sulista com um Nortista", no jornal deste nome de 17 de julho de 1849, aquele diz para o "Nortista" que "O Ribeiro foi a principio nosso aliado; e ao depois quiz ser nosso antagonista", pelo que reuniu-se o conclave, discutiu-se o caso e unanimemente tomou-se uma decisão, vindo os "espoletas" da "Serra do Pires", e acrescenta ser a morte um acontecimento necessario e que "si ha de viver um homem, soffrendo uma sociedade inteira, sacrifique-se a esta a vida d'aquelle" e, cita em seu apoio factos da historia romana. (O NORTISTA cit., pag. 3, col. 1).

Não se deve olvidar tambem que, naquela época, a maçonaria era uma força universal e que, em o nosso proprio Brasil, já condenara á morte o imperador Pedro I, por faltar ao compromisso assumido com seis irmãos de perdoar o revolucionario Ratcliff e não cumprir sua palavra, (Mucio Teixeira "O Negro da Quinta Imperial" (1927), págs. 62 e 71).

Quanto á situação da provincia após o atentado e as providencias do governo geral, encontrei o documento seguinte: "*Ministerio da Justiça*" — "Ilm.^o e Exm.^o Sr. Tenho a honra de accusar o recebimento do Aviso de V. Exc., de 25 de Maio proximo passado, em resposta a dois Officios, que por esta Presidencia foram dirigidos a V. Ex. em data de 12 e 14 de Abril d'este anno; o primeiro participando a infausta morte do ex-Presidente desta Provincia, o dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa; e o segundo a providencia que dera essa Presidencia de chamar para o serviço da Guarnição um Destacamento de sessenta praças da Guarda Nacional".

"E ordenando-me V. Ex. em o supradito Aviso, que sejam empregadas todas as medidas de precaução, que forem necessarias, para evitar que se altere a tranquillidade publica, cumpre-me asseve-

rar a V. Exc. que, depois daquelle triste acontecimento, tem sido inalteravel a paz e tranquillidade n'esta Capital, e em toda a Provincia, e nem mesmo ha receios que ela seja interrompida: pelo que, sendo inteiramente desnecessario o serviço d'aquelle Destacamento n'esta Capital, o Governo o fez regressar aos seus corpos". "Deos Guarde a V. Exc. — Palácio do Governo do Rio Grande do Norte na cidade do Natal em 23 de Julho de 1838. — Illm^o. e Exm^o. Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça. João Valentino Dantas Pinajé. (CORREIO OFFICIAL, de 24 de agosto de 1838, vol. 2^o, pag. 177, col. 1 — "Parte Official"; O SETE D'ABRIL, de 31 de agosto de 1838, pag. 2, col. 3 — "Artigos Officiaes").

Por esse officio e jornais da capital do país, verifica-se que o assassinato do presidente Ribeiro só foi conhecido na Corte, cerca do dia 22 de maio, uma vez que o DESPERTADOR de 23, já o publicava, só tomando o ministro da justiça providencias a 25 seguinte.

Inferese mais do dito officio que o Aviso referido já foi recebido pelo vice-presidente Pinajé, em julho e que, desde o falecimento do dito presidente, permaneceu inalteravel a ordem e tranquillidade em toda a provincia.

O doutor Pinajé diz que, em abril de 1838, era 1^o vice-presidente da provincia (O NORTISTA, de 25 de outubro de 1849, pag. 3. coi. 2), mas, por acto do Regente do imperio de 27 de abril de 1838, foi modificada a ordem numerica dos substitutos do presidente, ficando assim: 1^o dr. Joaquim Ayres d'Almeida Freitas—2^o dr. João Valentim Dantas Pinajé—3^o Estevão José Dantas—4^o Manoel Barbosa de Moura—5^o Antonio Alves Mariz—6^o Agostinho Fernandes de Queiroz. (CORREIO OFFICIAL, n^o 129, de 12 de junho de 1838, vol. 1^o, pág. 521, col.

1; O SETE D'ABRIL, de 25 de junho de 1838, pag. 2, col. 2).

Quando o dr. Aires de Almeida foi nomeado 1º vice-presidente, já estava no poder o 3º vice Manoel Barbosa de Moura e a notícia deve ter chegado a Natal em agosto, quando já governava o dr. Pinajé e se achava afastado da província o dr. Aires que, ali não voltou nem para conduzir a esposa, pelo que o 2º vice-presidente continuou no exercício.

O Presidente da Paraíba, Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque, o organizador da expedição que, em abril, foi socorrer o presidente Aires de Almeida, na sua *Falla* dirigida a 24 de junho de 1838, á assembleia legislativa, no capítulo referente á "Tranquilidade Publica", diz: "Até as commoções que apparecerão no Rio Grande do Norte, segundo a este Governo consta, pelas partes officiaes, se achão já acalmadas, e por isso devemos ter a mais bem fundada esperança de não sermos pela segunda vez incommodados". (CORREIO OFFICIAL, de 19 de setembro de 1838, vol. 2º, pag. 258, col. 2; sob o título "Ministerio do Imperio").

Ainda a 1º de agosto e 5 de setembro do referido ano, o dr. Pinajé officiava ao ministro da justiça, Bernardo Pereira de Vasconcellos, comunicando gozar a provincia "de perfeita paz e tranquillidade" e que "a obediencia ás Leis, colligada com o amor da ordem, tem de presente estabelecido nella o seu imperio". (CORREIO OFFICIAL, de 13 de setembro e de 12 de outubro de 1838, pags. 237, col. 1, e 340, col. 1 — "*Ministerio da Justiça*").

Ha quem assevere não se ter feito processo algum contra os criminosos, porém o dr. João Valentino Dantas Pinajé, no seu DISCURSO pronunciado, na qualidade de vice-presidente da Provincia, na abertura da primeira sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial, a 7 de setembro

de 1838, referiu-se ao assassinato do doutor Ribeiro por três indivíduos no dia 11 de abril, nas raias da cidade, e adianta que “Dois processos se tem organizado contra eles, e ainda não forão descobertos”. E mais que o “triste acontecimento, nada teve de relativo á Politica, e por isso pouco ou nada alterou os animos dos Natalenses”. (*Impresso* feito em Natal na Typ. Natalense, 1839, pags. 4 e 5).

Eis o “AUTO DE VESTORIA” — “Anno do Nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos trinta e oito nesta cidade do Natal provincia e comarca do Rio Grande do Norte em caza de rezidencia do governo desta provincia presente as testemunhas abaixo assinadas ahi foi mandado vir pelo dito juiz o Dr. Cypriano José Barata de Almeida para effeito de vistoriar o cadaver do presidente desta provincia o Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, assassinado agora as cinco horas da tarde, e passando o dito Dr. a vistoria, achou-se o seguinte: doze feridas; a saber, uma sobre o hombro esquerdo simples; uma na verilha esquerda penetrante mortal de necessidade pelas partes offendidas; duas feridas abaixo do embigo mortaes de necessidade, por cortar as entranhas como a bexiga, e outras; outra sobre as costellas falsas do lado direito; sete feridas no ante braço, e braço direito: as do ventre, e da verilha todas mortaes de necessidade, (col. 1) tendo mais de uma polegada de comprimento e com a largura, e profundidade que quasi vencia a cavidade do ventre; uma ferida de bala, e arma de fogo sobre o peito direito, costellas verdadeiras despedaçando a segunda costella, cuja abertura tem uma polegada, de maneira que entrava o dedo index todo inteiro, offendendo as entranhas; outra ferida de bala junto ao punho da mão direita que despedaçou o dêdo polegar; quanto a 1.^a ferida de bala essa he mil vezes mortal: além disto tambem havião algumas pequenas feridinhas, que

parecião feitas por grão de chumbo, tudo com copioso sangue derramado, do que houve o dito juiz de paz supplente o cidadão Manoel José de S. Anna Araujo, por findo a vistoria, assignando com o Dr. medico e as testemunhas. Eu Manoel Joaquim de Araujo, Escrivão de paz, o escrevi.”

“Araujo.

“Cypriano José Barata de Almeida.

“Severino Pinto.

“Joaquim Ignacio Pereira.”

(“O NORTISTA” de 19 de outubro de 1849 (nº 24 — impresso na Typ. Cearense, por Joaquim José de Oliveira, Ceará; pág. 3, col. 2; existente na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

Acta diurna

LUIZ DA CAMARA CASCU DO

(Socio efetivo e benemerito)

ONDE ESTÁ SEPULTADO ANDRÉ D'ALBUQUERQUE ?

A tradição popular informa que André d'Albuquerque, chefe da revolução de 1817, no Rio Grande do Norte, não foi sepultado «no sagrado». Rebelde ao Principe Regente D. João, adversario das leis, inimigo do Trôno, não tinha o direito a dormir no chão das Igrejas, onde os fieis esperavam a ressurreição da carne. Dizem que o «republicano» de 1817 ficou fóra de toda piedade oficial. Cavaram um buraco, no terreno entre a Matriz e a Delegacia Fiscal, sacudindo lá dentro o corpo ferido, sujo e esporeado, do infeliz fidalgo de Cunhaú.

Fosse a versão legitima, os ossos de André d'Albuquerque não mais estariam no meio da rua. A Familia Cunhaú, especialmente durante o poderio do Brigadeiro Dendé Arcoverde, vingador de sua morte, tudo faria para uma exumação clandestina. Os restos do senhor de Cunhaú haviam de ir juntar-se aos seus antepassados, no sossego da doce Capelinha secular.

Mas, a verdade é outra. André d'Albuquerque foi enterrado dentro da Matriz. A documentação, na especie, é vasta e unanime.

Ha o registo de obito, de autenticidade indiscutivel:

«Aos vinte e seis d'Abril de mil oito centos e dezasete faleceo da vida presente nesta freguesia, tendo recebido os Sacramentos da Penitencia e Unção, o Coronel André d'Albuquerque Maranhão, branco, solteiro, com a idade de quarenta annos, pouco mais ou menos. Foi sepultado nesta Matriz, envolto em uma esteira, depois de ser encomendado pelo R. Coadjutor Simão Judas Thadeu, de minha licença. E para constar fiz este assento, que assigno — (a) — Feliciano José Dornellas, Vigario Collado.

José Inácio Borges, Governador da Capitania quando a revolução rebentou, preso e deposto pelos "republicanos", quando reassumiu a administração, escreveu uma "Memoria resumida dos Acontecimentos, etc., etc." (Rev. Instituto Historico do Rio G. do Norte, v-VIII. 1910, impresso em 1913, p. 16) onde se lê:

"... o conduziram para a Cadeia da Fortaleza da Barra onde expirou no dia seguinte, e embrulhando em uma esteira, encomendado com pragas e maldições, foi enterrado em sagrado a instancias do Parocho".

D. Izabel Gondim, sabedora da literatura oral da época, em seu ensaio sobre "Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte" (Natal, 1908, p. 40) assevéra:

... foi posto em terra o cadaver, no primitivo corredor da Igreja Matriz, onde teve sepultura...

A morte de André d'Albuquerque inspirou versos á musa anonima. Umas quadrinhas, conservadas de cór pelo prof. Joaquim Lourival Soares da Camara, foram publicadas da "Gazeta do Comercio", n.º 133, de 19 de março de 1902. Ha, claramente, a indicação da sepultura :

Depois, já cadaver,	E nela envolvido
Num pau inquerido,	Seguiu p'ra Matriz.
Por oito soldados	E quem isto viu
Voltou conduzido.	É quem conta e diz.

E assim neste estado	E no corredor
Passando a Ribeira,	Da mesma Matriz,
Ritinha Coelho	Está sepultado
Sacode uma esteira.	O triste infeliz...

E em que ponto da Igreja Matriz está sepultado André de Albuquerque?

Até meados do seculo XIX a Matriz possuia apenas um corredor, á direita do edificio sagrado. O segundo, do lado da torre, é posterior. O corredor da dextra é o «primitivo corredor,» na frase de D. Izabel Gondim. Num lugar dessa dependencia, foi enterrado, a 26 de abril de 1817, o mais rico e o desgraçado dos fidalgos norte riograndenses.

Um detalhe sinistro serviria para identificar-lhe o esqueleto, tornado poeira de cem anos. Deve existir, de mistura com os ossos, as algemas de ferro que prendiam, mesmo depois de morto, os pulsos ensanguentados de André d'Albuquerque...

Da Republica, de 19-1-1941.

QUEM FERIU ANDRÉ D'ALBUQUERQUE?

I

No dia 25 de abril de 1817 o sino da Matriz deu nove badaladas ás oito hores da manhã. Um

grupo de homens saiu de casa do alfaiate Manuel da Costa Bandeira. Um troço de soldados surgiu, dirigido por um capitão. Todos, paisanos e militares, vivavam o Príncipe Regente e davam morras a Liberdade. Era a contra-revolução, o golpe de retorno sobre os republicanos. Na Rua Grande, o coronel André d'Albuquerque Maranhão instalara o governo, desde 29 do mês anterior. O Padre João Damasceno Xavier Carneiro riscava e André ia cortando, direitinho, em cima do risco.

O Governo Republicano era composto de cinco membros. André, o Vigário Feliciano José Dornelas, o coronel de Milicias Joaquim José do Rego Barros, o capitão Antonio Germano Cavalcanti d'Albuquerque e o capitão de Linha Antonio da Rocha Bezerra. Só não traiu André, ele proprio. O Padre Dornelas o que ouvia no Governo ia dizer aos monarchistas, delatando, serenamente, tudo. Antonio Germano veio comandando a tropa que depôz André e tirou o «Albuquerque» do nome para não parecer aparentado com o reprobado. Antonio da Rocha Bezerra estava encarregado de dar o sinal para começar a luta contra o Governo de que fazia parte. Rego Barros não sabia de nada, mas, em cousa alguma ajudou seu chefe, antes regosijado com tantas mostras de gaudio, que o Príncipe lhe perdôou a «rebeldia,» depois d'alguns anos de cadeia na Baía. Foram, naquela manhã, os conspiradores dando vivas ao Príncipe D. João e declarando deposto o pobre Andrezinho de Cunhaú.

André nem se defendeu. Nem podia. Estava materialmente sozinho. Deram-lhe uma estocada na região inguinal. Levaram-no preso para a fortaleza dos Santos Reis Magos. Meteram-no no "quarto-escuro." Na madrugada seguinte, 26 de abril, estava morto. Trouxeram-no para a Matriz, ensanguentado, enlameado, imundo. O mais rico-homem da Capitania trazia como mortalha uma «esteira de piri-piri»

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTORICO
E GEOGRAFICO DO RIO
GRANDE DO NORTE
ANS. 1951 a 1953**

que dona Ritinha Coelho lhe enrolara ao corpo, quando o vira passar, quasi despido e amarrado a uns paus, pela Ribeira.

Chegando o corpo á Matriz, muita gente aguardava para ver o cadaver.

João Alvares do Quental, funcionario publico, participe da restauração vitoriosa, quiz dar uma demonstração publica de sua fidelidade ao «Regente». Apertou um par de esporas aos pés, trepou-se no cadaver de André d'Albuquerque, esporeando-o.

E sem maiores formalidades, sepultaram o se-viciado corpo do desgraçado «senhor de Cunhaú» num corredor da Igreja, á direita do templo. E hou-ve registro de obito.

Aos vinte e seis d'Abril de mil oi-tocentos e dezesete faleceu da vida pre-sente nesta freguezia, tendo recebido os Sacramentos da Penitencia e Unção, o Coronel André d'Albuquerque Maranhão, branco, solteiro, com a idade de quaren-ta anos, pouco mais ou menos. Foi sepul-tado nesta Matriz, envolto em uma estei-ra, depois de ser encomendado pelo R. Coadjutor Simão Judas Tadheu, de mi-nha licenca. E para constar fiz este assen-to, que assigno. (a) — FELICIANO JOSÉ DORNELLAS — Vigario Colado.

Todos os velhos moradores do Natal negavam, á pés juntos, que André tivesse recebido sacra-men-tos. Morrera numa noite horrivel, abandonado, se-dento, ferido, atirado num cubiculo lôbrego. Ninguem se aproximara do «criminoso». Como ia o Padre Si-mão Judas Tadeu atender-lhe os ultimos momentos se já o viram defunto, pela madrugada? André, pre-so, pedira um travesseiro para encostar a cabeça. O Comandante da Fortaleza mandou uma pedra, di-

zendo que «era o travesseiro dos pedreiros livres». Não lhe deram cousa alguma. Nem um penso. Uma coberta. Agonizou no chão molhado, em plena treva.

O soldado Inacio Manuel d'Oliveira, escondendo-se como ladrão, poudo levar ao moribundo uma trouxa de roupa suja, para travesseiro, e um pouco d'agua. Foi a caridade unica que o faustoso "morgado do Cunhaú" obteve na hora extrema. Delirando, falando alto, repetia os conselhos de D. Antonia do Espirito Santo Ribeiro, sua mãe, contra a revolução. Depois acalmou, na côma. Ao amanhecer, a ronda chamou-o. Não vindo resposta o soldado Bernardo José d'Araujo, com um croque, físgou o cadaver e puxou-o para a luz. Verificada a morte, conduziram-no para a Cidade, meio nú, sujo de sangue amarrado, com cipós, em quatro paus que os soldados levavam. Como ia o Padre Simão Judas Tadeu levar-lhe os "sacramentos da Penitencia e Unção" dentro do quarto em que morreu, sem um amigo? Ha esse documento, "in fide parochi". Não podemos recuzar-lhe autenticidade. Creio que André d'Albuquerque foi apenas assistido pelo seu "Anjo da Guarda".

E quem ferira o Chefe da Revolução de 1817?...

Da Republica, de 14-2-1940.

II

André d'Albuquerque Maranhão morrera provavelmente de peritonite, sobrevinda apóz ferimento profundo, á espadim, na virilha. Sentindo-se ferido, ainda segurou a lamina, cortando-se nos dedos da mão direita. Não lhe fizeram o menor curativo. Mandaram-no para o "quarto-escuro" da fortaleza como quem sacode um rato podre em cima de um monturo.

Quem fériu o Chefe da Revolução de 1817?

As versões são muitas. Muitos os chamados e poucos os escolhidos, na tradição oral e popular.

Um dos apontados fora João Alvares do Quental, o esporeador do cadaver. O professor João Onofre, do Martins, velho inteligente e vivo, pertencente ás familias historicas do Rio Grande do Norte, em carta de 9 de maio de 1925, informava-me:—

... Sobre a tragedia politica de 1817, que teve por epilogo o barbaro assassinato do martir André d'Albuquerque, senhor de Cunhaú, ainda conheci João Alvares do Quental, sobre o qual disse-me muitas vezes minha avó materna, Dona Antonia de Borja, sogra e tia do meu tio Coronel Bonifacio Camara, contemporanea do acontecimento historico do Natal, de 17, que fôra João Alvares do Quental, que com seu espadim déra a estocada no baixo ventre do martir...

Essa D. Antonia Josefa de Souza, casada com o tenente Francisco de Borja Pinheiro, comandante do forte de Ponta-Negra, ora da primeira gente do Natal, capacissima de tudo saber e contar. O futuro coronel Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, chefe conservador da Provincinha, em 1817, tinha quatro anos...

A familia de Cunhaú que protegeu e amparou o soldado Inacio Manoel de Oliveira, retribuindo o que fizera, ao seu chefe na noite da agonia, não perdeu aos indigitados assassinos. João Alvares do Quental, curiosamente, nunca sofreu a menor aggressão. Dar-se-ia ter o povo, indignado com a sua attitude ante o corpo de André, ligado a selvageria ultima como corolario ao primeiro insulto fisico? Os "cunhauzeiros" não o consideraram réu. E deviam ter

procedido inqueritos minuciosos, apurando responsabilidades, para punir, inexoravelmente.

O tenente Francisco Sebastião Coelho, marido de dona Ritinha Coêlho, que déra a esteira para amortilhar André d'Albuquerque, dizia ter visto o alfaiate Manuel da Costa Bandeira ferir o chefe do Governo republicano. A casa do alfaiate fôra o centro da reação anti-republicana. Contra Costa Bandeira nada surgiu, como vingança infalível.

D. Izabel Gondim aponta outro culpado: — o alferes Francisco F. da Fonseca, "Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte" (p-94): —

Revelou o soldado Antonio Francisco de Albuquerque, já de avançada idade, ao sargento, depois professor primario na vila de Papari, Manuel Laurentino Freire d'Alustau, homem grave e consciente da verdade que, sendo comandante (principal) da guarda de palacio no dia do conflito, colocara-se atraz de um reposteiro, de onde vira o alferes Francisco F. da Fonseca levar a espada desembainhada, por entre o povo, e á traição cravala no baixo do ventre do coronel André de Albuquerque, o qual inerme, como estava, ao sentir o golpe, pegára na lamina da referida espada, ao mesmo tempo que o agressor ia retirar-la. Nesse impulso feriu-o tambem em dois dedos da mão.

Tambem esse alferes ficou impune. Nenhum escravo de Cunhaú acompanhou-o para "justar contas". Os Albuquerque Maranhões impronunciaram-no, no juri intimo que resolveria tudo.

João Alvares do Quental, da sociedade natalense, dono de casas, Tesoureiro da Provincia, veio a

falecer, com setenta e quatro anos de idade, a 13 de setembro 1850, no ano em que a Febre Amarela fez sua sinistra aparição no Rio Grande do Norte.

O alferes Francisco F. da Fonseca era Francisco Felipe da Fonseca Pinto, homem inteligente, bem-quisto, professor de Latim no Ateneu Norte Rio Grandense, desde a fundação. Morreu em Natal, com setenta e dois anos, a 3 de outubro de 1845.

Ambos expiraram tranquilamente, rodeados pelos parentes, chorados pelos amigos, sem as ameaças terríveis das facas e dos bacamartes dos negros de «Cunhaú.»

Mas alguém saldou a dívida de sangue para com a memória de André d'Albuquerque.

Da «Republica,» de 16-2-1940.

III

Antonio José Leite do Pinho era português, da freguesia de São José da Madeira, na cidade do Porto. Era homem alto, branco, forte, corado, robusto, de fala arrogante e tão rico que emprestara, sem juros, quatro contos para um Presidente de Provincia pagar os soldos atrasados da tropa. Fazia grandes esmolas, tendo meza franca e larga, dando auxilios. Diziam-no possuidor de um fragmento da Cruz em que Jesus Cristo morrera. Estando com o "santo-lenho" ao pescoço, bala não entrava na péle e faca envergaria como se fosse fio de arame. Morava numa casa terrea, muito grande na rua da Conceição, praça Sete de Setembro, lado direito. Nessa epoca, e até 1914, a praça não existia. Leite do Pinho era faustoso, tratava-se bem e sua residencia possuia conforto, pouco habitual para o tempo. Em 1817 não aderira á Revolução e pertenceu aos primeiros movimentos de reacção. Marchou para a de-

posição de André de Albuquerque e assistiu todas as cenas. Depois mostrara a espada tinta de sangue, dizendo-se autor do ferimento. Um alferes da Companhia de Linha confienciava ter ferido André. Leite do Pinho protestou em cartorio, fazendo declaração peremptoria, assumindo toda e completa responsabilidade. Era português e tinha o direito de defender o seu pais, afirmava. O Governo mandou recompensas de ordem simbolica. Leite do Pinho passou a Tenente Coronel de Milicias e teve a Ordem de Cristo. Aos domingos e dias de festa fardava-se, com a "comenda" rubra na garganta, e passeava, orgulhoso da prosapia e força fisica.

Um sobrinho de André d'Albuquerque, que estava na Europa em 1817, de nome André d'Albuquerque Maranhão Arco-Verde, apelidado Dendé Arco Verde, regressou a Cunhaú. E perguntou, sabendo da morte do irmão de sua mãe e chefe da familia: — "acabaram-se os cunhãuzeiros?" Disseram-lhe tudo. Deram nomes, detalhes, fatos. Dendé declarou: — "Eu não quero saber quem matou meu tio. Para mim é indifferente saber se foi esse ou aquele. O que preciso saber é qual foi a pessoa que botou medalha do cruzeiro no peito e galão de coronel pela morte de um Cunhaúzeiro!"

Duas vezes dispararam tiros contra Leite do Pinho. Erraram. Era o «santo-lenho». Rico, casado, com netos, ambientado de solidez material, com a familia que o adorava, cercado pela simpatia da população, Leite do Pinho, corajosamente, desafiava Cunhaú.

Dendé multiplicou os planos. Decidiu usar arma branca. «É frio, seguro e não faz barulho». Chamou dois escravos, um negro e um caboclo. «Se trouxerem aqui as orêlhas de Leite do Pinho nunca mais terão necessidades.» E deu aos homens duas facas de prata, finas "envenenadas," narra a tradição.

Um estafeta postal, de nome Ponciano, morava no «Refoles» e também era sapateiro. Levára uns tempos trazendo e carregando recados de Leite do Pinho para Dendé e vice-versa. Agora estava ao lado Cunhaú. O tenente Manuel Joaquim Açucena, voltando d'uma caçada, bebia agua na casa de Ponciano quando chegaram dois homens, saudados pelos nomes de Pedro e Ginedo. Era a Semana Santa. Na procissão dos Martirios, um desconhecido aproximou-se do coronel Agostinho Leitão de Almeida e perguntou-lhe se era Leite do Pinho. Agostinho mostrou o coronel que caminhava, pouco adiante, fardado, lento, imponente. O desconhecido desapareceu.

Tardinha, depois da procissão, em roupas casuais, Antonio José Leite do Pinho deitara-se num tapete, á entrada da casa, brincando com um néto, de dez meses e doze dias de vida, Vicente, que seria medico e havia de dirigir a Provincia. Em frente da casa, máto fechado, ocultando tudo. O menino foi levado para dentro. Os dois escravos só esperavam a ocasião. Precipitaram-se sobre Leite do Pinho, brandindo as facas espelhantes. Uma luta furiosa se travou, Leite do Pinho, embora deitado e sem armas, repelia os matadores, com o desespero dos condenados. Os dois escravos amiudavam os golpes que caíam, como chuva nos braços, torax, garganta e rosto da vitima que se debatia. Finalmente cravaram as duas laminas no peito de Leite do Pinho e fugiram. Durara minutos a batalha. Gente acudiu. Toda a Cidade ficou desolada. Arrancaram as facas. Leite do Pinho agonizou a noite inteira, chorado por todos. Na estribaria, seu cavallo de estimação, escoicinhava, rinchando como se compreendesse a desgraça do dono.

Aos quinze de março de mil oitocentos e trinta e quatro faleceu de faca-

das, com os Sacramentos da Penitencia, e extrema unção, Antonio José Leite do Pinho, branco, de idade de quarenta e cinco anos, morador nesta cidade, casado com D. Bernarda Joaquina: foi encomendado por mim, sepultado nesta Matriz com o uniforme militar; de que fiz este assento que assino — (a) Antonio Xavier Garcia de Almeida, Vigario Interino.

Dendé Arco Verde ficou contentissimo. Enterrou o negro, vivo, deante da «casa-grande» de Cunhaú e plantou em cima um coqueiro, que ainda existe. Levou o caboclo para a “Mata das Varas”, em Tamatanduba, e mandou-o empalar. Cumprira o prometido. “Nunca mais teriam necessidade de cousa alguma...”

Da Republica, de 18-2-1940.

CONSELHO DO GOVERNO

I

Confundem o CONSELHO DO GOVERNO com o CONSELHO GERAL DA PROVINCIA do Rio Grande do Norte. Foram instituições diversas. O Conselho do Governo, creada pela Lei de 20 de outubro de 1823, foi extinto pela Lei de 3 de outubro de 1834. Tinha seis membros. O Conselho Geral da Provincia, creado pelo art. 72 da Constituição do Imperio, findou em virtude do art. 1.º da Lei de 12 de agosto de 1834, chamada “Acto Adicional”, substituindo-o pela Assembléa Legislativa Provincial. O Conselho Geral da Provincia do Rio Grande possuía treze conselheiros.

Lembremos o Conselho do Governo. com sua

existência agitada e sugestiva. Os seis membros, eleitos pelo Colégio Eleitoral, para um quadriênio, davam substituto ao Presidente da Província na pessoa do conselheiro mais votado. O Presidente da Província presidia o Conselho, que foi o sucedaneo das Juntas Governativas, instauradas pelas Cortes de Lisboa em 29 de setembro de 1821. Tínhamos então dois Colegios Eleitorais: — Natal e Assú.

Qual era a finalidade desse Conselho do Governo? A Lei de 20 de outubro de 1823, abolindo as Juntas Provisórias do Governo e dando nova organização administrativa às Províncias, detálha o funcionamento desse instituto governamental.

O conselheiro-mais-votado era Vice-Presidente da Província. Seriam todos maiores de 30 anos e com seis anos de residência local. Reunia-se uma vez cada doze meses e seriam chamados os suplentes em caso de falta. A sessão duraria dois meses, podendo ser prorrogada por mais trinta dias. O Presidente da Província podia convocar extraordinariamente o Conselho ou parte dele, “preferindo nesta convocação aqueles dentre os Conselheiros a quem menos incomode o comparecimento.” As substituições seriam na ordem da votação. Os conselheiros não venciam ordenado. Apenas teriam 2\$400 diários, desde que saíssem até que regressassem às suas residencias. O Conselho, reunido, tinha tratamento de “Excelência” e a continencia militar que competia aos antigos Capitães-Generais. Nas materias de sua competência o voto deliberativo e o Presidente dizia: — “São responsaveis pelas deliberações do Conselho aqueles, a quem por seus pares fôr attribuido o prejuizo de alguma resolução.” O art. XXIV: — “Tratar-se-ão pelo Presidente em Conselho todos os objetos, que demandem exame e juizo administrativo”, e enuméra: — Fomentar a agricultura, comércio, indústria, artes, salubridade e comodidade geral; Promover a educação da mocidade; vigiar sô-

bre os estabelecimentos de caridade, prisões, casas de correção e trabalho; propor que se estabeleçam Camaras onde as deve haver; propor obras novas e concerto das antigas, cuidando particularmente na abertura de melhores estradas e conservação das existentes; formar o Censo e estatística da Provincia; dar parte á assembléia das infrações ás leis e sucessos extraordinários; promover as missões, catequese dos Indios, colonização dos estrangeiros, laboração de minas, etc., cuidar do bom tratamento dos escravos e propor arbitrios para facilitar a sua lenta emancipação; examinar anualmente as contas da receita e despeza dos Conselhos, depois de fiscalizadas pelo Corregedor da Comarca e bem assim as contas do Presidente da Provincia; decidir temporariamente os conflitos de jurisdição entre autoridades. Sendo este entre o Presidente e outra autoridade, o Conselho era incompetente. Só a Relação do Distrito decidiria; suspender os Magistrados se sua continuação motivar motins; suspender o Comandante Militar da Força Armada quando inste a Causa Pública; atender as queixas contra funcionários públicos; determinar as despesas extraordinarias, sendo estas executadas depois da imperial aprovação.

O Conselho do Governo, para suas despesas ordinarias, tinha á disposição a oitava parte das sobras das rendas da Provincia. Subsidio problematico...

Nessa esfera de competência, o Conselho do Govêrno, tambem conhecido por Conselho da Presidência, via suas resoluções com efeito de Lei. O paragrafo 16 do art. XXIV (da Lei 20-X-1823) rezava entre suas atribuições:

“Determinar por fim as despesas extraordinarias, não sendo porem estas determinações, postas em execução, sem prévia aprovação do Imperador. Quanto as outras determinações do Conselho, serão

obrigatorias, em quanto não forem revogadas, e se não oposerem ás Leis existentes.”

Mesmo durante sua existência, havia confusão para as autoridades quando se referiam aos dois Conselhos. Uma portaria de 24 de maio de 1824, assinada por João Severiano Maciel da Costa, o futuro Marquez de Queluz, em resposta a uma consulta do Presidente da Província de Minas Gerais, esclarecia que o Conselho aludido e o creado pela Constituição do Imperio “tem diferente fim e muito distintas attribuições.

O Conselho do Governo terminou pela Lei n.º 38, de 3 de outubro de 1834, no periodo regencial. No seu art. 11 lia-se: — “Fica extinto o Conselho da Presidencia, e as attribuições, que competião ao Presidente em Conselho serão por ele somente exercidas.”

Era esse o arcabouço legal. Evoquemos os acontecimentos...

Da «Republica,» de 13-11-1940.

II

A primeira eleição para o Conselho do Governno foi a 25 de março de 1824. Não chegando, até julho, o resultado da votação na Vila Nova da Princesa (Assú), a Camara do Natal, ouvidos os cidadãos bons aqui convocados, deliberou chamar os seis Conselheiros que tivessem obtido a pluralidade de votos para compôr o Conselho, esperando que o “Colegio” de Princesa confirmasse ou substituisse os indicados.

Na ordem da maioria dos votos, os nossos Conselheiros foram: — Luiz de Albuquerque Maranhão, José Alexandre Gomes de Mélo, Francisco Pedro Bandeira de Mélo, Joaquim José do Rêgo Barros, Manuel Joaquim Grilo e Matias Barbosa de Sá.

Quando, a 8 de setembro de 1824, o Presidente da Província, Tomaz de Araújo Pereira renunciou, cabia a Luiz de Albuquerque Maranhão, Conselheiro mais votado, substituí-lo. Mas o Batalhão de linha, que, a 31 de julho depuzera do comando João Marques de Carvalho, declarou o Conselho dissolvido, não admitindo que Luiz de Albuquerque Maranhão sonhasse em governar. Assumiu o governo o Presidente da Camara Municipal, Lourenço José de Moraes Navarro e, quando terminou seu tempo de «camarista,» passou a administração ao seu sucessor na presidência da Camara, em 20 de janeiro de 1825, Manuel Teixeira Barbosa.

O Conselho cumpriu a intimação e se julgou dissolvido. Nova eleição, a de agosto de 1825, apurada a 15 de novembro do mesmo ano. Deviam os seis novos Conselheiros servir no quadriênio 1826-29. Eram: Antônio da Rocha Bezerra, João Marques de Carvalho, Manuel Teixeira Barbosa, Joaquim José do Rêgo Barros, Antônio Marques do Vale e José do Rêgo Bezerra. Desta vez, a lei é obedecida. Antônio da Rocha Bezerra fica na Presidência provincial, a 8 de maio de 1826, quando o Presidente Manuel do Nascimento Castro e Silva se retira.

Terceira eleição, a 17 de novembro de 1828, na Igreja de Santo Antônio, apurada a 1.º de fevereiro de 1829. A gestão seria de 1830 a 1833. Dessa eleição ha uma ata da votação havida na vila de Portalegre, reunidos os “colegios” de Portalegre, Vila do Pau dos Ferros e Varzeas do Apodi, em 19 de novembro de 1828. Foram eleitos Antônio da Rocha Bezerra, Joaquim José do Rêgo Barros, Luiz de Albuquerque Maranhão, Padre Manuel Pinto de Castro, Matias Barbosa de Sá e Bartolomeu da Rocha Fagundes.

Antônio da Rocha Bezerra voltou ao governo, a 10 de março de 1830, na ausência do Presidente José Paulino de Almeida e Albuquerque. A 4 de

setembro de 1832, adoecendo o Presidente Joaquim Vieira da Silva e Souza, um Conselheiro devia assumir. Joaquim José do Rêgo Barros havia falecido assim como Antônio da Rocha Bezerra, ambos em 1832. Luiz de Albuquerque Maranhão, terceiro na ordem, não apareceu e ignoro que houvesse morrido. Assumiu o Padre Manoel Pinto de Castro, o Padre Pinto, como era chamado em Natal e, ainda voltou ao governo, em 8 de outubro do mesmo 1832, quando Joaquim Vieira da Silva e Souza viajou.

Ainda houve eleição, em 1833. Em carta de Santana do Matos, datada de 2 de abril de 1834, o Padre João Teotônio de Souza e Silva, respondendo ao Presidente da Camara do Natal, que lhe enviara um officio a 20 de agosto de 1833, informa estar ciente de sua eleição para o Conselho Geral da Provincia e Conselho do Governo, preferindo assistir as sessões do primeiro.

Pude encontrar uns restos de ata de uma reunião desses seis últimos Conselheiros. Realizava-se em Palácio, sob a presidência de Basilio Quaresma Torreão, a 27 de junho de 1834, e estavam presentes o Padre Manuel Pinto de Castro, Manuel Martins da Rocha, João Marques de Carvalho, Joaquim José de Mélo, Francisco Felipe da Fonseca Pinto e Francisco Xavier Garcia.

Assim viveu no Rio Grande do Norte, por força de lei e dos costumes, o Conselho do Governo. É esse o Conselho que surge, na criação dos primeiros Municipios, com os dizeres "O Presidente em Conselho...

Da «Republica», de 14-11-1940.

CONSELHO GERAL DA PROVINCIA

Os Conselhos Gerais das Provincias foram creados pelo art. 72 da Constituição do Imperio (25 de

março de 1824). No Rio Grande do Norte teve treze membros. Seriam maiores de 25 anos, com probidade e decente subsistência, eleitos para um quadriênio, com uma reunião anual, durando dois meses.

O art. 81 da Constituição afirmava: — Estes Conselhos terão por principal objeto propor, discutir e deliberar sobre os negocios mais interessantes das suas Provincias, formando projetos peculiares e acomodados ás suas localidades e urgências.

Apresentado o projeto no Conselho, em parecer sempre escrito, discutido em três sessões, aprovado, era enviado ao Executivo por intermédio do Presidente da Provincia. O Executivo mandava á Camara dos Deputados para que fosse convertido em lei, depois de aprovado, num turno único. Em caso do projeto não atender ás necessidades, o Imperador respondia dizendo “que suspende o seu juizo a respeito daquele negocio. Ao que o Conselho responderá que recebeu mui respeitosa e a resposta de sua Magestade.”

Os Conselhos Gerais foram regulamentados pela lei de 27 de agosto de 1827, referendada pelo Ministro José Clemente Pereira.

Era o Conselho Geral da Provincia como uma Assembléa Legislativa tendo funcionamento idêntico. Era o ensaio parlamentar em ponto pequeno.

Depois de eleitos, iam todos para a Igreja Matriz assistir a Missa votiva do Espirito Santo. Sizudos, vestindo preto, imponentes, iam os nossos Conselheiros ouvir a Missa, com seu Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Suplente. Depois, ajoelhado, pondo a mão direita sobre o Evangelho, aberto, o Conselheiro prestava o juramento: — Juro aos Santos Evangelhos promover fielmente, quanto em mim couber, o bem geral desta Provincia do Rio Grande do Norte, dentro dos limites marcados pela Constituição do Imperio. Assim Deus me ajude.

O côro entoava o hino "Veni Sancte Spiritus". Estavam juramentados.

Perante esse Conselho, o Presidente da Província lia o seu "relatório", historiando a vida administrativa e solicitando sugestões e auxílios.

As sessões, durante dois meses, seriam de dia a dia, exceto domingos e santificados. Principiavam á nove horas da manhã e demoravam quatro horas. Não havia sessão secreta.

O Conselho possuía duas comissões. Uma para o exame das representações das Camaras Municipais e outra para inspeção e polícia da Casa.

Na parede do topo da Sala das Sessões estava colocado em lugar elevado o Augusto Retrato do Imperador, debaixo do docel. Conservava-se ordinariamente coberto com cortinas e só se exhibia nos dias solenes de abertura e encerramento do Conselho.

Em Natal a eleição para o Conselho Geral da Província teve lugar na manhã de 18 de novembro de 1828, na igreja de Santo Antônio e a apuração em 2 de fevereiro de 1829.

Os treze Conselheiros eleitos foram: — Padre Manuel Pinto de Castro, Joaquim José do Rêgo Barros, Antônio da Rocha Bezerra, Matias Barbosa de Sá (esses três não assumiram), Bartolomeu da Rocha Fagundes, Luiz de Albuquerque Maranhão (não assumiu), Manuel Joaquim Grilo, Antônio Felix de Mendonça, Joaquim José de Mélo, José Alexandre Gomes de Mélo, Padre João Teotônio de Souza e Silva, João Bernardino Nunes e Padre Francisco de Brito Guerra.

A sessão preparatória foi a 30 de novembro e a solene instalação a 1.º de Dezembro de 1829, indo até 10 de fevereiro de 1831. A "Mesa" era composta do Padre Manuel Pinto de Castro, Presidente, Joaquim José de Mélo, Vice, João Bernardino Nunes, Secretário, João Luiz Pereira, suplente.

As outras três presidências foram constituídas regularmente. De 30 de novembro de 1831 a 23 de fevereiro de 1832: — Presidente Joaquim José de Mélo, Vice, Francisco Felipe da Fonseca Pinto, Secretário João Luiz Pereira, Suplente José Lucas Raposo da Camara. De 30 de novembro de 1832 a 13 de janeiro de 1833: — reeleitos o Presidente e o Vice, Secretário João Bernardino Nunes e Suplente João Luiz Pereira. De 30 de novembro de 1833 a 31 de janeiro de 1834: — Presidente João Bernardino Nunes, Vice, João Luiz Pereira, Secretário Joaquim José Pinto e Suplente José Teodoro de Souza.

As sessões realizavam-se na Casa da Camara, mas, havendo coincidência entre seus trabalhos e as audiências judiciárias e funções da propria Camara, foi alugada uma casa particular ao capitão-mór José Alexandre Gomes de Mélo. A ultima sessão do Conselho Geral foi a 31 de janeiro de 1834, estando presentes os Conselheiros João Bernardino Nunes, José de Mélo Muniz, José Gabriel Pinheiro, (ambos padres), Manuel de Medeiros Rocha Junior, João Luiz Pereira, Padre Francisco de Brito Guerra, João Alvares do Quental, Francisco Felipe da Fonseca Pinto, Antônio Felix de Mendonça, José Teodoro de Souza, José Lucas Soares Raposo da Camara (Capitão do Estado Maior), José Alexandre Gomes de Mélo e Antônio José Seabra de Mélo.

Durante as sessões inumeros suplentes assumiram os lugares, tomando parte nas discussões. Às vezes, estavam votando quinze Conselheiros em vez dos treze da lei. O Padre José Gabriel Pinheiro, convocado para a quarta reunião, oficiou dizendo não atender para não deixar sua paróquia sem vigário. Mas, assumiu, naturalmente havendo quem o substituisse na vigararia. O Capitão José Lucas S. R. da Camara foi excluído pelas contínuas ausências.

O art. 1.º da lei de 12 de agosto de 1834, o

“ATO ADICIONAL”, suprimiu o Conselho Geral da Província, creando as Assembléias Legislativas Provinciais.

Da «*Republica*», de 17-11-1940.

A MAIS ANTIGA IGREJA DO SERIDÓ

I

Os dois pontos mais antigos de povoamento na região do Seridó são o Acari e Caicó. As Igrejas, nascidas das primitivas Capélas locais, devem ser as veteranas no bom-combate da Fé.

São todas do Século XVIII, centuria da expansão demográfica no interior do Rio Grande do Norte.

O Acari abre a marcha. Em 11 de Novembro de 1737, o Bispo de Pernambuco, dom José Fialho, despachava um requerimento do sergente-mór Manuel Esteves de Andrade, mandando passar uma provisão para se erigir Capéla. No dia seguinte, 12, dava-se a “licença ao sergente-mór Manuel Esteves de Andrade, para que possa erigir a Capéla de Nossa Senhora da Guia, no lugar xamado ACARI, do curato de Piancó.

A 14 de Abril de 1738, pouco mais de cinco mêzes depois, já a Capéla estava construida e é desta data o despacho episcopal e a provisão concedendo “licença para que possa benzer a Capéla de Nossa Senhora da Guia, estando erecta da forma da nossa constituição, e tendo os mais requisitos necessários para néla se poder exercitar os officios divinos”.

Essa Capéla, modificada através das idades, é a Igreja de N. Sra. do Rosário, na cidade do Acari.

E o Caicó? A Freguesia de Sant’Ana do Seridó foi criada a 15 de Abril de 1748, em virtude

da provisão do Bispo de Pernambuco, dom frei Luis de Santa Tereza, em 20 de Fevereiro de 1747. O mais antigo documento é o termo assinado pelo padre Francisco Alves Meia, Cura da Freguesia, designando no *lugar do Caicó* um local para fundação e ereção da Matriz de Sant'Ana, em 26 de Julho de 1748. Estava construída em Agosto de 1785, quando se verifica a doação de um sitio pelo tenente Antonio Francisco dos Santos e sua mulher, Ana Tereza de Jesus, *moradores na povoação do Caicó*, informa Nestor Lima.

Confrontando as duas datas, 1737 para o Acari, e 1748 para o Caicó, vemos que não havia Capéla construída nesses anos.

Existia, dois anos antes da Capéla de Nossa Senhora da Guia do Acari, obter licença para construção, algum outro edificio religioso na extensão inteira do Seridó?

Antes de 1737, ano em que dom José Fialho, Bispo de Pernambuco, autoriza a construção da Capéla de Nossa Senhora da Guia, *no lugar xamado Acari*, havia outra capéla já construída nas terras do Seridó?

Havia a capéla de Nossa Senhora do Ó da Serra Negra...

Da «*Republica*», de 11-10-1944.

II

A 24 de Agosto de 1735, na residencia do capitão Manoel Pereira Monteiro e de sua mulher, Tereza Tavares de Jesus, no sitio SERRA NEGRA, por ser termo da Vila de Nossa Snra. do Bom Sucesso, Ribeira do Piancó, capitania da Paraíba do Norte, compareceu o tabelião Felix Gomes Franco, lavrando uma escritura de doação de meia legua de terra, do Olho d'agua do Boqueirão, riacho do Banguê,

buscando para o Poente, até se interar a dita meia legua, «para Patrimonio da Capéla invocação de Nossa Senhora do Ó, que querem fundar nesse sitio da Serra Negra.» E doou, o rico casal, mais um touro e meia duzia de vacas. Assinou o doador e, Antonio Barbosa por dona Teresa Tavares de Jesus, “por não saber escrever.”

Pereira Monteiro solicitára do Bispo licença para construir uma Capéla de Nossa Snra. da Piedade. Depois, na petição em que requeria a autorização da benção, informou a mudança do orago:..: “não com a invocação de Nossa Senhora da Piedade que por olvido se declarou na petiçam da Licença senão com a invocaçam de Nossa Senhora do Ó, que é a da devoção do suplicante. “O Diocesano despachou a 15 de Setembro de 1735. E deu a indispensavel Provisão: —

“Dom José Fialho por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Pernambuco, e do Conselho de Sua Magestade que Deus guarde, etc.:

Pela presente concedemos Licença ao Reverendo Cura do Piancó para que possa benzer a Capéla mencionada; estando acabada e aparamentada na fórma das nossas Constituições. Dada em Olinda, sob nosso sinal e sêlo, aos desanove de Setembro de mil sete centos e trinta e cinco anos. Eu, Miguel Alves Gomes, Escrivão da Camara Ecclesiastica, assim escrevi. Bispo de Pernambuco”.

Pagou 6\$320 réis de sélos...

Um documento valioso decide a prioridade das Igrejas na região do Seridó.

“Certifico eu Padre Domingos da Silva Ramalho desta Freguesia dê Nossa Senhora do Bom-sucesso do Piancó, em como por virtude da Provisão retro do Illustrissimo Senhor Bispo de Pernambuco benzi a Capéla mencionada na petição retro por axar acabada, e paramentada de todo necessário e

por verdade passei o presente para constar hoje de Dezembro nove de mil sete centos setenta digo sefentos trinta e cinco — (a) DOMINGOS DA SILVA RAMALHO.”

E na mesma folha, a primeira anotação do Visitador Apostolico, Licenceado Manoel Machado Freire, seis anos depois.

“Vista em Visita e pode continuar na Selebração dos Sacrificios na Capéla retro Serra Negra neste três de Janeiro de mil sete centos quarenta e hum. “Machado, Visitador”,

Esse Visitador Machado publicaria, em meia-dos de 1748, os editais da criação da Freguesia de Nossa Senhora Sant’Ana do Seridó.

Da «Republica,» de 12-10-1944.

III

A 19 de Janeiro de 1764, na Fazenda Serra Negra, Ribeira das Espinharas, termo da Nova Vila do Pombal, o tabelião Antonio Gonçalves de Mélo, lavrou uma escritura de doação de terra, feita em favor de Nossa Senhora do Ó, pelo capitão Francisco Pereira Monteiro, morador na sua fazenda Arapuá, compreendida no sitio da Serra Negra, pelo rio acima até o pôço do Trapiá, extremado com o doador, na Barra do Riacho Fundo, tudo para a parte do poente, sob a condição de ser Francisco Pereira Monteiro administrador desses bens enquanto vivesse.

Parece uma dadiua de Rei, mas a doação inteira não garantia a pequenina Capéla. O dr. Antonio Pereira de Castro, na sentença que julgou o patrimonio, dada em Olinda a 4 de Novembro de 1764, só a considerou bastante, porque o doador ia entregar mais cento e vinte mil réis e anualmente

daria seis mil réis “para ornato da dita Capéla fica com esta obrigação suprida a falta de valôr, e rendimento da propriedade doada, etc.”

Em 1774, Manoel Pereira Monteiro deliberou mudar a Capéla de um para outro canto. Reuniu mais dádivas e impetrou licença á Sé de Olinda, então vacante. Os Governadores do Bispado de Pernambuco, dr. Manoel Garcia Velho do Amaral, Patricio Miguel da Nobrega e Vasconcelos e José de Araújo Gondim, conegos de Olinda, assinaram a provisão em onze de Julho de 1774, autorizando ao Reverendo Cura e Vigário da Vara da dita Freguesia (do Seridó), a “benzer a primeira pedra sendo affeçoada por official de pedreiro com as cruces necessárias e lançar-se no lugar que lhe compete segundo o ritual Romano, e depois de erecta se requererá a benção dela”.

Manoel Pereira Monteiro informava aos reverendissimos Conegos que *“êle queria erigir uma Capéla por invocação Nossa Senhora do Ó, mudando-a do lugar em que está em lugar decente, para que já havia constituido sufficiente Patrimonio”*.

Não tenho documentação para acompanhar a marcha da construção da actual Matriz da cidade de Serra Negra. O que se deduz é ter Manoel Pereira Monteiro iniciado as obras, senhor como era de fartos recursos e administrador do patrimonio da Santa.

Os anos rolaram.

Em 2 de Maio de 1858 os fazendeiros Manoel Pereira Monteiro, Francisco Alvares Monteiro, Antonio Soares de Macêdo, Antonio Alvares Mariz, Joaquim Alvares de Farias, Joaquim Alvares de Oliveira, Antonio Gomes Monteiro, Antonio Pereira Monteiro e Manoel Monteiro Mariz enviam um officio ao Vigário Encomendado de Sant’Ana do Seridó, na vila do Principe, padre Francisco Rafael Fernandes, alegando a necessidade da desmembração

de Serra Negra e criação de nova Freguesia, pela distancia de dez leguas, acrescidas, na época do inverno, pelas curvas do rios PINHÁRAS (Espinhárás), Sabugí e Cupauá (Barra Nova), lembrando ainda que a Capéla era decente, com bom patrimonio, possuindo alfaias e utensilios do culto.

O Padre Rafael concordou, em carta de 7 de Maio desse 1858.

Da Republica, de 13-10-1944.

IV

Novo officio, desta vez, ao Vigário Colado de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo, hoje cidade do Jardim do Seridó, padre Francisco Justino Pereira de Brito, Visitador Geral e Delegado do Crisma na Provincia. A carta dos serra-negrenses é de 15 de Maio obtendo deferimento minucioso a 24 do mesmo mêz, dizendo que *“aquéla Capéla já tem mais de um seculo de edificada, sendo mais antiga do que a Matriz, de que agora a pretendem desmembrar”*. O mesmo escrevera o Padre Rafael: — *“segundo dizem pessoas fidedignas, aquela Capéla na sua edificação é mais antiga do que esta Matriz”*.

Com essa documentação enviaram a petição á Assembléa Legislativa Provincial, em 28 de Junho, despachada a 9 de Julho. As comissões reunidas de Estatística e Negócios Eclesiásticos deram parecer favoravel em 11 de Julho. O relator foi o dr. Targinio Braulio de Souza Amaranto.

A 29 desse Julho, o Bispo de Pernambuco, dom João da Purificação Marques Perdigão mandava a episcopal anuencia. A 25 de Agosto o projeto, votado em três discussões, subia a sanção.

O presidente da Provincia, dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, sancionou. É a lei n. 406,

de 1.º de Setembro de 1858, criando a Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Serra Negra, vigessima quinta no Rio Grande do Norte.

Além de anterior á Matriz do Príncipe, hoje na Cidade Episcopal do Caicó, a Capela que ia ser Matriz mereceu os louvores do padre Francisco Justino Pereira de Brito, gabando o altar: — *“além disto, tem bom gosto e delicadesa em sua entalha e moldura, rivalisando nisso com os templos da Praça, achando-se pronta de colher e está recebendo a última mão do entalhador”*.

Num «inventário de paramentos, alfaias, etc.», feito pelo administrador Manoel Pereira Monteiro em 3 de Outubro de 1831, vê-se que a futura Matriz já possuía construção solida de pedra e cal, as torres e a frente do edificio estavam prontas, ainda em preto e por acabar as paredes.

Os “vultos” eram, além da Padroeira, a Senhora da Piedade, Santa Luzia, Senhor Santo Cristo. Depois de 1861, sendo administrador Antonio Soares de Macêdo, veio uma imagem da Senhora do Rosário e outra de São Sebastião, além de um sino que custou 280\$000, e uma casa de tijolo, ao pé da Igreja.

Em 5 de Agosto de 1871 o vigario é o padre Sebastião Constantino de Medeiros, nobilissima figura de sacerdote, então com 24 anos. Seria professor de Teologia em Olinda, Governador do Bispado por dom frei Vital, membro da Companhia de Jesus, ensinando no Colégio Pio Latino, em Roma, onde faleceu a 27 de Abril de 1886.

Na região do Seridó, a mais antiga Igreja é a matriz de Nossa Senhora do Ó, em Serra Negra, nascida e presente na Fé desde 1735...

O FÓGO DE 40

(Notas da História do Assú)

I

O FÓGO DE 40 é o episódio mais recordado no Município do Assú. Quem visita a Cidade ouvirá a evocação, indicados os lugares, reconstituídas as cenas, figuras e pormenores.

Os anos não arrefeceram a lembrança daquele domingo. 13 de Dezembro de 1840, cortado pelas descargas de fuzilaria, ensopado de sangue, úmido de lágrimas.

A Vila da Princesa era constantemente revirada por essa mania politica, obrigando ao envio de tropas da Capital, mantenedoras do sossego ambiental. Em Julho de 1837, fôra o alfêres Miguel Joaquim do Rêgo Monteiro com Tropa de Linha, e a 13 de Janeiro de 1839, o 2.º Comandante do Corpo de Policia, tenente José Antonio de Souza Caldas, chegava á Vila com soldados e armas, cumprindo ordens de conservar a paz, que se interrompera. Uma eleição custava dinheiro, sangue, inimizades longas e uma depressão profunda nas relações sociais.

O sertanejo brigava por três motivos supremos: — Terra, Mulher e Politica.

A história do *Fôgo de 40* é complexa.

O Partido Conservador, chamado popularmente *Nortista*, fôra derribado da administração com o movimento da Maioridade, capitaniado por Antonio Carlos, o mais eloquente e vivo dos Andradas eminentissimos. Subiu, então, o Liberal, ou *Sulista*, com o gabinete de 23 de Julho de 1840, dirigido pelo vitorioso Antonio Carlos.

Os conservadores possuíam a maquina eleito-

ral, montada e sólida. Apesar de divididos, foram às eleições provinciais de 7 de Setembro, para Juizes de Paz e Vereadores Municipais, deliberados a vencer.

Foram vencendo, e os protestos, recursos, reclamações, choveram para Natal. Governava o Rio Grande do Norte o presidente dom Manuel d'Assis e Mascarenhas e a Assembléa Legislativa funcionava.

Touros, Angicos, Campo-Grande e a Vila da Princesa deram os elementos maiores para discussão e disputa legislativa.

A Assembléa, pelas suas Comissões de Constituição e Poderes e a da Justiça, composta pelos deputados Antonio Alvares Mariz, Manuel Cassiano da Costa Pereira e João Carlos Vanderlei, dr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas, Bartolomeu da Rocha Fagundes e o dr. Basilio Quaresma Torreão Junior, também Juiz de Direito no Natal e Chefe de Policia, na fórmula da lei então vigente, foi *resolvendo os casos* como a Deus era servido e á Política permitido.

Da «Republica», de 15-12-1944.

II

Em Touros reclamou o presidente da Camara Municipal, Vicente de Paula Torres, que, na apuração, encontrára cédulas incompletas, sem assinaturas. A Assembléa decidiu que a apuração era regular, excluidas as cédulas viciadas, parecer aprovado em 10 de Outubro desse 1840.

Angicos tivera dualidade de Mezas receptoras de votos. O Juiz de Paz, Alexandre Lopes Viegas e Azevedo, queixára-se do Juiz de Orfãos interino, Francisco Antonio Teixeira que, na vespera, fôra indevidamente juramentado também Juiz de Paz, pela Camara, e recebera votos. A Assembléa, pelo

parecer aprovado a 30 de Setembro, julgou valida a eleição presidida pelo Lopes Viegas e anulou, decorrentemente, a do juiz Teixeira.

Campo Grande (Augusto Severo, atual) reclamara, numa petição longa, iniciada pelo "nortista". Luis Gonzaga de Brito Guerra, bacharel formado, futuro Barão do Assú e Ministro do Supremo Tribunal do Império. Essa reclamação foi adida a da Vila de Princesa, séde da Comarca.

Na Vila da Princesa, Assú, o Juiz de Paz, Francisco Xavier da Cunha, constituindo Mesa Paroquial, entendeu nomear os dois escrutadores e os dois secretarios, sem anuencia do Vigario, padre José Ferreira Nobre Formiga, parte legalmente indispensavel. O Vigario Formiga suggeria nomeação de dois de cada Partido e o Juiz Cunha não dera ouvidos. Retirou-se o Vigario, indignado, e com eles muitos eleitores saíram. Cunha, sozinho, *formou meza*, como quiz, convidando o padre Francisco Teodosio de Seixas Bailon, professor de Gramatica Latina, para substituir o Vigario Formiga. Bailon recusou, por não ter procuração. A mēsa ficou constituída por elementos da nomeação do Juiz Cunha, sem a participação do Vigario, indispensavel na especie.

Fez parte da mesa o dr. Luis Francisco da Silva, que não tinha a septuagessima, setenta dias de morada, não podendo, evidentemente, votar naquele termo. O Vigario Formiga foi substituido pelo Juiz Municipal interino, José Carlos de Carvalho, sem atribuições para tal fim.

O memorial, com cento e trinta tres assina-turas, narrando esses sucessos, solicitando a anula-ção das eleições de 7 de Setembro, ocorridas na Vila da Princēsa, para os lugares de Juiz de Paz e Vereadores, é datado de 30 de Setembro.

Assinava-o, em primeiro lugar, o Vigario do

Assú, padre José Ferreira Nobre Formiga, seguindo-se o Lente de Gramatica Latina, padre Francisco Teodosio de Seixas Bailon, o Juiz de Direito interino e Chefe de Policia Manuel Jeronimo Leonez de Melo, o Coronel Chefe de Legião Manuel Lins Vanderlei, o tenente-coronel reformado João da Fonseca Silva, o Juiz de Orfãos Francisco Varela Barca, o Promotor Publico José Patricio de Seixas Cazumbá Coitinho, o professor de primeiras letras José Felix do Espirito Santo, etc. etc.

Da «*Republica*,» de 16-12-1944.

IV

O memorial-protesto do Assú foi lido na sessão de 8 de Outubro de 1840 e enviado ás Comissões de Constituição e Poderes e Justiça Civil e Criminal para o respectivo parecer.

A 27 do mesmo mês, as duas Comissões traziam o Parecer, julgando as eleições das freguesias de São João Batista do Assú e Campo Grande nulas e neste sentido opinando que se officiasse ao Presidente da Provincia para as mandar renovar.

O deputado Rafael Arcanjo Galvão pediu e obteve o adiamento.

Na sessão de 30 de Outubro o parecer foi discutido e votado. Sessão memoravel para o tempo.

O padre-mestre Antonio Xavier Garcia de Almeida votou contra o parecer, porque temia as desordens que se seguiam ás eleições, a vista da exaltação em que os animos se achavam no Assú e Campo Grande “e por estar convencido que nenhuma eleição se fazia sem nulidades”.

Basilio Quaresma Torreão Junior elogiou o Parecer, nada temendo “e que muita gloria lhe cabia por fazer parte das Comissões que o haviam redigido”.

Souza e Silva abstinha-se de votar, por não crer na competencia da Assembléa para aqueles casos eleitorais.

Rafael Arcanjo Galvão disse que a renovação das eleições “podia ocasionar graves males, que se devem sempre prevenir”. Votaria contra.

Queiroz e Sá respondeu a Souza e Silva, seu colega de batina e cultura.

Votaria pelo Parecer.

Trajano Leocadio de Medeiros Murta requereu votação nominal, sendo unanimemente aprovada sua sugestão-requerimento.

Posto o Parecer a votos, foram em seu favor os deputados padre Manuel José Fernandes, Antonio Alvares Mariz, Basilio Quaresma Torreão Junior, Antonio José de Moura, Trajano Leocadio de Medeiros Murta, Antonio de Souza Ribeiro Dantas, Bartolomeu da Rocha Fagundes, padre Luis da Fonseca e Silva, padre José de Queiroz e Sá e o coronel Estevão José Barbosa de Moura. Foram “contra” os deputados padre Antonio Xavier Garcia de Almeida, Rafael Arcanjo Galvão, José da Costa Pereira, João Marques de Carvalho e Manoel Cassiano da Costa Pereira.

Por dez votos contra cinco, o Parecer foi aprovado. O padre Manuel José Fernandes, Presidente da Assembléa Legislativa Provincial, encerrou a sessão, por estar exgotada a “ordem do dia”. Uma hora da tarde. Os deputados saíram, tranquilos...

Estava decretado o “Fôgo de 40...”

Da Republica, de 20-12-1944.

V

Para a Vila da Príncêsa seguiu o tenente José Antonio de Sousa Caldas com vinte e duas praças.

No domingo, 13 de Dezembro de 1840, os elei-

lores “nortistas”, que haviam vencido o pleito de 7 de Setembro e estavam resolvidos á outra vitória, reuniram-se, com seus chefes, no adro da Matriz do Assú, Igreja de São João Batista.

Entre os chefes conservadores estavam os dois irmãos Varela Barca, Francisco, Juiz de Orfãos e signatário do protesto de 30 de Setembro, e José, figura cheia de animação e arrojo.

Do que houve, sabemos da menção feita pelo coronel Estevão José Barbosa de Moura, vice-presidente da Provincia em exercicio, na FALA de 7 de Setembro de 1841, as versões orais.

Descobri um documento precioso, o officio do Comandante do Destacamento, datado do mesmo dia do tiroteio, narrando a tragédia. É a informação official, endossada pelo Governo, que elogiou Souza Caldas. Conserva-se o original no arquivo da Secretaria Geral do Estado, pasta-46, agora divulgado pela primeira vez.

“Ilm.º Exm.º Sr. Havendo-me determinado o Juiz de Direito interino Chefe de Policia desta Vila em officio de ontem para apresentar-me ás ordens do Juiz de Paz suplente da mesma Vila com as praças sob meu comando, a fim de manter e conservar o sossego público, em execução naquella ordem parti, e dirigi-me a casa do Juiz de Paz, e quando nesta marcha vêjo na porta da Igreja Matriz o número de 60 ou 70 pessoas armadas, que apenas lobrigaram as praças, sob meu comando, em numero de 22 praças, romperam fôgo, mandando eu immediatamente carregar as armas, té aquele ponto despidas de munição, dei ordem tambem de fôgo, para rebater aquella facção, armada para
durando até três quartos d’hora pouco mais,

ou menos, ficando feridos, no Campo, ligeiramente, o 1.º Sargento Miguel Porfirio de Souza Caldas, os guardas Alexandre Joaquim Teixeira, Manuel Inácio Martins, o guarda interino Antonio de Paula Rocha Junior, que supponho morra.

A vista pois de tão desastrosos acontecimentos, fico ás ordens do Juiz de Direito interino, acampado, esperando que V. Excia. dê as providencias consentaneas em semelhante colisão, e triste estado de cousas.

Deus guarda a V. Excia. Quartel do Acampamento do Comando do Destacamento da Vila da Princesa, 13 de Dezembro de 1840.

Ilm.º Exm.º Sr. D. D. Manuel d'Assis Mascarenhas, Presidente da Provincia.

(a) — JOSÉ ANTONIO DE SOUSA CALDAS, tenente comandante do Destacamento”.

VI

O Juiz de Direito interino era Manuel Jeronimo Leonez de Mélo e o Juiz de Paz suplente em exercicio João da Fonsêca e Silva, dada a suspensão de Francisco Xavier Cunha.

Francisco Varela Barca caiu no adro, varado de balas, morrendo imediatamente. Seu irmão, José, atingido nas pernas, faleceu dias depois. Muitos eleitores ficaram feridos. Nunca se mencionou o numero exáto das vítimas, paisanos ou soldados baleados.

Quem atirou em primeiro lugar? A tradição local culpa a tropa. A tropa indica os eleitores como o elemento sgressor.

O Destacamento parára ou passava deante da residencia de Manuel Lins Caldas, outro correligioná-

rio do protesto de 30 de Setembro, situada num dos angulos, final da rua que cái perpendicular sobre o eixo da praça onde se ergue a Matriz. As descargas sucederam-se, vindo os tiros numa diagonal, deixando vestigios no Cruzeiro, que nada tinha com a briga dos homens assanhados.

Mãnuel Ferreira Nobre, escrevendo em 1877, na sua BREVE NOTICIA SOBRE A PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 46-47, conta que Sousa Caldas fôra impedido pelos "nortistas", quando procurava postar-se no lugar para onde o tinham mandado. "Nessa confusão horrivel, aparece alguns tiros, e logo depois um vivissimo fôgo de mosquearia rompeu de todos os lados da cidade. O respeitavel cidadão Francisco Varela Barca, e seu irmão José Varela, que se haviam colocado á frente desse movimento, foram as suas primeiras vitimas. O primeiro, impavido a todo perigo, morre na luta sanguinaria, e o segundo, cuidadoso em prestar socorro a seu presado irmão e aos correligionários, recebe uma das balas das que choviam, falecendo 17 dias depois deste acontecimento".

O Presidente Mascarenhas, sabendo do tiroteio, "com o aviso da aflicção que chegou á Capital antes de 48 horas", informa Ferreira Nobre, convocou o Primeiro Batalhão da Guarda Nacional, amigos seus, e galopou para a Vila da Princesa sem perder tempo, temendo uma sucessão de desgraças.

Todo Corpo de Policia, comandado pelo capitão Matias Carlos de Vasconcelos Monteiro, partiu a 20 de Dezembro desse 1840 para o Assú, permanecendo acampado até 13 de Junho do seguinte 1841.

A presença da primeira autoridade provincial, o amavel dom Manuel, tranquilizou a Vila e uma atmosfera de sossego substituiu o ambiente de apreensões e suspeitas de reincidencias vingativas.

Quem morreu, morreu. Os olhos secaram. Os políticos viveram. Outras eleições vieram, custando vidas. Os anos foram passando, cobrindo, com a terra dos tumulos, as testemunhas da tragédia.

Ficou, na memória dos assuenses, o episódio terrível. Nas tardes macias, quando o vento ardente faz acenar as palmas dos carnaubáis sussurrantes, amam os velhos do Assú evocar o dia inesquecido, e as mãos se erguem, vagarosas, apontando resuscitando, vivendo os momentos rubros do «Fôgo de 40...»

Da «Republica», de 23-12-1944

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO COMPADRIO BRASILEIRO

M. RODRIGUES DE MÉLO

(Socio efetivo)

As relações entre o patriarcado rural e o compadrio brasileiro remontam aos primeiros dias do Brasil colônia e vêm até os nossos dias. O compadre era um ente sagrado, intocavel. Representava um membro espiritual da familia, contra o qual não havia lei nem poder, por maior que fosse, que atentasse contra a sua liberdade, a sua dignidade, a sua vida. Era uma entidade a quem tudo se confiava, até mesmo os segredos de familia, discutidos e apreciados nos conselhos familiares, nos quais invariavelmente estavam representados os compadres de fé e confiança. É do século XVIII esta sentença:—

“Casa a tua filha
com o filho do teu vizinho”.

Os vizinhos eram sempre e invariavelmente compadres. Compadres na mais antiga e legitima accepção do termo. Compadres na boa e na má sorte, compadres na alegria e no sofrimento, compadres na vida e na morte. Compadres que honravam a toda altura o nome do seu compadre. E até compadres que davam a vida pela vida do seu compadre. Por esses traços se vê desde logo quanto eram fortes e sólidas as relações entre o patriarcado rural e o compadrio brasileiro. Essas relações tinham

por argamassa a honra, a lealdade, a justiça e a moral. Honra, lealdade, justiça e moral muito a seu modo, mas de qualquer maneira uteis e necessárias no seu tempo e no seu meio.

As relações de amizade entre vizinhos e compadres eram assim tão logicas, naturais e comuns que a sentença acima poderia ser substituída por esta outra: —

“Casa a tua filha
com o filho do teu compadre”.

E não é que a maioria dos casamentos antigos era feita entre vizinhos, filhos de compadres e parentes proximos? O segregamento das populações rurais, a falta de transporte dificultando as comunicações, o deserto separando as criaturas, faziam com que os candidatos ao matrimônio ancorassem no primeiro porto da sua rota. As pesquisas no campo da genealogia mostram como na sua maioria se formaram os municipios brasileiros, pelo entrelaçamento contínuo das familias, nunca passando de duas, três ou quatro em cada comuna. No Seridó, região sertaneja do Sul do Estado do Rio Grande do Norte, é assim. Três ou quatro familias enchem os anais da história daquela zona, vivendo presentes em todos os acontecimentos da vida publica e particular da região. Na agricultura, na pastoricia, nas festas civicas e religiosas, na politica, na administração, em todos os movimentos de carater social, politico, religioso, estão representadas as familias troncos da região. Era o espirito de familia que predominava, dando sentido, ordem, direção a todos os movimentos que giravam em torno da comunidade. Nesse espirito de familia não andava ausente o espirito de compadre, tão estreitamente ligado ao chefe do clã, compadre e padrinho de toda a comuni-

dade em derredor. O Capitão Manuel Pereira Farto, que morreu com 106 anos, no Bamburral, Município de Macau, Rio Grande do Norte, apresentando dentadura perfeita, alva e limpa que só marfim, deixou mais de mil afilhados, no Baixo-Açu, estimando-se os seus compadres em mais de dois mil. Afilhados só *de batismo*, diga-se de passagem, porque *de fogueira*, ninguém sabia a conta, nem esses entravam nas notas de família. Verifica-se, por esse fato, que as relações de parentesco espiritual e solidariedade parental entre o patriarcado rural e o compadrio brasileiro eram muito maiores do que comumente se pensa. O individualismo do patriarca, o egoísmo do coronel, se apresentavam, às vezes, no domínio econômico, aspectos odiosos, eram compensados, por outro lado, por um espírito de alta compreensão social digno da maior atenção. É fato indiscutível na história social do Brasil essa compreensão. Senão vejamos. Os Yôyôs e as Yâyás do Império servindo de padrinhos e madrinhas de filhos de negros, mulatos e cabras dos engenhos. Os coronéis e patriarcas servindo de padrinhos de filhos de negros, cabras e mulatos dos seus sítios e fazendas. Os senhores moços e as sinhás moças levando á pia batismal os muleques dos seus moradores e moradoras, quando não eram casais de namorados, convidados pela alcovitice de agregados e moradores para servirem de padrinhos do filho ou da filha, numa antecipação casamenteira muito comum em nossos sertões. Os compromissos de solidariedade espiritual que os padrinhos-namorados assumiam depois do batisado, perante Deus, em primeiro lugar, perante a criança e os seus pais, e depois perante a sociedade sertaneja, faziam crêr, ao menos aparentemente, que dali ao matrimônio era apenas um passo. Ai, porém, daqueles, em cujos corações não brilhava a chama do amor sem jaça, porque ao mais leve sopro de tempestade, estaria

desfeito todo um castelo de esperanças e conjecturas formuladas.

A casa do compadre pobre era um prolongamento da casa do compadre rico. Não se matava boi ou vaca, não se abatia meunça, não se comia novidade, na casa do compadre rico, que não fosse um pedaço para a casa do compadre pobre. Ai está um aspecto das relações do patriarcado rural com o compadrío brasileiro que põe por terra a tese da falta de solidariedade do homem comum. A esse hábito, disseminado e praticado através dos nossos sertões, dava-se, antigamente, o nome de *vizinhar*. Vizinhar queria dizer *servir* de modo recíproco, sem intenção de *permuta*. Permuta pressupõe interesse, ao passo que no vizinhar sertanejo não há interesse, mas intenção de *servir*, ser útil, agradável. Agradável ao vizinho, ao compadre ou à comadre, numa palavra, ser bom.

Esses aspectos das relações do patriarcado rural e do compadrío brasileiro assumem maior importância quando vistos de modo global, numa visão de conjunto, e não isoladamente.

Nas festas de casamentos e batisados, por exemplo, feitas comumente com certo ruído e aparato, convidava-se a “deus e o mundo”, e de modo especial a parentes, amigos, compadres e vizinhos, no intuito de dar o maior brilho ao acontecimento. Cantadores afamados, tocadores de fole e de rabéca, modinheiros inveterados eram postos no mesmo pé de igualdade com moças e rapazes das melhores famílias que vinham dançar, comer, beber e cantar, quando não vinham recitar à Dalila, brandida ao som gemedor dos violões.

Ali surgiam os namoros, prenúncios de futuros casamentos e batisados... Namoros de filhos de compadres com filhas de compadres. Namoros de filhos de vizinhos com filhas de vizinhos. Namoros de filhos de parentes com filhas de parentes. Nes-

ses ambientes não raro surgiam namoros com estranhos: com filhos de fazendeiros; com vaqueiros e boiadeiros; com canoeiros e carreiros; com caixeiros viajantes e mascates; e outros mais. O romance do sertanejo Zé Garcia, boiadeiro do Rio Grande do Norte que foi ao Piauí e regressou trazendo a futura esposa na garupa do cavalo, é típico. O casamento de uma prima legítima de meu Pai, residente em Macau, com um caixeiro viajante de Pernambuco, nos fins do século passado, confirma o nosso depoimento.

O que sobretudo admirava naquelas “fonções” era o bom humor, o respeito, a compreensão que todos tinham do ato que estavam representando naquele meio e naquele ambiente.

E assim viviam unidos e felizes, durante os três primeiros séculos da colonização, aqueles patriarcas, vizinhos e compadres que souberam elevar tão nobremente o nome do Brasil e das suas instituições.

«Rio Grande do Norte:

sua missão e seu escudo»

Alocução proferida pelo general de Brigada Fernando do Nascimento Fernandes Távora, Sub-comandante da 7.^a D. I. e Comandante da Guarnição de Natal, ao ser S. Excia. proclamado sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na sessão comemorativa do 49.^o aniversário da sobredita instituição (29-III-51).

(Vide ATAS, adiante)

Exmo. Sr. Governador do Estado,
Sr. Presidente do Instituto,
Ilustre Assistencia!

EXORDIO

Antes de abordar a tese a que nos propusemos — «Rio Grande do Norte: sua missão e seu escudo», — pedimos desculpas ao auditório pela entonação e quiçá pelo descompasso da voz: pois convalhecemos de gripe e provisoriamente só ouvimos bem dum lado.

Seja-nos permitido, também, à guisa de in-troito, explicar os seguintes pontos, ligados ao tema em foco:

a) o Orador: — É vizinho da Terra e parente da Gênte, potiguares. Um Fernandes do ramo cearense — aquele que Minerva afagou, — por saber

que Mercúrio havia perfilhado os galhos de cá, que hoje graças a Deus, formam ruas de Capitalistas...

b) a Oração: — Soldado não faz discurso, senão arenga (em seu quartel) ou alocução (em público), que é uma arenga em traje de passeio. Seja como fôr, o Chefe Militar, tendo de falar a homens de pé e ao tempo, é levado a pensar mais e falar menos do que o comum dos conferencistas.

c) o Assunto: — Em "Um Mundo só", Wendel Wilkie definiu, no âmbito político, a universalidade dos problemas gerais do homem hodierno. E o Comandante Lepotier, da Armada Francesa, em "A Estratégia Insular" ("Revue de la Defense Nationale", VII, 49) demonstra que, em escala mundial, todas as questões teem aspeto insular. Então, o Mundo, além de ser uno, não passa, também, dum arquipélago... Daí a exposição da Carta do Hemisfério Ocidental, nesta apreciação do passado e do porvir do Estado do Rio Grande do Norte, na União Brasileira e na comunhão das Américas (ob. Foi em seguida explicado o simbolismo do atual Escudo do Estado, também exposto numa reprodução e ampliação artísticas).

d) o Sertão e a Sêca: — Do Parnaíba, no Piauí, ao S. Francisco, na Bahia — há uma zona interior, dêse uma distância variável do mar (30 a 60 km), — em que não chove durante o II semestre do ano, também chamado "verão". Em tal zona normalmente chove durante o I semestre, que por isto se chama "inverno". Diz-se que há seca no Nordeste, quando deixa de haver "inverno", isto é, ou não chove, após os 6 meses do "verão", ou as precipitações são tão parcas e espaçadas que nem as plantações nem as pastagens medram. Porque, então, fatalmente, terá o sertanejo de aguentar-se com mais 12 meses de estiada, além dos 6 de costume. Sem

falar nas calamidades seculares, as grandes secas, como as de fins dos séculos XVIII e XIX; isto é, três anos sem chuva, após o “verão” da rotina... (Ob. Isto dá uma idéia da “parede” contra a qual era perseguido e impressado, nos pródomos de 1640, o Mestre de Campo Luis Barbalho Bezerra).

e) o Auditório: — A compreensão e emoção dum tema, acham-se condicionadas a um mínimo de cultura da assistência; pois seria temeridade, senão tolice, atirar as considerações que vamos fazer, se os nossos ouvintes confundissem Potí com Perí (do romance de Alencar) ou pensassem ter sido o Mestre de Campo Luis Barbalho Bezerra, algum pirata antigo ou paraquedista moderno, descido em Touros; e não o chefe de escol, desembarcado dum troço ou destroço da infausta e inglória Armada do Conde da Torre, quatro vezes batida pelos Flamengos, de Itamaracá, em Pernambuco, a Cunhaú, no Rio Grande do Norte...

I

Quizeram os nobres Pares da Casa de Vicente Lemos, nesta comemoração de seu quase jubileu de fundação, incluir-nos em seu grêmio, na qualidade de Sócio Honorário.

A honra da investidura nós a não aspirávamos, nem esperávamos; porem, a responsabilidade de tê-la, cabe inteiramente à longanimidade de sua Assembléia Geral, pela proposição e aprovação, de 17 do fluente, consumadas à nossa revelia.

II

Pela idade — maior de meio século e pela profissão — de soldado da Republica, vai para sete lustros, julgamo-nos emancipados do cativoiro sentimental à terra, em que nascemos, e da servidão às

grandes amizades alhures cimentadas em tão longa sobrevivência e tão larga perigração.. Se tais premissas não chegam para acreditar um vogal neste Jurí eminente, quiçá sejam bastantes para forrá-lo, como jurado, às suspeições humanas.

III

Na parte sul do Hemisfério Ocidental — é o promontorio continental do Rio Grande do Norte, — a região do Novo Mundo mais próximo do Antigo; formando o lado de cá do já famoso “Estreito de Dakar”. Dai terem sido as praias potiguares as primeiras, em costas brasileiras, a serem vistas e visitadas, por argonautas do ciclo dos Descobrimentos.

E ainda hoje — no périplo aéreo, mas em sentido inverso, — é Parnamirim o passadiço da Vigilância e Defesa das Américas, abaixo do Equador; contra a cupidez ou barbárie das porções da Eurásia, sujeitas à Soviécia, para além da famigerada “cortina de ferro”.

IV

Na história de nossa expansão colonial — foi o Rio Grande do Norte, por seu determinismo geográfico, — o gonzo, senão a fechadura, entre os Estados do Brasil e do Maranhão, que pelos séculos XVII e XVIII integravam a imensidade deste País, com subordinação distinta e direta, de cada parte, à metrópole portuguesa.

Tambem na “civilização do couro”, em que o sertão foi conhecido e apossado — coube a esta Capitania um primado de alta valia e longa duração, — quer pela abundância dos rebanhos, quer por sua primeira industrialização, nas “Oficinas de Salga”, dos centros salineiros de Macáu e Mossoró. Estamos em que a grande sêca de 1791 a 1793 — a primei-

ra de que há registro em nosso interior, — e de cuja iteração e regressão seculares nos aproximâmos, mas de que Deus nos livre, — reduziu à semente aquela fortuna semovente; já então, nos campos gerais e pampas do outro Rio Grande, o do Sul, florescente e avantajada definiivamente.

Sem embargo, currais nortistas e rodeio sulistas foram propugnáculos sucessivos e expressivos, da nossa força de expansão e sobrevivência, como Nação.

Honra ao vaqueiro das caatingas e ao guasca das cochilhas, porque ambos bem mereceram do Brasil, cuja grandeza física, se não engendraram, sustentaram durante séculos de rude labuta.

V

Pedimos vênia à Casa e à Assistência, illustres, para fazer reparos à heraldica do Escudo Norte-Riograndense, tão familiar, em seu simbolismo, aos circunstantes. Nada se pode alegar quanto ao coqueiro e à carnaubeira que, à esquerda e à direita, respectivamente, o enquadram; porque se tais palmeiras não são exclusividade da flora potiguar, teem nesta gleba um "habitat" diteto, senão predileto.

Outro tanto já não acontece com a maioria dos motivos exteriores e interiores à lira, que, entre aquelas palmas, forma o fundo do quadro. Com efeito, seria melhor que — em lugar daquela jangada, tão querida dos nortistas quão indistintamente nordestina, — figurasse o promontório em que assenta esta Cidade, com o "Forte dos Reis Magos", primeira fundação lusa em terras norte-riograndenses e cenário do primeiro tratado de paz e amizade entre portugueses e potiguares que a fé dum Albuquerque, o valor dum Potí e a fidelidade dum Jaguarí tornaram três vezes sagrado.

Embora mais prosaica — uma cabeça de boi

franqueiro substituiria, no tópe do desenho, com mais propriedade, — a estrela de Judá, que tanto pode evocar a nossa fé cristianíssima, como a crudelíssima, má fé do judeu Rabi, de execranda memoria.

As canas que, por baixo, enlaçam o emblema — podiam ser trocadas com vantagem, — por uma salina ou piramide de sal, à direita (lado do mar) e por um ramo ou capulhos e flores de algodoeiro, à esquerda (lado do sertão); ambos produtos autoctones, senão hegemônicos, destas glébas.

Enfim, na faixa retangular superior, da lira — vinha a calhar, no sentido longitudinal, — o curso inferior do Rio Potengí, espécie de Jordão dos portiguares; e, cruzando-a em diagonal, da direita para a esquerda e de cima para baixo — o itinerário épico do Mestre de Campo Luis Barbalho Bezerra, — de Touros a Cunhaú: figurando próximo da interseção do caminho com o curso d'agua, a paliçada de Uruassú.

O feito e os efeitos desta marcha legendária — dão para enfeitar os brazões das cinco Capitánias que ela cobriu, — em sua execução magnífica.

Pormenores interessantes dêste episódio podem ser lidos, em páginas tocantes:

a) da "Sinopse Histórica da província do Rio Grande do Norte", do sócio fundador dêste Instituto, o Exmo. Sr. Ministro dr. Augusto Tavares de Lira;

b) de "Os Holandeses no Rio Grande", por Mons. Paulo Herôncio de Melo, virtuoso Cura de Currais Novos e membro efetivo e ativo dêste sodalício;

c) de "Os Holandeses no Rio Grande do Nor-

te”, pelo Professor dr. Luis da Câmara Cascudo, figura proeminente desta Casa, onde usa borla e capelo.

Senhores: a retirada de Barbalho, com seus mil quinhentos salvados do mar — naquele fim de sêca ou começo de inverno de 1640, esgueirando-se de Touros a Salvador, sem temor nem detença pelos 2.400 quilômetros de caminhos por êles abertos ou descobertos, entre as espadas vigilantes e vingativas dos holandeses e a parede do sertão inclemente e ínvio, — foi como o relâmpago e trovão, longinquos, que anunciassen aos descobridores e filhos desta Pátria, aqueles invernos de glórias que nos haviam de chegar e sorrir, por sôbre os Montes Guararapes, em 19 de abril de 1648 e a 19 de fevereiro de 1649!

Do «Diario do Natal», edição de 8 abril 1951.

Cypriano José Barata de Almeida

(E S B O Ç O)

JOÃO CARLOS D'ALBUQUERQUE GONDIM
(Socio correspondente)

Eis o nome do patriota excelso dentre os vultos mais abnegados que tanto se esforçaram pela Independencia do Brasil, — dos fins do seculo XVIII ao seculo XIX.

A 26 de setembro de 1762, nascia na Baía de S. Salvador esta personalidade illustre, que se fêz admirado dos seus contemporaneos, desde os 18 anos de idade, quando apresentava a melhor cultura colhida no Convento de São Francisco da Baía, de onde tambem saíra José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cayrú. A seguir, Barata de Almeida perlustrou as archibancadas da velha Universidade de Coimbra, onde ingressou em 1786, fazendo passar estudantes e lentes. Como era de esperar, Barata formou-se facilmente em filosofia e lêtras e, depois, em medicina e cirurgia. Encontrou naquele Instituto de ensino superior alguns compatriotas chefiados por José Bonifacio de Andrada e Silva, grupo do qual não quis se aproximar, por serem êles considerados componentes de uma grei de futuros áulicos, entretanto, pertencia á falange de brasileiros, radicalmente nacionalistas, como Moraes e Silva e Diogo Feijó. Desde então, por suas ideias avançadas e partidario da obra dos encyclopedistas francezes do seculo XVIII, começou ele a sentir certa

oposição movida pelos partidários de José Bonifácio.

Depois de formado, cresceu essa oposição, que se refletiu na Baía, em alguns círculos políticos da ex-capital do Brasil. Mas, intransigente nos seus ideais políticos, jamais recuou mesmo com a denuncia, que dêle fizeram, de ser «ímpio e blasfemo». A Barata nunca intimidaram as ameaças e perseguições feitas pelos realistas, seus inimigos; assim, foi o intemerato fatôr da Inconfidência Baiana de 1798, chefiada por Silva Lisboa, promovendo o incendio da Praça do Comercio, daquela cidade, depois das ameaças do Conde dos Arcos.

Revolucionario audaz, entrou em vários ou principais movimentos em pról da Independencia do Brasil. Solidário com a Revolução Pernambucana de 1817, jamais se afastou dos próceres daquela Revolução, como Antonio Carlos e Muniz Tavares; com o primeiro destes solidarizou-se para o movimento da Bolsa, no Rio de Janeiro, em Abril de 1821.

Foi eleito deputado ás Cortes de Lisboa, nesse mesmo ano, e á Assembléia Constituinte, que teria de reformar a Constituição Portuguesa de 1820, onde foi notabilissima a sua atuação e coragem civica.

Assim, os seus projetos relativos ao aproveitamento dos produtos nativos do Brasil, para diversas industrias e sobre medidas especiais para difusão do ensino primario e secundário. Apartiado pelos deputados portugueses, sobre êsses projetos, appareceu na Assembleia com a indumentária toda de coisas fabricadas nos meios brasileiros: assim, as botinas de couro tinto, a calça branca de algodão lizo, tecido no Brasil, idem, casaca de algodão tinto com o tual-namquim da Baía; colête fantasia de tapuarâna; gravata, cartola de couro tinto do mesmo tual, etc., — isso para provar que o Brasil, já então, podia viver independente da Europa.

* * *

Eloquente, arrojado nos seus discursos, não

temia apartes e respondia a quantos, de momento, lhe fossem dados. Certa vês, a proposito do projecto do deputado Muniz Tavares, para a criação de duas Universidades no Brasil — Olinda e S. Paulo, — tendo um deputado português declarado que antes pedissem para o Brasil a criação de aulas primarias, Barata respondeu imediatamente:

— “Mais de aulas primarias necessita Portugal continental, porque os portugueses que vão para o Brasil aprendem a lêr com as brasileiras, com quem se casam”!

Dessa resposta estabeleceu-se o tumulto na agitada Assembléia, quando o deputado Antonio Carlos proferiu estas palavras:

— “Silencio! Quando um brasileiro fala, calasse a canalha européa”.

Disso resultou que Barata e seu illustre companheiro Antonio Carlos tomassem, no mesmo dia, um navio de carvão para a Inglaterra, deixando, porém, preparados os animos dos deputados brasileiros mais patriotas, afim de não assinarem aquella Constituição, pela qual se recolonisaria o Brasil.

Da Inglaterra, passaram-se os dois notaveis tribunos para Pernambuco. Ali desenvolveram grande acção maçonica, a prol da Independencia; posteriormente, Barata chega á Baía. Aí, os animos, cada vês mais exaltados contra o illustre patriota, não o pouparam. Teve êle de recolher-se a uma fazenda de sua propriedade, — para viver longe da politica; ali não demorou, porém.

Fez-se a Independencia com o Imperio; não concordou Barata, que, logo, passou-se para o Rio de Janeiro. Com êle, afim de não hostilisar a Monarquia, dado aquêlê pacto, Barata de Almeida, solidario sempre com Muniz Tavares, teve entendimento «para que o Norte concordasse com o estabelecimento provisório da Monarquia e, restabelecendo-se

depois a Republica, conforme a revolução de 1817, em Pernambuco.»

Barata passou-se para o Rio de Janeiro, onde não cessou na sua campanha nacionalista e nativista. De grau elevado na Maçonaria, quando o veneravel era chamado Presidente, teve de corrigir os desmandos romanticos de D. Pedro I, mandando chama-lo para, debaixo das abobadas do templo, responder por certos atos. D. Pedro, então, teve de obedecer ao Grão-Mestre, porém, uma semana depois, mandou fechar a Maçonaria e prender Barata de Almeida.

Iniciou-se aí o ciclo de prisões do grande Patriota. Essas prisões chegaram a ter interpoladamente um total de 9 anos, em varias fortalezas.

As primeiras foram as fortalezas de Santa Cruz e de São João e, depois, a das Cobras, todas no Rio de Janeiro.

Urbano Gondim, então aluno da Academia de Marinha, por ordem da Maçonaria, visitava aquele insigne patriota nessas fortalezas, levando-lhe o necessario para escrever o jornal "A Sentinela da Liberdade". Esse jovem pernambucano, a serviço da Maçonaria, tinha de viajar disfarçado em catraieiro, carvoeiro etc, e poder chegar facilmente áquelas fortalezas.

Certa vês, D. Pedro I foi á fortaleza de Santa Cruz vêr o Barata. Entrando, perguntou: "Então como vae a maçonaria"?

— A resposta foi: — "Majestade, a Maçonaria está lá e eu aqui visitado pelo Imperador"; e D. Pedro I deu sinal de saída disendo: — "Pois vá se encomendando á Maçonaria"; a seguir, Barata é transferido para Fortaleza de S. João. D. Pedro I faz outra visita a Barata de Almeida; ali chegando, em vês de encontrar o grande patriota, encontrou sobre o catre, onde ele dormia, uma folha de papel

atravessada por uma espada, com estes dizeres: — “Tiramcs-te hoje a tua nobre vítima, mas, amanhã tirar-te-emos a coroa e a vida”! Estas palavras, *mutatis mutandis*, tinham sido proferidas por Barata de Almeida, na Maçonaria, daquela vês em que o Imperador foi chamado pelo presidente da veneravel instituição; a frase terminou assim: — “Se continúa querendo corromper a familia brasileira, tirar-lhe-ei a corôa, ou a vida”.

E foi depois disso que Pedro I mandou fechar a Maçonaria e prender Barata de Almeida. Por ultimo, foi transferido da prisão para Fortaleza do Brum, em Pernambuco. Facilmente evadiu-se dali e seguiu para o Rio, incognitamente, para guiar os chefes nacionaes autores do movimento que terminou com o 7 de abril de 1831. Estava terminada a campanha civica e restituída a liberdade ao grande vulto pátrio.

De sua ultima passagem por Pernambuco, em 1823, êle publicou o seu “Manifesto aos baianos”, peça monumental, que eu tive a honra de dar ao nosso Instituto Historico, por intermedio do seu illustre presidente, Dr. Nestor Lima.

Após a abdicação de D. Pedro I e estabelecida uma politica eminentemente nacional, orientada pelas Regencias até á Maioridade, Barata de Almeida foi um lider acatado. Dahí, a criação do Ateneu Norte Riograndense, em 1834, mais por influencia de Barata de Almeida do que do Padre Guerra. Barata de Almeida, em nossa terra, logo que chegou, como lente de francês do referido Ateneu, — trasendo para aqui, por sua influencia, Urbano Gondim como lente de Geometria, — fundou um colegio primario e secundario e mais aulas noturnas, que foram frequentadas pelo Professor Manuel Laurentino Freire de Alustau Navarro e seu irmão Padre Basilio Freire de Alustau Navarro.

Ao mesmo Manuel Laurentino, meu ilustre avô, como ao meu avô paterno Urbano Gondim, devo eu tantas informações *in-loco*, constantes deste pequeno artigo.

Faleceu o inolvidavel Barata de Almeida em 1839, nesta cidade, à rua que hoje tem o seu nome, na ultima casa, fasendo esquina com a Praça Augusto Severo. Foram suas ultimas palavras: "Está tudo acabado! Viva a Patria!"

O nome foi dado á rua por iniciativa de D. Izabel Gondim, ilustre escritora conterranea.

Natal, fevereiro de 1952.

O Vale das Miragens

Miragem foi aí a irrigação, e miragens
verdadeiras circundam os horizontes,
agora que a terra escalda

Texto de ARMANDO CUNHA

No Vale do Açú, em pleno e seco nordeste, avança uma enxurrada! Sete milhões de metros cúbicos d'água despejam-se num só dia. De cidade em cidade o telégrafo transmite a notícia — e a notícia atrai para as “vazantes” todos os individuos válidos. São os vazanteiros na sua angustiada batalha contra o tempo. A ordem é arrancar, arrancar quanto e quanto possível. E as batatas e as tenras vagens de feijão vão enchendo as sacas. Crianças e mulheres participam da tarefa, noite a dentro. E enquanto as águas não apontam, as lavouras vão sendo saqueadas pelos próprios donos. Logo, porém, surge o “rio”. Salve-se, então, quem puder! Os grupos desgarrados debandam às carreiras. Mais alguns momentos e as águas chegam estrepitosamente, prosseguem a grande pilhagem.

Esta história tão dramática quanto irônica começa na Serra do Bongá, numa crestada e agressiva região paraibana onde nasce um rio. Não vem de um manancial nem de algum humilde ôlho d'água: forma-se da chuva recolhida pelas encostas afuniladas e orienta-se para a caatinga, em caudal que desliza — e se dana — para o mar. Chama-se, êle, na Paraíba, o rio das Piranhas; e no R. G. do Norte, o

Açu. São ao todo 120 léguas de curso, e de muita água (quando há inverno, isto é chuvas). No verão, porém, é apenas uma imensa serpente de areia branca. Este rio temporário, desses que no Brasil só os sertões do Norte conhecem, possui no entanto uma importância de vida e morte para as zonas adjacentes. Eis como e porque:

A meia distancia do curso, entre o Bongá e o Atlântico, o Departamento Nacional de Obras contra a Seca ergueu a colossal barragem de Curema. Ia dêsse modo realizar-se o plano-sonho de perenizar um rio temporário e gerar uma farta riqueza agrícola na terra negra e fertilíssima do Vale. Mas os males congênitos do DNOCS, um departamento sem autonomia, preso a longas deliberações parlamentares, puderam mais que o sonho. No imenso açude de Curema, há hoje duas bocas trágicas. Uma delas está vedada, pois nunca lhe foi instalado o mecanismo das comportas e um dia ruiu fragorosamente, obturando o tubo de descarga da água (com 210 cm. de diâmetro). A outra, porém, está escancarada e por ela se escapa (quando chove na região) um violentissimo jôrro da altura de um homem.

Com dois metros d'água acima do nível do grande reservatório de 720 milhões de metros cúbicos, o açude de Curema ainda êste ano andou lançando no Atlântico, a quase cem léguas de distância, 4.800 metros cúbicos d'água por minuto, através da comporta immobilizada. Assim, todo o volume de um açude médio era nababescamente desperdiçado, em cada dia que passava.

O caso é que a montagem das duas comportas nunca veio a ser concluída. Os geradores de 5.000 cavalos vapor continuam reduzidos a plano e perdidos em alguma linha de montagem de fábrica suíça. A aparelhagem de controle das comportas, em iguais paragens. Ora, com uma comporta obstruída e outra

escancarada, o açude não pode reter as reservas para o verão. Quando chegam as chuvas do inverno e o nível sobe, o excesso — que seria justamente a quota de irrigação — espirra pela bôca de 2 metros e 10 centímetros de diâmetro, vai engrossando pelo caminho e alaga o Vale do Açú.

No vale submerso as esguias carnaubeiras — pois esta é a região de onde sai a preciosa cêra de carnaúba — parecem boiar como palmeiras Ceci. Sob a enchente, o solo vai retendo os aluviões ligeiramente fertilizados, mas vai sobretudo perdendo a íntima riqueza que as terras arrastam ao serem arrastadas.

Dias depois, baixam as águas e os camponeses começam a lançar as sementes do algodão mocó ou verdão, o primeiro de longas fibras e de fácil riqueza. À medida que os meses passam e o rio vai-se adelgaçando (até sumir em novembro), os homens vão estendendo pelo leito úmido e branco as suas plantações. Batata, feijão, jerimum. Os meiões suculentos e as doces melancias nascem sem cultivo, ao Deus dará, cobrindo as várzeas. O longo curso do rio transforma-se, desse modo, num vasto armazem, onde os cem mil habitantes das margens deixam amadurecer, sobre a terra fôfa, todos os recursos que lhes poderiam valer a partir de setembro.

Desde que foi erguida a barragem de Curema, e isto faz muitos anos, êsse armazem natural vem sendo pilhado implacavelmente pelas águas escapadas ao açude, quando o inverno local ainda nem sonha em chegar. É que tôda precipitação pluvial de além-barragem para ela converge pelo sistema de serras e se lança num jôrro de poucos dias pela comporta enguiçada. E tôdas as colheitas que amadureciam sôbre a areia branca são carregadas para o mar, deixando sem amanhã os cem mil habitantes das margens. E entre a notícia e a chegada das

águas, aquela angustiosa luta dos vazanteiros por salvarem alguma coisa de suas lavouras.

Diante dos prejuizos e do drama, alguns agricultores do vale foram a Curema vêr com os próprios olhos que as águas dali jorravam, não por mão criminosa, mas, por falta de uma comporta manobrável. Os técnicos do DNOCS apontaram-lhes as bocas fatídicas e os vazanteiros regressaram cabisbaixos. E desde então sofrem a catadupa de Curema, uma vez por ano. Afinal, é água, dizem êles.

Mas a história não termina aí. O vale, que poderia ser de um verde perene, tem o seu destino preso àquela escancarada bôca de cimento; se a segunda comporta tombar, vedará o açude — e as águas avolumadas farão ruir a poderosa barragem, causando uma inundação que fará época no Nordeste. Será um bilhão de metros cúbicos entornado no vale. Um dilúvio na terra das secas! Mas, pelo menos, depois dêle, as vazantes poderão ser cultivadas em sossego.

O outro drama da região está na mentalidade do varzeano, que despreza as imensas possibilidades agrícolas da terra e concentra-se exclusivamente na extração do pó da carnaubeira (com que se fabrica a puríssima cêra usada em vélas, aparelhos de radar, discos de vitrola, etc.) O vale está entrecortado de um sem número de pequenas propriedades e estas se acham cobertas de carnaubeiras, à sombra das quais o homem nasce, vive e morre, sempre a lutar pelos “dois-palmos-de-frente”, que lhe querem tirar ou a gastar os últimos centavos pelos dois palmos, de que se julga espoliado. Isto porque, segundo a *data* das sesmarias, o palmo-de-frente que parte do limite natural (o álveo do rio) enfia por três leguas terra adentro. Destas, uma légua, pelo menos, é cercada e inteirinha de carnaubal. As restantes são *mato*, estirões de caatinga fóra do vale, que se podem comprar por quase nada.

Mas em tôda a parte e em qualquer época do ano, há um lençol d'água subterrâneo a apenas três metros de profundidade! O vazanteiro que empregasse uma simples bomba de três polegadas irrigaria dez hectares, colheria e semearia em qualquer época do ano, gozando de uma prosperidade menos oscilante que a da cêra de carnaúba, um produto facilmente sujeito a especulações bolsistas.

Ainda neste mesmo ano, (1951) com uma sêca de efeitos comparáveis aos da famosa estiagem de 32, o rio "não correu". Ao longo do vale do Açú, a brancura do leito sêco contrasta com os ramos enegrecidos da vegetação. De verde, só a copa das tentadoras carnaubeiras e uns vagos sítios de fundo de quintal. As carnaubeiras, de raízes profundas, vão sugar água a três metros de profundidade, mas os vastos e esfarrapados algodoais não se podem des-sedentar. Onde se vêem as pás de um catavento aí se vê também alguma verdura, sempre proporcional ao diâmetro do bomba.

Temos areia na bôca. O vento ergue turbilhões de poeira branca. Mas os moinhos d'água trabalham freneticamente. A água que escorre de um simples tanque forma um córrego minúsculo em cujas margens verdejam plantas no meio da secura do vale. Que outra lição esperam os vazanteiros para darem às bombas e ganhar dinheiro?

A resposta é que não se pode convencer um vazanteiro de que bomba pode trabalhar produtivamente com motor a gasolina. O vazanteiro tem horror a empregar dinheiro em combustível — "uma coisa que se queima e se dana". E, no entanto, uma bomba de 3 polegadas poderia manter culturas vivas em 10 hectares de terra. Mas o pavor de "queimar dinheiro" é mais forte do que esta verde miragem de dez hectares florescentes.

Fértil é a terra no Vale do Açú, pois em 1950

produziu, antes da enxurrada crônica. 5.000 toneladas num único município de 12 léguas. Sáfaros são, porém, os homens, tanto quando se erguem barragens incompletas, como quando se apegam a processos anacrônicos. E agora, em tôdas as 120 léguas do curso, há apenas o deserto negro do vale, ladeado pela caatinga — outro inferno pior.

(Estraído, «data venia», da Revista "O Globo", de Porto Alegre (R. S.) edição de 8 de dezembro de 1951.)

Aspectos Geopolíticos do Rio Grande do Norte

RAUL DE VALENÇA CAMARA
(Socio correspondente)

A importância da Geografia Política é incontestável e em todos os tempos o seu estudo mereceu especial atenção por parte não só dos Homens de Estado, responsáveis pela orientação política, como pelos chefes militares, responsáveis pela direção da guerra.

É a Geografia Política o traço de união entre a Geografia e a Geopolítica.

Coube a Ratzel estabelecer um novo sentido para a Geografia Política, emprestando-lhe fóros de uma nova Ciência Política, a qual foi batizada por Kjellén com a denominação de Geopolítica.

Frederico Ratzel, professor da Universidade de Leipzig, estabeleceu as bases da Geopolítica, no livro de sua autoria "Politische Geographie", publicado em 1897.

Estas bases, para a determinação do valor geográfico e do destino dos diversos Estados, eram o espaço e a posição.

Rudolf Kjellén, suéco, impressionado pelas teorias de Ratzel sobre a natureza orgânica dos Estados, em 1920, publicou o seu livro "Grundriss Zu einem System der Politik", no qual considerava os

Estados, como verdadeiros seres vivos em luta pelo espaço. Pela primeira vez, surge com o título de Geopolítica um dos cinco ramos em que dividiu a Ciência Política.

Kjellén considera como um imperativo político a expansão do território de um Estado vitalmente forte.

Esta expansão tanto poderia ocorrer pela conquista e anexação de Estados menores, ou mais, fracos, como por meio de alianças políticas, ou pela colonização.

Kjellén considera esta expansão como uma tendência natural, um processo de autoconservação do Estado mais forte.

Maull admite, como uma das formas desta expansão, a intervenção econômica.

Mackinder, esposando as teorias de Ratzel, analisa o problema da política do mundo, condicionada pelo espaço e pela posição, no seu livro — “The Geographical Pivot of History”.

A tese de Mackinder sobre a região «pivot» do mundo, que êle chama de «Heartlande», isto é, coração do mundo, pode ser expressa em três itens:—

1º — Quem governar a Europa oriental comandará a Heartland.

2º — Quem governar a Heartland comandará a Ilha Mundial, considerando como tal a Eurásia e a África.

3º — Quem governar a Ilha Mundial dominará o mundo.

A tese de Mackinder, pela divulgação que tiveram seus trabalhos, ainda hoje é levada em grande consideração pelos geopolíticos alemães e soviéticos.

O estudo da Geografia Política, apresentada sob

o aspecto de ciência nova, empolgou os geógrafos alemães, que nela procuraram basear o Pângermanismo.

Hitler sofre a influência de Maull, Lautensach, Termer, Haushofer e muitos outros geopolíticos alemães, que, com os seus artigos publicados pela célebre revista "Zeitschrift für Geopolitik", orientaram a opinião pública favoravelmente à tese nazista de dominação do mundo pela Alemanha.

Otto Maull, professor de geografia da Universidade de Francfort sobre o Reno, publicou em 1925, um livro intitulado "Politische Geographie", no qual considerava a penetração econômica absoluta tão eficiente quanto a ocupação do território do Estado a ser absorvido.

Este foi o processo usado pela Alemanha nazista para anexação da Austria.

Entre os alemães, o General Haushofer foi quem mais se sobressaiu nos estudos geopolíticos orientados para a guerra. A tese de Haushofer se resumia em "espaço e poder".

Tendo conhecido Hitler, em 1923, quando este se achava prêso, sobre ele exerceu tão marcante influência, que, se não é de sua autoria um dos capítulos de "Mein Kampf", é seguramente o seu inspirador.

Sob a influência do haushoferismo, a geopolítica foi encarada pelos intelectuais das outras nações como "Ciência Alemã", tôda ela procurando dar um caráter científico às ideias nazistas de conquista a escravização dos demais povos.

É que a Geopolítica havia sido habilmente colocada pelos alemães ao serviço da estratégia e manejada como arma de guerra.

Quem se quêde a contemplar o desajustamen-

to, que vai pelo mundo, o desassocêgo que fez do coração do homem sua morada, enfim, a angústia da humanidade neste fim de ciclo da civilização contemporânea, é induzido a estudar as causas que conduziram a humanidade a tal estado de cousas. A compreensão dos fenômenos sociais e econômicos, que lhes deram origem, nos mostra qual a política a seguir, levando em consideração as circunstâncias especiais predominantes, para nos defendermos dos males, que assolam a humanidade.

Na Geopolítica encontramos os elementos que nos permitem fazer a análise dos fatores determinantes do nosso destino. Na paz, ela ser-nos-á útil, porque nos ajudará a construir a grandêsa da nossa Pátria, ao mesmo tempo que nos habilitará a traçar uma política defensiva, na previsão da guerra.

* * *

O Professor Everardo Backheuser, nosso antigo Mestre na Escola Politécnica, dizia que a geopolítica nada mais é do que a política decorrente das condições geográficas.

Segundo a concepção de Kjellén, a geopolítica objetiva muitos dos chamados problemas basilares da organização e administração do Estado, desde que êstes problemas decorram de determinantes geográficas, são "ipso facto" problemas geopolíticos.

O estudo da história política do Rio Grande do Norte nos mostra ser tôda ela uma consequência da sua posição geográfica.

Em todo o curso da sua história, assinalamos a influência marcante dos fatores geográficos.

Em todas as épocas, o Rio Grande do Norte tem sido sensível às influencias exteriores decorrentes do cenário internacional, variáveis com o momento histórico, que as caracteriza.

Assim é que, quando ainda permanecia o território do Rio Grande do Norte, na posse do genio Potiguar, já o seu litoral era constantemente procurado pelos aventureiros do mar, principalmente os franceses, que nele praticavam o comércio clandestino do páu Brasil.

Era natural que o litoral nordestino fôsse a mèta dos que procuravam apossar-se das riquezas do novo continente, pela sua maior proximidade do velho mundo.

A fôz do Rio Grande oferecia abrigo seguro não só às náus francêsas, como aos caravelões portugueses, que tinham a missão de policiar o litoral nordestino, afirmando aos intrusos o domínio de Portugal.

Quando as necessidades de ordem militar e econômica forçaram os portugêses a expulsar os franceses do território potiguar, a fim de tornarem mais efetivo o seu domínio sôbre a terra conquistada, surge o Rio Grande como fator geográfico de acentuada importância. Por constituir uma magnífica via de penetração, que permitiria aos lusos estenderem o seu domínio terra a dentro. transformou-se o Rio Grande em ponto de apoio para a fixação dos colonizadores no sólo potiguar.

As cartas regias de 1596 e 1597, na sua alta sabedoria, determinavam providências de ordem militar e de ordem econômica, que permitissem a conquista da nova capitania evitando, que, pelo "uti possidetis" os francêses adquirissem direitos sôbre as novas terras. Preconizando a fundação de uma povoação e a construção de uma fortalêsa na fôz do Rio Grande, visavam não só permitir aos colonizadores usufruirem melhor as possibilidades econômicas da região, como defendê-la da cobiça dos intrusos.

Esta inteligente política dos conquistadores lusos foi determinada pelos fatores geográficos.

A conquista da nova capitania representava a consolidação das conquistas na Paraíba e em Pernambuco, o que importa em dizer — na segurança do Nordeste Brasileiro.

O Forte dos Reis Magos, erigido á custa do sangue gentio e de numerosos sacrificios dos conquistadores, até hoje se ergue altaneiro na entrada do porto de Natal a assinalar aos Brasileiros, que o Rio Grande do Norte, no futuro, como no passado, constitúi um dos pontos mais importantes a considerar na geopolítica do Brasil.

Em 1630, novamente vemos o Nordeste Brasileiro representar um papel de relevo na história do Brasil, quando os invasores holandeses conseguem fixar-se em Recife.

O fracasso da tentativa anterior de conquista da Bahia mostrou aos holandeses o caminho, que deviam seguir e o plano, que deviam traçar, para alcançar o seu objetivo.

Consequentemente, a sua política de conquista decorreu das determinantes geográficas do território cobiçado.

Os novos conquistadores, desde logo, compreenderam que deviam apossar-se de todo o litoral Nordestino Brasileiro, para consolidarem a sua conquista e, em 1633, empreenderam a conquista do Rio Grande do Norte, apossando-se do Forte dos Reis Magos.

Em qualquer outro ponto do litoral brasileiro, que não o saliente da costa Nordestina, não teriam os invasores logrado permanecer até 1654, quando foram expulsos pelo ímpeto patriótico de um punhado de brasileiros, auxiliados, pelos portugueses. Considerando exclusivamente as atrações exteriores

decorrentes do cenário internacional, vamos verificar que, na primeira, como na segunda grande guerra, foi na costa Nordeste que se localizaram de preferência os submarinos alemães, como ponto de partida para o ataque às linhas de navegação.

Com a segunda grande guerra, surge o Nordeste Brasileiro como fator de suma importância para a solução do conflito mundial.

A sua posição geográfica determinou aos Americanos do Norte a política a seguir para fazerem frente á ameaça nazista da conquista do mundo.

* * *

A observação do mapa mundi nos permite tirar conclusões de alto interesse para o estudo da geopolítica.

O promontório continental, que avança pelo Oceano Atlântico, constituindo o Nordeste Brasileiro, encerra o ponto extremo léste do continente, a ponta Seixas, próximo do Cabo Branco, na Paraíba.

Por sua vês, a parte norte ocidental do continente africano projeta-se sobre o Atlântico, formando o saliente africano.

Conseqüentemente, é o nosso litoral nordestino o ponto mais proximo do Continente Africano.

Ao norte da Ponta de Touros, situada no litoral nordestino, a qual marca a extremidade nordeste do Brasil e do Continente, a costa muda de direção, orientando-se aproximadamente na direção leste-oeste, até o limite com o Estado do Ceará.

Esta mudança sensível de direção da costa exerce influência não só sob o ponto de vista estratégico, como econômico, nos destinos do Rio Grande do Norte.

Este cotovelo, formado pela mudança de direção da costa, torna-se um ponto de passagem obrigatória, não só para os navios de cabotagem como

para a navegação transcontinental, constituindo na última guerra o último ponto da escala dos comboios, que se dirigiam do Brasil para a Europa ou o Norte da África.

A rota Natal-Dakar, com escalas nas ilhas de Cabo-Verde, ou Canárias, assumiu grande importância para o tráfego marítimo.

A costa do Rio Grande do Norte, sendo um dos nós da navegação marítima, isto é, um dos pontos mais importantes das linhas de tráfego marítimo, que aí se cruzam, constitui uma área focal. Daí, a importância do pôrto de Natal.

A experiência dos ingleses fez com que a Inglaterra, há muitos séculos, se apossasse dos mais importantes nós da navegação marítima, onde a densidade de tráfego é maior.

Segundo a concepção japonesa de conquista mundial, sete eram as «esquinas do mundo», que deveriam dominar, para alcançarem a sua pretensão... Embora não definissem claramente aos estrangeiros o que entendiam por «esquinas do mundo», é fácil compreender, que se tratava de «pontos chaves» das vias de comunicação marítima, de cujo valor há muito se haviam apercebido os ingleses.

A costa do Rio Grande do Norte pode, pois, ser considerada uma das «esquinas do mundo», que terá de ser dobrada pelas esquadras de qualquer povo de além mar, que se disponha a conquistar o Continente Sulamericano.

O estudo do Brasil, sob os pontos de vista geográfico e econômico, evidencia desde logo a existência de núcleos de população disseminados pelo litoral, cujas comunicações dependem quasi exclusivamente do transporte marítimo.

Pela importância, que representa para a navegação marítima a costa do Rio Grande do Norte,

é que nela foi instalada uma Base Naval, a qual constitui uma excelente base de operações, estrategicamente situada, na hipótese de guerra com nações extra-continentais.

Foram valiosos os serviços e o apóio aos navios aliados prestados pela Base Naval de Natal na Segunda Guerra Mundial. Pode-se prever que a área marítima do Rio Grande do Norte seja a de operações navais mais intensificadas, sempre que as forças navais brasileiras assumam uma atitude estrategicamente defensiva contra forças navais atacantes vindas de além mar.

O saliente do Nordeste Brasileiro, em virtude do determinismo de sua posição em relação ao saliente ocidental africano, assume desde logo o aspecto de área crítica, por encontrar-se mais à feição dos ataques de qualquer potência extra continental. Devemos ter presente que o domínio do mar é essencial para as Democracias e dêle dependerá a segurança do Brasil.

A Rússia ameaçará êste domínio por parte das Democracias, utilizando-se das armas aérea e submarina. Nas duas últimas grandes guerras, a campanha submarina alemã não só constituiu uma séria ameaça ao domínio do mar pelas Nações Unidas, como tornou mesmo periclitante a vitória dos aliados.

A frota submarina, de que dispõe a Rússia, é calculada em 300 unidades. muitas vêses mais numerosa do que a da Alemanha, no início da última guerra. Os seus submarinos são do tipo alemão XXI, os mais aperfeiçoados. Atualmente, a orla marítima de uma nação se encontra exposta aos ataques dos aviões com base nos navios aeródromos situados a 600 milhas da costa. Caso êstes navios aeródromos possam aproximar-se da costa, o ataque e o bombardeio serão levados a efeito a centenas de milhas a dentro do território inimigo.

Sob o ponto de vista aviatório, avulta de importância o território do Estado do Rio Grande do Norte, que constitui a plataforma de decolagem dos aviões, que fazem as linhas transcontinentais.

Por apresentar um conjunto de circunstâncias favoráveis aos vôos transcontinentais é que possui hoje um dos melhores campos de aviação do mundo, construído e utilizado pelos Norte-americanos na última guerra.

Tal foi o seu valor estratégico e a sua influência na vitória das armas aliadas, que o aeroporto de Natal foi cognominado pelos Norte-americanos de "Trampolim da Vitória".

Deste Trampolim saltaram os aviões aliados de Natal a Dakar, sobre o Atlântico, transformado no já famoso "estreito de Dakar".

Sem esta ponta área entre os Continentes Sul-americano e Africano, teriam sido impossíveis as grandes invasões do Norte da África e do Sul da Europa.

O Oceano Pacífico, que impressiona pela sua vastidão, não constituiu obstáculo às inúmeras operações de desembarque efetuadas na última guerra, quer pelos japoneses, quer pelos norte-americanos.

A criação das bases móveis, das forças de serviços, dos trens da esquadra e das forças-tarefas permitiram aos norte-americanos realizar operações anfíbias a enormes distâncias do litoral americano.

O Oceano Atlântico, que constituía outrora uma defesa natural contra qualquer operação naval, que uma potência transcontinental planejasse contra o litoral brasileiro, já não constitui um obstáculo às operações aéro-navais.

A evolução das armas de guerra aproximou de tal forma os continentes, que hoje é impossível a qualquer Nação conservar-se à margem de um novo

conflito, pois nenhum território do Globo terrestre é invulnerável aos ataques aéreos.

Tal foi a evolução da ciência na última década, que as condições de equilíbrio existentes entre as Nações se modificaram completamente.

As Nações líderes compreenderam que este equilíbrio será restabelecido, quando fôr alcançada a unidade política preconizada por Wendell Wilkie em "Um mundo só".

Cada uma pretende, porém, que o mundo alcance esta unidade política sob a sua hegemonia. Com este objetivo trataram de atrair à sua esfera de influência os Estados mais fracos, o que está perfeitamente de acordo com a teoria de Kjellén.

Segundo Kjellén, os Estados vitalmente fortes "escolhem unidades geográficas para se aliarem a eles, transformando-se em unidades naturais", o que levou George Kiss a concluir que "esta tendência de expansão é o dobre de finados dos pequenos Estados".

Com tal processo, o mundo dividiu-se em dois blocos; o bloco Democrático constituído pelas Nações do hemisfério ocidental e o bloco Soviético integrado pelos povos do hemisfério oriental.

Em face desta perspectiva de luta, o estudo dos fatores geográficos básicos, que predeterminam o curso da história, assume capital importância.

As potências líderes este estudo permite colocar a geopolítica a serviço da estratégia, como praticaram os alemães, enquanto que para as demais Nações éle constitui um elemento de defesa.

Si prosseguirmos em nossas observações geográficas, vamos assinalar a existência de cinco massas de terra, que constituem os Continentes.

As maiores massas da terra se encontram no Hemisfério Norte, sendo constituídas pela Eurásia e a América do Norte.

De permeio a estas duas massas se localiza o Oceano Ártico.

O congelamento do Oceano Artico não só impede a navegação como constitúi um obstáculo aos meios normais de comunicação.

Em face desta circunstância, o Oceano Atlântico contituiu sempre a via natural de comunicação entre a América do Norte e a Europa, do mesmo modo que, através do oceano Pacifico, se efetua todo o tráfego marítimo entre a América do Norte e a Ásia.

A estas observações de caráter geográfico juntamos outras de naturêsa histórica, que nos permitirão chegar às mesmas conclusões, a que chegaram outrora os observadores políticos.

A história registra o papel de suma importância representada pela Rússia nas guerras passadas, cuja aliança era cobiçada por tôdas as potências Europeas.

A importância política e econômica do Continente Europeu era outro fator, que levava os observadores a deduzirem que a potência que o dominasse desfrutaria de tal prestígio e tal poder econômico, que estaria habilitado a dominar o resto do mundo.

A dominação da África, em virtude da sua proximidade e da sua fraqueza militar, seria uma consequência imediata.

A América cairia em virtude do bloqueio econômico e da pressão política sôbre ela exercida.

Olhando o mundo, sob êsses aspectos histórico e geográfico, chegaríamos a mesma conclusão dos responsáveis pelas grandes guerras do passado.

Napoleão, ambicionando o domínio da Eurásia, levou a guerra às estêpes russas.

Vimos o Kaiser, na primeira, e Hitler, na segunda grande guerra, tentando a conquista dos mesmos objetivos.

Vemos, nos nossos dias, Stalin comandando o "Heartland" e executando a primeira fase da sua tentativa para a conquista mundial com a absorção lenta da Europa e da Ásia.

Estas observações muito influíram nas conclusões de Mackinder, que ao analisar o problema da política mundial condicionada pelo espaço e a posição, atribuiu enorme importância à região da Eurásia, considerando-a o "pivot" da política do mundo, em torno da qual giravam todos os problemas políticos.

Como esta região se encontra hoje sob o domínio dos Soviéticos, deveríamos concluir pela tese de Mackinder que lhes estaria assegurado o domínio do mundo.

Entretanto, desde que Mackinder estabeleceu a sua tese, muitos fatores influíram para modificar as circunstâncias, que o levaram a encarar o problema sob tal aspecto.

O progresso da ciência permitindo o invento de novos meios de propulsão, a evolução das armas de guerra, as transformações econômicas operadas nas Nações do Velho e do Novo Mundo, são fatores importantes que nos permitirão encarar o problema de modo diferente.

Si observarmos um mapa geográfico, que adopte a projeção polar, o mundo se apresenta aos nossos olhos sob um aspecto bem diverso daquêle a que estamos habituados a vêr sob a projeção de Mercator.

Então o Oceano Ártico já não se apresentará como um obstáculo, e sim como um traço de união entre a América e a Eurásia. Sendo as distâncias

relativamente pequenas, elas poderão ser vencidas facilmente pelos aviões, cujo raio de ação lhes permite dar a volta ao globo terrestre.

As distâncias sendo muito mais curtas permitirão maior precisão aos ataques dos projéteis dirigidos e das bombas voadoras, de tal forma que as rotas aéreas sôbre os oceanos Pacífico ou Atlântico serão consideradas obsoletas, sob o ponto de vista estratégico.

A luz da estratégia, a geografia será estudada sob aspectos inéditos e as rotas aéreas sôbre o Polo Norte serão as preferidas na próxima luta.

O mundo olhado sob este aspecto, que nos oferece a projeção polar, deixará de possuir um coração na Eurásia. A "Heartland" perdeu a sua importância e a tésede Mackinder não pôde, na hora presente, servir mais de base ao estudo da geopolítica mundial.

O Continente Europeu perdeu a sua hegemonia política e econômica, a qual se transferiu para a América do Norte.

Na última guerra, a Alemanha dominou todo o Continente Europeu, sem que êste domínio lhe permitisse conquistar a "Ilha do Mundo".

Podemos, pois, concluir, que no caso de vir a realizar-se o conflito aberto entre os blocos ocidental e oriental, a disputa será travada em regiões do globo afastadas do Brasil. Isto não quer dizer que o litoral brasileiro não esteja exposto aos ataques isolados dos submarinos e aviões inimigos, principalmente o litoral Nordeste, entretanto, não é provável que Natal venha a representar o papel de porta de invasão do Continente, como alguns lhe querem atribuir, no caso de guerra entre as Democracias e a Rússia Soviética.

* * *

O professor Backheuser nos ensina que da

mesma forma que “a política, segundo os tratadistas de sociologia e mesmo os simples dicionários da língua, há de ser entendida como a arte ou ciência de administrar e dirigir povos, a geopolítica será aquela parte da superior administração do Estado que traça as linhas mestras para a investigação, valorização e exploração do solo do país, no seu tríptico aspecto de *territórium* (ou seja de espaço político); de situação geográfica e de *dominium* (isto é, de riqueza patente ou latente)”.

Os aspectos econômicos e culturais são levados em consideração pela geopolítica.

Si analisarmos os fatores de natureza econômica, poderemos considerar o sal como um dos suportes econômicos do Rio Grande do Norte.

O estudo dêste fator econômico vai mostrar-nos que êle sôfre acentuada influência das determinantes geográficas, que tornaram o Rio Grande do Norte ou «habitat» da industria salineira.

Observamos linhas acima que da Ponta de Touros, isto é, da extremidade Nordeste do Brasil, para o Norte, a costa muda de direção, orientando-se no rumo leste-oeste, até o limite com o Estado do Ceará, onde inflete bruscamente para o Norte.

Dissemos então que esta mudança sensível de direção exerce influência sob o ponto de vista econômico, nos destinos do Rio Grande do Norte.

Para os estudiosos do assunto, isto parece indicar um trabalho de erosão oceânica, em virtude da qual se observa um solapamento na Ilha de Tubarão, em franco processamento. Á esta erosão se atribuí o desaparecimento da Ilha de Manoel Gonçalves, há mais de um século. Esta seria a razão do desaparecimento da faixa litorânea, que constituía o prolongamento da chamada região do agreste, que

se estende até o Cabo Calcanhar, quando é interrompida, para surgir além do Rio Jaguaribe.

Nêste trecho considerado, vamos encontrar a vegetação característica do sertão, na orla oceânica.

Em consequência do fenômeno assinalado, o litoral do Rio Grande do Norte, desde a fôz do Rio Mossoró até Touros, é a região litorânea mais sêca do mundo e nela vamos encontrar vastas salinas.

É nesta zona que se sitúa a florescente indústria salineira do Estado, principalmente em Macau e Areia Branca.

Quem viaja de Mossoró até Areia Branca avista em tôda a margem do rio continuas pirâmides de sal.

Um conjunto de circunstâncias favorece extraordinariamente a precipitação do clorêto de cálcio da água do mar, nesta região salineira, tais como a ausência das chuvas, o vento sêco do Nordeste e a evaporação, aliados à naturêsa sedimentar impermeável do terreno.

Como sabemos, as sêcas assolam periodicamente esta região e, durante o segundo semestre do ano, não chove nunca. Na outra metade do ano, que constitui a estação chuvosa, pôde chover, havendo consequentemente inverno, e pôde não chover, ocasionando verdadeiro flagelo. As chuvas, quando ocorrem, dão origem a rios caudalosos. Infelizmente, porém, quer em virtude da impermeabilidade do sólo, quer em consequência da declividade do terreno, as águas da chuva são drenadas para o mar. A topografia local é, pois, responsável pelo fenômeno das sêcas, que afêta sèriamente a economia do Estado do Rio Grande do Norte.

Nem sempre o terreno permite a açudagem tornando impossível a retenção das águas e deixando o problema sem solução.

O algodoeiro Mocó, selecionado pela naturêsa, por um processo expontâneo de hibridação com o algodoeiro selvagem nativo, é o único que resiste à sêca.

É o algodão típico do Seridó, caracterizado por uma fibra de excepcional resistêcia e de grande comprimento, constituindo como o sal um dos portes econômicos do Rio Grande do Norte.

Mostramos, assim, a influêcia dos fatores geográficos sob o ponto de vista econômico, um dos problemas estudados pela geopolítica.

Muitos outros problemas poderiam ser focalizados e estudados à luz da geopolítica, o que, porém, excede o propósito, que temos em vista nesta palestra de homenagem ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Famílias do Oeste

MATIAS FERNANDES RIBEIRO

Rocha Pombo, em "História do Rio Grande do Norte", mostra a ação saliente da Zona Oeste no movimento republicano de 1817, tendo como centro das idéias, que agitavam todo o Nordeste, Portalegre e a Serra do Martins com localidades de toda redondeza, mesmo da fronteira paraibana e cearense. E diz o grande historiador brasileiro que a Ribeira do Apodi era "uma das mais bem povoadas da Capitania".

Um dos sesmeiros e patriarcas daquela Ribeira foi Matias Fernandes Ribeiro, proprietário e fazendeiro, filho de Francisco da Costa Passos e Violante Martins de Lacerda, residente em pitoresco sitio da Serra do Martins, próximo à Lagoa Nova, mas com vasto dominio da estrada para Portalegre à estrada para Páu dos Ferros. Na fazenda "Santiago", dessa freguezia, tinha a criação de gado e ali passava a estação invernososa. Há mais de cem anos, quando faleceu, em 1831, possuía cêrca de mil e quinhentas rês, bois a Cr\$ 10,00 e Cr\$ 16,00, preço mais alto de gado; quinhentos e cincoenta vacas, a Cr\$ 12,00; novilhote, garrote e bezerros, a 6, 4 e 2 cruzeiros. Mais de trinta escravos, de cem, duzentos e trezentos Cruzeiros, também lhe pertenciam. De espirito cristão, generoso, dedicado ao progresso, à família e à sociedade, outorgou carta de liberda-

de a alguns escravos, dispôs sobre esmolas, missas, donativos. (1)

Os sítios e fazenda de Matias Fernandes Ribeiro, aqueles em Martins e esta em Páu dos Ferros, repartidos em várias propriedades com outros melhoramentos e construções, em bôa quantidade, continuam em poder de numerosos decedentes ou collaterais, que são milhares naqueles municipios e vizinhos, como às centenas em Estados e no Rio de Janeiro. De seu casamento com Maria Gomes, houve onze filhos: João Silvestre, Antonio Fernandes Ribeiro, José Matias, Francisco Xavier, Matias Gomes Ribeiro, Cipriano Fernandes Ribeiro, Catarina Gomes, casada com Bento José de Bessa, Joana, casada com João Sampaio, Ana de Lacerda, casada com Alexandre Pinto, Clara Martins casada com José Lopes de Queiroz e Maria José, casada com Agostinho Pinto de Queiroz. Estes dois últimos casais constituem os de maior projenie. José Lopes de Queiroz e Clara são os pais de Mariana, casada com Agostinho dos Santos Rosa, antigo capitalista em Martins, filho de Manoel do Santos Rosa, português (da Cidade de Porto). O "marinheiro" Rosa veio para a Serra do Martins por mil setecentos e tantos, tornando-se comerciante e fazendeiro, abastado e cooperando na vida social. Como de costume entre a gente de mais compreensão, dispôs em testamento sobre libertação de escravo, esmolas, capelas, contribuição para a Matriz. Casando com uma irmã de Agostinho Pinto de Queiroz (este figura de atuação patriótica desde 1817, citado pelos drs. Tavares de Lira, Antonio Soares, Nestor Lima e, com referencias históricas, Camara Cascudo, em ACTA DIURNA),

(1) Neste trabalho, o autor conseguiu do desor. João Vicente da Costa grande parte das informações historicas.

os seus descendentes, em grande parte, o são também de Matias, pelas uniões sucessivas.

Alguns trinnetos e tetanetros de M. Fernandes Ribeiro indicam a genealogia extensa, da maiores das Nordeste. No Rio cel. Vicente Fernandes e parentes: Xavier, Maia, Queiroz Martins, etc.; em Natal, os procedentes do dr. Manoel Hemetério Raposo de Melo: Sobral, Vilar, Ribeiro Dantas; dr. José Inácio de Carvalho, José Costa, Artur, Mario, Moacir Vilar, F. Nogueira Fernandes, Euclides F. Gurjão, Ilo F. Costa, Vicente, Francisco e Melchisedech F. Martins, João Vicente da Costa, J. Fernandes Lopes, Emerson e Edmonson Negreiros, Agnelo e Gerardo Barreto, José, Raimundo Nonato e Adauto Fernandes Maia, Odir e Raimundo Costa, Oscar Vilar Raposo, Epifanio e Joaquim Dias, Ciro e Rui Barreto, Murilo Carvalho, Milton R. Dantas, Isnar F. Dantas, sras. Teodorico Bezerra, P. Azevedo, N. Gurgel, Teóduo Avelino, Gentil Ferreira, todos esses, em linha réta, estabelecendo a relação de muitissimos outros. Em Fortaleza, na mesma linha e na colateral, Ezequiel F. de Sousa, dr. Celso Almino de Queiroz, Valdemiro Maia, Damião e Cesar Fernandes, tantos mais, mesmo no interior do Ceará, como em Recife, Macaíó, Paraíba, etc. Em Martins, Pau dos Ferros, e municípios vizinhos como os Lopes, Chaves, Queiroz, Aquino, muitos ainda são os onomaticos de elementos que acrescem a árvore genealógica de Matias Fernandes Ribeiro, inclusive o prefeito e presidente da Câmara de Martins, dr. Jocelin Vilar de Melo e Emidio Fernandes de Carvalho e senhoras. Em suas diversas ramificações, Mossoró, a cidade lider do interior, conta falanges. Um de seus descendentes, o cel. Rodolfo Fernandes, então prefeito, veio a ser o defensor máximo da cidade, o herói da resistencia organizada contra a invasão lampeones-

ca. Em junho de 1927, Mossoró era atacada por cinquenta bandidos, que espalhavam o terror nos vários municípios do Oeste, fazendo três mortes no de Martins e roubos, depredações e atentados de toda natureza num trajecto de cêrca de trezentos quilometros pelo Estado, sem sairem da estrada, durante cinco dias!

Tanto quanto possível à perfeição, sobreexcedem no seu sacerdócio, dedicados, um à caridade material e espiritual e outro à edificação cristã e intellectual da juventude, os trinetos de M. F. Ribeiro: Agnelo e Leão Fernandes, há longos anos falecidos.

As familias do Oeste vieram assim contribuindo para a formação social e o povoamento de vastas áreas, no expansionismo de pernambucanos, cearenses, portugueses, etc. No Apodí, as concessões são deferidas aos Nogueiras, de Paraíba. Mas o aldeamento indígena da Lagôa de Apodí tem nova séde em Portalegre, com a instalação, em 1761, deste municipio. A freguezia, desde 1756, era em Páu dos Ferros, com algumas capelas. Da serra do Martins (a primeira comarca do Oeste), porém, desenvolve-se a ação civilizadora. Um dos pioneiros de colonização é o cap. Manoel Carneiro de Freitas, casado, natural da freguezia de N. S. da Luz da Mata, da antiga Capitania de Pernambuco, que, no século XVIII, veio morar no cimo da Serra do Martins. ("Comércio de Mossoró", 1912). Daí se formaram os Fernandes Pimenta, Brito, etc., para Caraúbas, Campo Grande; bem como dos Queiroz, Leite e mais portugueses que se instalaram em Martins, os maiores agrupamentos de Páu dos Ferros, São Miguel, Patú, continuando-se pelos pontos fronteiriços, ou próximos. Novos afluxos se fazem para Apodí naquele

período, — Gonçalo Pombo, com numerosa família na Serra do Martins, no começo do século XIX, e uma parte representativa ainda hoje em Fortaleza. Havia em Martins aula secundária frequentada por jovens de procedencias diferentes, tendo também si ensinado latim o estudante Almino Afonso, mais tarde o abolicionista e republicano do 1.º Constituinte Nacional. Não faltaram bons mestres, por último, do ensino primário, como os professores João Onofre e Adrião Melo, que, em decênios, na fase da monarquia, aquele, e inícios da República, até 1907, ao lado de professoras, orientaram com proveito gerações para as atividades sociais. Esses mesmos receberam o exemplo e a influencia daqueles ádvenas e sucessores, predestinados para os altos ensinamentos da Civilização.

VALDEMAR COSTA CARVALHO*

(Academico de Direito)

A ZONA OESTE NORTE-RIOGRANDENSE

VICENTE L. DA COSTA NETO
(Func. do I. B. G. E.)

Parte inicial de publicação histórica, baseada em escritos (n.º «A Republica»), do Des. João Vicente da Costa

I

MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR A RIBEIRA DO APODÍ — MOSSORÓ

Do ponto de vista geográfico, denomina-se *Zona Oeste* a área abrangida pela bacia do rio Apodi, compreendendo os Municípios de: 1 — Areia-Branca, 2 — Mossoró, 3 — Augusto Severo (ex-Campo Grande), 4 — Apodi, 5 — Caraúbas, 6 — Martins, 7 — Patú, 8 — Port'Alegre, (ant. Vila do Regente) 9 — Alexandria, 10 — Pau dos Ferros, 11 — São Miguel, 12 — Luiz Gomes.

Ribeira do Apodi também se designa toda essa vasta região, onde se constituiu um dos centros mais irradiantes do movimento pre-Independência (*Rocha Pombo*, Hist. do R. N., pag. 239, Edição do Centenario; *A. T. de Lira*, Hist. do R. G. N.). O primeiro alude à região do Apodi, "sobretudo uma paragem magnífica, onde, ao alto de serras destacadas de vastas planuras, ficavam algumas povoações já bem regulares, sendo as mais importantes a Vila de Port'Alegre (do Regente), as freguezias da Serra do

Martins, de Pau dos Ferros, do Patú e outras”.

Em regra, a colonisação das terras desenvolve-se a partir dos aldeamentos indígenas. A *Aldeia do Apodi* é, assim, o início do povoamento do Oeste, subindo os colonisadores pernambucanos, portugueses, etc. o rio até aos limites do sertão cearense ou paraibano, e mesmo transpondo-os.

Núcleo de penetração e formação da Zona Ocidental, terá sido o Apodi, em 1499, o ponto de contacto de navegantes europeus com o território brasileiro. O Dr. C. M. de Almeida diz que o Rio Grande do Norte se tornou celebre pela primeira exploração dos europeus, que, comandados pelo espanhol Alonso de Hojeda e guiados por Americo Vesputio, antes do descobrimento do Almirante portuguez Cabral, navegaram em aguas do Brasil. Chegaram eles a uma das bocas do rio Apodi, no dia 24 de Junho, ou passaram na sua embocadura, conforme Robert Southey (Hist. do R. G. N. — trad.). O historiador Varnhagen, baseado nas informações de Americo Vesputio, em seu *Diario* de viagens, afirma que os 5 graus ao sul da linha equinocial correspondem ao delta do rio Assú, enquanto éssoutro entende ser esta latitude correspondente ao rio Apodi.

Fato é, porém, que se tem como iniciada a catéquese dos índios Payanazes, á margem da lagoa do Apodi ou Itahú, no seculo XVI. Registrou o antigo cronista local Oliveira Coriolano a construção da Igreja de São João Batista do Apodi, em 1580, pelo Frei Angelo de Lucca, missionario anterior á vinda dos capuchinhos francezes de la Ravardiére.

Apodi deriva de Poti, ou Podi, camarão, por causa da tribu dos potiguares, ou da erva *pitum*, fumo, ali cultivada. A colonisação do seu territorio data das eras de 1670, e, a seguir, Manoel Nogueira Ferreira e outros requerem a concessão da sesmaria ao Governo da então Capitania (vêr publica-

ção minuciosa, aliás, sobre todos os Municipios do Estado, pelo Dr. Nestor Lima, in Revs. do Inst. Hist., Dic. Hist. e Geog., do Des. Antonio Soares; Acta Diurna, do escritor Camara Cascudo). Indicam-se, em 1680, mais de 20 requerentes das terras.

A *Lagoa do Apodi*, ou Podi, fôra doada aos indios pelo alvará régio de 23 de Novembro de 1700 e confirmada por sentença do Juiz Reinão, em 1706. Situada bem proxima da Cidade e á pequena distancia da margem esquerda do rio Apodi, tem o comprimento de dez quilometros sobre trez de largura maxima, com um a cinco metros de profundidade. Nas sêcas de 1825 e 1878, estancou. É muito fertil e muito piscosa, sendo a sua principal produção o arroz, informa o Des. Felipe Guerra, autor dos estudos economicos do Rio Grande do Norte, inclusive em seu livro — “Sêcas contra a Sêca” —, que serviu de base a publicações officiais da Inspetoria de Sêcas.

Quanto ao *rio Apodi*, bastante largo, que toma a denominação de Mossoró, da margem desta Cidade, a mais adeantada da *Hinterlandia* potiguar, até á do porto de Areia Branca, é a maior bacia hidrografica, toda em territorio do Estado, desde Luiz Gomes, no extremo Oéste. Com o curso de mais de tresentos quilometros, são seus afluentes principais os rios Upanema, que banha, á margem esquerda, a cidade de Augusto Severo, e o Umari, que atravessa o Municipio de Martins. Só em pequena parte, abaixo de Mossoró, é possivel a navegação fluvial, notando-se que nessa Cidade existem barragens submersiveis, ainda não construidas em logares outros apropriados, como Pau dos Ferros. Na estação invernososa, com as enchentes do rio, utilisam-se canoas nas cidades e pontos mais habitados, para que não cessem o trafego e actividades comerciais.

“A fundação do Apodi representa um esforço

da civilização espiritual no meio da violencia das guerras e da preocupação economica dos curraleiros, cuja atividade é, sem duvida, importante” (P. S. Leite — Fundação do R. G. Norte — Hist. da Cia. de Jesus). As Aldeias do Apodi e Jaguaribe (fronteira cearense), pelas constantes lutas e ameaças dos indios, em competições ferozes, viviam em sobresaltos e intranquilidades. Em 1.700, a Aldeia do Apodi conta mais de seiscentas almas. Após a guerra contra os invasores holandezes, que atraíram os *Jandúis* ao serviço de terriveis massácres, veio a rebelião indigena, devastadora, durante longo periodo. Preponderaram aí os Tapuias, em toda a zona interior, e ameaçando o agreste. Realisada a “pacificação” pelos terços e outras forças militares, que lutaram em Palmares (1695), concentram-se os indios sobreviventes nas Aldeias. Mais tarde, são transferidos os Pêgas, de Campo Grande para São José de Mipibú, e aldeadas cerca de oitenta familias das tribus apodienses, na Serra de Port’Alegre, á criação, em 1761, dêsse Municipio. Repetiram-se ainda certos conflitos e perturbações, instigados mesmo pela ação insidiosa de autoridades egoisticas e violentas.

Diferente a situação dos potiguares, dominantes no litoral, que, logo ajustados com os colonisadores, desde a fundação da cidade do Natal (1599), “foram valiosos e fortes elementos para a conquista”, organizando expedições para varios outros pontos do paiz, até o Maranhão. Certo, o litoral nordestino já era conhecido dos portugueses, antes de 1580, aí traficando os francezes com os selvagens. Fizeram-se explorações mais densas no Rio Grande do Norte, como no Ceará, que veio a ter esta denominação de uma aldeia (Seará) dos indios potiguares da Aldeia de Igapó, do celebre Camarão, ali chegados com o chefe Jacaúna e o comandante do Forte de Natal. No Ceará, o primeiro estabelecimento data de 1607, no Ibiapaba, além de uma

tentativa de colonisação três anos antes por Pero Coelho.

Assim, quando se iniciaram as bandeiras paulistas — “e a significação historica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do Sul” (Euclides da Cunha), tanto quanto ocorre com os cearenses, desbravadores da Amazonia e conquistadores do Acre, que são nordestinos de toda a região, — já no territorio potiguar se verificavam penetrações de interesse, no trabalho de colonização, ou de organização de Aldeias indigenas. É, aliás, o que se demonstra pelos fornecimentos de gados das ribeiras apodiense e jaguaribana, no periodo mais aceso da guerra holandeza, pois havia fazendas (currais), onde se ferravam para mais de oitocentos bezerros.

A *Serra do Apodi*, propicia á vida nomade dos indios pela alimentação de caças e abelhas, ficaria mais alheia ao estabelecimento do colono. Do seculo XIX para XX, neste sobretudo com a ampliação de estrada de rodagem e a construção de pôços, é que se multiplicam os posseiros e requerentes das terras na Serra do Apodi. “Prolongamento da cordilheira circular de Ibiapaba (“O Ceará no começo do seculo XX” — *Dr. Thomaz Pompeu*), fórma um planalto elevado, especie de sertão agreste, de 50 a 70 kilometros de largura por 120 a 130 de extensão, coberto de matagal carrasquento, de cactaceas, deserto, pouco abastecido de fontes, quasi sêco e de difficil travessia”. Como observou, em estudo sôbre o Nordeste, o geologo americano Dr. Crandall, que, vindo pelo interior de Pernambuco, Ceará e Paraíba, penetrou no Rio Grande do Norte, pelo alto sertão, “a base da Serra do Martins, na cóta de 245 metros, a estrada passa pelos schistos da serie Ceará, bem que se veja em diversos lugares bossas graniticas até a cóta de 570 metros, onde se alcança a margem da chapada e onde se vêem, pela pri-

meira vez, as camadas cretaceas, que continuam até ao alto, em 670 metros, onde se acha situada a cidade do Martins". Mas, quasi toda a area da Chapada do Apodi e da Serra de Mossoró, integrante da mesma Chapada, é constituida de camadas calcareas, de marnas e arenites. As areas principais da provincia geologica das camadas cretaceas comprehendem a Serra do Araripe, no Ceará meridional, uma pequena bacia de arenites no rio do Peixe, na Paraíba, e a Chapada do Apodi, Mossoró e São Sebastião, no Rio Grande do Norte. Nesta, situada entre o rio Jaguaribe e o rio Assú, e entre a Cidade do Apodi e o litoral, as fontes encontradas em alguns pontos indicam a possibilidade de suprimento d'agua nas camadas de arenite. O massiço calcareo do Apodi, da natureza do existente junto ao açude do Taboleiro Grande, no rio Upanema, 10 kls. ao sul de Mossoró, não favorece muito a captação de boa agua potavel na Chapada. Utilizado, porém, o sistema de pços profundos, "então é possível a sua aquisição, em qualquer parte". E a maior area da Serra, coberta de um solo calcareo misturado com areia de excelente qualidade, é apropriada ás culturas agricolas de mandioca, cereais e algodão. "Como quer que seja, a catanga no alto da Serra do Apodi apresenta grande numero de especies vegetais, tendo muitas plantas e arvores, inclusive a macambira, bem aproveitadas dos criadores como alimento substancial para os gados nos anos de sêca (Crandall). Devem notar-se, além das excelentes fontes nas serras do Martins (Olho d'agua de Dona Rita e da Gruta, na Cidade, etc), de Port'Alegre (da Bica), João do Vale (em Campo Grande), na Serra do Lima, em Patú, e no Brejo do Apodi, mais o Olho d'Agua do Milho, a seis quilometros da cidade de Caraúbas, na estrada para a do Apodi, fonte radio-ativa, de propriedades terapeuticas.

“A região da Serra do Apodi, para Oeste do rio Mossoró, compreende cerca de 80 000 hectares quadrados de terras cultiváveis”. Merecem também menção especial as grandes varzeas representadas pelos depósitos aluviais da bacia hidrográfica do rio Apodi ou Mossoró, limitada, em suas nascentes, a Leste pelas Serras de Port’Alegre e Martins, ao Sul pela de Luiz Gomes e São Miguel e a Oeste pela Serra das Varandas, esporão da Serra do Pereiro.

Designa-se a Aldeia do Apodi como ponto de fixação inicial do povoamento do Oeste, em ordem cronológica. O Município, porém, é de 1833, pois que vem antes, em 1761, o de Port’Alegre, primeiro da Ribeira do Apodi. Escreve o Prof-Academico R. Nonato, escritor potiguar vitorioso, que anuncia mais um livro — “Roteiros da Zona Oeste” — (A Republica, 4-7-48): — “Frei Fidelis, que peregrinava os sertões, catequizando os indigenas, fundou ali a nova Matriz, num lugar elevado, colina por onde se estende hoje a cidade do Apodi. Este fato ocorreu em 1740. A criação da freguezia só se verificou, porém, muito mais tarde, em 1766”.

No periodo da invasão holandeza, e mesmo em epoca precedente (1607), são exploradas as salinas de Mossoró (Upanema), ou delas fazem-se carregamentos. “A sinonimia entre Apodi e Upanema passava pelas variações de Monxorró, Monxoró na citação, em 1700, do rio Mossoró (Barão de Studart, in Rev. Inst. Hist. Ceará). Vingt-Un Rosado estuda alguns toponimos do “Glossaria Linguarum Brasiliensium”, de Von Martius, publicado em 1863, em Erlangem. Mencionam-se varias palavras tupis, dando-se Mossoró como procedente de *Mocem*. inundar, salgar. O aumentativo cfr. Massampaba”. Ainda outro toponimo — “Choró Soró (Ceará, Rio) Cororong, chororom, murmurus. Fluvius fluctisonus”. O Muni-

cipio de Mossoró, que é o mais importante, depois da Capital, nos aspectos cultural, comercial e industrial, é também o de maior superfície com cerca de quatro mil quilômetros quadrados, mais ou menos, e população só excedida pelos de Natal e Santa Cruz, a Cidade, no interior do Estado, porém, a de maior expressão demográfica, no último recenseamento, com vinte mil quinhentos e setenta e seis habitantes. Criado em 15 de Março de 1852, o Município, em amplo desenvolvimento de suas forças sociais, económicas e industriais, já ligado o seu porto de Areia Branca ("que é o 6º do Brasil, servido do maior parque salineiro do Nordeste, tendo produzido a renda estadual de Cr\$ 16.218.463,50 e a federal (Mesa de Rendas Alfandegada), em 1948, de Cr\$ 4.596.522,10, numa exportação geral de trinta e seis mil quatrocentas e trinta e duas toneladas de elementos da riqueza nacional — sal, gesso, cêra de carnaúba, algodão, óleos vegetais, peles, couros, e em que terão de acrescer os minerios do Oeste), desde Novembro de 1951, por Estrada de Ferro, ás vias ferreas paraibana e cearense do alto sertão limitrofe, está comemorando o seu primeiro centenario no meio de grandes realizações e iniciativas.

INSTITUTO HISTORICO e GEOGRAFICO do RIO GRANDE do NORTE

RELATORIO

da Presidencia no bienio de 29 de março de 1949 a
igual data de 1951.

Ilustrados consocios:

I — No desempenho do meu dever estatutario, cabe-me trazer-vos mais uma exposiçãõ das atividades do nosso Instituto, referente ao bienio, que ora se encerra.

Desde logo, agradeço, profundamente penhorado, a reeleiçãõ para a cadeira da presidencia, pela 12ª. vês, na assembleia geral de 17 do corrente e asseguro-vos tambem que tudo farei para não deixar extinguir-se a lampada viva da fé nas nossas tradições e nos fastos do nosso passado.

II — SESSÕES: — Teem sido poucas e raras as sessões do Instituto, por falta, sempre, de numero regimental para a sua constituiçãõ e deliberaçãõ de assuntos do nosso interesse.

Por decisões proprias, tenho suprido a falta de sessões e procurado cumprir os nossos objetivos, confiado na proverbial cooperaçãõ dos nossos ilustrados consocios, que me não regateam aprovaçãõ a atos praticados e às contas apresentadas.

Realisaram-se no bienio oito sessões, sendo: solenes treis, a 29 de março de 1949, para a posse da nova diretoria, a 15 de agosto, celebrando 1.º

centenario do nascimento de Amaro Cavalcanti, e a 28 de outubro de 1950, comemorando o 1º centenario do nascimento de Vicente Simões Pereira de Lemos, fundador e 2º presidente do Instituto; *conjunta*, uma, com a Academia de Letras, no 1º centenario de Rui Barbosa; ordinarias, duas, a 22 de outubro de 1949 e a 14 de janeiro de 1950; *magna* uma, a 29 de março de 1950 e eleitoral, uma, a assembleia geral de 17 do corrente.

III — DIRETORIA E COMISSÕES: — Foram reconstituídas a diretoria e as comissões permanentes para o novo bienio, que, hoje, se inicia, com os seguintes consocios:

Presidente: Nestor dos Santos Lima, reeleito.
1º e 2º Secretarios: Des. Silvino Bezerra Neto e Vicente de Lemos Filho, reeleitos.

Orador: Dr. Luis da Camara Cascudo, reeleito.

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela Santiago, reeleito.

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Des. Felipe Guerra, reeleito.

1º e 2º Vice-presidentes: Des. Luiz Tavares de Lira e Antonio Soares de Araujo, reeleitos.

Suplentes do 2º Secretario: Otacilio Cavalcanti e Dr. Matias Maciel Filho, reeleitos.

Adjunto de orador: Dr. Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima.

Adjunto do Tesoureiro: Manoel Rodrigues de Melo, reeleito.

Membros da Comissão de Fazenda e Orça-

mento: Des. Horacio Barreto, Aldo Fernandes e Anfiloquio Camara, reeleitos.

Membros da Comissão da Revista: Nestor Lima, drs. Antonio Soares e Camara Cas-cudo, reeleitos.

Essa administração assume hoje as suas funções e acha-se disposta a cumprir dignamente as suas responsabilidades.

IV — QUADRO SOCIAL: — Houve algumas modificações no elenco social, durante o bienio findo: foram aceitos em sessão de 22 de outubro de 1949, os socios *correspondentes*: drs. Jordão Emerenciano, Recife. Dr. Jorge Moreira de Souza, em Fortaleza, Professor dr. Mario da Veiga Cabral, no Rio, Dr. Gastão de Bethencourt e Carlos Olavo, em Portugal; e na assembleia geral de 17 do corrente, *Socio Honorario*, o General Fernando do Nascimento Fernandes Tavora e *correspondentes* os srs. Orlando Ribeiro Dantas, no Rio, professor dr. João Carlos de Albuquerque Gondim, em Nisia Floresta, e major João de Melo Moraes, no Rio, os quaes deverão ser, hoje, investidos das suas novas obrigações.

As perdas, que tanto nos magoaram, durante o bienio, foram as seguintes: a 16 de julho 1949, o desembargador Manuel Benicio de Melo Filho, efetivo, adjunto de orador; a 6 novembro 1940, Dr. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, de Recife; a 18 novembro 1949, dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, honorario, no Rio, a 6 abril 1950, Dr. Manoel Tavares Cavalcanti, correspondente em João Pessoa, e o dr. João José Maria Francisco Rodrigues de Oliveira, correspondente, em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal, a 7 de Agosto de 1950.

Eram nobres e distinguidas personalidades no mundo patrio e alienígena, que se foram para a

viagem que não tem regresso, deixando em luto e pranto as famílias e a sociedade.

V — REVISTA: — Circulou, em outubro findo, mais um exemplar da nossa Revista, correspondente aos anos de 1948 a 1950, ns. e vols. XLV a XLVII, com 210 paginas e tresentos volumes, editado na Tipografia Galhardo, uesta capital. Custou Cr\$. . . . 7.000,00.

VII — BIBLIOTECA MUSEU E ARQUIVO: — Não houve alterações dignas de referencia nesses treis departamentos, que funcionaram nos horarios normaes.

VIII — FINANÇAS: — Do Balancete da Receita e Despesa, apresentado na assembleia geral de 17 do corrente, consta o movimento do ano de 1950, e, na sessão de 29 de março deste ano, foi aprovado o parecer que apreciou o balancete de 1949, com louvor ao dignissimo tesoureiro, dr. Varela Santiago.

IX — SECRETARIA: — Esteve a cargo dos pre-sados consocios des. Silvino Bezerra e Lemos Filho, eficazmente coadjuvados pelo caro consocio Otacilio Cavalcanti. Todos são merecedores do louvor do Instituto.

X — O CINCOENTENARIO DO INSTITUTO: — Hoje, se inicia o quinquagesimo ano da fundação do Instituto e se vae completar em igual data do proximo futuro. É pensamento nosso celebrar a importante efemeride com demonstrações de alto apreço pela vida da instituição e daqueles que a prestigiaram e estimularam, nesse primeiro meio se-culo. Si Deus consentir e dér vida e animo a todos nós, devemos celebrar mensalmente uma reunião preparatoria daquela efemeride, com uma palestra alusiva, por cada um dos nossos confrades, previa-mente convidados e designados.

Para o dia cincoentenário, então, deliberaremos antecipadamente os atos e solenidades a serem realizadas em homenagem ao magno dia da Cultura Histórica Potiguar.

XI — COMEMORAÇÕES CENTENARIAS: — Realisaram-se, nos dias próprios, os centenários de nascimento de Amaro Cavalcanti, Rui Barbosa e Vicente de Lemos, com solenidades brilhantes, que tiveram grande concorrência.

Com as seguranças do meu mais alto apreço, apresento-vos, digníssimos confrades do Instituto, os meus melhores votos de estima e admiração.

Natal, 29 de março de 1951.

NESTOR DOS SANTOS LIMA
Presidente.

JUIZOS DA IMPRENSA

“REVISTA DO I. H. Numa pertinácia digna dos maiores elogios, o nosso Instituto Histórico e Geográfico, ano após ano, em meio de todas as dificuldades, vai editando a sua revista, sempre cheia de interesse.

Acabamos de receber o último volume, correspondente a 1948-1950, contendo farta e apreciada matéria, como se pode ver do seu índice: Nestor Lima — Sobre a Fortaleza dos Reis Magos; José M. B. Castelo Branco — O Rio G. do Norte na Cartografia do Século XVI. Nestor Lima — Em memória do pe. Miguelinho. Luis da Câmara Cascudo — Símbolo jurídico do pelourinho. Nestor Lima — Amaro Cavalcanti. Adauto da Câmara — Guerra do Paraguai. Nestor Lima — Grossos e Rui Barbosa. Adau-

to da Câmara — Notas Históricas. Nestor Lima — O Monumento da Cidade. Adauto da Câmara — O Barão de Potengi — Moreira Brandão Sobrinho — As margens do Potengi. Adauto da Câmara — O túmulo de Nisia Floresta. Notas de redação, necrologia, etc.

Gratos pelo exemplar que nos foi enviado”.

Da «Ordem», de Natal, edição de
21-Outubro 1950

“REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO—Circulou ha dias, nesta capital, a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que se edita sob a direção do dr. Nestor Lima, desembargador Antonio Soares e comendador Luis da Câmara Cascudo, membros diretores daquele órgão de imprensa.

A ilustre confreira encerra vários trabalhos de mérito, focalizando assuntos de relevante importancia, como a conferência do dr. Nestor Lima, sobre a Fortaleza dos Reis Magos, um estudo sobre o Pelourinho, da autoria do comendador Câmara Cascudo, um trabalho sobre as margens do Potengi, original de Moreira Brandão Sobrinho, um comentário sobre a Guerra do Paraguai, por Adauto da Câmara, além de relatório da Presidencia do Instituto Histórico, resumos de atas, necrológios, etc.

Somos gratos pelo exemplar que nos foi enviado.

Da «A Republica,» de Natal, de
16-12-1944.

Registrando essas opiniões, agradecemos aos nossos colegas da imprensa local a maneira como receberam o nosso vol. XLV-XLVII, 1948-50.

Ata da Assembléia geral da eleição da Diretoria e Comissões Permanentes do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte.

Presidencia do Sr. Nestor dos Santos Lima

Aos dezessete dias de Março de mil novecentos e cinquenta e um, ás catorse horas, presentes na séde do Instituto Historico, os socios srs. Drs. Nestor dos Santos Lima, Silvino Beserra Néto, Vicente de Lemos Filho, Manoel Varela Santiago Sobrinho, Aldo Raposo Fernandes de Mélo, Luiz Tavares de Lyra, Anfiloquio Camara e Otacilio Cavalcante (8), é aberta a sessão sôb a presidencia do sr. Nestor Lima, servindo de 1.º e 2.º secretarios os srs. Silvino Beserra e Lemos Filho — Ata — Não houve. — Expediente: — O sr. 1º secretario leu o seguinte expediente que se achava sobre a mêsá: *Proposta*— A Diretoria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe conferem os Novos Estatutos, tendo em vista os altos meritos intelectuais, morais e civicos do general Fernando do Nascimento Fernandes Távora, atual comandante da guarnição militar de Natal, e considerando que, desde a sua chegada a esta cidade, vai para mais de dois anos, tem o ilustre militar prestado desvelada assistência ao Instituto Historico e às outras instituições culturais, aqui sediadas; considerando que tambem êle contribuiu na medida das suas atribuições, para maior brilho das comemorações realizadas nesse periodo, notadamente na celebração do 350º aniversario da fundação do Natal, a 25 de Dezembro de 1949; e considerando que o general Fernando do Nascimento Fernandes Távora é um eximio cultor das letras historicas, o que tem demonstrado em discursos na praça publica e em outros documentos civicos de acentuado valor: Resolve: — Propor para a Classe de Socios

Honorarios deste Instituto Historico o general Fernando do Nascimento Fernandes Tavora, brasileiro, militar, casado, oficial do Exercito Brasileiro, atualmente nesta capital, com todas as honras, prerrogativas e vantagens que a eleição lhe atribui, nos termos dos Estatutos. S. R. Instituto Historico, em Natal, 17 de Março de 1951 — (aa) Nestor Lima — Presidente; Vicente de Lemos Filho; Silvino Beserra Néto — Luiz da Câmara Cascudo. — *Proposta* —

Os abaixo assinados, socios efetivos do Instituto Historico e Geografico, no uso das suas atribuições previstas pelos Novos Estatutos, Propomos para a Classe de Socios Correspondentes os senhores: — Orlando Ribeiro Dantas, ilustre coestadano, diretor presidente do "Diario de Noticias", da Capital Federal, onde reside e por meio do qual tem prestado relevantes serviços ao povo e á cultura potiguar; Major João de Mélo Moraes, ilustrado oficial do Exercito Nacional, do Serviço Geografico do Exercito, autor de "Aspectos da Região Litoranea do Nordeste", 1 vol. enc. Rio, 1948, no qual estudou com segurança, os aspectos referentes ao Rio Grande do Norte e que dizem respeito ás regiões naturais, geografia fisica, geologia, recursos minerais, clima, distribuição do relêvo e hidrografia; e Professor dr. João Carlos de Albuquerque Gondim, digno filho deste Estado e ex-professor da Escola Técnica Superior "Wenceslau Braz", do Distrito Federal, profundamente interessado pelos trabalhos e pela vida deste Estado e do Instituto Historico, de presente nesta Capital, mas, residente, no Rio de Janeiro. Todas as propostas reúnem os requisitos exigidos pelos nossos Estatutos, em vigôr. Natal, 8 de Outubro de 1950, (aa) Nestor Lima, Luis da Câmara Cascudo, Silvino Beserra Néto, Vicente de Lemos Filho. Lidas essas propostas, o sr. Presidente declarou que as mesmas ficavam sobre a mêsã, para serem discutidas e votadas na sessão seguinte: O sr. Luiz

Lira, com a palavra, requereu que se consultasse á casa se dispensava o interstício, afim de que as propostas fossem discutidas e votadas na presente sessão. Em discussão o requerimento foi unanimemente aprovado. Em discussão e votação as propostas foram unanimemente aprovadas. *Eleição*: — Anunciado pelo Presidente como fim especial da sessão, o sr. Otacilio Cavalcante requereu que a eleição da Diretoria e das comissões permanentes, para regerem os destinos deste Instituto Historico, durante o bienio de 29 de Março de 1951 á igual data de 1953, fosse feita por aclamação; e que fossem reeleitos todos os membros da atual diretoria e os das comissões permanentes. — Posto em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado, e considerados reeleitos os srs. Nestor dos Santos Lima, presidente; 1º e 2º Vice-Presidentes, respectivamente, Des. Luiz Tavares de Lira e Antonio Soares de Araujo; 1º secretario, Des. Silvino Bezerra Néto; 2º secretario, Des. Vicente de Lemos; suplente de 2º secretario, Otacilio Cavalcante; Orador, Luis da Câmara Cascudo; Tesoureiro, Manoel Varela Santiago; Adjunto de Tesoureiro, Manoel Rodrigues de Mélo; Diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu, Des. Felipe Guerra; Adjunto, Matias Maciel Filho; Comissão de Fazenda e Orçamento, Des. Horacio Barreto, Aldo Fernandes e Anfiloquio Câmara; Comissão de Estatutos e Redação da Revista; Nestor Lima, Antonio Soares e Câmara Cascudo. Para o lugar vago, de adjunto de orador, foi aclamado e unanimemente aceito o nome de Dr. Luiz Antonio dos Santos Lima. Terminada a votação, foram reempossados todos os reeleitos e empossado o Dr. Luis Antonio no cargo de adjunto de orador. Em seguida, foi dada a palavra a quem quisesse falar. Ninguem querendo usar da palavra, o sr. Presidente designou o dia 29 do corrente para ter lugar a sessão solene do aniversario do Instituto Historico, e na qual tomarão pos-

se os novos socios, aceitos na presente sessão. Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerrou a sessão. Do que para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Mesa.

(aa) *Nestor dos Santos Lima* — Presidente
Silvino Beserra Néto — 1º Sec.
Vicente de Lemos Filho — 2º Sec.

Ata da sessão solene de aniversario e posse de novos socios do Instituto Historico.

Aos vinte e nove dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e um, pelas vinte horas, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição, 622, nesta cidade, presente Dr. Nestor dos Santos Lima, presidente, e numero legal de socios, com o comparecimento dos snrs. Governador do Estado, General Comandante do Destacamento de Natal, e exm.^a sr.^a, ajudante de ordem de S. Ex.^a General Comandante do Destacamento de Natal e Exm.^o Sr.^a, ajudante de ordem do sr. Governador do Estado, Chefe de Policia, Prefeito municipal de Natal, Comandante do C. I. A. T., Comandante da Base Naval de Natal, Comandante da Base Aérea de Natal, Capitão dos Portos do Rio Grande do Norte, Reitor do Seminario de São Pedro, Diretor do Colegio Marista, grande numero de familias e representantes de sociedade culturais, foi aberta a sessão pelo sr. Nestor dos Santos Lima, que depois de explicar o fim da sessão, que era dar posse aos novos socios General Fernando do Nascimento Fernandes Tavora, jornalista Orlando Ribeiro Dantas e Prof. João Carlos de Albuquerque Gondim. Em seguida, o sr. Presidente convidou o sr. Governador do Estado, Sr. Dix-Sept Rosado Maia, para presidir a sessão. Logo após, o sr. Governador fez entrega dos diplomas aos novos socios, general Fernando Tavora, Dr. Orlando Dan-

tas, representado na solenidade pelo Dr. Milton Ribeiro Dantas, e Prof. João Carlos A. Gondim, sob incessante salva de palmas. Fêz a saudação aos novos membros do Instituto o orador da Casa, Dr. Luiz da Câmara Cascudo, que salientou os dotes intelectuais de cada um deles e a vasta soma de serviços prestados às letras historicas do Brasil e do Rio Grande do Norte, pelos mesmos. O sr. Câmara Cascudo foi muito aplaudido ao terminar sua brilhante saudação. Em agradecimento, falou o general Fernando Tavora que, na sua alocução, teve oportunidade de tecer interessantes considerações sobre a Historia do Rio Grande do Norte, particularisando-se em detalhes sobre as sêcas e sôbre o escudo do Rio Grande do Norte. Após usou da palavra o Prof. João Carlos de A. Gondim, para agradecer sua eleição para socio. Finalmente, cumprindo expressa determinação do Sr. Orlando Ribeiro Dantas, a quem representou na solenidade, falou o Dr. Milton Ribeiro Dantas, agradecendo em nome daquele ilustre jornalista, diretor do "Diario de Noticias", do Rio de Janeiro, a honra que ao mesmo fôra concedida pelo Instituto Historico. O sr. Dr. Nestor dos Santos Lima, leu substancioso relatorio das atividades do Instituto, no bienio de 1949-1951, no qual focalizou toda a realização do Instituto no citado periodo. Foi em seguida aprovado o parecer da Comissão de orçamento e Contas referentes às contas realizadas no exercicio de 1950. — Após agradecendo o comparecimento das autoridades, das familias e do povo á presente sessão, o sr. Governador do Estado encerrou a sessão. Do que para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e pelos secretarios.

- (aa) *Nestor dos Santos Lima* — Presidente
Silvino Beserra Néto — 1º Sec.
Vicente de Lemos Filho — 2º Sec.

QUADRO dos socios do Instituto Historico,
segundo suas categorias, até 20 de
março de 1952:

I — FUNDADORES:

- 1 - Ministro Augusto Tavares de Lira, Rio.
- 2 - Dr. Eloi Castriciano de Souza, Natal.
- 3 - Dr. Antonio José de Melo e Souza, Recife.
- 4 - Dr. Sergio Paes Barreto, Rio.

II — EFETIVOS:

- 1 - Dr. Juvenal Lamartine de Faria, Natal.
- 2 - Desembargador Horacio Barreto de Paiva Cavalcanti, Natal.
- 3 - Desembargador Antonio Soares de Araujo, Natal.
- 4 - Desembargador Luiz Tavares de Lira, Natal.
- 5 - Dr. Nestor dos Santos Lima, Natal.
- 6 - Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros, Rio.
- 7 - Desembargador Silvino Bezerra Neto, Natal.
- 8 - Dr. Matias Carlos de Araujo Maciel Filho, Natal.
- 9 - Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho, Natal.
- 10 - Dr. Luiz Antonio F. S. dos Santos Lima, Natal.
- 11 - Dr. Luis da Camara Cascudo, Natal.
- 12 - Desembargador Vicente de Lemos Filho, Natal.
- 13 - Desembargador João Vicente da Costa, Natal.
- 14 - Dr. Joaquim Manoel de Meroes Grilo, Natal.
- 15 - Dr. Anfiloquio Carlos Soares da Camara, Natal.
- 16 - Manoel Rodrigues de Melo, Natal.
- 17 - Otacilio Cavalcanti, Natal.
- 18 - Monsenhor Paulo Heroncio de Melo, Curraes Novos.

III — HONORARIOS

- 1 - Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, Natal.

- 2 - Dom Antonio dos Santos Cabral, Belo Horizonte.
- 3 - Almirante Carlos da Veiga Gago Coutinho, Lisboa.
- 4 - Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Rio.
- 5 - Cardeal Dom Jaime de Barros Camara, Rio.
- 6 - D. João Batista Porto Carreiro Costa, Mossoró.
- 7 - Dom José de Medeiros Delgado, S. Luiz do Maranhão.
- 8 - Príncipe D. Pedro Gastão de Bragança e Orleans, Petrópolis, E. do Rio.
- 9 - General Fernando do Nascimento Fernandes Tavora, Rio.

IV — BENEMERITOS

- 1 - Ministro Augusto Tavares de Lira, Rio.
- 2 - Desembargador Luis Tavares de Lira, Natal.
- 3 - Deputado José Augusto Bezerra de Medeiros, Rio.
- 4 - Dr. Nestor dos Santos Lima, Natal.
- 5 - Tobias Monteiro, Petropolis, E. do Rio.
- 6 - Desembargador Horacio Barreto de Paiva Cavalcanti, Natal.
- 7 - Dr. Luis da Camara Cascudo, Natal.
- 8 - Dr. Rafael Fernandes Gurjão, Rio.
- 9 - Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, Natal.

V — CORRESPONDENTES

- 1 - Dr. Honorio Carrilho da Fonseca e Silva, Rio.
- 2 - Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, Rio.
- 3 - Dr. Pedro Soares de Araujo Amorim, Assú.
- 4 - Dr. Florentino de Menezes, Aracaju.
- 5 - Dr. José Pacheco Dantas, Rio.
- 6 - Deputado José Augusto Meira Dantas, Rio.
- 7 - Coronel Pedro Dias de Campos, S. Paulo.
- 8 - Dr. Oto Praseres, Rio.

- 9 - Dr. Eloi Pontes, Rio.
- 10 - Dr. Armando de Campos, Salvador.
- 11 - Dr. Anibal Revault de Figueiredo, Salvador.
- 12 - Dr. Arnaldo Pimenta da Cnha, Salvador.
- 13 - Lourenço Costa, Salvador.
- 14 - Dr. Mario Carneiro do Rêgo Melo, Recife.
- 15 - Embaixador José Bonifacio de Andrade e Silva, Rio.
- 16 - Dr. João Pedro Cardoso, São Paulo.
- 17 - Comandante Luis Afonso Perdigão Espada (lugar ignorado).
- 18 - Dr. Teodoro Braga, São Paulo.
- 19 - Dr. Afonso de Escragnole Taunay, São Paulo.
- 20 - Dr. A. I. de Souza Carneiro, Rio.
- 21 - Dr. José Garibaldi Dantas, Rio.
- 22 - Conego José do Carmo Barata, Recife.
- 23 - Dr. Mateus Augusto de Oliveira, João Pessoa.
- 24 - Conego Nicodemus das Neves, João Pessoa.
- 25 - Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, Rio.
- 26 - Dr. Antonio Francisco de Ataíde, Vitoria.
- 27 - Dr. Archimimo de Matos, Vitoria.
- 28 - Dr. Alarico de Freitas, Vitoria.
- 29 - Dr. José Rodrigues Sette, Vitoria.
- 30 - Desembargador Francisco de Albuquerque Melo, Recife.
- 31 - Dr. Aduino Miranda Raposo da Camara, Rio.
- 32 - Deputado Dioclecio Dantas Duarte, Rio.
- 33 - Palmerio Augusto Soares de Amorim, Assú.
- 34 - Dr. Paulo Prado, São Paulo.
- 35 - Dr. Randolpho Chagas, Rio.
- 36 - Dr. J. B. Roquete Pinto, Rio.
- 37 - Dr. Jaime de Altavila, Maceió.
- 38 - Dr. Luiz Estevam de Oliveira, Rio.
- 39 - Professor Agnelo Bitencourt, Rio.
- 40 - Dr. Roberto Lehman Nietsche — Berlim, Alemanha.
- 41 - Dr. Eugenio d'Ors, Paris, França.
- 42 - Aurelio Pires, Belo Horizonte.

- 43 - Deputado Nelson de Sena, Rio.
- 44 - Dr. Humberto Carneiro, Rio.
- 45 - Desembargador Henrique Jorge Hurley, Belém.
- 46 - Dr. Heitor Pereira Carrilho, Rio.
- 47 - Dr. Cristovam Bezerra Dantas, São Paulo.
- 48 - Dr. Carlos Studart Filho, Fortalêsa.
- 49 - Dr. Oliveira Guimarães, Coimbra, Portugal.
- 50 - Dr. Omar Grant O'Grady, Fortalêsa.
- 51 - Dr. Paulo Eleuterio Filho, Belem.
- 52 - Dr. Walter Spalding, Porto Alegre.
- 53 - Dr. Plinio Airosa, S. Paulo,
- 54 - Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, Lisboa, Portugal.
- 55 - Dr. Manoel Anisio Jobim, Manaus.
- 56 - Professor Agustin Venturino, Santiago, Chile.
- 57 - Dr. Artur Cezar Ferreira Reis, Rio.
- 58 - Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, São Paulo.
- 59 - Dr. Jorge Bertolazzo Stela, São Paulo.
- 60 - Almirante Raul Tavares, Rio.
- 61 - Ministro Renato de Almeida, Rio.
- 62 - Desembargador Henrique Fontes, Florianopolis.
- 63 - Dr. José Torres de Oliveira, São Paulo.
- 64 - Desembargador Hunald Santa Flor Cardoso, Aracaju.
- 65 - Dr. Olinto San-Martin, Porto Alegre.
- 66 - Professor dr. Raul Gomez, Coritíba.
- 67 - Major dr. Dioclecio de Paranhos Antunes, Rio.
- 68 - Dr. Arí Martins, Porto Alegre.
- 69 - Dr. Carlos da Silveira, São Paulo.
- 70 - Consul Murilo de Miranda Basto, Rio.
- 71 - Dr. João Angione Costa, Rio.
- 72 - Coronel Jonatas de Moraes Correia, Fortalêsa.
- 73 - Professor Wiliam Rex Crawford, Rio.
- 74 - Professor Dr. Helio Viana, Rio.
- 75 - Dr. Guilherme Auler, Petropolis, E. do Rio.
- 76 - Dr. Salomão de Vasconcelos, Belo Horisonte.
- 77 - Dr. Luiz Arlindo Tavares de Lira, Rio.

- 78 - Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, Rio.
79 - Capitão de Fragata Raul de Valença Camara, Rio.
80 - Dr. Jordão Emerenciano, Recife.
81 - Dr. Jorge Moreira de Souza, Fortalêsa.
82 - Professor Dr. Mario da Veiga Cabral, Rio.
83 - Dr. Gastão de Bethencourt, Lisboa, Portugal.
84 - Dr. Carlos Olavo, Lisboa, Portugal.
85 - Professor Dr. João Carlos de Albuquerque Gondim, Nisia Floresta.
86 - Orlando Ribeiro Dantas, Rio.
87 - Major João de Melo Moraes, Rio.

Resumo: Fundadores	4
Efetivos	18
Honorarios	9
Benemeritos	9
Correspondentes	87
Total	127

NECROLOGIA

Dr. JOÃO JOSÉ MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
(Socio correspondente)

João José Maria Rodrigues de Oliveira, — também chamado João José Francisco Rodrigues de Oliveira — e João José Maria de Oliveira — nasceu em Funchal, capital da Ilha da Madeira, Portugal, a 27 de Março de 1875 e batizou-se na igreja paroquial de Santo Antônio, a 11 de Abril. Filho de João Rodrigues de Oliveira e de sua 2ª esposa, d. Julia Augusta Dôres Vieira. Neto paterno do alferes Feliciano Antônio Rodrigues de Oliveira Camacho e de d. Constantina Guilhermina Candida de Sousa; e,

materno, de João Vieira de Gouveia e d. Maria Gomes da Silva. Seus irmãos: d. Maria da Paz, d. Maria da Graça, d. Maria das Dôres e sr. Antônio Vasco Rodrigues de Oliveira, este, funcionario do Tribunal do Trabalho, em Funchal.

A 3 de Julho de 1899, concluiu o curso de medicina, na Escola Médico-Cirúrgica de Funchal, mais tarde extinta.

Alguns dos cargos e comissões em que serviu: Médico, enfermeiro geral e almoxarife do Manicômio Câmara Pestana; Ajudante da Bibliotéca Municipal do Funchal; Sub-delegado de saúde, auxiliar; Médico do Asilo dos Velhinhos e Assistente gratuito, do de Mendicidade e Orfãos; Preparador, efetivo, do Pôsto de Bacteriologia e Higiene do Funchal, cargo em que se aposentou, a 24 de Abril de 1930. Capitão-médico da Reserva, do Quadro Auxiliar.

Grande amigo do Brasil, o dr. Rodrigues de Oliveira deu-se, com interesse constante, ao estudo de diversos factos da nossa História, escrevendo, a respeito, importantes monografias.

Sócio correspondente de diversas instituições de Portugal e do nosso paiz, inclusive do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia Norte-Riograndense de Letras, eleito, respectivamente, a 14 de Fevereiro de 1937 e 1.º de Abril de 1939.

Em 1934, o nosso Instituto recebeu, como especial oferta, um exemplar, em manuscrito, do seu excelente trabalho "Aciolis, de Pernambuco. Sua origem da Ilha da Madeira".

O dr. Rodrigues de Oliveira faleceu, na capital madeirense, sua terra natal, a 7 de Agosto de 1950: O doloroso comunicado nos foi transmitido por sua diletta irmã d. Maria da Graça, que com êle residia e foi sua dedicada enfermeira durante a longa e cruel doença que o vitimou. A. S. A.

DR. HUGO VITOR GUIMARÃES e SILVA

(Socio correspondente)

Na cidade de Fortalêsa, capital do vizinho Estado do Ceará, finou-se, a 16 de novembro de 1950, o dr. Hugo Vitor Guimarães e Silva, alto funcionario dos Correios e Telegrafos naquela Cidade e consagrado cultor da Historia e da Geografia do Nordeste.

Nascido a 17 de novembro de 1898, na cidade de Floriano, Estado do Piauí, era filho legitimo de José Guimarães e D. Maria Eugenia da Costa e Silva Guimarães e formado pela Faculdade de Direito de Ceará, onde se radicou e constituiu familia, exercendo varias funções publicas de relêvo.

Pertencia ao Instituto do Ceará e a outros solidicios congeneres, entre os quaes o nosso, onde ingressou a 10 de março de 1946, na classe de Correspondentes.

Ainda estudante, publicou, em sua terra natal, "O Popular"; em Teresina, colaborou na imprensa local; transferindo-se para Fortalesa, redigiu "O Argus", em 1921, em Iguatú, em 1923, "A Semana". Redigiu a "Cultura Academica", em 1932, "O Nordeste e "O Povo",

Entre as obras que deixou, destacam-se «O Atomo Obscuro», versos, «Discurso», «O Ceará — O Municipio e Cidade de Iguatú», «Da questão social», «Tentativa perfeita de homicidio», «Sonetos Cearenses», «Nobiliarquia Cearense» e «Chefes de Policia do Ceará» (inedito).

Era figura destacada no meio intelectual cearense, onde viveu, trabalhou e fulgiu como estrela de primeira grandesa.

Desapareceu aos cincoenta e dois anos, deixando um rastro luminoso nas letras nordestinas e um vacuo dificilmente preenchivel nas hostes do Insti-

tuto do Ceará, pelo que levamos a este e á Exma. Família do egregio consocio desaparecido as expressões da nossa profunda magoa, que oportunamente foi manifestada por telegrama da presidencia da Casa de Vicente de Lemos. N. L.

OLIVEIRA VIANA

(Socio correspondente)

Faleceu, a 28 de março de 1951, o sociólogo e escritor Oliveira Viana, cuja morte representa irreparavel perda para a cultura brasileira. Escritor dos mais eminentes, sociólogo, jurista e economista, sua obra representa um monumento de cultura. Atualmente, exercia o mestre de "Populações Meridionais do Brasil" o cargo de Ministro do Tribunal de Contas.

Nasceu Oliveira Viana na localidade de Rio Sêco de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, a 20 de junho de 1882, filho do Sr. Francisco José de Oliveira Viana e D. Balbina Rosa de Azevedo Viana. Fêz seus preparatórios no colégio "Carlos Alberto", de Niterói, matriculou-se na Faculdade Livre do Rio de Janeiro em 1902, para bacharelar-se em 1906. Em 1916, foi nomeado para seu primeiro cargo, o de professor de Direito Criminal da Faculdade de Direito de seu Estado, funções que exercia até hoje e, em 1926, foi indicado para diretor do Instituto de Fomento do Estado do Rio de Janeiro. Com a revolução de 1930, criados os conselhos Consultivos, passou o extinto a fazer parte do Conselho de seu Estado natal (1931). Em 1932, era nomeado Consultor Juridico do Ministério do Trabalho e, no ano seguinte, membro da Comissão Especial para rever a nova Constituição. No ano de 1939, foi escolhido para a Comissão Revisora de Leis, do Ministerio da Justiça e, por fim, ministro do Tribunal de Contas da República.

Oliveira Viana foi colaborador de vários jornais do país, escrevendo artigos, principalmente, sobre o assunto de sua especialidade, qual seja o referente ao Direito Social e às Leis Trabalhistas. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos Institutos Históricos do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba; à Société Americanistes de Paris, ao Instituto Internacional de Antropologia, à Academia de História de Portugal, à Sociedade de Antropologia e Etnografia da cidade do Pôrto, à Academia Dominicana de História, à Academia Fluminense de Letras e à Academia Brasileira de Letras, onde ocupava a cadeira n. 8, cujo patrono é Claudio Manuel da Costa e para a qual foi eleito na vaga de Alberto de Oliveira, em 1937.

Entre suas obras destacamos as seguintes: "Populações Meridionais do Brasil" (1920); "Pequeno Estado de Psicologia Social" (1921); "O Idealismo na Evolução do Império e da República" (1920); "A Evolução do Povo Brasileiro" (1923); "O Ocaso do Império" (1925); "O Idealismo da Constituição" (1927); "O Crédito sobre o Café" (1927); "Problemas de Política Objetiva" (1930); "Raça e Assimilação" (1932); "Formation Ethnique du Brésil Colonial" (1932); "Problema de Direito Corporativo" (1938).

Há poucos dias, havia êle terminado sua ultima obra e já anunciada por uma editora: "História Social do Capitalismo no Brasil".

Transcrito da "Revista da Semana", do Rio, edição de 21 de abril de 1951.

Era socio do Instituto, desse 18 de março de 1928.

DES. FELIPE GUERRA

(Socio efetivo e benemerito)

Às 20 horas de 4 de maio de 1951, em sua re-

sidencia á Avenida Rio Branco, nesta capital, faleceu o desembargador Felipe Néri de Brito Guerra.

Pertencente a uma tradicional familia do Estado, filho do Barão do Açú, ministro Luís Gonzaga de Brito Guerra, nasceu o ilustre extinto a 26 de maio de 1867, no actual município de Augusto Severo. Formado em direito na Escola do Recife, em 1890, foi promotor do Apodí, secretário da Junta de Governo, em 1891, e Juiz de Direito de Macáu, em 1892. Posteriormente Juiz de Caicó e Mossoró, desembargador do Tribunal de Justiça, procurador geral do Estado, aposentou-se em 1926. Sendo interventor o comandante Hercolino Cascardo, em 1931, exerceu a direcção do Departamento de Educação. Tendo sido constituinte em 1891, 1892 e 1936, era o último representante ainda vivo da primeira dessas assembléias. Professor primário nos intervalos de sua carreira judiciária em Caicó e Apodí, e professor da então Escola de Comércio de Mossoró, ensinou igualmente na Escola Doméstica de Natal.

De seu constante e dedicado labor em defesa das populações flageladas pela sêca, nesta área da federação, restam livros e trabalhos, que lhe reflectem o admirável espirito público: "Sêcas contra as Sêcas", em colaboração com seu irmão Teófilo Guerra; "Ainda o Nordeste", "A Sêca de 1915" "O porto de Mossoró" e "História Militar do Rio Grande do Norte", são também livros de sua autoria, tendo desenvolvido ainda considerável actividade de imprensa, no debate de outros problemas administrativos, económicos e sociais do Estado, ao lado de Jerônimo Rosado, pela construção da Estrada de Ferro de Mossoró.

O governador Dix-sept Rosado compareceu à rendência da família do extinto, apresentando pêsames em nome do Estado e no seu pessoalmente. Decretou também o chefe do Executivo luto official por três dias, enviando, ainda, uma corôa fúnebre.

O enterramento do ilustre morto se realizou na tarde de 5-5-51, com grande acompanhamento, no qual se destacavam altas autoridades, dentre estas o Exmo. Sr. Gov. Dix-sept Rosado, o presidente da Assembléia Legislativa, o Sr. Dr. Silvio Pedroza, os presidentes dos Egrégios Tribunaes de Justiça e Eleitoral, os exmos. des. Carlos Augusto e Virgilio Dantas, Auxiliares da administração, representantes de instituições, elementos de expressão no nosso ambiente judiciário, cultural, intelectual, religioso, comercial e social, etc.

No cemitério, por ocasião de baixar o corpo á sepultura, usaram da palavra, em homenagens de pesar, o dep. Mariano Coêlho, em nome da Assembléia Legislativa do Estado, o des. Carlos Augusto, em nome do Tribunal de Justiça, o dr. Romulo Wanderley, em nome da Ordem dos Advogados, o secretário geral do Estado, dr. Américo de Oliveira Costa, em nome do Governo, e o dr. Nestor Lima, em nome do Instituto Hisiórico e Geográfico.

Casado com d. Maria Gurgel de Brito Guerra, falecida há alguns anos, o des. Felipe Guerra deixa numerosa descendencia, sendo seus filhos:

D. Lutgardes Gurgel de Araújo, casada com o sr. Hermogenes Batista, agricultor em Caicó; d. Josefina Gurgel Soares, esposa do dr. Antonio Soares Júnior, médico em Mossoró; dr. Antídio Guerra, chefe da Defesa Sanitária Vegetal, em Natal; d. Bertilde Guerra Cunha Lima, esposa do sr. Pedro Nóbrega Cunha Lima, comerciante nesta capital; contador Domício Guerra, funcionário do Banco do Brasil; dr. Caio Guerra, engenheiro civil, no Rio; dr. Oto Guerra, advogado e jornalista neste Estado; dr. Paulo Guerra, chefe do Posto Agro-Industrial de S. Gonçalo, em Souza, na Paraíba; e as professoras Santa Guerra e Maria Gurgel, da Escola Doméstica e do Colégio Estadual'.

Completando as notas acima da «A Republica»,

de 6 de maio de 1951, devemos acrescentar que ele era socio efetivo e benemerito do Instituto Histórico, onde foi eleito, como correspondente, a 19 dezembro 1915, efetivo em maio de 1918, e posteriormente, benemerito, por ter exercido, durante mais de cinco anos, o cargo de diretor da Bibliotéca, musêo e arquivo do Instituto Histórico.

Dr. FRANCISCO PINTO DE ABREU

(Socio fundador e efeiivo)

Com o titulo «Um pioneiro», publicou o «Diario de Natal», edição de 26 de agosto de 1951, o seguinte necrologio, que trasladamos para as nossas colunas, em homenagem ao inclito consocio fundador, ora desaparecido:

“O Rio Grande do Norte, e, talvês, mais particularmente, o ensino publico estadual, estão em dívida para com a memoria de um pioneiro, ha poucos dias desaparecido, (11-7-1951) em Recife, Estado de Pernambuco.

O dr. Francisco Pinto de Abreu foi, durante dois decenios, entre nós, uma figura marcante de intelectual e de homem publico, sinceramente devotado à causa da instrução, que lhe ficou devendo assinalados prestimos e beneficios.

Assim é que, apenas titulado pela Faculdade de Direito do Recife, em abril de 1892, ingressou no Ministerio Publico de seu Estado natal, como promotor publico, interino, de Recife, de março a julho de 1894, foi, em seguida, provido efetivamente, na promotoria da comarca do Cabo, logo depois, removido para a 3^a do Recife (novembro 1894) e, a seguir, Curador Geral de Orfãos de Recife. Foi Juiz distrital de Olinda. Vindo para o Rio G. do Norte, em 1895, foi nomeado, por Pedro Velho, para dire-

tor geral da Instrução Publica e aí se manteve até junho de 1896. Na reforma constitucional e judiciaria de 1898, foi nomeado Juiz de Direito do Ceará-Mirim, onde se conservou até 30 de setembro de 1901. Fôra já lente de matematicas do Ateneu e voltou à cadeira de Francês, com a direção do mesmo estabelecimento, de 1901 a 1904. Deputado ao Congresso Legislativo do Estado, na quarta legislatura (1901-1903), ocupou a vice-presidencia da Casa.

Realisou, em 1905, a reforma do Ateneu, submetendo-o ao regimen da "Madurêsa", entre 1905 e 1910, fase das mais brilhantes da existencia do velho educandario natalense.

Em 1908, no 2º governo do dr. Alberto Maranhão, voltou a dirigir a Instrução Publica, tendo promovido e organizado a Reforma do Ensino daquele ano, autorizada pela lei de 22 de novembro de 1907 (n. 249).

Então foi criada a Escola Normal, instalada a 13 de maio de 1908, o grupo escolar "Augusto Severo", (que foi instalado a 12 de junho do mesmo ano, mas, decretado ainda pelo dr. Antonio de Souza, 1907-1908), grupos escolares e escolas isoladas, em todo o territorio do Estado, sendo suprimidas todas as escolas primarias existentes, sob o regimen de "cooperação municipal".

Dessa reforma, que o dr. Pinto de Abreu realisou e orientou praticamente, quer por meio de "instruções pedagogicas", que baixava, quer assumindo ele proprio, de 1º de julho de 1909 a 31 de dezembro de 1910, a direção tecnica das escolas modelo, que reorganizou, quer ainda guiando diretamente o professorado novo e sem qualquer preparo especifico, dessa reforma, diziamos, é que resultou toda a aparelhagem do ensino, que ainda resta neste Estado, fruto do seu idealismo construtor e do seu esforço bem intencionado.

Dantes não havia na instrução publica o mais leve indicio de orientação educativa, regendo-se as escolas primarias por velhos canones da tradição lusitana, em que predominavam os principios de João de Barros, a soletração, a taboada e outros processos igualmente bolorentos.

Da sua iniciativa e do seu grande empenho, proveio a orientação pedagogica, que todos nós, seus sucessores lhe temos seguido, por largos anos e da qual dimanaram os proveitos que a população do Estado tem usufruido.

Deixando, porém, o ensino, em 1911, foi o dr. Pinto de Abreu prestar serviços no setor da administração, como secretario do Governo do dr. Alberto Maranhão, 1911 a 1913), dali passando em vista da criação do cargo vitalicio de Consultor Juridico, em 1912, para essas altas funções, de que se afastou, depois, por injunções politicas da epoca, vês que lhe redusiram os vencimentos, por metade, (Lei estadual n. 408, de 1 de dezembro de 1916) e era-lhe impossivel manter-se com dignidade no elevado posto, sem as vantagens dadas no ato da criação.

Mudou sua residencia para Recife, onde estabeleceu escritorio de advogado e, em seguida, assumiu o exercicio de secretario geral daquele Estado, no Governo José Rufino, (1917) passando, então, a professor e Diretor da Escola Normal de Recife, afinal, aposentando-se, por premio, nesse penultimo cargo.

Nessa situação e em sua residencia de Pina, veio encontra-lo a morte a 11 de julho findo, em placida e suave senectude.

Exerceu a advocacia aqui e no Recife. Fundou ali dois educandarios: o "Colegio Spencer", (1897-1898) e o "Instituto Moderno", a 1º de julho de 1898.

Nunca esquecia o Rio Grande do Norte; vês por outra, me escrevia e mandava trabalhos seus. um dos quais prefaciei, ha alguns anos, e não sei si o publicou.

Filho legítimo de Bernardo Pinto de Abreu e D. Candida Leopoldina de Oliveira Abreu, nasceu em Campina Grande, Estado da Paraíba, foi casado três vês, sendo as segundas nupcias com d. Maria Suzana de Moura Abreu, de tradicional e ilustre família norte-riograndense.

A sua bibliografia é numerosa: "Cartas ao Povo", "Amador em literatura", "A Decadencia", "Exercícios de numeração", "Espinhas e pétalas", "Frutos e Flores", "Ideias e Maximas", "Discursos", "Poder da Virtude", (drama), "Lirios Murchos", (sonetos), "Patria" (poemêto), "Pela Republica", "Poesias", "Notas Juridicas" (direito), "Rasões e Decisões", "Seletinha", "Leitura primaria", (curso superior), "Leitura primaria" (curso médio), "Musa infantil" (recitação escolar). "O Problema da instrução", alguns ineditos, outros publicados, além de colaboração esparsa na imprensa diaria e nas revistas de Recife e Natal. Varios hinos escolares saíram-lhe da pena inspirada, os quais são cantados, vês por outra, nas nossas festividades, como o "Hino a Augusto Severo".

Era socio fundador do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, quando serviu como primeiro secretario e em varias fases do início da existencia do sodalicio potiguar; pertencia a outras instituições literarias e historicas.

Tal foi o homem que desapareceu recentemente, a quem o Estado deve homenagens especiais, pelo muito que fês em prol dos seus problemas. Uma rua da capital e um grupo escolar no Estado devem guardar-lhe o nome benemerito.

Com o seu desaparecimento, aos 82 anos, pois, nascêra a 25 de novembro de 1869, perdem as letras juridicas e pedagogicas um grande obreiro e o ensino norte-riograndense o seu ilustre pioneiro e o seu abnegado orientador e bemfeitor.

Natal, 11-8-51, 30º do seu falecimento. N. L.

I N D I C E

— DA —

REVISTA do Instituto Historico e Geografico do Rio G. do Norte

Anos 1951-1952 — Vols. XLVIII-XLIX

Autor	Titulo	Pag.
	REDAÇÃO O 1º cinquentenario do Instituto Historico..	3
A. TAVARES DE LIRA	Recordando dias ídos*.....	11
JOSÉ M. BRANDÃO C. BRANCO	O Rio Grande do Norte na Cartografia do seculo XVII.....	27
REDAÇÃO	1º Centenario do nascimento do Des. Vicente Simões Pereira de Lemos.....	69
NESTOR LIMA	Preito de leal veneração.....	70
ANTONIO SOARES	Discurso em nome da familia.....	78
NESTOR LIMA	Tributo ao fundador.....	84
GAL. FERNANDO TAVORA	Potí e o Exercito Nacional	39
NESTOR LIMA	Dia da Patria.....	105
GAL. FERNANDO TAVORA	Cunhaú.....	109
JOSÉ M. BRANDÃO C. BRANCO	A Republica no Rio Grande do Norte.....	113
GAL. FERNANDO TAVORA	O Monumento da Cidade.	139
JOSÉ M. B. CASTELO BRANCO	O assassino do Presidente Ribeiro.....	147
LUIS DA CAMARA CASCUDO*	Ata Diurna	
	I — Onde está sepultado André de Albuquerque?	167
	II — Quem feriu André de Albuquerque?.....	169
	III — Conselho do Governo.....	178
	IV — Conselho Geral da Provincia.....	183
	V — A mais antiga Igreja do Seridó.....	187
	VI — O fogo de 40.....	194
M. RODRIGUES DE MELO	Introdução ao estudo do Compadrio Brasileiro.....	203

GAL. FERNANDO TAVORA, «Rio Grande do Norte: sua missão, seu Escudo»	209
JOÃO CARLOS DE A. GONDIM Cypriano José Barata de Almeida	217
ARMANDO CUNHA O Vale das Miragens.....	223
RAUL DE V. CAMARA Aspétos Geopolíticos do Rio G. do Norte	229
WALDEMAR C. CARVALHO Famílias do Oéste	247
VICENTE L. C. NETO A Zona do Oéste Norte-Riogran- dense	253
NESTOR LIMA Relatório da Presidencia	261
DIVERSOS Juízos de Imprensa	265
MÊSA DO I. H. Atas das sessões em 1951	267
SECRETARIA Quadro dos socios do Instituto Historico, segundo suas categorias, até 20 março 1952... ..	272
DIVERSOS Necrología	
ANTONIO SOARES Dr. João José Maria Rodrigues de Oliveira	276
NESTOR LIMA Dr. Hugo Vitor Guimarães e Silva.....	278
«REV. SEMANA» Dr. Oliveira Viana.....	279
D'«A REPUBLICA» Des. Felipe Guerra	280
NESTOR LIMA Dr. Francisco Pinto de Abreu	283
INDICE	287